



Revista de

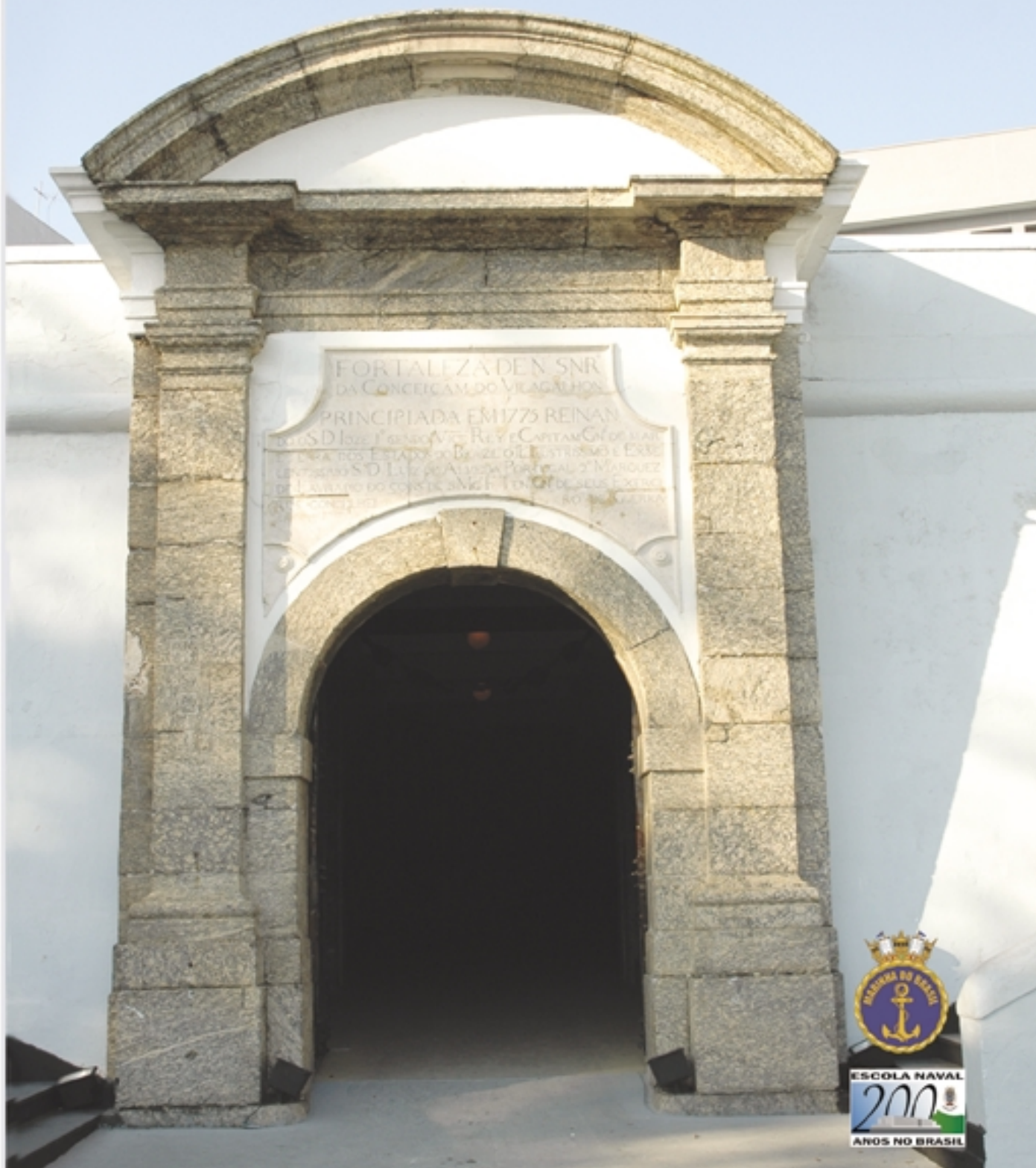
Villegagnon

ISSN 1981-3589

Revista Acadêmica da Escola Naval

Ano III Número 3 – 2008

Edição Histórica



ESCOLA NAVAL
200
ANOS NO BRASIL





Caro Leitor,



O ano de 2008 é particularmente festivo para a Escola Naval. Nele se comemora o bicentenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, trazendo na bagagem, entre arcas e baús, a gloriosa semente que corresponderia à implantação da Escola Naval no Rio de Janeiro.

Motivo, ainda, de grande satisfação consiste na publicação do 3º número consecutivo da nossa “Revista de Villegagnon”. Tal fato enche de justificado orgulho a tripulação da Escola Naval pelo prestígio e aprovação obtidos em tão curto espaço de tempo.

Nesta 3ª edição, o número de artigos praticamente dobrou em relação à 1ª. Ou seja, “Villegagnon” está “acontecendo”, graças à motivação de docentes, oficiais, aspirantes e praças que servem nesta Escola, fiéis colaboradores da “Revista”.

Esperamos que a qualidade e diversidade de temas propostos nos presentes artigos agradem a nossos prezados leitores.

Boa leitura!

Antônio Fernando Monteiro Dias
Contra-Almirante
Comandante



SUMÁRIO

O futuro líder pelo olhar do aspirante da Escola Naval: características e dificuldades no contexto contemporâneo	3
Circunavegar também é preciso !	10
Cartografia náutica no Brasil	18
A Academia Naval de Annapolis e seus Avisos de Instrução de liderança	24
Ilha de Villegagnon: A sentinela da baía de Guanabara	28
Construção de uma consciência ética na formação militar: uma abordagem psicológica	36
Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti	44
Uma longa Viagem de Instrução	49
Peculiaridades dos 200 anos da Escola Naval no Brasil	55
A teoria física – o dilema da mecânica quântica	60
Um civil no comando	66
Aprendendo a ensinar – características relevantes	72
Atuação na Somália à luz dos princípios da guerra - uma reflexão	80
Notícias de Villegagnon	84
A importância da divulgação da Marinha do Brasil	87
Academia Naval de Annapolis – novo rumo	90
Pentatlo militar: o desenvolvimento na Escola Naval	96
Marinha do Brasil e a previsão numérica: equações matemáticas decifrando o tempo	99
O Direito Internacional dos conflitos armados e as FARC	104
Os pseudoprefixos ou prefixóides	108
Breve história da língua portuguesa no Brasil	114
CT Pernambuco, um barco com alma	118
Liderança e a família naval	120
Ser hidrógrafo	122
Os primeiros submarinos	128
O pioneirismo das práticas físicas para a saúde do militar da Marinha do Brasil: 200 anos de história	132



Nossa Capa:
Pórtico do Túnel – preservado como monumento histórico representa o portão de acesso à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon, construído em 1775.



REVISTA DE VILLEGAGNON
ANO III – NÚMERO 3 – 2008
ISSN 1981-3589

Revista de Villegagnon é uma publicação anual, produzida e editada pela Escola Naval.

Antônio Fernando Monteiro Dias
Contra-Almirante
Comandante

Editor
CMG (RM1) Ricardo Tavares Verdolin

Conselho Editorial
CMG (Ref) Júlio Roberto Gonçalves Pinto
CMG (Ref) Paulo Roberto Gotaç
CMG (RM1-IM) Cícero Pimenteira
CMG (RM1) Pedro G. dos Santos Filho
CT William dos Santos Madela
Prof. Ana Paula Araujo Silva

Revisão:
CMG (Ref) Júlio Roberto Gonçalves Pinto
e Prof. Ana Paula Araujo Silva

Diagramação e Arte final:
Lucia Moreira
(luciahmoreira@yahoo.com)

Impressão:
Walprint Gráfica e Editora

Agradecimentos:
Aos patrocinadores, Aspirantes Paz, Diego Alves, Cruz e Travassos, 1ºSG Medeiros, FC Vicente e FC João;

Os artigos enviados estão sujeitos a cortes e modificações em sua forma, obedecendo a critérios de nosso estilo editorial. Também estão sujeitos às correções gramaticais, feitas pelo revisor da revista.

As informações e opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não exprimem, necessariamente, informações, opiniões ou pontos de vista oficiais da Marinha do Brasil.

Versão on-line está disponível no site da Escola Naval: www.en.mar.mil.br

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

O FUTURO LÍDER PELO OLHAR DO ASPIRANTE DA ESCOLA NAVAL: CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

UMA VISÃO SOBRE LIDERANÇA MILITAR EM TEMPOS DE PAZ

“Se for sábio, um comandante será capaz de reconhecer as circunstâncias em mutação e agir com rapidez. Se for sincero, seus homens não terão dúvidas quanto a certeza de recompensas e de castigos. Se for humano, ele ama a humanidade, tem compaixão pelos outros e reconhece sua diligência e labuta. Se for corajoso, obtém a vitória ao aproveitar a oportunidade sem hesitação. Se rigoroso, seus soldados são disciplinados porque têm por ele um medo respeitoso e temem o castigo.”

(Tu Mu, A arte da guerra)

GM Vinicius Sampaio Corrêa

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE LIDERANÇA

O fragmento de texto acima, escrito há mais de 2500 anos, prova que o fenômeno da liderança é tão antigo quanto as sociedades humanas. Desde o surgimento das aglomerações mais primitivas, existe a necessidade de uma figura central, de papel destacado entre os demais indivíduos e capaz de conduzir aquele grupo na busca do objetivo comum, muito embora sendo um deles.

Considerando os mais diversos aspectos, que variam desde a luta pela subsistência até a defesa da vida e do ideal em um conflito armado, a história tem

deixado registros singulares da importância de saber liderar homens: dos chefes de tribos primitivas aos empresários; dos faraós egípcios aos chefes de Estado modernos; dos generais romanos aos atuais chefes militares; de Alexandre a Hitler, Stálin, Bolívar e outros tantos; das concepções clássicas de Sun Tzu ao efervescente fascínio por James Hunter, passando por Clausewitz e Mahan; para citar poucos exemplos.



Embora situados em diferentes momentos históricos, envolvidos em contextos diversificados e caracterizados por interesses específicos, existe um elo de ligação entre todas as figuras acima lembradas: a necessidade e fascínio por conduzir homens de forma a cumprir, voluntariamente, a sua vontade. É essa a mola que impulsiona o estudo de uma das mais complexas e fascinantes ciências sociais, considerada desta forma por ser antropológica e situacional.

Nas últimas décadas, o exercício da liderança tem encontrado maiores desafios, especialmente no que se refere à liderança militar. Estes desafios são impostos pelos novos valores que emergiram em nossa sociedade e vão de encontro a princípios fundamentais desta ciência. Sendo assim, surge a questão: como o líder do futuro deve estar preparado, técnica e psicologicamente, para adequar os conceitos de liderança aos desafios impostos pela contemporaneidade a fim de alcançar seus objetivos e conduzir seus homens?

O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

O século XX assistiu ao avanço acelerado do fenômeno da globalização. O encurtamento de distâncias entre diferentes partes do globo, proporcionado, literalmente, pelo progresso nos meios de transporte e, subjetivamente, pelo desenvolvimento de uma rede global de comunicações e disseminação de informações, fez surgir uma concepção de "aldeia global".

Nessa "aldeia", é possível saber, em tempo real, sobre um acontecimento do outro lado do mundo. É possível conversar com uma pessoa, em outro continente, por meio de um clique ou da simplicidade espantosa dos cada vez mais multifacetados telefones celulares. Nesse novo mundo, a mistura e a assimilação de diferentes culturas, hábitos e costumes deram origem a novos grupos humanos, derrubaram antigos paradigmas e consolidaram o modo de pensar da sociedade contemporânea.

Antigos valores e conceitos éticos foram substituídos por novos. As sociedades atuais caracterizam-se, em sua devastadora maioria, pelo

consumismo, imediatismo, egocentrismo e isolacionismo, entre outras características.

Os desafios para a liderança militar: como transformar conceitos tradicionais, tornando-os compatíveis com as necessidades humanas modernas?

Inseridos nesta nova sociedade globalizada estão os indivíduos que compõem um grupo especial: os militares. A profissão militar, tradicionalmente, prega e cultiva alguns valores fundamentais à sua existência que vão de encontro àqueles que a nossa sociedade valoriza atualmente. Surge daí o questionamento sobre como lidar para se adaptar ao contexto global, conservando seus pilares ideológicos.

Como desenvolver em seus homens o espírito de corpo, responsável pela unidade das forças, sendo eles acostumados, em seu dia-

a-dia, a valorizar cada vez mais o egocentrismo, permitindo-se apenas a preocupação consigo mesmos? Como ensinar e inculcar os basilares valores de hierarquia e disciplina em jovens cada vez mais acostumados à liberdade e ao descomprometimento? De onde buscar a abnegação e o espírito de sacrifício, pregando até mesmo a doação da vida em prol do objetivo, em uma sociedade consumista e gananciosa?

Some-se a isto o fato comprovado de que o grau de instrução dos subordinados de hoje é, comparativamente, muito superior ao dos subordinados de três, quatro décadas atrás, fazendo com que os métodos autocráticos comuns já não sejam os mais adequados para aplicação na rotina do dia-a-dia, embora ainda eficazes em situações extremas.

Definitivamente, o mundo globalizado impõe aos líderes militares do presente e do futuro que saibam como lidar com todas estas variáveis, aprendendo as novas teorias, a fim de adequar conceitos clássicos de liderança aos cenários modernos, aos combatentes modernos. Torna-se primordial um conhecimento sobre os aspectos psicológicos e práticos, relacionados aos novos paradigmas de liderança, aplicando-os à condução dos subordinados.



“O mundo globalizado impõe aos líderes militares do presente e do futuro que saibam como lidar com todas estas variáveis, aprendendo as novas teorias, a fim de adequar conceitos clássicos de liderança aos cenários modernos, aos combatentes modernos.”

AS CARACTERÍSTICAS DO LÍDER MODERNO E OS NOVOS PARADIGMAS DE LIDERANÇA

Dentro do contexto de adequação às características das sociedades modernas na formação do líder e na forma como este age sobre seus subordinados, surgem diversas teorias que propõem métodos – inovadores ou pura revisão de conceitos clássicos – que possam servir de instrumento para o desempenho do papel de liderança. Sobre alguns destes instrumentos, tratados como novos paradigmas, comentaremos a seguir:

EMPOWERMENT

“A tarefa da liderança não mais seria a de instalar grandeza na humanidade, mas tão somente liberá-la, porque a grandeza já se encontra lá instalada” (J. Buchan)

No passado, os líderes costumavam concentrar todo o poder decisório em suas mãos, até mesmo no que se referia a tarefas básicas do cotidiano. Essa aglutinação do poder, embora válida em alguns casos, mostrou-se ineficaz em algumas situações, de conflito ou não, em que na falta do líder e concomitante necessidade de uma mudança de atitude, o subordinado não sabia como agir, visto que não era estimulado para tal.

Por este motivo, a tendência moderna de comando está cada vez mais baseada no *empowerment*, na delegação de competências. Embora envolva um certo risco e tome algum tempo para qualificação do militar, a delegação é válida na medida em que desenvolve o subordinado, tornando-o mais capaz e confiante e, por consequência, fortalece todo o grupo em que está inserido. Além disso, libera o líder para preocupar-se, de forma integral, com outras atividades que requeiram, impreterivelmente, sua coordenação direta.

Em seu livro *“Sun Tzu e arte da guerra moderna”*, Mark McNeilly fala sobre o assunto: *“A meta eventual a ser atingida ao longo do tempo é os subordinados conhecerem tão bem o pensamento do comandante que o tempo gasto nas comunicações é reduzido, enquanto aumenta a compreensão partilhada das lideranças (...) isso é chamado de compreender a intenção do comandante”*; e continua dando um exemplo da Primeira Guerra Mundial que, embora situado num contexto passado, ilustra perfeitamente o que se quer mostrar aqui: *“Na Primeira Guerra Mundial, o exército alemão tinha um conceito muito parecido com o da intenção do comandante, chamado Weisungshrung, traduzido como ‘orientação da liderança’. Este conceito materializou-se*

em paralelo com a criação do conceito de membro da tropa de assalto, surgido na tentativa de se livrar da guerra de trincheiras.(...) o exército alemão formou as unidades de elite Sturmtruppen, que eram altamente treinados, altamente motivados, que eram capazes de agir com independência (...) Naquela situação, altamente dinâmica e fluida, quando seria impossível manter-se em contato com o líder, não fazia sentido seguir as ordens exatas de um comandante, daí o conceito de orientação da liderança.”

Cabe, contudo, ressaltar que existem maneiras corretas de se alcançar a efetiva delegação. Antes de tudo, é preciso definir a quem delegar e como fazê-lo, devendo ser feito de forma clara e específica. É importante que sejam priorizados os resultados que devem ser alcançados e não os procedimentos a serem seguidos, de forma a possibilitar o desenvolvimento da criatividade do subordinado; embora procedimentos relativos à segurança devam ser, sim, destacados. Apesar de tudo, a delegação da autoridade não exclui a responsabilidade do superior.

Os líderes são cada vez mais mestros e não mestres, devendo, portanto, ser capazes de liberar o talento em seus subordinados e conduzi-los ao sucesso, à correta execução da missão.

LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL

“Os chefes contam as sementes da maçã. Os líderes imaginam quantas maçãs existem em uma semente” (Ian Percy)

O conceito de liderança transformacional tem se mostrado bastante adequado para a grande maioria das situações com as quais os líderes se deparam atualmente. Diferentemente da liderança autocrática e da liderança transacional, baseadas, a primeira, no poder do líder e submissão dos subordinados e, a segunda, em um sistema de recompensas; a liderança transformacional se assegura no estímulo e atenção pessoal, buscando criar liderados comprometidos, leais e participativos.

Segundo este conceito, o líder do futuro terá o papel de educador, responsável por dar condições para o auto-desenvolvimento de seus subordinados, através da demanda crescente da participação destes no processo.

Obviamente, este conceito, bastante comum no meio empresarial, deve ser detalhadamente analisado para ser aplicado ao âmbito militar, de modo a não prejudicar os pilares de hierarquia e disciplina sobre os quais nossas Forças Armadas se apóiam.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

“Inteligência emocional é, por exemplo, a capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar dos percalços; de controlar impulsos e saber aguardar pela satisfação de seus desejos; de se manter em bom estado de espírito e de impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar; de ser empático e autoconfiante” (Daniel Goleman)

Ultimamente, os testes de QI vêm perdendo sua importância, na medida em que o conceito do desenvolvimento de múltiplas inteligências se dissemina. Tão importante quanto fazer cálculos matemáticos e atuar com destreza nos aspectos acadêmicos é saber lidar com as diversas situações que fazem parte do dia-a-dia.

Nesse contexto, surge como destaque a aptidão da inteligência emocional. Segundo esse conceito, o líder deve ter moldadas em sua personalidade as cinco dimensões da inteligência emocional e suas competências:

Na área intrapessoal:

- AUTOPERCEPÇÃO E AUTOCONSCIÊNCIA;
- AUTO-REGULAÇÃO E CONTROLE DE EMOÇÕES;
- AUTOMOTIVAÇÃO.

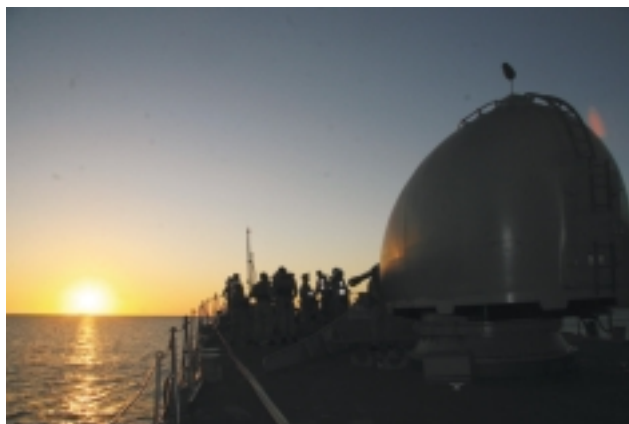
Na área interpessoal:

- EMPATIA;
- APTIDÕES SOCIAIS PARA O RELACIONAMENTO.

O conjunto dessas características, quando encontradas em um indivíduo que exerça papel de liderança, permite uma análise do papel desempenhado pelo mesmo, no intuito de examinar suas avaliações e decisões; tomar consciência de suas intenções; controlar suas emoções, considerando que a atitude do líder afeta toda a disposição dos subordinados; trabalhar seus graus de percepção e

seu modo de comunicação, ouvindo e recebendo feedback; e trabalhar sua empatia para com os subordinados, fortalecendo seu poder de influenciar os demais.

Desse modo, podemos concluir que o desenvolvimento da inteligência emocional, que se relaciona com a imprevisibilidade do dia-a-dia, ganha importância para o exercício da liderança, devendo ser trabalhada em conjunto com as habilidades técnicas e intelectuais.



A estruturação de um ambiente em que todos se sintam capazes, confiantes e partes integrantes de um grupo unido em prol de um objetivo comum, conhecendo as necessidades, dificuldades e aspirações da unidade, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento das atividades requeridas com máximo grau de eficiência.

CONSTRUÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

“Sabe qual é o melhor navio da Marinha? O seu.”

Enquanto exercendo uma função de liderança, o indivíduo deve estar preocupado em

trabalhar os aspectos inerentes ao espírito de grupo entre seus liderados, possibilitando, verdadeiramente, a formação de uma “família”. Este aspecto prova sua relevância, uma vez que, envolvidos em uma situação de combate, cada membro deve confiar plenamente nos outros, sendo necessário para tal o estabelecimento prévio de vínculos que permitam tal confiança. A fortificação desses vínculos está intimamente relacionada à existência de uma cultura organizacional, fortemente agregada ao inconsciente de cada membro do grupo.

A identificação com as crenças da instituição, o aprendizado das práticas, costumes e jargões e a difusão da idéia do “seu navio” ou do “seu batalhão”, aliada ao incentivo à participação nas decisões que agreguem força a este sentimento de “fazer parte do todo” compõem um conjunto de características inerentes ao espírito de grupo, as quais devem ser trabalhadas pelo líder, ajudando a formar o capital social da unidade, do navio, da tropa e, da instituição militar, em última análise.

A estruturação de um ambiente em que todos se sintam capazes, confiantes e partes integrantes de um grupo unido em prol de um objetivo comum, conhecendo as necessidades, dificuldades e aspirações da unidade, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento das atividades requeridas com máximo grau de eficiência. Isto porque, uma vez identificado com o grupo, o indivíduo dará o máximo de si para o sucesso coletivo. Criar este ambiente favorável é função do líder!

OS LÍDERES DO PASSADO, DO PRESENTE E DO FUTURO: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS IMUTÁVEIS

Embora a ascensão de novos valores e a mudança de determinados paradigmas tenham gerado novos desafios para o desempenho da liderança militar, impondo uma adequação dos métodos e práticas dos líderes modernos, existem algumas características que, devido à força de sua essência, permaneceram inabaláveis como inerentes àqueles que se propõem a liderar homens.

Tais características referem-se ao caráter e à personalidade do líder e são, desde os primórdios das sociedades, relacionadas como fundamentais para o desempenho da liderança. Isso tanto é verdade que muitos escritores, teóricos e, principalmente, grandes líderes, ao longo dos séculos, já falaram sobre tal assunto.

Entre outros traços, os líderes do futuro, assim como os do passado e do presente, devem apresentar:

O OLHAR DO ASPIRANTE: EXPERIÊNCIA E APRENDIZADO NA ESCOLA NAVAL

A análise aqui construída sobre o papel da contemporaneidade na formação dos líderes é resultado da visão de um aspirante da Escola Naval, baseado nas experiências vivenciadas durante sua formação e no aprendizado teórico, componente do currículo escolar.

Quanto à construção dessa visão, grande parte dela provém do contato com os oficiais do Comando do Corpo de Aspirantes, que através de suas experiências próprias, contadas aos aspirantes, oferecem casos para análise e estudo de situações que, em breve, farão parte do *nosso* cotidiano (permito-me aqui, usar a primeira pessoa).

Do mesmo modo, a observação das atitudes e decisões dos seus superiores permite aos aspirantes, através do resultado obtido em cada caso, avaliar o tipo de liderança que está sendo utilizada e sua efetiva aplicabilidade e eficácia. Isto tudo contribui para a formação do futuro líder, uma vez que a assimilação das práticas eficazes e a correção das inconsistentes para cada situação permitem ao aspirante familiarizar-se com o caráter situacional da liderança, ao mesmo tempo em que molda sua personalidade como líder.

Honra	<i>"A honra é a virtude que exalta vontade e não permite a capitulação, a indignidade, a covardia, a renúncia à luta, o abandono dos estandartes, das armas e dos camaradas."</i> (Sérgio A. de A. Coutinho, A chefia e a liderança militares)
Exemplo	<i>"Dar o exemplo não é a melhor maneira de influenciar os outros. - É a única".</i> (Albert Schweitzer)
Coragem	<i>"Se um general não for corajoso, será incapaz de vencer dúvidas ou criar grandes planos".</i> (Shen Pao-hsu)
Decisão	<i>"O chefe não pode ficar muito tempo indeciso entre duas soluções. Deve fixar com rapidez a sua opinião e encerrar toda a discussão."</i> (Comandante Lebaud)
Clareza	<i>"Aquele cujas fileiras estiverem unidas quanto ao propósito será vitorioso."</i> (Sun Tzu, A arte da guerra)
Motivação	<i>"A força moral do soldado aumenta quando é bem comandado"</i> (General Osório)
Justiça	<i>"Quando se trata as pessoas com benevolência, justiça e correção se deposita confiança nelas, o exército estará unido num só ponto de vista e todos estarão contentes por servir a seus líderes."</i> (Chang Yü, A arte da guerra)

Outra componente de extrema importância é o aprendizado dos aspectos teóricos, abordados em sala de aula. A assimilação dos diversos conceitos relacionados ao tema liderança, como percepção, tipos de liderança, bases de poder, liderança em combate, perfil do líder militar, contemporaneidade, processos grupais, entre outros, todos exemplificados por estudos de caso, permite interligar os ensinamentos teóricos às experiências rotineiras.

Some-se, ainda, a oportunidade de liderança efetiva oferecida aos aspirantes do quarto ano escolar a fim de que possam praticar os conceitos assimilados para a condução do Corpo de Aspirantes. Esta tarefa permite o desenvolvimento da capacidade de decisão e condução dos aspirantes, uma vez que os conflitos, problemas e desafios dos demais são trazidos até eles, colocando-os face a face com situações reais de liderança e inculcando-lhes grande nível de responsabilidade.

Enfim, todos estes aspectos concorrem para a formação do líder militar-naval do futuro, enquanto aspirante da Escola Naval.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, pode-se concluir que a emergência de novos valores, construindo um novo cenário global, efetivamente alterou as relações entre líderes e seguidores.

A assimilação de novos conceitos relacionados à liderança militar em tempos de paz torna-se fundamental, uma vez que os subordinados são diferentes, a sociedade é diferente e até a instituição, em nosso caso, a Marinha do Brasil, vem adotando novas posturas. Apontando para a preocupação da instituição em manter elevado o interesse pela permanência e ingresso de pessoal, com a existência de um ambiente de trabalho produtivo, saudável e prazeroso, mantendo o elevado grau de profissionalismo, foi concebida e difundida a Doutrina

de Liderança da Marinha (EMA-137), que compila alguns dos tópicos abordados neste trabalho, entre outros modelos e ferramentas para a liderança.

Em consonância com estes fatores – as novas características do líder militar e as preocupações da Marinha do Brasil – está a formação dos aspirantes: os futuros líderes da nossa instituição. É fato que a base teórica e prática no que concerne ao tema da liderança, se bem aproveitada, permitirá, ao então

aspirante, a construção da personalidade requerida para liderar, superando os desafios impostos pelo contexto contemporâneo, os quais já foram aqui mencionados.

Uma vez que saiba agir, considerando os conceitos clássicos e basilares da liderança militar e adequando-os, quando necessário, às situações diárias, o futuro líder obterá êxito no exercício de seu dever: conduzir homens.

“A liderança implica persuadir outras pessoas no sentido que deixem de lado


por um certo período seus interesses pessoais em benefício de um objetivo comum, que esteja associado às responsabilidades e ao bem estar do grupo”. (Hogan et al, 1994)



“A assimilação dos diversos conceitos relacionados ao tema liderança... permite interligar os ensinamentos teóricos às experiências rotineiras.”

BIBLIOGRAFIA:

- BENNIS, Warren. *Líderes. Estratégias para assumir a verdadeira liderança.* Editora Harbra, 1988.
- BERGAMINI, Cecília W. *O líder eficaz.* Editora Atlas, 2002.
- COUTINHO, Sérgio Augusto de Avelar. *A chefia e a liderança militares.* Bibliex, 1997.
- DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA. *Manual de Liderança.* 1996.
- HESELBEIN, Francês. *O líder do futuro: visões, estratégias e práticas para uma nova era.* Editora Futura, 2000.
- MCNEILLY, Mark. *Sun Tzu e arte da guerra moderna.* Editora Record, 2004
- NOBRE, Érica Barreto. *Crenças de superiores e subordinados sobre o perfil do líder militar-naval brasileiro neste final de século.* Tese de Mestrado em Psicologia UFRJ, 1998.
- PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *Liderança Militar.* Bibliex, 1987.

The background features a stylized map of Brazil in shades of green and blue. Overlaid on the map is a large, semi-transparent version of the Brazilian flag, showing the blue globe with white stars and the white banner with the motto "ORDEM E PROGRESSO".

ORDEM E PROGRESSO

Programa Nuclear Marinha do Brasil

BRASIL

A grey nuclear submarine is shown in profile, moving from left to right. The word "BRASIL" is printed on its conning tower. Overlaid on the submarine is a stylized atomic symbol with three yellow elliptical orbits and three yellow spheres representing electrons.

**O domínio da tecnologia
é independência**





Corveta Vital de Oliveira



Cruzador Almirante Barroso



Navio-Escola Almirante Saldanha

CIRCUNAVEGAR TAMBÉM É PRECISO !

CMG (RM1) William Carmo Cesar

UM SONHO DE TODO MARINHEIRO

As memoráveis viagens de Bartolomeu Dias em 1486, Colombo em 1492 e Vasco da Gama em 1498 representam importantes marcos na história das navegações de alto mar, pois serviram de estímulo para uma verdadeira escalada de viagens transoceânicas.

Ao final da segunda década do Século XVI, coube, entretanto, ao navegador português *Fernão de Magalhães* planejar e comandar a primeira façanha marítima que tornaria realidade um novo modelo de cruzeiro marítimo: a *circunavegação do globo*. A serviço dos reis de Espanha, Magalhães partiu de Sevilha em setembro de 1519 com cinco velhas *naus* compradas de segunda mão e reformadas para a grande viagem. Apenas a nau *Vitória*, carregada de *especiarias nas Molucas*, então comandada pelo espanhol Juan Sebastian de Elcano, retornou à Sevilha dias antes de completar três longos anos de ausência, sem o idealizador e líder dessa grande epopéia marítima, Magalhães, que perdera a vida em Cebu, nas Filipinas, em 1521.

A partir da circunavegação de Magalhães-Elcano, navios de diferentes bandeiras passaram a empreender viagens redondas, seguindo derrotas diversas, ora em rumo ao nascente ora seguindo em direção ao poente para, após cortar todos os meridianos terrestres e navegar por todas as

longitudes, retornar ao porto inicial da derrota.

Em 1577, um corsário inglês a serviço de Elisabeth I, Francis Drake, partiu de Plymouth também com cinco navios, regressando em 1580 com apenas a *Golden Hind* para concluir a primeira circunavegação inglesa. Entre 1598 e 1601, foi a vez dos Países Baixos Holandeses enviarem uma pequena flotilha, comandada por Olivier van Noort, em viagem ao redor do planeta. A França escolheu um experiente oficial de marinha, Louis Antoine de Bougainville, para comandar a fragata *Boudeuse* e o navio de suprimentos *Etoile* durante expedição à volta do mundo, conduzida entre 1766-69. Em 1803 o czar Alexandre I designou as corvetas *Nadezhda* e *Neva* para se tornarem as primeiras belonaves russas a circunavegarem o globo, sob o comando de Adan Ivan Krusenstern.

Podemos destacar, ainda, algumas outras viagens marítimas ao redor do mundo que se tornaram famosas, como a Expedição Exploradora do capitão Charles Wilkes, da marinha norte-americana (1838-1842), em cuja frota se incluía o navio *Vincennes*, que já havia realizado a pioneira circunavegação daquela marinha cerca de uma década atrás; os três notáveis cruzeiros do grande explorador inglês James Cook (1768, 1772 e 1776), que morreu no Pacífico durante sua última circunavegação; a viagem do capitão Fitz Roy, que conduziu a bordo do *Beagle*, entre 1831 e 1836, aquele que se tornaria o mais célebre dos naturalistas, Charles Darwin; a pioneira circunavegação solitária, do norte-americano Joshua Slocum e seu pequeno veleiro *Spray*, entre 1895-98; a viagem da Grande Esquadra Branca da Marinha dos Estados-Unidos composta por dezesseis encouraçados capitaneados



Navio-Escola Benjamin Constant



Navio-Escola Brasil

anha

pelo *Connecticut* (1907-09); ou a primeira circunavegação submersa do globo efetuada pelo submarino nuclear SSR(N) 586 *Triton*, em 1960.

AS CIRCUNAVEGAÇÕES DA MARINHA BRASILEIRA

Desde longa data, a Marinha do Brasil vem mantendo a tradição de realizar periódicas Viagens de Instrução com o propósito de complementar, a bordo, a formação dos Guardas-Marinha oriundos da Escola Naval. Algumas dessas viagens, normalmente de longa duração, tornaram-se especiais ao levarem as proas dos nossos navios-escola (NE) a cruzarem todos os meridianos do globo em históricas circunavegações.

A VIAGEM PIONEIRA

Foi ainda no período monárquico, no Segundo Reinado, que se realizou a primeira viagem de circunavegação da então Marinha Imperial Brasileira. Essa importante missão foi atribuída à Corveta *Vital de Oliveira*, então sob o comando do Capitão-de-Fragata *Júlio César de Noronha*. Além de sua principal tarefa, ministrar a instrução profissional aos *Guardas-Marinha*, caberia àquela corveta conduzir, a partir da Europa, uma *Missão Diplomática Especial* do governo brasileiro destinada à China.

A nossa pioneira circunavegação teve início ao meio-dia de 19 de novembro de 1879, quando a *Vital de Oliveira* suspendeu do porto do Rio de Janeiro com destino a Lisboa. A partir da capital portuguesa, a corveta arribou em Gibraltar, se dirigiu a Toulon, na França (onde embarcou a Missão Diplomática, da qual fazia parte o Chefe-de-Divisão de nossa marinha, *Arthur Silveira da Motta*, futuro Barão de Jaceguay) e

escalou na ilha de Malta, tornando-se o primeiro navio brasileiro a atracar no porto de La Vallete, de onde prosseguiu até a baía de Pot-Said, na entrada do Canal de Suez. Dali o navio brasileiro deslocou-se até Ismaília para, em seguida, demandar Suez e Adem, de onde se fez ao mar, com destino ao oceano Índico. Visitou o Ceilão e Singapura antes de dirigir-se para Hong Kong (onde desembarcou a nossa Missão Diplomática). Em seguida, suspendeu da baía Victória com destino ao Japão, alcançando Nagasaki e Iocohama no mês de junho de 1880, a partir de onde deu início à longa travessia do oceano Pacífico. Foram 23 dias de mar até São Francisco, na costa oeste dos Estados Unidos, de onde a corveta rumou então para o México, indo aportar no belíssimo balneário de Acapulco. Desceu, em seguida, o litoral da América do Sul até Valparaíso, no Chile. Na etapa seguinte, enfrentaram a região dos estreitos, iniciando o percurso a partir de Port Otway, no Golfo de Penas, de onde demandou os canais laterais da Patagônia, tornando-se o primeiro navio da Marinha Brasileira a transpô-los, antes de penetrar no estreito de Magalhães, 400 milhas ao sul. A travessia do estreito foi realizada em oito dias de complicada navegação, sob temperatura da ordem de três graus centígrados, até chegarem a Punta Arenas, onde os brasileiros passaram o Natal de 1880. A última escala, antes do regresso ao Brasil, foi em Montevidéu.

Finalmente, às cinco horas e trinta minutos da manhã de 24 de janeiro do ano de 1881, a *Vital de Oliveira* lançou ferros na baía de Guanabara. Foram 430 dias durante os quais a corveta percorreu um total de 35.044 milhas náuticas, a uma velocidade média de 6,5 nós, encerrando, com sucesso, a circunavegação pioneira de nossa Marinha.

DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Na tarde de 27 de outubro de 1888, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio José de Mello, o cruzador *Almirante Barroso* suspendeu do porto do Rio de Janeiro, dando início ao prolongado cruzeiro de circunavegação. Em seu primeiro percurso, até o extremo sul do continente sul-americano, fez escalas em Montevideu e em Buenos Aires, antes de alcançar Punta Arenas, no Chile, onde passou o Natal. Na etapa seguinte, no estreito de Magalhães, depois de castigado pelo mau tempo e pelo rigoroso inverno, cujo frio excessivo provocou um grande desconforto entre os membros da tripulação, o *Almirante Barroso* alcançou Valparaíso. Depois de prolongada travessia do Pacífico, de quase dois meses e meio, chegou à Austrália, onde a permanência foi de mais de um mês, em sua maior parte passado docado. Mais 44 dias de mar e aportou em Yocohama, a 19 de julho de 1889. No Japão, escalou ainda em Nagasaki, antes de partir para a China e visitar Xangai. Aportou depois em Hong Kong e Cingapura, ambas então colônias britânicas. Em outubro, a quilha do *Almirante Barroso* cortou as águas do Mar de Java, rumo ao porto de Batávia, onde a permanência foi longa, de quase dois meses, também passados em grande parte em reparos em um dique local. Em Achem, Sumatra, possessão holandesa, onde o navio arribou a seguir, a tripulação tomou conhecimento de que havia sido proclamada a República no Brasil, em razão do que a Família Imperial havia partido para o exílio na Europa. No porto seguinte, Colombo, no Ceilão, o príncipe Augusto Leopoldo, então segundo-tenente, teve que desembarcar, em cumprimento a determinações republicanas.

Partindo do Ceilão, o navio subiu o litoral da Índia até Bombaim, onde permaneceu durante os primeiros dias de 1890, antes de suspender para demandar o golfo de Adem, no mar arábico. A partir de Adem, visitou Djedá, atravessou o canal de Suez e, após permanência de mais de uma semana em Alexandria, iniciou período de navegação através do Mediterrâneo, com escalas em Nápoles, Toulon, Barcelona e Gibraltar.

Trinta dias levou o cruzador em sua última singradura, ao longo do Atlântico, até atingir a velha Bahia, berço de seu comandante Custódio de Mello, que lá chegou com as platinas de Contra-Almirante, posto ao qual havia sido promovido.

Da capital baiana, o navio demandou o Rio de Janeiro, onde fez seu último fundeio, encerrando, na

baía de Guanabara, o cruzeiro ao redor do mundo de 21 meses e dois dias e 36.691 milhas navegadas.

UMA CIRCUNAVEGAÇÃO CENTENÁRIA

Às quatro horas da tarde do dia 26 de janeiro de 1908, o NE *Benjamin Constant*, terceiro navio de nossa marinha a circunavegar o planeta, e que se tornaria conhecido como *Cisne Branco*, demandou a barra da baía de Guanabara para iniciar o seu fascinante cruzeiro, sob o comando do Capitão-de-Fragata Antonio Coutinho Gomes Pereira, simultaneamente com a força naval de encouraçados da marinha norte-americana, então de passagem pelo Rio de Janeiro, também em viagem ao redor do mundo.

Os primeiros portos de escala foram Montevideu e Punta Arenas, de onde o NE partiu para singrar as águas do *Grande Oceano*, após enfrentar a difícil passagem pela região dos estreitos. Aportaram em seguida em Talcahuano, Valparaíso e Callao. Do Peru suspendeu com destino ao Havaí e, trinta dias depois, já se encontrava atracado ao cais da estação naval norte-americana em Honolulu, após ter efetuado a maior perna de mar de toda a comissão, de 5.200 milhas náuticas ao longo do Pacífico.

Em meio à travessia seguinte, com destino a Yocoama, o comandante Gomes Pereira resolveu se aproximar da ilha de Wake, uma feliz decisão que levou o navio a realizar a mais nobre tarefa de toda a viagem: o resgate de 20 naufragos japoneses há longo tempo isolados naquela ilha distante, sobreviventes da escuna de pesca *Tokio Maru*. No Japão o comandante teve a honra de receber a bordo, para um almoço, o ilustre Almirante *Heihachiro Togo*, grande herói da Marinha Imperial Japonesa e vencedor da Batalha de Tsushima, travada contra forças navais russas havia menos de cinco anos.

De Yocoama partiu o nosso navio-escola para visitar Nagasaki e Sasebo, antes de demandar Xangai, na China. Dali o navio seguiu para Hong Kong onde, devido à peste que grassava entre os chineses, não houve licença. Em seqüência, o navio escalou em Cingapura, cruzou o estreito de Málaca e visitou o porto de Colombo, no Ceilão. Alcançou, em seguida, Adem, cruzou o estreito de Bab-el-Mamdeb, atravessou o mar Vermelho, aportou em Suez, em Ismailia, e chegou à Alexandria. Daí em diante, a quilha do *Cisne Branco* passou a cortar as águas do Mediterrâneo, onde efetuou suas últimas escalas no estrangeiro, visitando os seguintes portos europeus: Nápoles, La Spezia, Toulon e Gibraltar.

NAVIO ESCOLA "CUSTÓDIO DE MELLO"
 (Brazilian Training Ship "Custódio de Mello")
VIAGEM DE INSTRUÇÃO DE GUARDAS-MARINHA
 (Midshipmen Training Cruising) - (Voyage d'Instruction des Enseignes de Vaisseau)
 1968



OS NAVIOS QUE REALIZARAM AS CIRCUNAVEGAÇÕES BRASILEIRAS

Navio	Construção	Deslocamento	Comprimento	Boca	Propulsão
Cv Vital de Oliveira	AMRJBrasil - 1867	1.424 t	66,7 m	11,2 m	Vela-3 mastros Motor auxiliar
C Almirante Barroso	AMRJBrasil - 1882	1.960 t	64,0 m	11,0 m	Vela - 3 mastros Motor auxiliar
NE Benjamin Constant	La Seine França - 1892	2.820 t	74,0 m	15,6 m	Vela - 3 mastros Motor auxiliar
NE Almirante Saldanha	Barrow - 1933 Grã Bretanha	3.325 t	93,0 m	15,8 m	Vela - 4 mastros Motor auxiliar
NE Custódio de Mello	Tóquio - 1954 Japão	4.800 t	120,0 m	16,0 m	Caldeiras
NE Brasil	AMRJBrasil - 1983	2.548 t	130,0 m	14,0 m	Diesel

Após se despedir do Mediterrâneo e cruzar o Atlântico, o *NE* chegou ao litoral brasileiro, aportando no Recife nos primeiros dias de dezembro. Em seguida, demandou o Rio de Janeiro para, finalmente, amarrar à bóia, fundeada nas águas da baía de Guanabara, na madrugada do dia 16 daquele mês, após ter percorrido 30.465 milhas e cumprido 160 dias de mar.

NOSSA ÚLTIMA CIRCUNAVEGAÇÃO A PANO

Um longo cruzeiro ao redor do mundo levou o *NE* *Almirante Saldanha*, então sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra *Silvio Borges de Souza Mota*, a suspender do porto do Rio de Janeiro, a 25 de abril de 1952, rumo à cidade de Dacar, na outra margem do Atlântico. Do Senegal o navio rumou para Casablanca no Marrocos, dali seguindo para Portugal e Espanha. Após cruzar o imponente estreito de Gibraltar, demandou Marselha, lá permanecendo por quase um mês antes de ir para a Itália, escala seguinte onde os tripulantes tiveram a oportunidade de verificar os estragos deixados pela Segunda Grande Guerra. Em seguida, o *NE* alcançou Pireu, na Grécia, último contato da tripulação com a Europa, em toda essa viagem.

Depois de passagem por Port-Said, travessia do canal de Suez, fundeio no golfo de Adem e singradura no mar Vermelho, o *Almirante Saldanha* deu início a uma nova e exótica etapa de sua jornada, já no Índico, com excêntricas estadias em Bombaim, Gôa – então colônia portuguesa, e Colombo, no Ceilão, antes de cruzar o estreito de Málaca e alcançar Cingapura. Em outubro já se encontrava navegando em mar aberto, rumo à Jacarta. Na prolongada singradura seguinte, ao longo do Pacífico, velejou pelos mares das Flores e de Banda, e atravessou a passagem das Molucas, indo atingir Guam, nas Marianas. A partir das Marianas, visitou ainda Honolulu antes de demandar São Francisco, onde chegou na véspera do Natal de 1952. De San Diego, porto seguinte, rumou para Acapulco e depois para Corinto, já na América Central. Demandou o litoral oeste sul-americano e visitou Callao, Valparaíso e Talcahuano, antes de dirigir-se à região dos estreitos, cuja passagem até Punta Arenas foi efetuada em oito dias e meio.

Cumpridas suas últimas escalas, em Porto Belgrano, Buenos Aires e Montevideú, o nosso veleiro-escola demandou a baía de Guanabara onde, na manhã de 16 de maio de 1953, encerrou a quarta circunavegação brasileira, durante a qual foram percorridas 34.056 milhas náuticas em 204,5 dias de mar, totalizando quase 13 meses de longa ausência.

PRIMEIRA CIRCUNAVEGAÇÃO TOTALMENTE A VAPOR

O Programa de Movimentação nº. 006/68, anexo à Ordem de Movimento nº. 002/68 da então Força de Transportes da Marinha, determinou que o *NE* *Custódio de Mello*, comandado pelo CMG Hedno Vianna Chamoun, suspendesse do Rio de Janeiro para uma Viagem de Instrução ao redor do globo.

Por volta das 16 horas do dia 19 de abril de 1968, o *U-26* aprofundou-se à barra da baía de Guanabara para dar início a uma das muitas travessias da longa e sonhada viagem, rumo ao Recife e a Belém, os dois únicos portos visitados no Brasil. Da foz do Amazonas demandou, via cabo Orange, o Canal do Panamá. Em pouco menos de meio dia o *NE* percorreu as 50 milhas que separam o Atlântico do Pacífico, via eclusas de Pedro Miguel e de Miraflores, até alcançar o píer da Base Naval de Rodman, na Zona do Canal, onde ficou estacionado. Na noite de 11 de maio, após suspender de Balboa e cruzar sob a Ponte das Américas, uma bela estrutura metálica que interliga os continentes americanos através das duas margens do canal, a quilha do velho *U-26* passou a cortar as águas do Pacífico em direção ao México. Após estadias em Acapulco e na Base Naval de Long Beach, em Los Angeles, o *Custódio de Mello* iniciou uma nova fase da V Circunavegação da Marinha Brasileira com a primeira longa pernada através do oceano Pacífico, que o levou a alcançar a ilha de Oahu e atracar em Honolulu, à vista do majestoso vulcão Diamond Head. Do cais de Honolulu, o *NE* suspendeu em direção à Base Naval de Pearl Harbor, importante sítio por seu valor histórico, devido aos acontecimentos marcantes ali ocorridos ao tempo da II Guerra Mundial. Das ilhas Havaianas o *U-26* seguiu para o Japão.

Uma neblina pairava sobre a baía de Tóquio e, no cais, uma banda militar entoava o *Cisne Branco* quando o nosso navio-escola realizou as manobras de atracação no Harumi Píer, na manhã de 24 de junho. Após uma semana de estadia, o *NE* deixou para trás este exótico, moderno, tradicional e hospitaleiro país.

Ao navegar com destino às ilhas Filipinas, o navio enfrentou o pior mar de toda a viagem, provocado por um furacão que pouco antes havia varrido aquela região do Pacífico, com as águas revoltas lavando convés e superestrutura do *NE*. No início de julho, atracou em Manila, no arquipélago filipino. Mais cinco dias através do mar da China Meridional, rumo à baía de Cingapura, e o velho *U-26* lançou ferros, na manhã do dia 15 de julho de 1968, naquela cidade-estado. Dali zarparou para atravessar o estreito de Málaca e alcançar

as águas do lendário oceano Índico, em demanda do Ceilão, fundeando em Colombo, a capital cingalesa, no final de julho. Três dias depois o navio suspendeu para uma das mais longas travessias da circunavegação, ainda através do Mar das Índias, em demanda do outrora também temeroso Canal de Moçambique, alcançado no início do mês de agosto. Dias depois atracou no porto de Lourenço Marques, Moçambique, de onde largou as espias, a 12 de agosto, rumo ao derradeiro porto desta longa viagem.

Na noite de 15 contornou o cabo das Agulhas, o ponto extremo-sul do continente africano, em demanda do cabo da Boa Esperança, outrora *das Tormentas*, com o mar mantendo-se violento até a entrada da baía da Cidade do Cabo, quando o navio sofreu balanços superiores a 30 graus. Tal fato foi registrado pela imprensa local, no jornal *The Cape Argus* do dia 16 de agosto, em reportagem de primeira página sobre a chegada do NE *Custódio de Mello*, com o sugestivo título: "*Cabo Tormentoso!*"

Aos vinte dias de agosto, o bravo *Custódio de Mello* deixou a África do Sul, dando início à nossa última singradura. Foram nove dias de mar cruzando as águas do Atlântico Sul até encerrar, no dia 30, na baía de Guanabara, a sua X Viagem de Instrução de Guardas-Marinha e V Circunavegação da Marinha do Brasil. Foram 135 dias de inesquecíveis experiências, 43 dias passados em 10 portos estrangeiros, 89 dias de mar, com travessias que tiveram de 3 a 13 dias de duração e 25.991 milhas navegadas.

AS ÚLTIMAS CIRCUNAVEGAÇÕES DA MARINHA BRASILEIRA

A partir final da década de 1980, assumiu a nobre missão de conduzir os Guardas-Marinha brasileiros em Viagens de Instrução, o navio-escola *Brasil*, construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Entre os meses de março e outubro de 1989, em comemoração ao centenário da nossa segunda circunavegação, esse mais novo NE realizou a sua primeira viagem à volta do mundo, que teve a duração de seis meses e vinte dias. Sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Lourenço dos Santos, o U-27 seguiu uma derrota básica semelhante àquela do *Almirante Barroso* cem anos atrás, navegando no sentido leste-oeste e visitando os seguintes portos estrangeiros, após suspender do Rio de Janeiro e escalar no Rio Grande/RS: Buenos Aires, Montevideu, Valparaíso, Callao, Guayaquil, Acapulco, Los Angeles,

Honolulu, Tóquio, Nagasaki, Inchon, Xangai, Hong Kong, Cingapura, Jacarta, Bombaim, Jedá, Alexandria, Pireu, Nápoles, Toulon, Málaga, Lisboa e Las Palmas. De volta ao Brasil, antes de regressar ao porto do Rio de Janeiro, visitou ainda, Belém, Itaquí, Fortaleza, Recife, Salvador e Vitória.

2008: UMA CIRCUNAVEGAÇÃO MAIS DO QUE ESPECIAL

No dia 20 de junho desse ano, durante o qual comemoramos o centenário da circunavegação do NE *Benjamin Constant* e os 40 anos da viagem ao redor do globo do NE *Custódio de Mello*, o navio-escola *Brasil*, que já havia realizado em 1997 sua segunda volta ao mundo, suspendeu da baía de Guanabara para dar início, em cumprimento à oportuna e feliz determinação do Comando da Marinha, à nossa oitava circunavegação, levando a bordo mais uma Turma de Guardas-Marinha da Escola Naval para sua tradicional Viagem de Instrução.

Ainda por oportuno, nessa especial VIGM-2008, nossos atuais GM terão o prazer de visitar, como fizeram seus antecessores em 1908 e 1968, o tradicional e hospitaleiro *País do Sol Nascente* e compartilhar, naquele longínquo e exótico Japão, das comemorações do *Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil*.

Dada por finda a longa derrota e cumprida a honrosa missão, que os bons ventos de ida os tragem de volta, com justo orgulho e alegria, à nossa Pátria do coração!



Navio-Escola Brasil

BANCO DO BRASIL



*Agência
Escola Naval*

Banco do Brasil
200 anos fazendo o futuro.



Com 24,6 milhões de clientes correntistas, 15,1 mil pontos de atendimentos em 3,1 mil cidades e 22 países, o Banco do Brasil é hoje a maior instituição financeira do País, atendendo a todos os segmentos do mercado financeiro.

Em 200 anos de existência, o primeiro banco a operar no País coleciona histórias de pioneirismo e liderança. Foi o primeiro a entrar para a bolsa de valores; a lançar cartão de múltiplas funções; a lançar o serviço de mobile banking, a se comprometer com uma Agenda 21 Empresarial e a aderir aos Princípios do Equador. Hoje é líder em ativos, depósitos totais, câmbio exportação, carteira de crédito, base de correntistas, rede própria de atendimento no país, entre outros.



Essas vitórias são resultado dos investimentos em tecnologia, do treinamento de 82,5 mil funcionários, da estratégia de segmentação dos mercados, do atendimento especializado e da busca constante por eficiência. Tudo isso, aliado à tradição da Empresa, fez do Banco do Brasil uma organização ágil, moderna e competitiva, com capacidade de atender as mais diversas demandas de negócios do País.

- 1808 O príncipe regente, D. João determina a criação do Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808
- 1819 O Banco financia a construção da primeira Bolsa no País, no Rio de Janeiro
- 1821 D. João VI e sua Corte retornam a Portugal, exaurindo os recursos depositados no Banco
- 1833 Findo o prazo estatutário de duração, liquida-se a primeira fase do Banco
- 1838 Funda-se o Banco Comercial do Rio de Janeiro, sob a liderança de Inácio Rattón
- 1851 Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, cria uma nova instituição denominada Banco do Brasil
- 1853 O Banco do Brasil de Mauá funde-se com o Comercial do Rio de Janeiro, sob liderança do Visconde de Itaboraí
- 1854 O Banco cria concurso público para cargos de escriturários
- 1863 O Banco torna-se o único órgão emissor no território nacional
- 1866 O Banco deixa de emitir moeda e passa a ser instituição de depósitos, descontos e empréstimos sobre hipotecas
- 1888 Abolição da Escravatura. O Banco destina as primeiras linhas de crédito para a agricultura
- 1893 Aprovada a fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, criando o Banco da República do Brasil.
- 1905 Elimina-se a palavra República, e o Banco volta a se denominar do Brasil. A União Federal assume o controle acionário e administrativo da instituição
- 1906 As Ações do Banco do Brasil são lançadas em bolsa
- 1926 A sede do Banco se transfere para o antigo prédio da Bolsa do Rio, atual Centro Cultural, na Rua Primeiro de Março
- 1936 Criada, em novembro, uma importante ferramenta de atuação do Banco: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
- 1937 A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial capta recursos com a colaboração de bônus e letras hipotecárias no mercado de capitais e junto aos institutos de Aposentados e Pensão
- 1941 Inaugura-se, em Assunção, Paraguai, a primeira agência no exterior
- 1944 O Banco acompanha as tropas brasileiras na Itália, abrindo escritórios em Roma, Nápoles e Pistola
- 1945 É Criada a Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito visando a exercer o controle da moeda e preparar a organização de um banco central
- 1960 No dia da inauguração da nova capital, 21 de abril de 1960, a sede do Banco é transferida para Brasília
- 1964 A lei da Reforma Bancária extingue a Sumoc e cria o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional
- 1967 O banco passa a dedicar energias ao mercado internacional
- 1969 É lançado o Cheque Ouro, o mais antigo cheque especial no mercado
- 1976 O Banco inaugura na cidade da Barra do Bugres, em Mato Grosso, sua milésima agência
- 1985 É criada a Fundação Banco do Brasil
- 1986 Banco passa a atuar em todos os segmentos do mercado financeiro
- 1987 É lançado o Ourocard primeiro cartão de múltiplo uso do mercado brasileiro
- 1989 É inaugurado, no Rio de Janeiro, o primeiro Centro Cultural do Banco do Brasil
- 1994 No Plano Real, o Banco realiza a maior troca física de moeda jamais ocorrida no mundo
- 1995 A administração do Banco é reestruturada para se adequar a queda de inflação oriunda do plano real
- 1996 O Banco aumenta a capital em R\$ 8 bilhões e emite bônus de subscrição.
- 1998 O Banco recebe o primeiro certificado ISO 9002 em análise de crédito e inaugura seu Centro Tecnológico, um dos mais modernos e bem equipados do mundo
- 2000 Expansão na Internet, com o lançamento do Portal bb.com.br
- 2001 Adequação ao conceito de Banco visando a reduzir custos, racionalizar processos e otimizar a gestão fiscal e financeira.
- 2004 É feita uma emissão privada de ações para custear a aquisição e cancelamento, em oferta pública, dos bônus de subscrição ainda em circulação.
- 2005 O banco lucra R\$ 4,2 bilhões, apresentando o maior resultado de sua história.
- 2006 As ações do BB completam 100 anos de listagem em bolsa de valores e o Banco adere ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Linha do Tempo – 200 Anos



CARTOGRAFIA NÁUTICA NO BRASIL

Este ensaio visa ao esclarecimento acerca da importância das funções da cartografia náutica para a sociedade brasileira, que, sendo atribuída à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil, não se restringe apenas ao simples cumprimento de uma ordem subsidiária, mas compreende o desejo de muitos hidrógrafos de contribuir para a solidificação e estabilização do nosso país.

Aspirante João Celso Silva de Deus

HISTÓRICO

A cartografia sempre foi considerada uma atividade essencial à preservação do domínio territorial, desde a Antiguidade, pois o estudo de terreno era mister na criação de estratégias de ataque e defesa em guerras pela defesa dos interesses de determinado grupo, além de possibilitar a proteção das rotas comerciais. Nada mais natural do que, no contexto das Grandes Navegações, se dedicasse atenção especial à cartografia das novas rotas marítimas. Fechadas as rotas terrestres para as Índias, os burgueses em ascensão dependiam do mar para manter seu projeto de enriquecimento político-econômico, valorizando ao extremo as novas rotas descobertas. As cartas náuticas da época, bem mais rústicas do que as nossas de hoje em dia, eram tomadas como tesouros de uma nação, segredo de

Estado. Voltamos nossa análise, então, para as origens da criação de nosso país como instituição política. Já em 1500, grande parcela de nosso litoral era representada em cartas portuguesas para estudo de nosso território e do que ele tinha a oferecer para o projeto mercantilista europeu, a todo vapor nesses anos de solidificação das monarquias absolutas na Europa. De fato, essas cartas podem ser consideradas obras-primas de técnica e estudo cartográfico, se analisadas as condições de tecnologia de que se dispunha para efetuar análise tão detalhada, provocada pela necessidade de resguardar as novas terras descobertas da cobiça das demais nações, também à procura de recursos para manter sua evolução nessa etapa da história.

Com o passar dos anos, esse domínio marítimo foi se tornando cada vez mais importante na disputa pela hegemonia dentre as nações européias. A partir da Revolução Industrial, a cartografia náutica obteve grandes avanços tecnológicos e aliou-se à evolução da Marinha Inglesa para torná-la instrumento determinante na influência política sobre as demais nações européias e conceder destaque notável dentre todas as outras forças navais até hoje.

Em se tratando de avanços, hoje a cartografia náutica encontra importância ainda mais profunda do que em outros contextos históricos. Após a Revolução Técnico-Científica, o desenvolvimento de sistemas de sondagem eletrônicos, o auxílio de satélites no estudo meteorológico e oceanográfico tornou o estudo de nosso território marítimo muito mais intenso e necessário à nossa realidade político-econômica, visto que 95% do nosso comércio é feito em via marítima. Bilhões de dólares de nossa balança comercial dependem do serviço incansável de nossos hidrógrafos todos os dias, que garantem ao nosso país a segurança necessária em

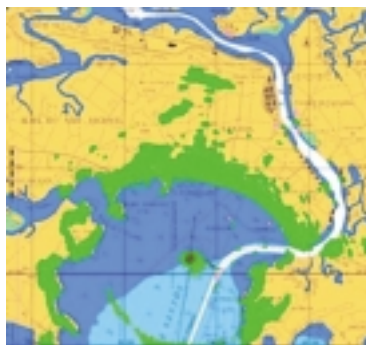


nossa área de jurisdição. É também uma função imperiosa no que tange à geoestratégia, tendo em vista que uma das condições impostas para controle brasileiro sobre essas áreas e, mais recentemente, sobre o território adquirido pelo Programa de Levantamento da Plataforma Continental é a responsabilidade sobre o patrulhamento, a proteção e o salvamento marítimo de todas as embarcações que estiverem dentro dos limites de nosso mar territorial, atividades que só são possíveis com conhecimento detalhado acerca das condições para uma navegação adequada e que assegure confiança na determinação dos perigos com que nossos navegantes possam se deparar em meio à sua derrota.

DEFINIÇÃO

A principal característica de uma Carta Náutica é a adequação de seus dados à prática da navegação, revestindo-se de caráter técnico e especializado. Seu conceito é geralmente comparado ao de mapa, pois apesar de ambos possuírem a essência de representar parte de um território, o mapa não é tido como possuidor desse caráter técnico, tendo finalidades artísticas ou culturais. Geralmente, é construído em escala pequena, cobrindo um território mais ou menos extenso. Por sua vez, carta é a representação dos aspectos naturais ou artificiais da Terra, destinada a fins práticos da atividade humana, permitindo a avaliação precisa de distâncias, direções e a localização geográfica de pontos, áreas e detalhes. Vale ressaltar que suas informações são estritamente necessárias ao navegante, mas não suficientes, visto a divisão de informações com outras publicações, como a Lista de Faróis e a Tábua de Marés.

A ciência que modernamente trata da construção de cartas é a cartografia, definida como a arte, ciência e tecnologia de construção de mapas, juntamente com seu estudo como documento científico e trabalho artístico. Com o propósito de servir de ferramenta à navegação, as cartas náuticas estão associadas a um sistema de coordenadas que permite a obtenção da localização de qualquer ponto que represente. Nas cartas brasileiras é utilizada a projeção de Mercator, caracterizada pela conformidade, ou seja, pela característica de manter constantes os ângulos de marcações da superfície original com os paralelos e meridianos do Sistema de Coordenadas Geográficas. Essa projeção tem características muito importantes



para a navegação, como a de manter a proporção de pequenas áreas, facilidade de plotagem e o uso do artifício das Latitudes Crescidas, que contorna a deformação de distâncias

decorrentes do sistema projetivo cilíndrico.

Apesar de todas essas características, as cartas náuticas impressas são eminentemente estáticas, sendo todas as operações realizadas manualmente sobre as mesmas. As aplicações que se utilizam de cartas náuticas impressas como ferramentas para o seu desenvolvimento, principalmente aquelas que necessitam extrair ou controlar informações em tempo real, como é o caso da navegação, ressentem-se muito da forma como essas operações são realizadas, não sendo automatizadas ou sem o suporte de algum sistema eletrônico. Além da baixa velocidade decorrente da operação manual nessas cartas náuticas, outros problemas ocorrem:

- a confiabilidade das informações obtidas torna-se baixa por depender exclusivamente do operador;
- o cansaço provocado pelo trabalho contínuo e repetitivo leva o operador a cometer erros;
- o processo manual gera grandes imprecisões;
- a velocidade na obtenção e o controle das informações dependem exclusivamente do operador, muitas vezes não satisfazendo as necessidades práticas;
- apesar do grande volume de correções, a atualização das cartas náuticas também é um processo manual e rudimentar, além de ter um controle



Position System (GPS), no mesmo padrão de qualidade e atualização das cartas náuticas convencionais fornecidas pela DHN.

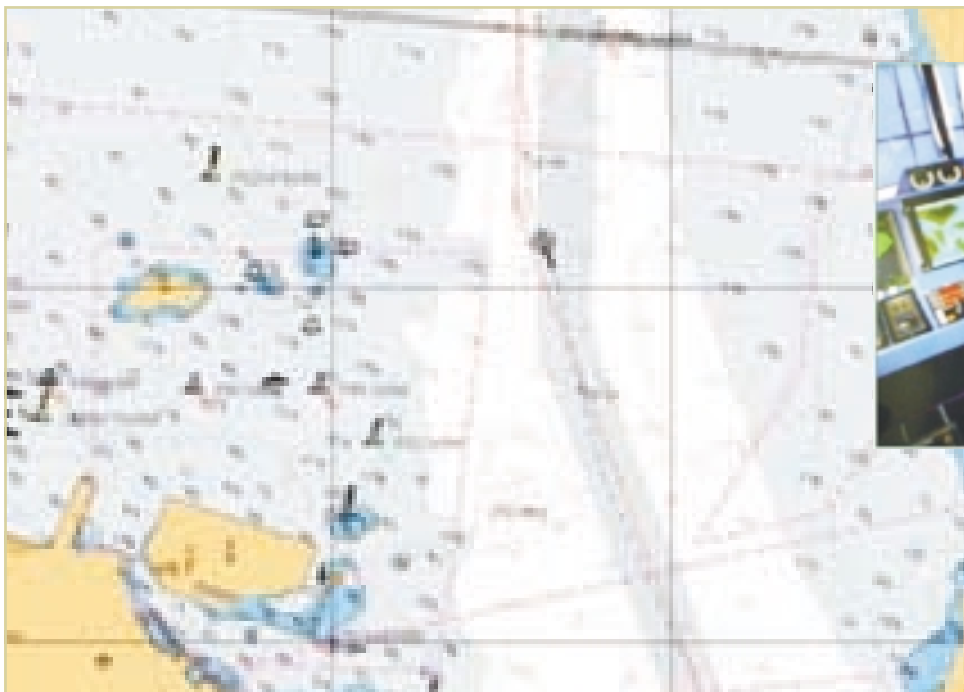
A UTILIZAÇÃO DAS CARTAS NÁUTICAS

A escolha das cartas náuticas necessárias é essencial no planejamento da derrota a ser efetuada pelo navegante. Quando em navegação de cabotagem, deve-se optar pelas cartas de maior escala, pois estas mostram mais detalhes no que se refere a perigos e são mais aptas a fornecer dados para a navegação visual e para a retirada de posições de pontos de terra. Quando em navegação oceânica, é mais importante a visão de um trecho considerável da derrota para estudo do rumo a ser adotado para melhor desempenho em sua execução, evitando gastos desnecessários de combustível e material. A DHN fornece o Catálogo de Cartas e Publicações, que descreve com detalhes todas as cartas com área de abrangência, título, escala e data da última publicação, a fim de possibilitar ao navegante ciência do estado de atualização das cartas, que devem ser constantemente revistas. Informações para complementação das informações das cartas são divulgadas pelos Avisos aos Navegantes que, em caso de urgência, são divulgados via rádio.

pouco eficiente, deixando muitas vezes de serem realizadas atualizações importantes nas mesmas.

Para contorná-los, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, a cartografia náutica agora dispõe de recursos para a confecção de cartas eletrônicas, digitais, raster e vetoriais, que vieram para integrar os sistemas de navegação em tempo real dos navios e os sistemas computacionais de apoio ao planejamento e à condução das operações navais, constituindo o esforço principal desenvolvido pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) na área da cartografia. Sua aquisição pode ser feita pela Internet, podendo o navegante dispor de cartas para os dispositivos de navegação via satélite, como o Global

Suas informações compreendem levantamentos de áreas oceânicas, mares, baías, rios, canais, lagos, lagoas, ou qualquer outra massa d'água



*Acima, passadiço.
No detalhe, ao lado,
carta eletrônica.*

navegável e que se destinam a servir de base à navegação; são geralmente construídas na Projeção de Mercator e representam os acidentes terrestres e submarinos, fornecendo informações sobre profundidades, perigos à navegação (bancos, pedras submersas, cascos soçobrados ou qualquer outro obstáculo à navegação), natureza do fundo, fundeadouros e áreas de fundeio, auxílios à navegação (faróis, faroletes, bóias, balizas, luzes de alinhamento, radiofaróis, etc.), altitudes e pontos notáveis aos navegantes, linha de costa e de contorno das ilhas, elementos de marés, correntes e magnetismo e outras indicações necessárias à segurança da navegação.

Apesar de as cartas possuírem especial rigor pela sua importância à navegação, é essencial que o navegante compare seus dados com os das demais publicações, em especial com os Avisos Permanentes divulgados no Folheto Quinzenal, disponível nas capitâneas dos portos no décimo quinto e no último dia do mês. O mar, como todo o ambiente natural, está sujeito a constantes mutações: áreas com solo mais mole, por exemplo, têm tendência à alteração da forma do relevo submarino, que podem alterar as sondagens descritas nas cartas náuticas. Daí o lema de nossa hidrografia: “Restará sempre muito o que fazer”, pois informações como essa tem de ser constantemente atualizadas para tornar o navegante apto a tomar decisões acerca da melhor opção para sua derrota: deve saber se o calado de seu navio irá possuir lazeira suficiente para atravessar determinado canal, se a maré estará conveniente para a atracação e desatracação, quais faróis poderá avistar para ter certeza de que sua posição está adequada e, para tudo isso, confiar na qualidade da cartografia náutica oferecida pelo nosso serviço hidrográfico.

Também são publicações importantes o Roteiro, para divulgação de informações de interesse para a navegação, além de características portuárias de caráter geral, e a Carta Piloto, que deve ser analisada com cuidado especial, pois consta de informações importantes, tais como correntes, ventos, declinação magnética e temperatura prevista para o mar, entre outras. Para derrotas mais específicas, a DHN também fornece cartas ortodrômicas, e certas cartas especiais, destinadas a operações da Esquadra e dos Fuzileiros Navais. Sendo necessária a manutenção rigorosa da derrota nas entradas e saídas de portos brasileiros, aconselha-se o estudo das Cartas de Correntes de Maré, a fim de tomar conhecimento da influência da

corrente no rumo e na velocidade de seu navio. Essa publicação consta de direção e velocidade da corrente nos pontos conspícuos dos principais portos do nosso país, tomando por referência os horários das preamares de sizígia. Também possui um ábaco para conversão dessa intensidade nas épocas de quadratura, onde só é necessário que se possua os dados relativos a duração dessa enchente ou vazante e a amplitude da maré prevista para esse horário.

A CONSTRUÇÃO DAS CARTAS NÁUTICAS

A confecção das cartas náuticas brasileiras é regulamentada pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI), obedecendo aos critérios de rigor na representação da costa, sondagens, atualização e dados de declinação magnética. A Marinha, apesar de suas dificuldades financeiras, ainda dá suporte ao serviço hidrográfico com atenção especial, dada a importância da tarefa. Nossos navios brancos são possuidores de toda a tecnologia para fornecer os levantamentos hidrográficos necessários à construção das cartas náuticas: processamento de dados topográficos, geodésicos, oceanográficos, mareográficos, fluviométricos, batimétricos, geomorfológicos, aerofotogramétricos e de sensoriamento remoto.

De fato, nossos meios de sondagem têm evoluído continuamente. Apesar de ser um processo muito dispendioso, esse estudo do relevo submarino tem de ser efetuado com o máximo de precisão para atender aos requisitos internacionais, surgindo, então, a ecobatimetria multi-feixe, capaz de estender a área de detecção do relevo submarino de uma linha de sondagem para uma área sobre o leito do mar, possibilitando maior exatidão das informações de profundidade de nossas cartas. Seu referencial adotado é o nível médio das baixas mares de sizígia (MLWS), a fim de reduzir ao máximo a interferência da maré nos dados das sondagens da carta. Na verdade, as maiores fontes de erro presentes na profundidade reduzida são oriundas do processo de redução das marés e correções de altitude. Atualmente, é estudado um processo de aquisição de sondagens com apoio do GPS para que se tenha ainda maior controle das correções e análises dos resultados observados. A OHI prevê, também, a varredura sonar de locais mais críticos à navegação, como canais, atracadouros e portos, que dão absoluta certeza da análise total do relevo submarino.

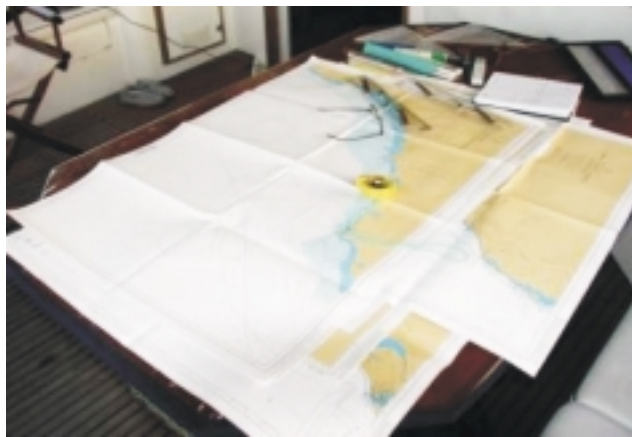
Também é dada atenção especial ao posicionamento dos sinais de balizamento nas cartas náuticas, a fim de contribuir para a segurança da navegação. Muitas vezes as coordenadas geográficas são postas com precisão de satélite e, auxiliadas pela aerofotogrametria, são divulgadas possíveis alterações quanto a irregularidades no posicionamento e no apagamento temporário de sinais luminosos em avisos-rádio.

De posse de todas as informações necessárias para a confecção de uma Nova Edição, tais como Folhas de Bordo, plantas, Cartas Náuticas, imagens de radar ou de satélites e cartas de outras instituições, a DHN tem condições de confeccionar o original vetorizado, primeira etapa de construção da carta náutica. A partir desse documento, feitas as devidas revisões, são estabelecidas as cores da carta náutica e feitos os positivos para impressão das cartas e confecção das eletrônicas.

A CARTA NÁUTICA ELETRÔNICA

Um dos principais avanços da navegação na atualidade, a cartografia eletrônica consegue vencer o processo estático da plotagem tradicional na carta. Como dependente do fator humano e sendo um processo muitas vezes extenuante, é comum a atribuição de erros na tomada de posições na carta náutica, principalmente quando o plotador não está bem adaptado à atividade. Além disso, a posição retirada da carta nunca se refere ao momento, visto que se passa um período de tempo considerável entre a retirada de marcações e a obtenção da posição observada, o que nos faz navegar baseados sempre em posições passadas. É nesse ponto que a cartografia eletrônica mostra uma grande vantagem: munida de um sistema integrador, é capaz de fornecer o acompanhamento da derrota planejada em comparação simultânea com a derrota que está sendo efetuada, fornecendo posição, rumo e velocidade após a entrada dos dados de marcação conseguidos visualmente.

Apesar disso, o desenvolvimento de sistemas de cartografia eletrônica ainda está em fase primária. Devido ao pouco tempo de uso dos sistemas hoje em serviço, sua robustez ainda não está comprovada, nem conclusões definitivas sobre concepções ou linhas de pesquisas prioritárias foram estabelecidas. Sua regulamentação ainda não foi definida perfeitamente pela OHI, sendo utilizada ainda em pequena escala por embarcações de recreio e de pesca (muitas vezes



“Nosso serviço de cartografia náutica tem importância essencial na consolidação do domínio brasileiro sobre o mar territorial e na pronta resposta às responsabilidades que as organizações internacionais esperam de nossa Marinha,...”

a d e q u a d a s especificamente para esse fim). Essa organização já desenvolve estudos para evolução dos sistemas de banco de dados náuticos, prevendo que será necessária uma instituição responsável pela atualização constante das cartas eletrônicas fornecidas em meio magnético. Avalia-se que, dentro de pouco tempo, essas cartas não só possuirão todo o estudo de rigor, mas serão de

uso obrigatório nas embarcações.

CONCLUSÃO

De fato, nosso serviço de cartografia náutica tem importância essencial na consolidação do domínio brasileiro sobre o mar territorial e na pronta resposta às responsabilidades que as organizações internacionais esperam de nossa Marinha, assegurando a hegemonia do país no mar e contribuindo para o desenvolvimento da consciência marítima do nosso povo.

BIBLIOGRAFIA:

Diretoria de Hidrografia e Navegação - Tomo LXIII – Anais Hidrográficos; <https://www.mar.mil.br/dhn>;

Neucimar, Cleomar de Oliveira – Cartas Náuticas Eletrônicas: operações e estruturas de dados.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA

Uma Diretoria dedicada à Família Naval: Assistência Integrada em todo o Território Nacional



PROGRAMAS SOCIAIS

Educacional
Missões Especiais
Orientação Social
Qualidade de Vida
Maturidade Saudável
Atendimento ao Especial
Prevenção à Dependência Química
Carteira de Empréstimo Financeiro
Movimentação por Motivo Social
Necessidades Financeiras
Recreação e Desporto



Locais de Atendimento

Área Rio: AMRJ, BAMRJ, CIAA, CIAMPA, CIAW, ComDivAnf, ComemCh, ComTrRef, CPesFN, DHN, HCM, HNMD, PM, PNNSG, SASM e UISM.

Demais Áreas: Com2DN, Com3DN, Com4DN, Com5DN, Com6DN, Com7DN, Com8DN, Com9DN, CN, ComForAerNav, CTMSP, EAMCE, EAMPE, EAMES, EAMSC e HNSa.

DASM - Praça Barão de Ladário, s/n - Edifício Almirante Tamandaré - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-000
Intranet: www.dasm.mb Internet: www.dasm.mar.mil.br e-mail: contato@dasm.mar.mil.br Telefone: (21) 2104-5540

A ACADEMIA NAVAL DE ANNAPOLIS E SEUS AVISOS DE INSTRUÇÃO DE LIDERANÇA

CC Gustavo C. Garriga Pires

INTRODUÇÃO

É inegável a importância que nossa instituição, em seus diferentes níveis, tem dado ao tema Liderança e, mais especificamente, ao seu ensino. As grades curriculares de nossos estabelecimentos de ensino reforçam tal fato, ao mesmo tempo em que profissionais com talento e experiência desenvolvem a instrução. Todavia, se por um lado o assunto é apresentado em sala de aula com os mais modernos recursos disponíveis, qual seria o laboratório ideal para que nossos aspirantes, agora restringindo nosso universo de discussão a Villegagnon, aplicassem na prática os conhecimentos adquiridos? Em outras palavras, em que situações os aspirantes podem, e devem, aplicar e desenvolver sua liderança?

O que trago a esse fórum é a descrição de uma experiência da qual tive a oportunidade e o privilégio de participar durante o desempenho do cargo de Instrutor de Navegação e Marinharia na Academia Naval dos Estados Unidos, em Annapolis, no período de julho de 2005 a julho de 2007.

SITUAÇÃO

No universo de mais de 4000 aspirantes, as oportunidades para que o aluno exerça sua liderança sempre foram exploradas ao máximo. Dentro da própria Brigada, correspondente ao nosso Corpo de Aspirantes, os cargos de oficiais-alunos são distribuídos semestralmente, de maneira a duplicar as posições de mando. As equipes representativas, grêmios, serviços, enfim, toda a organização pressupõe cargos e funções de maneira extremamente semelhante aos de nossa Escola Naval, onde o desenvolvimento e a aplicação de conceitos de liderança são constantes. Entretanto, a Academia queria mais e, para tanto, buscou em outras áreas mais oportunidades para o aspirante liderar.

Partindo da premissa que, fundamentalmente, Annapolis forma líderes e, por conseguinte, todos os



Avisos de Instrução da Classe YP-676 durante visita pública no porto de Greenport - NY, em junho de 2006.

seus recursos deveriam ser canalizados para este fim, seu superintendente determinou a alteração da maneira pela qual várias atividades dos aspirantes eram desenroladas, em especial na aplicação da ferramenta instrucional Aviso de Instrução (AvIn). De laboratórios de navegação, manobra e marinharia, eles passaram a ser, antes de mais nada, laboratórios de liderança.

OS AVISOS DE INSTRUÇÃO DA CLASSE "YP 676"

Antes de tecer comentários sobre o que foi alterado na condução dos AvIn, cabe uma explicação genérica sobre estes navios.

Apesar de bastante semelhantes aos AvIn da Classe "Aspirante Nascimento", faz-se mister salientar algumas diferenças. A fundamental é que, não obstante serem pouco maiores, não são navios incorporados à Armada, não possuindo Comandante e Imediato e sendo sua tripulação composta por três militares: um Sargento (Contra-Mestre), um Cabo (Chefe de Máquinas) e um Marinheiro, para serviços de convés. Esta estrutura espelha muito mais as diferenças entre nossas marinhas que entre os serviços

desempenhados. Cabe ressaltar que, por trás desta aparentemente enxuta organização, existe uma verdadeira base naval que trata de todas as funções logísticas dos navios.

Os 22 AvIn da Classe “YP 676” têm as seguintes características:

- Comprimento: 32,9 metros
- Boca: 7,0 metros
- Deslocamento: 173 toneladas
- Calado: 2 metros
- Velocidade máxima: 13 nós
- Propulsão: 2 motores diesel Detroit 12V-71N, 2 eixos
- Acomodações: 30 militares
- Autonomia: 1500 milhas a 12 nós

As atividades por eles desempenhadas também são análogas às que temos em nossa Marinha. Basicamente, os navios são utilizados em aulas práticas, instruções diárias (saídas-tipo – ST) e em viagens que podem ter duração variável de um final de semana (grupo-tarefa – GT) até quatro semanas (grupo-tarefa de verão).

Também válido é salientar que são navios de costado de madeira e superestrutura de alumínio. Usualmente, em todas as viagens desses navios, ocorria o embarque de dois oficiais por meio, que desempenhavam funções análogas às de Comandante e Imediato. Para tanto, tais oficiais deveriam ter logrado aprovação no processo de qualificação de “Oficial Encarregado de Avisos de Instrução”, processo este que é realizado por todos os oficiais designados para o Departamento de Marinharia e Navegação da Academia Naval, independentemente de nacionalidade – França, Itália, Japão e Reino Unido, além do Brasil, possuem oficiais instrutores nesse departamento.

QUEBRANDO PARADIGMAS E ASSUMINDO RISCOS

Após esta variante descritiva, regressemos ao tema central. Para adequar os avisos à função de laboratórios de liderança, algumas alterações foram efetuadas:

a) Distribuição das funções de bordo para os aspirantes

Durante o semestre que antecede as viagens de verão (grupos-tarefa de verão), quando são realizados os treinamentos específicos dos aspirantes do 4º ano escalados, os oficiais de segurança, ao mesmo tempo em que os instruem, avaliam seu potencial de liderança. Algumas semanas antes do embarque, há a

escolha das funções que cada último-anista exercerá a bordo do seu AvIn: Comandante, Imediato / Chefe do Departamento de Máquinas / Intendência e Chefe do Departamento de Operações / Encarregado de Navegação. No caso de existir um quarto aspirante da turma mais antiga a bordo de um dos navios, o cargo de Imediato é desmembrado dos de CheMaq / CheInt.

No desempenho de suas funções, estes aspirantes logicamente necessitam de suporte técnico para a condução do navio. Tal apoio é prestado pelas praças de bordo e, caso exista um embarcado, pelo oficial de segurança;

b) Delegação de autoridade para conduzir todas as fainas do navio

Em relação ao cumprimento da rotina, realização de fainas, organização do serviço a bordo, confecção do rancho, manutenção da limpeza, entre outros, a autoridade para fazer e mandar fazer é toda dos aspirantes mais antigos.

Ressalto que existem limites de operação do navio, como, por exemplo, o regime de máquinas empregado em viagem, que necessitam de autorização do comandante ou do oficial de segurança para serem ultrapassados. É relevante citar também que, no caso de algum sinistro, o controle de avarias (CAv) de bordo não prevê a utilização de nenhum aspirante em quaisquer das turmas do grupo de CAv, somente praças e oficiais. Fainas operativas, como desatracação, atracação e fundeio, entre outros exercícios no mar, são sempre comandados por aspirantes; e

c) Delegação para conduzir o adestramento a bordo

Durante o estágio de verão, um ambicioso programa de adestramento é realizado. Contempla, em especial, manobras táticas, aproximação para reabastecimento no mar, homem ao mar, exercícios de comunicações, controle de avarias (ênfase no uso correto de equipamento de proteção individual – EPI), combate a incêndio (ênfase no uso da bomba P-100 e manuseio de mangueira de incêndio). Além destes exercícios e adestramentos, todos os aspirantes a bordo possuem uma extensa lista de verificação que devem cumprir até o término da comissão.

Cabe aos aspirantes do último ano a condução da instrução profissional naval a bordo, não somente nos exercícios teóricos e práticos, como também na avaliação das listas de verificação dos aspirantes das demais turmas.

Para estarem à altura deste desafio, os quartanistas, além do prévio semestre de instrução com seus oficiais de segurança, possuem também uma semana de prática intensiva a bordo, antes de os demais aspirantes embarcarem.

Em linhas gerais, as atividades do grupo-tarefa (GT) de verão com duração de quatro semanas são assim esquematizadas:

a) 1ª semana – adestramento prático intensivo a bordo, somente com os aspirantes do quarto ano, conduzido pelos oficiais de segurança e contra-mestres dos AvIn. Por exemplo: em um GT de seis navios, 18 aspirantes do 4º ano (3 por AvIn) participam desta primeira semana, quando são realizadas saídas-tipo diárias com dois AvIn;

b) 2ª semana – adestramento prático a bordo para os aspirantes dos demais anos, conduzido pelos aspirantes do último ano. Exemplo: em um AvIn, os 3 quartanistas conduzem o adestramento para os 21 aspirantes das demais turmas. As saídas-tipo são realizadas nos seis navios. Nesta ocasião é feito também o abastecimento dos AvIn; e

c) 3ª e 4ª semanas – viagem em si. Em média, cada grupo-tarefa visita três portos, sempre na costa leste dos Estados Unidos / Canadá.

REDUÇÃO DO NÚMERO DE OFICIAIS A BORDO

Como mencionado anteriormente, o guarnecimento usual de oficiais era dois por navio. A partir de 2005, o guarnecimento passou a “dois navios por oficial”, ou seja, em um grupo-tarefa de seis navios há somente três oficiais embarcados.

Esta última alteração foi encarada como chave a fim de possibilitar a eficácia das anteriores. Os oficiais que embarcam são oficiais de segurança, com instruções específicas de atuar somente em situações de risco. Ao efetuarem tais modificações, julgou-se que não haveria oportunidade mais propícia para um aspirante desenvolver seus atributos de liderança que o passadiço de um navio sem a supervisão direta de um oficial, onde e quando ele ou ela teria forçosamente que aplicar seus conhecimentos acadêmicos, efetivamente navegando e orientando os aspirantes mais modernos.



Adestramento sobre faina de reboque, realizado a bordo, em junho de 2006. Na ocasião, os Avisos estavam atracados na Base Naval de Halifax – Canadá (ao fundo, o HMCS Corner Brook 878, submarino canadense).

RESULTADOS PRÁTICOS

Esta experiência teve início no verão de 2005. As viagens do estágio de verão foram as oportunidades previstas para a otimização deste novo esquema. Os aspirantes do 4º ano que iriam realizar tais viagens eram designados no ano anterior e, durante os seis meses que antecediam o suspender, realizavam treinamento profissional naval específico com os seus futuros oficiais de segurança.

No decorrer deste semestre de preparação, os oficiais de segurança, através de aulas teóricas e saídas-tipo, equalizavam conhecimentos e decidiam sobre os cargos a serem desempenhados por cada aspirante.

A bordo, já com os aspirantes das turmas mais modernas, o desempenho dos último-anistas foi sempre exemplar. E a transformação ocorrida na postura destes aspirantes, notável. Mesmo com as notórias limitações, principalmente advindas da falta de experiência das vicissitudes do mar, desempenharam suas funções de líderes com vibração e sabedoria e lograram sempre singrar os mares com segurança.

Pelo tom do parágrafo anterior, minha admiração pela experiência fica patente. Realizei duas dessas viagens de verão como oficial de segurança e Oficial no Comando Tático (OCT) do grupo-tarefa, além de várias outras menores de finais de semana, e guardo na memória o orgulho e profissionalismo com que aqueles jovens se houveram a bordo. Se conhecimento técnico às vezes lhes faltasse, nunca faltaram responsabilidade e disciplina, vontade de acertar e motivação, prudência e respeito pelos mistérios do mar.

Logicamente, nem tudo foram flores. Alguns óbices, ou melhor, aspectos pouco recomendáveis, devem ser esclarecidos. A começar pelo papel dos oficiais de segurança.

É inegável que as alterações propostas e efetuadas aumentaram os riscos. Várias medidas de avaliação e mitigação dos mesmos foram tomadas, desde concernentes à escolha das áreas de operação até o próprio cardápio do rancho. Mas o que possibilitava conforto aos oficiais que embarcavam era o comprometimento de todos com a iniciativa. Do Almirante até o marinheiro mais moderno embarcado, todos tínhamos a exata noção do que

estava sendo feito e redobrávamos nossos esforços para que aquela idéia germinasse.

Há de se ressaltar também que o nível da instrução tradicional (navegação, marinharia e manobra) a bordo decaiu, principalmente porque os instrutores agora eram os próprios aspirantes e os oficiais de segurança não tinham condição de se dedicarem à supervisão do que era ministrado o tempo todo.

Entretanto, os pontos questionáveis não são somente operacionais. No âmago desta experiência, repousa também um aspecto de suma importância sobre o qual até mesmo os baluartes do ensino de liderança divergem: qual a validade, ou melhor, até que ponto torna-se uma experiência válida, sob o prisma da liderança, para alunos liderarem, basicamente, outros alunos? Ao chegarem a bordo dos navios e das unidades do Corpo de Fuzileiros Navais, aqueles sobre os quais os jovens tenentes exercerão sua ascendência, que formam a guarnição de bordo, serão representados por um grupo heterogêneo e que poucas semelhanças guarda com o próprio oficial. As lições tiradas de suas oportunidades liderando colegas de turma e aspirantes contemporâneos mais modernos formam um arcabouço válido para a vida de oficial? O risco assumido com os AvIn seria de alguma forma recompensado?

CONCLUSÃO

As experiências oriundas de uma outra realidade devem ser encaradas com certa reserva. Não advogo a simples reprodução do que foi descrito, mas, antes, convido a todos a refletirem sobre o desenvolvimento prático de nossos aspirantes no quesito liderança.

Caso o leitor tenha respondido afirmativamente as perguntas do item anterior, então experiências como a relatada neste ensaio são julgadas de alguma valia. Em caso contrário, concito-o a formular ou idealizar oportunidades novas nas quais os aspirantes possam aplicar os conhecimentos adquiridos da arte de liderar.

Sobre esta experiência da Academia Naval de Annapolis com seus AvIn, cabe, por fim, ressaltar que durante sua vigência (2005-2007) nenhum incidente de navegação ocorreu. E que, para o verão vindouro, a nova direção determinou que o guarnecimento de oficiais será de um para cada navio.

ILHA DE VILLEGAGNON: A SENTINELA

Aspirante Marcelo Tavares de Barros

QUEM FOI VILLEGAGNON

Nasceu em Provins em uma data desconhecida de 1510, no seio de uma família católica importante na região. Sua família foi nobilitada em 1513, de acordo com alguns de seus biógrafos, ou 1516, segundo outros.

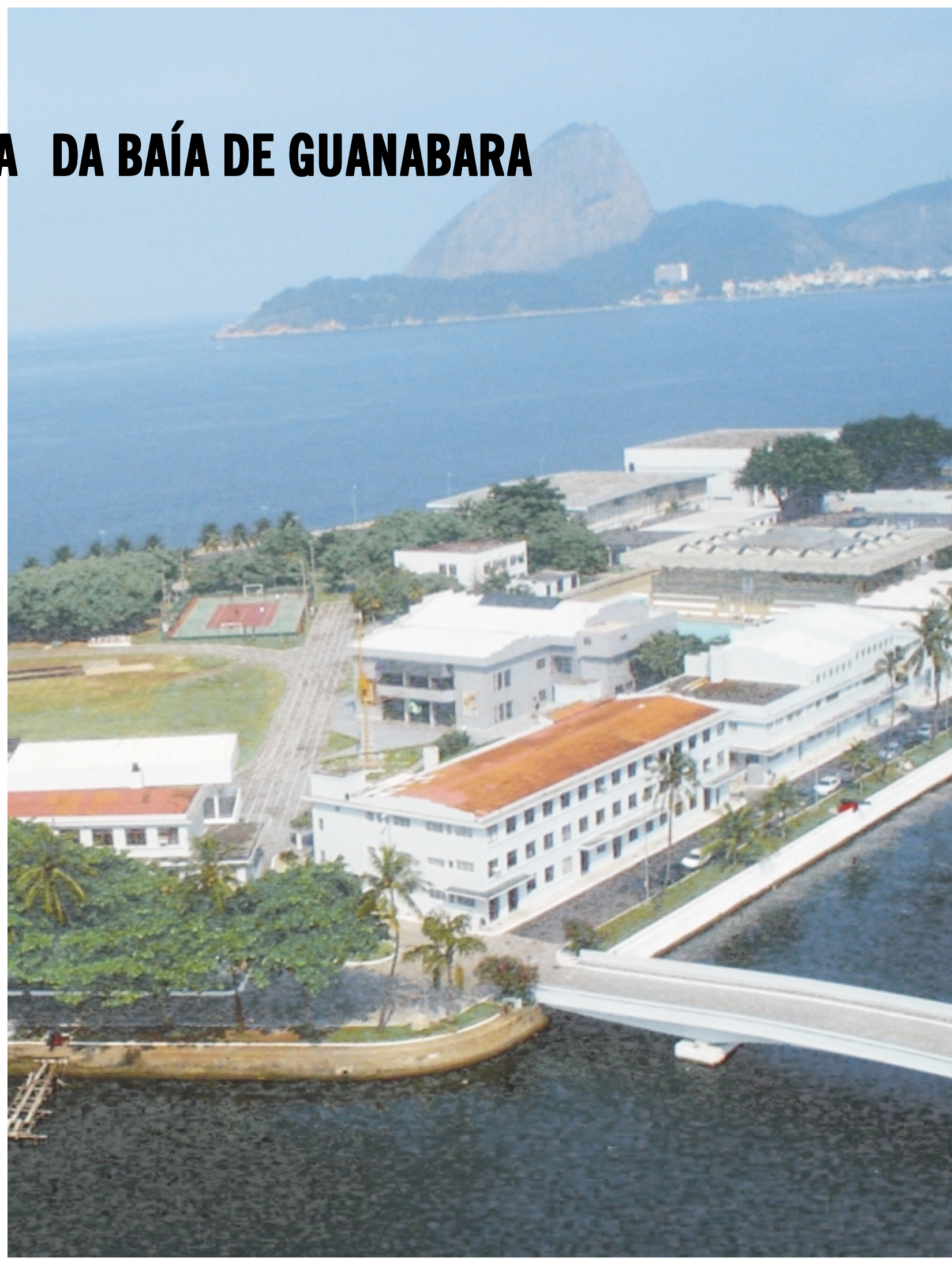
Aos onze anos de idade, quando perdeu o pai, um magistrado, o jovem Villegagnon já possuía bons conhecimentos de latim, a língua franca da época. Nesse momento, a mãe decidiu encaminhá-lo para Paris (1521), a fim de prosseguir os estudos. Ali, o jovem se estabeleceu no Hôtel des Auges, freqüentando os colégios religiosos La Manche e

Montaigne, onde foi colega do jovem Calvino. Estas instituições o prepararam para o ingresso na Universidade de Paris, onde concluiu o curso de Direito, aos vinte anos de idade (1530).

Os seus biógrafos são acordes em descrevê-lo como um indivíduo alto, de boa aparência, simpático, bem-falante, culto, hábil no manejo das armas, sempre bem-vestido (mesmo entre os indígenas brasileiros), respeitoso com os seus superiores, determinado, profundamente religioso e conhecedor da teologia católica.



A DA BAÍA DE GUANABARA



Ao concluir os seus estudos, Villegagnon tentou ser admitido como advogado pelo Parlamento de Paris. Após essa tentativa, entretanto, veio a abandonar o projeto de uma carreira como advogado, tendo solicitado o seu ingresso na escola de navegação da Ordem de Malta, que naquela época se instalava na ilha de Malta, com o fim de patrulhar as águas do Mediterrâneo, à época infestadas de piratas argelinos.

CAVALEIRO DA ORDEM DE MALTA

Villegagnon permaneceu em treinamento entre 1531 e 1540, em terra e nas galeras, aperfeiçoando-se na arte militar, de marinharia, da diplomacia e nas línguas, passando a dominar o italiano, o espanhol e o grego.

DIPLOMATA

Em 1540, foi enviado a Veneza, onde fez amizade com o poeta François Rabelais. Ali, o embaixador francês outorgou-lhe a missão de correio diplomático, incumbindo-o de entregar uma missiva de Francisco I de França ao sultão da Turquia, Solimão, o Magnífico. No retorno, trouxe a resposta do sultão até Turim (1541), onde conheceu e fez amizade com outro poeta, Pierre de Ronsard, sendo encarregado de entregar ao soberano as plantas das principais fortalezas do Ducado de Milão.

Tendo alcançado as boas graças do soberano, Villegagnon foi incorporado pela diplomacia francesa ao grupo de quatrocentos cavaleiros de Malta que integrou o exército do Imperador Carlos V o qual marchou sobre Argel. A sua função era a de observador de campanha, reportando-a ao soberano francês. Villegagnon destacou-se em combate, vindo a ser ferido no braço esquerdo por um golpe de lança. O próprio Imperador teria confortado Villegagnon na ocasião.

No retorno, convalescendo em Roma, Villegagnon escreveu um pequeno livreto de 24 páginas, narrando a campanha: *Carolus V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argeriam*, obra que alcançou edições em Veneza, Antuérpia e Nuremberg (em latim) e em Lyon (em francês), tendo agradado ao Imperador, à Corte e ao rei da França.

A missão seguinte de Villegagnon foi a de se dirigir a Budapeste, a fim de observar a concentração das forças de Carlos V e das de seu oponente, Suleimão, em termos de situação militar, quantidade e qualidade de tropas, armamentos e fortificações, o que desempenhou em poucas semanas (1542).

De volta à Itália, destacou-se na batalha de Cérises, vencida pelos franceses contra as tropas de Milão. De lá passou, às pressas, para Ponte Stura, com a missão de fortificar aquele castelo. Nesta fase, a atuação de Villegagnon no Norte da Itália estendeu-se até 1547.

Henrique II da França também confiou missões diplomáticas a Villegagnon na Itália. Em Paris, entretanto, confiou-lhe a missão de varrer os piratas ingleses da costa da Bretanha, o que Villegagnon concluiu em poucas semanas, com o afundamento de cinco galeras inglesas.

Confiante neste sucesso, o soberano francês incumbiu Villegagnon de uma nova e arriscada missão: o rapto da pequena Maria Stuart da Escócia, furtando-se ao rígido esquema de vigilância da esquadra inglesa. No comando de quatro galeras, entre as quais a própria galera real, com remadores especialmente escolhidos nos cárceres franceses por seu ódio à Inglaterra, mediante a promessa de libertação, Villegagnon aproveitou-se do desembarque de uma força de seis mil franceses em Leith, na Escócia, para contornar o Norte do país, subindo o rio Clyde até ao Castelo de Dumbarton, onde embarcou a sua pequena passageira. Em agosto de 1548, desembarcaram em solo francês, próximo a Brest.

No auge de sua fama, Villegagnon retornou à Escócia transportando dobrões de ouro franceses para auxiliar os nobres católicos escoceses a resistirem contra os ingleses, participou da defesa de Firth, arrasou as instalações inglesas na ilha de Guernsey e atacou as embarcações inglesas que encontrou em seu caminho.

Em 1551, Villegagnon dirigiu-se à ilha de Malta para auxiliar na sua defesa diante do cerco imposto pelos Turcos, que chegaram a ocupar a vizinha ilha de Gozo naquele ano. Vitorioso, regressava a Paris com uma carta do Grão-mestre da Ordem de Malta para o rei da França, quando a sua nau foi capturada pelos austríacos, sendo Villegagnon aprisionado no Castelo de Cremona. Apelando a Carlos V, conseguiu a sua libertação.

Em setembro de 1552, recebeu do soberano francês a incumbência de fortificar o porto de Brest, ameaçado pela marinha inglesa, sendo nomeado Vice-almirante da Bretanha. Note-se que Villegagnon não foi Almirante de França, e sim da Bretanha.

VILLEGAGNON OU VILLEGAGNON?

O sobrenome Villegaignon, com um “i” antes do segundo “g”, figura em uma assinatura fac-similada por Arthur Heullard (1897). Embora Paul Gaffarel, o

próprio Heullard e Peillard, seus principais biógrafos, tenham ignorado o “i”, Chermont de Brito (1985), no Brasil, optou por grafar Villegaignon. A utilização das duas formas é correta (e corrente no Brasil) – a forma “ai” é antiquada.

COLONIZAÇÃO FRANCESA – A FRANÇA ANTÁRTICA

ANTECEDENTES

No verão de 1554, Nicolas Durand de Villegaignon visitou secretamente a região do Cabo Frio, na costa do Brasil, onde seus compatriotas habitualmente escambavam. Ali obteve valiosas informações junto aos Tamoios, informando-se dos hábitos dos portugueses naquele litoral, colhendo dados essenciais ao futuro projeto de uma expedição para a fundação de um estabelecimento colonial. O local escolhido ficava a cerca de duzentos quilômetros ao Sul: a baía de Guanabara, evitada pelos portugueses devido à hostilidade dos indígenas na região. O projeto concebia transformá-la em uma poderosa base militar e naval, de onde a Coroa Francesa poderia tentar o controle do comércio com as Índias. Embora na ocasião não a tenha visitado, estava acerca dela bem informado por André Thévet, que a havia visitado por duas vezes, estando ciente de que os portugueses receavam os Tupinambás, indígenas ali estabelecidos. Na ocasião, fez boas relações com ambos os povos (Tamoios e Tupinambás), recolhendo, além de valiosas informações, uma boa carga, com a qual lucrou ao retornar à França.

Em seu retorno à Corte, fez uma demorada exposição de quatro horas ao soberano e a Diana de Poitiers, convencendo-os das vantagens de uma colônia permanente na costa do Brasil.

Em fins de 1554, o soberano ordenou ao seu principal ministro, Gaspar de Coligny (ainda católico à época), a preparação de uma expedição sigilosa ao Brasil, cujo comando entregou a Villegaignon. Embora tenha fornecido recursos modestos (apenas dez mil libras), os armadores de Dieppe (base do armador Jean Ango, experiente com a costa brasileira) decidiram investir na expedição. À falta de voluntários para integrá-la, Villegaignon percorreu as prisões da região Norte da França, prometendo a liberdade a quem quer que se lhe juntasse.

Para não despertar a atenção do Ministro de Portugal na França, Villegaignon fez espalhar a notícia de que a expedição se dirigia à costa da Guiné.

A VIAGEM

A expedição zarpu de Dieppe a 14 de agosto de 1555, com duas naus e uma naveta de mantimentos, nas quais se comprimiam cerca de seiscentas pessoas. Villegaignon era protegido por uma pequena guarda pessoal de escoceses. A expedição era integrada por um índio Tabajara, na qualidade de intérprete, na companhia de sua esposa, francesa. Acompanhava-a, ainda, André Thevet, que legou um relato sobre os primeiros momentos do estabelecimento: “Les singularites de la France Antarctique”. Mais tarde, ele se tornaria o principal cosmógrafo de Carlos IX de França. Por razões de saúde, entretanto, Thevet retornaria à França a 14 de fevereiro de 1556. Destacavam-se ainda, os seguintes passageiros:

- . Boissy, sobrinho de Villegaignon, senhor de Boisle-Comte;
- . Nicolas Barré, ex-piloto, que também deixou uma memória da expedição: “Discours de Nicolas Barré sur la navigation du Chevalier de Villegaignon en Amérique” (Paris: Le Jeune, 1558); e
- . dois beneditinos, conhecedores de botânica, que criaram a primeira escola católica na Guanabara.

Os objetivos da expedição eram:

- . instalar núcleos colonizadores para o comércio com a Metrópole; e
- . interferir no comércio marítimo com as Índias.

Após serem repelidos nas ilhas Canárias pela artilharia da guarnição espanhola de Tenerife, alcançaram a costa do Brasil, na altura de Búzios, a 31 de outubro.

O ESTABELECIMENTO NA GUANABARA

Tendo atingido a baía de Guanabara em 10 de novembro de 1555, após tomar posse da ilha de Serigipe, escolhida como local de estabelecimento da principal defesa da França Antártica, principiou-se a instalação. Para esse fim, foram providenciados alojamentos em terra e desembarcados homens, armas, munições e ferramentas. Apesar das dificuldades com a mão-de-obra européia, graças ao auxílio dos indígenas, uma fortificação foi concluída em três meses. Ao fim de alguns meses, entretanto, essa mão-de-obra cansou-se dos presentes que recebia, assim como do excesso de trabalho, uma vez que os franceses se esquivavam das tarefas mais pesadas. O Forte Coligny dispunha de cinco baterias apontadas para o mar.

AS DIFICULDADES

Após alguns meses, compreendendo a precariedade da sua posição, solicitou ao soberano um efetivo de três a quatro mil soldados profissionais, centenas de mulheres para casarem aqui e operários especializados.

Em 14 de fevereiro de 1556, dois dias após a partida de Bois-le-Comte e André Thevet para a França, ocorreu a primeira revolta na França Antártica: trinta conjurados, liderados por um intérprete normando que fora obrigado a casar-se com uma indígena, planejaram o assassinato de Villegagnon, defendido por apenas oito homens de sua guarda escocesa.

Imaginando contar com a colaboração de um dos guardas, insatisfeito, prometeram-lhe um vultoso prêmio. O guarda, entretanto, não confiou nos rebeldes, avisando a Nicolas Barré. Denunciada, a conspiração foi abortada e reprimida exemplarmente: o líder evadiu-se, dois conspiradores foram julgados pelo Conselho da colônia e executados na forca, e os demais alcançaram penas menores.

Com referência às relações entre colonos, predominantemente do sexo masculino, com as indígenas, Villegagnon exigiu o casamento dos franceses com elas perante o notário da expedição. Como resultado, muitos franceses fugiram para a floresta, passando a viver entre os indígenas. Alguns se casaram contra a vontade, outros se rebelaram e foram punidos, até mesmo ameaçados de morte.

Patentes as dificuldades de disciplina, crescia o descontentamento entre os colonos, muitos franceses tendo aproveitado a visita de navios mercantes para retornar ao país. Outro ponto de atrito foi a discordância de Villegagnon quanto à prática da antropofagia por seus aliados Tupinambás.

HENRIVILLE

A etapa seguinte foi a instalação da colônia em terra firme, na região da atual praia do Flamengo, entre a foz do rio Carioca e o outeiro da Glória, o que se iniciou em meados de 1556. Denominada de Henriville, em homenagem ao rei Henrique III de França, foi erguida com os tijolos fabricados em uma olaria assinalada nas ilustrações da época como "briqueterie". As suas casas foram destruídas pelo assalto português de 1560: ali viviam cerca de sessenta franceses, conforme carta de Villegagnon ao Duque de Guise.

UM REFÚGIO HUGUENOTE

O comércio francês com a baía de Guanabara, a esta altura, já se desenvolvia com regularidade.

Entretanto, acirrando-se as lutas religiosas na França, tendo Coligny se convertido à Reforma Protestante, começou a cogitar na França Antártica como um possível refúgio para os huguenotes.

Dessa forma, estando o rei da França impossibilitado de enviar os recursos requisitados por Villegagnon, por falta de meios à época, Gaspar de Coligny solicitou a Genebra, reduto Calvinista, que levasse um grupo de Calvinistas ao Brasil, a fim de estudar a possibilidade de para ali transferir milhares de protestantes perseguidos na França. Foram, desse modo, indicados dois pastores:

- . Pierre Richer, um homem maduro, de cerca de cinqüenta anos de idade; e
- . Guillaume Chartier, um jovem que ainda estudava Teologia em Genebra.

Nove outros indivíduos foram aceitos no grupo, ao qual se juntou ainda Jean de Lery. Os gastos correram por conta de Coligny e do próprio Villegagnon.

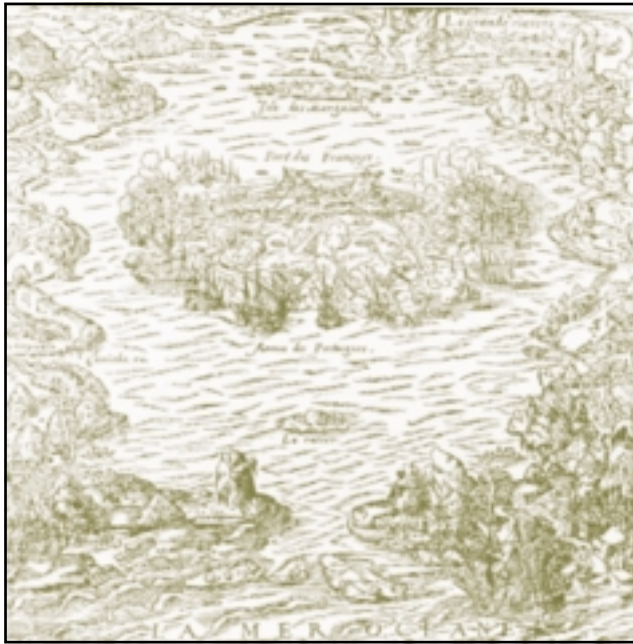
O grupo partiu da França a 19 de novembro de 1556, em três barcos, comandados por Bois-le-Comte. Transportavam, no total, cerca de trezentas pessoas, inclusive cinco moças para se casarem no Brasil. Sem poderem abastecer nas Canárias, necessitaram assaltar navios portugueses e espanhóis para obter água e provisões, racionados durante a viagem, marcada, de resto, pela indisciplina a bordo. A 26 de fevereiro de 1557 chegavam à baía de Guanabara. Embora decepcionado com o modesto reforço, Villegagnon acolheu afavelmente os recém-chegados, tendo escrito a Calvino a carta de 31 de março de 1557, na qual expôs as suas dificuldades.

Quando os pastores calvinistas regressaram à França no início de 1558, Villegagnon dispunha apenas de oitenta homens, entre franceses e escoceses. Diante das acusações dos calvinistas, na França, Villegagnon retornou para justificar-se (1559), deixando em seu lugar o sobrinho, Bois-le-Comte, à testa do estabelecimento.

A EXPEDIÇÃO DE 1560

Em meados de 1557, com a morte de D. João III, assumiu como Regente a sua esposa, Catarina de Áustria, uma vez que o herdeiro do trono português, D. Sebastião, era apenas uma criança.

Na ausência de Villegagnon, em 1559, o terceiro Governador-Geral do Brasil, Mem de Sá (1558-1572), tendo recebido em Salvador informações do trânsito de Jean de Cointa e, em novembro desse ano, o reforço da frota sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos



Esquema do ataque de Mem de Sá aos franceses na baía de Guanabara, em 1560 (autoria desconhecida, 1567).

Cunha, preparou uma expedição para o assalto à Guanabara.

Em duas naus e oito embarcações menores, fez vela para o Sul, com escalas nas Capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, onde recebeu reforços. As suas forças alcançaram a Guanabara a 21 de fevereiro, capturando uma nau francesa, carregada. Entretanto, apenas a 15 de março, após receber os contingentes aguardados da Capitania de São Vicente, Mem de Sá enviou um ultimato ao comandante do forte: era uma sexta-feira, pelas quatorze horas.

Bois-le-Comte respondeu afirmando a sua intenção de defesa da praça, rompendo as hostilidades ao entardecer do próprio dia 15. Os portugueses foram bem sucedidos no ataque a que chamaram “ilha das Palmeiras”, conseguindo conquistar o Forte na madrugada de 16 para 17, arrasando-o no dia 17, um domingo.

Mem de Sá retornou a Salvador sem, no entanto, deixar guarnição na Guanabara, de vez que não dispunha de gente e nem de recursos para tal. Os defensores franceses que, entretanto, conseguiram se evadir para o continente com o auxílio dos nativos continuaram, nos meses seguintes, as suas atividades de comércio em terra firme.

FORTE COLIGNY – A CONSTRUÇÃO

O Forte Coligny (em francês, Fort Coligny) localizava-se na ilha de Serigipe (atual ilha de Villegagnon), no interior da baía de Guanabara, na atual cidade e estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Esta fortificação foi o núcleo do estabelecimento colonial francês conhecido como França Antártica. Seu nome foi uma homenagem a Gaspar de Coligny.

A CONSTRUÇÃO

Principiada ainda em 1555, após uma frustrada tentativa de estabelecimento de uma bateria artilhada na Isle Rattier (atualmente chamada Ilha da Laje), em março de 1557, uma segunda expedição, sob o comando do Capitão Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, chegou à Guanabara com reforços: três navios novos e bem artilhados, transportando 290 colonos.

O calvinista Jean de Léry, integrante desse reforço, resumiu a chegada dos primeiros franceses (“Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amerique”. La Rochelle, 1578):

“(…) Assim, antes de partir de França, Villegagnon prometeu a alguns honrados personagens que o acompanharam, fundar um puro serviço de Deus no lugar em que se estabelecesse. E depois de aliciar os marinheiros e artesãos necessários, partiu em Maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro, após muitas tormentas e toda a espécie de dificuldades.



Mapa francês da baía de Guanabara, c. 1555. Note-se o “Fort de Coligni” no interior da baía.

Aí aportando, desembarcou e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara e que (como descreverei oportunamente) fica a 23° abaixo do Equador, quase à altura do Trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte, a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajavam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas.” (LÉRY, 1972:22)

Especificamente sobre a ilha e a sua fortificação, prossegue:

“Uma légua mais adiante, encontra-se a ilha onde nos instalamos e que, como já observei, era desabitada antes de Villegagnon chegar ao país; com meia milha de circunferência e seis vezes mais comprida do que larga, e rodeada de pedras à flor d’água, o que impede se aproximem os navios mais perto do que a distância de um tiro de canhão, e a torna naturalmente fortificada. Com efeito ninguém pode ali atracar, nem mesmo em pequenos barcos, a não ser pelo lado do porto, situado em posição contrária ao mar alto. Bem guarnecida, não fora possível forçá-la nem surpreendê-la, como depois de nosso regresso o fizeram os portugueses por culpa dos que lá ficaram. Ademais, nas extremidades dessa ilha existem dois morros nos quais Villegagnon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinqüenta a sessenta pés de altura. De ambos os lados desse rochedo, aplainamos e preparamos pequenos espaços onde se construíram não só a sala, onde nos reuníamos para a prédica e a refeição, mas ainda vários outros abrigos em que se acomodavam cerca de oitenta pessoas, inclusive a comitiva de Villegagnon. Entretanto, a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram. Eis, em poucas palavras, em que consistia o forte que Villegagnon denominou Coligny, pensando ser agradável ao senhor Gaspar de Coligny, almirante de França, sem o apoio do qual, como já disse no início, jamais tivera meios de fazer a viagem nem de construir nenhum forte no Brasil”. (op. cit., p. 68-69)

O forte foi penosamente erguido com a mão-de-obra indígena (cerca de quarenta escravos adquiridos aos Tupinambás) e dos colonos:

“(…) Como sobremesa [ao jantar da recepção] própria para refazer-nos dos trabalhos do mar mandaram-nos carregar pedras e terra para as obras do forte de Coligny, que se achava em construção. (...) Assim, já de chegada e nos dias seguintes, sem necessidade nenhuma e sem nenhuma atenção ao estado de debilidade em que nos encontrávamos por causa da viagem, (...)

obrigou-nos Villegagnon a carregar terra e pedras para o seu fortim e isso desde a madrugada até à noite, apesar de nossa fraqueza, o que por certo constituía um tratamento mais rude que fora de esperar de um pai. Todavia (...) não houve entre nós quem não trabalhasse com alegria, acima de suas forças e por espaço de quase um mês naqueles serviços a que não estávamos acostumados”. (op. cit., p. 52-53).

Entre as fontes portuguesas, o soldado Luís da Costa, integrante das forças de Mem de Sá, assim descreveu o conjunto:

. Sobre o penedo, após a chamada colina das Palmeiras:

“Tinham [os Franceses] no baixo um baluarte feito em um penedo ao picão, coisa muito forte e com muita artilharia e munições”. (Testemunho dos soldados in: Instrumento dos Serviços de Mem de Sá. Anais da Biblioteca Nacional, t. XXVIII, p. 183)

. Sobre a fortaleza do alto:

“Tinha muita artilharia de fogo grossa e miúda, espingardas e lanças e corpos d’armas. (...) e não se podia entrar nela senão por um caminho em rochedo que seria de largura obra de três ou quatro palmos, e com guaritas e baluartes, tudo temeroso”. (op. cit., p. 183.)

A CONQUISTA

Embora a colônia tenha apresentado um bom desenvolvimento inicial, as rígidas normas disciplinares de Villegagnon acabaram por dividir os colonos. Desde fevereiro de 1556, parte deles abandonou o abrigo da ilha para viver com os indígenas, parte retornou à França, onde as suas denúncias fazem abortar a organização de uma terceira expedição com reforços. Em outubro de 1558, Villegagnon voltou à França, deixando Bois-le-Comte no governo da França Antártica.

Nesse momento ocorreu a reação dos portugueses, que armaram uma expedição para expulsar os invasores. Sob o comando do Governador Geral Mem de Sá (1558-1572), 120 portugueses apoiados por cerca de 140 índios flecheiros em canoas, Tupinambás e Temiminós, cercaram a ilha, defendida por 74 franceses com o apoio de cerca de 1.000 índios Tamoios, intimando Bois-le-Comte à rendição. Ante a negativa, após vinte dias de cerco, atacaram o fortim na manhã de 15 de março de 1560.

Um marujo português, nadando até à ilha, fez saltar o paiol de pólvora, levando os franceses a desistirem da luta e fugir, a maioria para a França e cerca de 20 para o continente, onde se abrigaram junto aos aldeamentos indígenas aliados. A fortificação assim conquistada (16 de março) foi arrasada, uma vez que

Mem de Sá, com os navios avariados e poucos homens, não dispunha de recursos para um estabelecimento definitivo na baía de Guanabara, regressando, a 3 de Abril, a Salvador.

Outro testemunho da aventura francesa na Guanabara é dado pelo frade franciscano André Thévet, que, integrando a primeira expedição, aqui permaneceu de Novembro de 1555 a Janeiro de 1556, publicando as suas observações na obra “Les singularites de la france antartique” (1557). O ataque português à chamada “Isle Henri” (1560) está relatado em carta do mesmo Thévet publicada na obra “La cosmographie universelle” (1571).

Pelo lado português, dispomos do relato do padre José de Anchieta, integrante da frota de Mem de Sá:

“Agora esta outra ilha ergue suas torres ferozes, / forte por suas rochas inacessíveis, fervendo ao embate / do mar furioso e gemendo ao som de grutas soturnas. / Para o lado do ocaso onde se levanta pequena colina: / uma que outra palmeira ao longe a cobre de sombra / com seus verdejantes leques. Perto dessa colina / está

um alto rochedo talhado todo ao redor / pelo picão tenaz. Em cima do esguio rochedo / se eleva o baluarte altivo, prenhe de artilharia. / Mais além há uma pequena altura e à sua direita / uma cisterna, com casas dum lado e doutro, repleta de água. / Bombardas numerosas defendem as estreitas veredas. / Entre estas e a cisterna há enorme abertura, / onde as ondas remugem espumando de raiva. / Ponte de um pau dá estreita passagem por cima do abismo. / Transposto este, do lado da aurora esplandente, / depara-se um monte que parece subir às estrelas, / com escarpas a subir a pique em redor. É impossível / subir por aí ao cume, ou descer de lá para o baixo. / Um só caminho escarpado e estreito conduz à altura: talhou-o na pedra, à força de golpes teimosos / e muito suor, o duro picão dos Franceses. / E protegeu-o com baluartes de alvenaria. No cume / ergue-se a torre sob armação de grossos madeiros / defendida por bombardas e pela estratégia do posto: / O rochedo todo é inacessível e se lança às alturas / qual gigantesca montanha e inexpugnável penhasco. / (...)” (“De gestis Mendi de Saa”. Versos 2547 a 2573.)

Ao final da campanha, Mem de Sá relatou à Regente:

“Suposto que vi muito e li menos, a mim me parece que se não viu outra fortaleza tão forte no mundo. Havia nela setenta e quatro franceses ao tempo que cheguei e alguns escravos; depois entraram mais de quarenta dos da nau [capturada] e outros que

andavam em terra, e havia muito mais de mil homens dos que do gentio da terra, tudo gente escolhida e tão bons espingardeiros como os franceses.”

(Carta de Mem de Sá à Rainha-regente de Portugal, Catarina de Áustria (1557-1562), em 16 de Junho de 1560. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVII Parte I, 1864. p. 13-15)

A excelência estratégica do local determinou que, posteriormente, ali fosse erguida uma nova estrutura defensiva pelos portugueses, a Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon.

A ilha voltou a ser fortificada pelos portugueses em 1733, quando o Governador Gomes Freire de Andrade fez demolir o monte das Palmeiras, principiando a construção da Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon.

Após a Independência do Brasil, a ilha foi transferida para a Marinha e, a partir de 3 de dezembro de 1843, passou a sediar o Corpo de Imperiais Marinheiros.

Em 1935, iniciaram-se as obras de construção das novas instalações da tradicional Escola Naval, sob responsabilidade da Marinha do Brasil, inauguradas em 11 de junho

de 1938.

ORIGENS DA ESCOLA NAVAL

A Escola Naval vai buscar as suas origens remotas à mítica Escola de Sagres, criada pelo Infante D. Henrique e à Aula do Cosmógrafo Mor, fundada em 1559 sob orientação do matemático Pedro Nunes.

A atual Escola Naval foi fundada em 1782 com a denominação de Academia Real dos Guardas Marinhas, instalando-se no Terreiro do Paço, em Lisboa. Esta academia tinha como função formar os oficiais da Armada Real.

Com a invasão napoleônica de 1807, a “Academia Real dos Guardas Marinhas” desloca-se para o Rio de Janeiro, juntamente com a família real portuguesa, em 1808. Como não existiam instituições de ensino superior no Brasil, a “Academia Real”, trazida com a corte, pode ser considerada como a primeira do país.

Em 1822, com a independência do Brasil, a academia divide-se em duas, uma portuguesa e outra brasileira. A academia portuguesa volta a instalar-se em Lisboa em 1825. A academia brasileira dá origem à Escola Naval do Brasil.



*Primeira sede da Escola Naval:
Mosteiro de São Bento*



CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ÉTICA NA FORMAÇÃO MILITAR: UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA

CMG (T) Erica Barreto Nobre

“A profissão militar – a melhor de todas – é a incorporação dos valores que estão mais ausentes na sociedade atual – honestidade, lealdade, dever, sacrifício próprio e renúncia aos interesses próprios pelo bem comum.”
Samuel B. Huntington

APRESENTAÇÃO

Ao exaltar as qualidades de um militar que desembarcava da Escola Naval, depois de aqui bem cumprir sua missão, o oficial encarregado de homenageá-lo encerrou seu discurso afirmando que o referido militar era, em síntese, a própria “Rosa das Virtudes”. A solene afirmação estimulou, na autora,

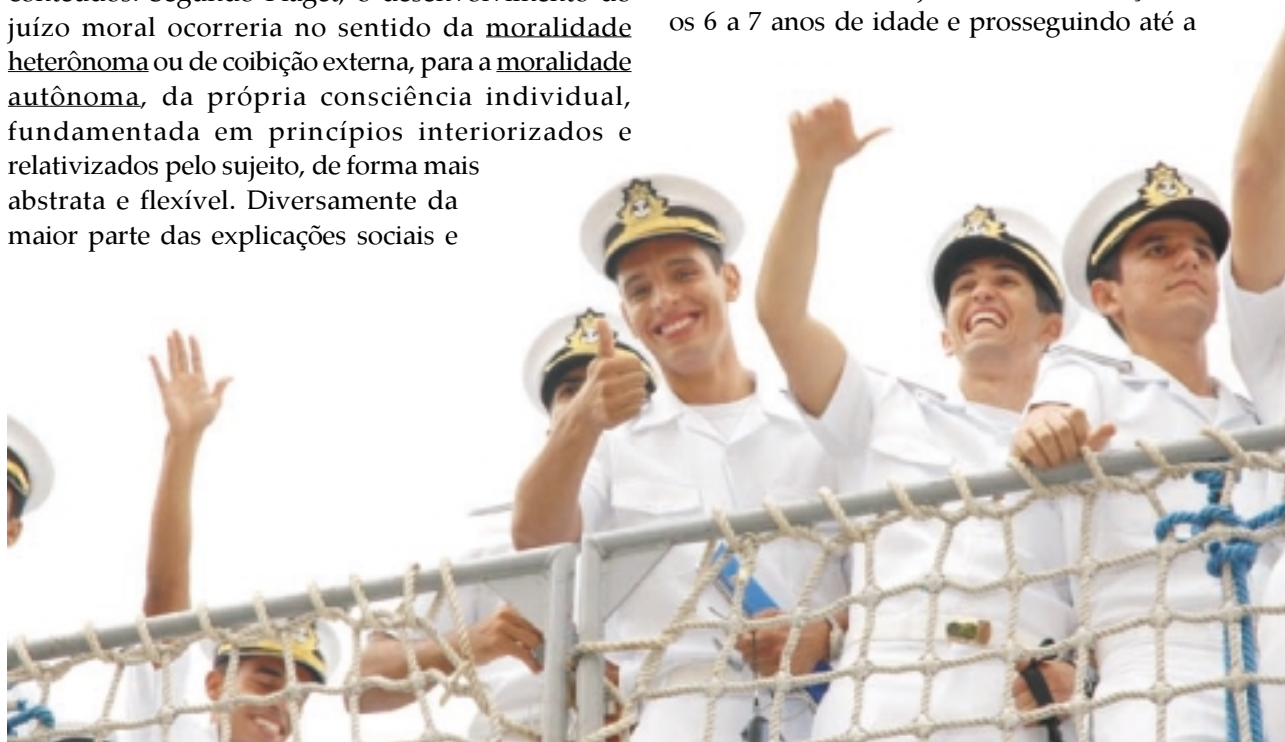
algumas reflexões sobre os objetivos que devem ser visados pelas academias militares no que diz respeito à formação ética para a profissão militar. Ao pensar no militar que naquele dia se despedia da Escola, vem a lembrança de seu semblante sempre sério e duro, bem como de sua notória competência e integridade. Ele parecia a fria encarnação da “letra da lei”. Seria, então, apenas esse o objetivo da formação ética militar - enfeixar o caráter marinho por meio da forja dos dezesseis ramos da “Rosas das Virtudes” -, ou seria esta uma tarefa ainda mais complexa e, portanto, mais difícil? Que nível de consciência ética seria compatível com o exercício pleno da profissão militar? Que tipo de educação ética engendraria verdadeiros líderes militares, íntegros, exigentes e, também, justos, sábios e humanos?

INTRODUÇÃO

A moralidade tem sido estudada por psicólogos sob os enfoques afetivo (Psicanálise), comportamental (Behaviorismo) e **cognitivista**. Em relação a este último ponto de vista, que será adotado como fundamentação teórica da presente análise, destaca-se a contribuição de Jean Piaget (1896-1980), que foi retomada e ampliada pelo psicólogo americano Lawrence Kohlberg (1927-1987). Esses pesquisadores consideram que o desenvolvimento moral se baseia firmemente no cognitivo, isto é, que os avanços na capacidade de raciocínio moral dependem do amadurecimento das capacidades cognitivas, e que tais avanços resultam em condutas morais mais maduras. A hipótese fundamental de Kohlberg é a de que existe uma seqüência universal e invariável de estágios hierarquizados de evolução do juízo moral, por que passam os indivíduos, independentemente dos modelos culturais. Essa evolução moral dar-se-ia à medida que o sujeito interage com seu ambiente, estando condicionada à estimulação do raciocínio através de dilemas e decisões referentes a situações de relação interpessoal. Pode-se considerar o desenvolvimento moral, portanto, como um processo educativo, cuja finalidade é facilitar a evolução contínua da pessoa em etapas distintas e progressivas. Dessa forma, a educação moral consistiria mais em promover o raciocínio moral do que em ministrar conteúdos. Segundo Piaget, o desenvolvimento do juízo moral ocorreria no sentido da **moralidade heterônoma** ou de coibição externa, para a **moralidade autônoma**, da própria consciência individual, fundamentada em princípios interiorizados e relativizados pelo sujeito, de forma mais abstrata e flexível. Diversamente da maior parte das explicações sociais e



psicológicas, que consideram a internalização de normas e valores da sociedade como o ponto terminal do desenvolvimento moral (Durkheim, psicanalistas e behavioristas), segundo Kohlberg, o indivíduo é agente do seu processo moral e o nível mais elevado de maturidade moral é atingido quando o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é a mesma coisa que a lei. Kohlberg identifica seis estágios de desenvolvimento do juízo moral, começando entre os 6 a 7 anos de idade e prosseguindo até a



idade adulta. Os seis estágios propostos pelo autor intitulam os tópicos deste breve artigo e serão discutidos logo a seguir. As observações de Kohlberg comprovam que a maturidade moral muitas vezes só pode ser alcançada pelo indivíduo adulto e que pouquíssimas pessoas chegariam a alcançar o último nível, estágio 6, da construção moral, sendo o estágio 4 a base de julgamento moral mais comumente encontrada entre adultos. De acordo ainda com o autor, os estágios morais seriam cumulativos, o que significa dizer que cada estágio superior integra as estruturas encontradas em estágios inferiores. Os indivíduos são, portanto, capazes de compreender todos os estágios abaixo do seu estágio principal ou modal não estando, contudo, aptos a entender raciocínios morais acima do seu próprio estágio modal.

É importante ressaltar que, nas últimas três décadas, o enfoque cognitivista tomou conta do campo da moralidade, destacando-se nesse cenário a profícua contribuição de Lawrence Kohlberg.

ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO MORAL

Os seis estágios propostos por Kohlberg estão incluídos em três níveis: o pré-convencional (estágios 1 e 2), o convencional (estágios 3 e 4) e o pós-convencional (estágios 5 e 6). Para compreender os estágios, convém compreender primeiro o significado dos níveis. No nível pré-convencional os indivíduos ainda não chegaram a entender e respeitar normas morais e expectativas compartilhadas. Este nível é característico da maioria das crianças com menos de 9 anos, de alguns adolescentes e de muitos criminosos. O nível convencional é típico da maioria dos adolescentes e adultos, pelo menos das sociedades ocidentais, e nesse nível a moralidade consiste em sistemas de regras morais, papéis e normas socialmente compartilhados. O nível pós-convencional tende a ser alcançado apenas por uma minoria (5%) de adultos, geralmente depois dos 20 a 25 anos. Neste nível as pessoas aceitam as regras da sociedade, mas com base nos princípios morais gerais que sustentam essas regras. Se, eventualmente, as

O quadro abaixo sintetiza os níveis e estágios, visando familiarizar o leitor com o referencial teórico empregado:

ESTÁGIOS DO JUÍZO MORAL DE KOHLBERG

ESTÁGIOS	JUÍZO MORAL	NÍVEL DE MORALIDADE	SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO (Piaget)
1	Medo da Punição	PRÉ-CONVENCIONAL	 HETERONOMIA
2	Calculismo Pragmático		
3	Concordância Interpessoal – “bom menino e companheiro”	CONVENCIONAL	
4	Lei e Ordem		
5	Contrato Social	PÓS-CONVENCIONAL	
6	Princípios Universais de Justiça (Cuidado e Compaixão)		
			AUTONOMIA

regras sociais conflitarem com esses princípios mais básicos, os pós-convencionais julgam de acordo com seus princípios de consciência e não pela convenção.

Na seqüência, serão descritos, sucintamente, os seis estágios morais de Kohlberg, seguindo-se a discussão da adequabilidade de cada um desses níveis de consciência moral para a profissão militar e as estratégias educacionais para estimulá-los e desenvolvê-los durante a formação militar. Para a análise de adequabilidade, considerar-se-ão como parâmetros que balizam a profissão militar os seguintes requisitos: hierarquia, disciplina e autodisciplina, tenacidade, patriotismo, abnegação, coletivismo, coragem (física e moral), iniciativa, decisão, competência, justiça e liderança.

ESTÁGIO 1- A MORAL DO MEDO DA PUNIÇÃO

Nesse estágio a moralidade do ato é definida em termos de suas conseqüências físicas para o agente. A obediência é induzida pela lei do mais forte, pela percepção do poder do outro de infligir dano ou castigo. Ação moralmente errada seria somente aquela passível de ser detectada e punida. Em princípio, esse parece um nível de consciência moral imaturo e inadequado para a profissão militar. Contudo, no período de adaptação à vida militar, tradicionalmente se emprega largamente a punição como estratégia educacional eficiente para eliminação de comportamentos indesejáveis e rápida obtenção de comportamentos que demonstram ordem, tenacidade, disciplina e obediência. Recorrendo a Aristóteles (384-322 a.C.), em sua “Ética a Nicômaco”, onde o filósofo considera ser a virtude o resultado do hábito, cita-se o seguinte: *“Os dotes naturais (...) estão presentes nas pessoas verdadeiramente favorecidas pela sorte; quanto às palavras e à instrução, rezeamos que não sejam eficazes em relação a todas as pessoas, mas que a alma de quem aprende deve primeiro ser cultivada por hábitos que induzam quem aprende a gostar e a desgostar acertadamente, (...). De modo geral as emoções parecem ceder não à palavra, mas à força. O caráter, portanto, deve de alguma maneira estar previamente provido de alguma afinidade com a excelência moral, amando o que é nobilitante e detestando o que é aviltante.”* As observações anteriores permitem concluir que a punição e o treinamento exaustivo poderiam ser incluídos como parte das estratégias preliminares válidas para a formação moral do militar, especialmente no período inicial de treinamento, visando a integração dos novos membros. Porém, obviamente, tendo em vista os

parâmetros previamente estabelecidos, este não parece ser o estágio de desenvolvimento moral final a ser almejado para o profissional militar. Na verdade, militares que ao final de sua formação encontrem-se no estágio 1 de consciência moral poderiam ser melhor enquadrados como moralmente “deformados” do que como “formados”. O pernicioso dito naval de que “o golpe é válido, desde que não seja pego” exemplifica bem esse estágio primitivo e indesejável de desenvolvimento moral.

ESTÁGIO 2 - A MORAL DO CALCULISMO PRAGMÁTICO

É um estágio nitidamente egocêntrico e egoísta, em que a moral é relativista, tendo como única finalidade a satisfação hedonista de necessidades pessoais. O indivíduo pode raciocinar em termos de troca, uma vez que pretende atender aos seus próprios interesses, mas se percebe inserido num mundo em que há outras pessoas com seus próprios interesses.

Enquanto a punição prevalecia como estratégia educativa no estágio 1, dentro da lógica do estágio 2, a moeda de troca é a recompensa. À primeira vista, esse estágio de desenvolvimento moral parece francamente antagônico ao estoicismo típico da profissão das armas, que se caracteriza pela abnegação e pela disposição de sacrifício até da própria vida, em prol do bem comum. Surpreendentemente, os Estados Unidos da América, país que detém a hegemonia bélica mundial, centro nervoso do capitalismo e da lógica do consumo, vem empregando largamente a liderança do tipo transacional e a recompensa como atrativo, para atingir as ambiciosas metas de recrutamento das suas Forças Armadas, metas essas compatíveis com o papel auto-atribuído de “nação xerife do mundo”. O trecho de notícia a seguir exemplifica bem o estágio 2 de moral, que parece prevalecer no recrutamento para a Guerra do Iraque: *“A dificuldade do Exército dos EUA de recrutar novos soldados tem sido grande, em meio à guerra no Iraque(...) Depois que a meta de recrutamento deixou de ser atingida pelo segundo ano consecutivo, em setembro o Exército criou uma bonificação de US\$ 10 mil para quem se alistasse. Como a situação não melhorou, no final do ano a isca foi duplicada: a oferta passou a ser de US\$ 20 mil.”* (Jornal O Globo- abril/2006). As peculiaridades econômicas e políticas dos EUA e sua necessidade específica de arregimentar o maior contingente possível de reserva militar talvez justifiquem a estratégia adotada. No entanto, tendo em vista a essência da profissão militar, seria esse o ideal moral a ser perseguido em sua formação, aquele

do “soldado mercenário”? Muitos são os críticos que denunciam as perdas em liderança e eficácia causadas pela mentalidade empresarial aplicada às Forças Armadas americanas.

ESTÁGIO 3 - A MORAL DO “BOM MENINO” E “BOM COMPANHEIRO”

É o estágio da regra de ouro: “Faça aos outros aquilo que gostaria que lhe fizessem”. Mas a visão aqui ainda é, na verdade, egocêntrica, na medida em que a motivação básica da decisão moral é a obtenção para si da aprovação social dos outros significativos. O comportamento moralmente certo é aquele que leva à aprovação. Trata-se da moralidade de conformismo a estereótipos de papéis sociais.

Uma vez que a coesão grupal e o companheirismo são fortes requisitos de qualquer profissão de risco, especialmente a militar, torna-se relativamente freqüente, especialmente entre jovens em formação, a tomada de decisões, diante de impasses éticos, com base nesse estágio de raciocínio moral. Oficiais-alunos, quartanistas veteranos, chefes de classe e mais antigos de quarto comumente preferem atender às expectativas de lealdade dos companheiros, ainda que em detrimento das normas vigentes. Se por um lado a lógica do atendimento às expectativas sociais, numa instituição em que a sobrevivência pode depender da identificação e do espírito de corpo, parece profícua; por outro lado, o tipo de pessoa que precisa ser amada por todos provavelmente não será um bom líder militar, capaz de tomar decisões em situações adversas. Um líder deve ser capaz de dizer NÃO, de confrontar, de contrariar interesses, de ser forte o suficiente para travar batalhas, se for objetivamente necessário, mesmo que tenha que magoar pessoas e causar dor.

ESTÁGIO 4 - A MORAL DA LETRA DA LEI E DA ORDEM

Há nessa fase grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever. A justiça não é mais uma questão de relações entre indivíduos, mas entre o indivíduo e o sistema. A justiça está relacionada com a ordem social estabelecida, não é uma questão de escolha pessoal moral.

Esse é o estágio moral limite atingido pela maior parte dos indivíduos. Seria por excelência o estágio de juízo moral mais típico e desejável da profissão militar, a julgar pelo artigo 142 da Constituição Brasileira: *“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais*

permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” A ótica da Constituição acentua o papel das Forças Armadas como braço armado do Estado, que zela pela ordem estabelecida e que cumpre ordens e executa decisões políticas que provêm de instâncias superiores do governo. O exemplo coerente dos líderes, a prática espartana da disciplina, o ensino dogmático das normas e regulamentos e a interiorização do princípio da autoridade parecem suficientes para estimular o desenvolvimento desse estágio moral durante a formação militar. Contudo, ao recorrer-se ao juramento profissional do militar – o **juramento à bandeira** – verifica-se que, além de cumprir ordens, prometemos *dedicação integral ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições serão defendidas com o sacrifício da própria vida*. Portanto, parece que é a chama do patriotismo idealista que verdadeiramente anima a profissão militar, o que nos levaria da fria letra da lei, do nível da moral convencional, para os píncaros das possibilidades transformacionais e heróicas da moral pós-convencional.

ESTÁGIO 5 - A MORAL DO CONTRATO SOCIAL

Esse é o primeiro estágio que constitui o nível pós-convencional. As leis não são mais consideradas válidas pelo mero fato de serem leis. O indivíduo admite que as leis ou costumes morais podem ser injustos e devem ser mudados. Entretanto, é importante enfatizar que a mudança é visualizada como devendo ser buscada por meio dos canais legais e dos contratos democráticos. As leis e os deveres tendem a ser balizados, nesse estágio, pelo critério utilitarista do maior bem para o maior número de pessoas. Aplicando-se a contribuição teórica de Max Weber (1864-1920), poder-se-ia afirmar que prevalece aí a “ética da responsabilidade”, levando-se em conta as conseqüências e implicações das normas e linhas de ação adotadas, enquanto no estágio anterior, de número 4, prevalecia a “ética da convicção”, onde as decisões morais reduzem-se ao cumprimento rígido de normas e princípios imunes à relativização e à prospecção de cenários.

Se, nos primeiros postos, a moral do estágio 4 parece perfeitamente suficiente ou adequada, poder-se-ia afirmar o mesmo ao pensar nos postos mais elevados da carreira e naqueles indivíduos que ocuparão posições críticas de autoridade dentro da

Força, que têm como requisito visão estratégica e alto nível de capacidade de decisão? Não correríamos o risco do continuísmo obsolecente e entrópico se limitássemos as pretensões de formação moral de nossos recursos humanos ao nível do raciocínio de mera manutenção da lei pela lei? O estímulo ao desenvolvimento do estágio 5 de juízo moral envolve análise crítica de situações-problema, discussão dialética e interiorização reflexiva de princípios e de valores morais. Se o estágio 5 não pode ser estabelecido como objetivo educacional geral da formação, na medida em que não é acessível àqueles indivíduos que constituem a maioria e que se situam na faixa média da curva normal, que ao menos seja considerado uma possibilidade viável, passível de reconhecimento e de estimulação para aqueles que têm potencial para a excelência ética.

ESTÁGIO 6 - A MORAL DOS PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DE JUSTIÇA

Esse estágio representa o modo mais elevado de pensamento moral. O indivíduo reconhece os princípios morais universais e age de acordo com eles. A obrigação moral universal se definiria em termos do princípio da justiça, princípio da empatia, no sentido de se colocar no lugar do outro, e princípio da dignidade humana, com a prevalência do imperativo categórico kantiano do homem como um fim em si mesmo e não como meio. Se as leis injustas não puderem ser modificadas pelos canais democráticos legais, o indivíduo ainda assim resiste às leis injustas. É a moralidade que prioriza o ético, mesmo que em detrimento do legal, moralidade da desobediência civil, dos mártires e revolucionários pacifistas e de todos aqueles que permanecem fiéis a seus princípios, em vez de se conformarem com o poder estabelecido. Jesus Cristo, Gandhi, Martin Luther King são exemplos dados por Kohlberg de pensamento nesse estágio.

Uma análise superficial aponta para uma óbvia incompatibilidade entre a profissão militar e esse estágio potencialmente revolucionário do juízo moral. O aprofundamento da discussão desse estágio nos conduz a temas polêmicos como a questão do soldado-cidadão e da validade da intervenção dos militares na política. O general e sociólogo argentino B. Rattembach ("El Sistema Social-Militar em la Sociedad Moderna", 1972) considera que nas democracias o poder de governo dos povos foi concebido como poder civil e que qualquer quebra desse princípio em favor do poder militar conduziria

a deformações institucionais para ambos. No âmbito das conseqüências institucionais internas indesejáveis, o autor cita aspectos como o abalo grave dos princípios de hierarquia e disciplina; a quebra da coesão interna (anti-revolucionários e revolucionários com suas diversas tendências); desqualificação do corpo de oficiais, que ficaria definitivamente contaminado pelo viés político, após participar de uma revolução; perda de adestramento e prontidão para o combate em prol da atuação em cargos políticos. Entretanto, como separar o militar respeitoso e disciplinado do cidadão consciente, se o elo entre os dois papéis é justamente o amor pela pátria e se o zelo por sua honra e integridade é a essência da profissão e da ética militares? Ao que parece, encontramos diante de um paradoxo da profissão militar. Exemplo recente desse dilema nos foi apresentado no caso da política indigenista brasileira. Em discurso no Clube Militar, no Rio, para platéia de 150 militares da reserva e da ativa, o Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno, afirmou que a política indigenista do país é caótica, citou como exemplo a demarcação em terra contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, lembrando também que o Exército não serve a governos, mas aos interesses do Estado. Embora as declarações do General tenham gerado repreensões por parte do governo, lançaram luz sobre uma questão afeta à soberania nacional. Uma semana depois do episódio, a manchete de capa do jornal O Globo dizia o seguinte: "Governo terceiriza a ONGS política indigenista do país". Na mesma reportagem, o ex-presidente da FUNAI declarou que o General Heleno prestou um serviço à Nação ao denunciar a política indigenista. O militar em questão agiu segundo suas convicções, com risco pessoal e em prol da causa maior da Nação. Praticou o nível 6 de juízo moral, exercendo heroicamente o tipo de liderança inspiradora que dignifica a profissão militar, fundamentada em ideais de sacrifício e de abnegação. A "Teoria da Guerra Justa" (que tem suas origens no pensamento de Cicero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius) e o Direito Humanitário seriam ainda outros exemplos de aplicação do estágio moral 6 na profissão militar, mais especificamente, no combate.

Conclui-se que o estágio 6 de consciência moral representaria uma espécie de superdotação ou alta habilidade no âmbito ético, um capital raro e precioso para qualquer instituição que se destine a fins nobres. O estágio 6 não pode funcionar como objetivo geral

da formação militar, mas não deve ser reprimido. Indivíduos com potencial para atingir tal estágio de juízo moral precisam ser identificados, estimulados adequadamente, por meio de discussões e de reflexão crítica, e firmemente orientados por mentores com nível de desenvolvimento moral compatível.

REVISÃO DO ESTÁGIO 6 - A MORAL DO CUIDADO E DA COMPAIXÃO

Uma das críticas mais polêmicas ao trabalho de Kohlberg proveio de Carol Gilligan (1982). Ela defendeu a existência de uma “moral feminina”, que chamou de moral do cuidado e da responsabilidade, em oposição à moral da justiça, proposta por Kohlberg como universal. A crítica de Gilligan remete à concepção ética do filósofo David Hume (1711-1776). Em seu Tratado sobre a Natureza Humana, Hume afirma que o caráter moral da ação depende de sua associação a determinados sentimentos humanos, como a simpatia, a benevolência e a compaixão. A razão se ocupa de relações entre idéias e seria por si só insuficiente para explicar nossas ações e fundamentar o caráter moral das mesmas. Agimos porque somos motivados a desejar algo, e isso depende menos do nosso raciocínio do que dos nossos sentimentos. Em sua ampliação do estudo psicológico do domínio moral, Kohlberg admite que, além da justiça cega, a moral também incluiria uma virtude enfatizada nos ensinamentos éticos cristãos, conhecida como caridade, amor ou fraternidade. Essa dimensão relaciona-se com atos que são bons, mas não obrigatórios, como a generosidade, a ajuda, o compartilhar.

A segunda parte do nosso juramento profissional parece nos comprometer com essa ética do cuidado: “...prometo... tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados...”. O líder militar é representado no imaginário dos subordinados como um “PAI”, simultaneamente severo e humano, que pune justamente, mas também provê as necessidades, acolhe no sofrimento, orienta e oportuniza novas chances.

CONCLUSÃO

A partir do que foi apresentado, pode-se concluir que, psicologicamente, a moralidade evolui através de estágios sucessivos de nível crescente de qualidade. Essa evolução se prolonga até os 20 a 25 anos e pode

ser estimulada por meio de estratégias educacionais, contando-se com mentores qualificados. É essencial que esses mentores tenham alcançado, eles próprios, os mais elevados estágios de desenvolvimento moral. São estratégias educacionais válidas para a estimulação do desenvolvimento do raciocínio moral: a imposição da virtude pelo hábito da prática, o exemplo, a interiorização crítica e reflexiva de valores e de princípios com discussão dos porquês e dos para quês, a análise crítica de situações-problema e de dilemas éticos da prática cotidiana. É de suma importância considerar no processo de socialização e

de estimulação do raciocínio moral não apenas o discurso oficial declarado da Instituição, dos seus integrantes, educadores e dirigentes mas, principalmente, as mensagens subliminares transmitidas pela realidade prática diária. Essa realidade acaba funcionando como principal exemplo e referência de como agir e se evidencia nos

critérios de premiação e de punição, na hierarquia de valores adotada nos processos decisórios, nas reações a situações críticas, enfim, nas contradições entre discurso e prática de valores.

Na opinião da autora, o nível típico desejável de consciência moral, compatível com a profissão militar, corresponderia ao estágio 4 - “da lei e da ordem”, que constitui o último nível da moral convencional e também o limite mais comumente alcançado pela maioria das pessoas. O estágio 1 - “do medo da punição”, seria o mais absolutamente indesejável e inadequado, e representaria um risco a ser evitado na formação militar, que tradicionalmente se caracteriza por um largo emprego da punição. Os estágios morais mais elevados, que compõem o nível pós-convencional, seriam úteis nos altos postos e nas funções estratégicas. Indivíduos com potencial para alcançar tais níveis devem ser identificados, estimulados e orientados. Oportunidades para desenvolver todos os estágios devem ser, em princípio, facultadas a todos, especialmente na formação de oficiais. O psiquiatra J. Merloo, na última parte de seu livro “Lavagem Cerebral”, trata das defesas contra esse processo, criticando a educação fundamentada meramente em doutrinação e condicionamento, que ele considera que forma indivíduos de espírito frágil, presas fáceis de qualquer tipo de ideologia totalitária, inclusive aquela

a principal ferramenta de educação ética em instituições de formação militar Deve ser muito mais a reflexão crítica do que o ensino dogmático de regulamentos e normas

do inimigo. Merlooo defende a educação para a autonomia de pensamento, que não equivale nem à anarquia, nem à liberdade inconseqüente, mas às restrições livremente consentidas pelo indivíduo, com base em análise crítica, autoconvencimento, adesão a princípios e idealismo. É a capacidade crítica que nos protege da dominação que corrompe e desmoraliza. O autor advoga uma nova coragem, não física, mas espiritual. É a coragem que serve a uma idéia. É a que indaga não apenas qual é o preço da vida, mas ainda para que fim se está pedindo esse preço. Exige do eu uma superconsciência, como ser espiritual e pensante. Por tudo isto, considera-se que a principal ferramenta de educação ética em instituições de formação militar deva ser muito mais a reflexão crítica do que o ensino dogmático de regulamentos e normas.

O raciocínio moral é considerado por autores como F. Kiel & D. Lennick como um tipo de inteligência, portanto, um capital intelectual das organizações. A contribuição teórica desses pesquisadores foi apresentada à autora pelo Vice-Almirante (RM1) Afonso Barbosa, reconhecido estudioso de temas como liderança e ética. Os referidos autores elencam quatro virtudes que sintetizam bem o perfil ético compatível com a profissão militar, quando se almeja formar verdadeiros líderes militares, íntegros, exigentes e, também, justos, sábios e humanos. As quatro virtudes são: a integridade, que se baseia na defesa de convicções éticas; a responsabilidade pelas conseqüências das decisões e por servir aos outros; a compaixão, que significa importar-se ativamente com os outros; o perdão, isto é, a capacidade de aceitar o erro como inerente à natureza humana, reconhecendo a si próprio e aos outros como passíveis de falha e de recuperação.

Diferentes pesquisas organizacionais, inclusive um estudo de campo realizado pela autora na Marinha do Brasil (NOBRE, 1998), apontam o caráter como principal atributo de perfil do líder. Todo investimento em formação nessa área pode ser, portanto, considerado como sumamente relevante. Consoante a psicanalista Melanie Klein: *“Observa-se, facilmente, a influência que há sobre os outros de uma personalidade verdadeiramente sincera e autêntica. Mesmo as pessoas que não possuem as mesmas qualidades ficam impressionadas e não podem deixar de sentir respeito pela integridade e sinceridade. Essas qualidades despertam neles a imagem daquilo que eles poderiam ter sido ou poderiam talvez vir a ser. Tais personalidades lhes dão razões de esperança no mundo em geral e uma fé mais profunda na bondade. O caráter é a base de toda a realização humana, no sentido de que toda*



evolução social sadia tem por fundamento os efeitos que um bom caráter exerce sobre os outros indivíduos.” Concitam-se os docentes e militares educadores dos órgãos de formação a se imbuírem desse papel de agentes multiplicadores e de referências éticas para as novas gerações.

BIBLIOGRAFIA

1. BIAGGIO, A. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2006.
2. D'AUREA-TARDELI, D. *Moral e ética: preceitos e princípios*. In: *Revista Mente Cérebro – O Olhar Adolescente*, vol. 4. São Paulo: Dueto Editorial, 2007.
3. KIEL, F. & LENNICK, D. *Inteligência moral*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.
4. MARCONDES, D. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
5. MERLOO, J.A.M. *Lavagem cerebral – mentecídio: o rapto do espírito*. São Paulo: IBRASA, 1980.
6. NOBRE, Erica B. *Crenças de superiores e subordinados sobre o perfil do líder militar-naval brasileiro neste final de século*. 1998. *Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, Cognitiva e da Personalidade) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.*
7. RATTENBACH, B. *El sistema social-militar en la sociedad moderna*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1972.

MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI



Chegada do 1º contingente ao Haiti.

Aspirante Rômulo I. Niederauer de Freitas

Há alguns anos, a Organização das Nações Unidas, a ONU, determinou que a circunstância em que o Haiti se encontra constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais. O Brasil está participando de tal missão e, apesar disso, pouco tem se ouvido falar sobre a situação dos brasileiros.

Serão, então, esclarecidas a criação e as atuais informações da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH.

O HAITI

Da mesma forma que o Brasil, o Haiti foi descoberto e conquistado por europeus. No século XVI, já possuía o seu povoamento escravizado com um grande número de desaparecidos e mortos.

Teve seu domínio dividido entre vários países. No início do século XIX, a ilha estava nas mãos da Espanha e da França e, mais tarde, a conquista francesa passou a ser total na ilha após a escravidão ser abolida. A essa altura, a instabilidade fez com que o país fosse dividido em dois, fazendo aparecer a atual República Dominicana – a primeira república negra do mundo –, que seria reocupada pela Espanha. Com o argumento de defenderem assuntos americanos, os EUA também ocuparam a ilha durante o período de 1915 e 1934.

Entre os séculos XIX e XX, o Haiti sofreu com a política, tendo uma forte ditadura imposta por François Duvalier, e seu filho, Jean-Claude Duvalier. Eles tinham como oposição a Igreja Católica, que era contra a exploração do vodu. Aconteceram diversos golpes para tirar o ditador Duvalier do poder. Entre os interventores estavam o General Henri Namphy, Leslei Manigat e o General Prosper Avril.

Só em 1990 ocorreram as eleições livres para presidente, assumindo a presidência o padre Jean-Bertrand Aristide. Quase um ano depois, o General Raul Cedras, por um golpe de Estado, faz com que Aristide seja deposto. Nesse momento, a ONU e a Organização dos Estados Americanos, a OEA, pedem medidas econômicas para o Haiti, forçando os militares a aceitarem a volta do ex-presidente deposto, exilado nos EUA após o golpe. Durante os anos de 1993 e 1994, tropas dos EUA que faziam parte das Forças de Paz da ONU tentaram intervir para a volta de Aristide ao poder.

Em maio de 1994, o Conselho de Segurança da ONU impõe um bloqueio no país inteiro. Por própria conta, a junta militar haitiana colocou Émile Jonassaint como presidente. Tal fato foi considerado ilegal pelos EUA e fez com que eles tivessem autorização da ONU para uma interferência militar no Haiti. Conseqüentemente, Jonassaint declara estado de sítio e, mais tarde, os EUA penetram no Haiti, conseguindo reempossar Aristide, que assume a



Haiti - Toda parte leste até Porto Príncipe já havia sido tomada pelos rebeldes.

presidência com a economia totalmente acabada. A essa altura, militares haitianos inconformados renunciaram aos seus postos sendo, por isso, anistiados. Seis anos depois, Aristide e seu partido são acusados de manipular as eleições, com o pedido de renúncia do presidente em 2003.

Ao norte do Haiti, em Gonaïves, ocorriam conflitos armados durante o mês de fevereiro de 2004. Dia a



Grupos de Combate – equipamentos com “camelback” e fuzis M-16A4.



Utilização de fuzis M-16M4 com mira ótica (sniper).

dia, cidades eram tomadas pela guerra até que o norte do Haiti já estava inteiramente controlado pelos insurgentes. Mesmo tentando chegar a acordos diplomáticos, os opositores seguem para o sul, tomando o Porto Príncipe (em francês "Port-au-Prince", capital do Haiti). Por causa da situação, Aristide vai para a África do Sul, asilando-se por lá. Automaticamente, pela constituição haitiana, Bonifácio Alexandre torna-se presidente, pedindo ajuda às Nações Unidas. Então, o Conselho de Segurança, o CS, aceita a solicitação, mandando a Força Multinacional Interina, a MIF.

A situação do Haiti estava sendo considerada como um ameaça a toda região à sua volta. O CS, por sua vez, cria a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH. Começando a atuar no início do mês de junho em 2004, a missão é liderada pelos EUA.

Hoje, com oito milhões de habitantes, o Haiti é considerado o país mais pobre entre as Américas.

A MINUSTAH E O BRASIL

MINUSTAH vem do francês, *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*. Criada pelo CS no dia 30 de abril de 2004, de acordo com a resolução 1542, tem como intercessor o diplomata Jean Gabriel Valdés. Em outubro de 2007, a ONU renovou seu mandato na missão por mais um ano. Nessa missão, os principais objetivos são os seguintes:

- estabilizar o país;
- pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes;
- promover eleições livres e informadas; e
- formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti.

O Brasil foi um dos países que se dispôs a colaborar com um contingente militar. O Batalhão Haiti é composto por homens do Exército e dos Fuzileiros Navais. Com 1200 homens, é conhecido também como *Brazilian Battalion*, ou pela sigla BRABAT. Comandado por um general do Exército, o Batalhão contém unidades de combate e uma companhia de engenharia

do Exército e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

PARTICIPAÇÃO DOS FUZILEIROS NAVAIS

Desde o dia 20 de junho de 2004, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-Haiti, o GptOpFuzNav-Haiti, já estava posicionado no país com o seu 1º contingente, com 19 oficiais e 196 praças, após o desembarque do Navio de Desembarque de Carros de Combate Mattoso Maia. A ONU solicitou ao Brasil as seguintes tarefas:

- segurança de autoridades;
- estabelecimento de "checkpoints" (blitz);
- patrulha a pé;
- patrulha mecanizada;
- segurança de comboios; e
- defesa de instalações.

O GptOpFuzNav-Haiti está organizado da seguinte forma:

- Componente de Comando (CteC);
- Componente de Combate Terrestre (CCT);
- Seção de Comando;
- Pelotões de Fuzileiros Navais (PelFuzNav);
- Grupos de Combate (GC);
- Pelotão de Apoio (PelAp);
- Equipe de Comandos Anfíbios (ECAnf); e
- Componente de Apoio de Serviço ao Combate (CASC).

Cada pelotão segue a divisão de três Grupos de Combate, totalizando 31 homens, sendo 10 soldados e mais um oficial comandante do pelotão. Quando é necessário o emprego de ações táticas de Operações Especiais, a ECAnf é empregada. No CASC, os militares fazem serviço de modo logístico, de acordo com o destacamento a que pertencem. Algumas dessas funções são exercidas em conjunto com o CCT nas tarefas operacionais, tais como o destacamento de Saúde, prestando apoio com enfermeiros e o de Transporte, com motoristas.

Quando o contingente chega ao Haiti, as primeiras funções da tropa são reconhecer a nova área de responsabilidade, melhorar as instalações do Posto de Segurança Estática (PSE) 21, ativar o check-point (CP) 2, no posto de gasolina da rue National nº1, e identificar as principais lideranças nas áreas de Drouillard e Bois Neuf. Além disso, eles ainda guarnecem o check-point 3, localizado na boulevard des Industries, em frente ao complexo industrial de

Sonapi. Excetuando-se o PSE 21, que é guarnecido integralmente, os check-points são ocupados durante alguns períodos do dia. A função desses bloqueios nas vias, como uma "blitz", é principalmente inibir o transporte de armamento ilegal para os grupos rebeldes e proceder com a fiscalização de veículos suspeitos de serem usados em seqüestros ou no tráfico de drogas. A preocupação com o contrabando de armas é mais forte no CP 21, pois o mesmo fica na principal via de entrada de armas vindas do norte do país. Juntamente com essas ações, os militares do Gpto eventualmente participam de patrulhas marítimas com a guarda costeira haitiana para inibir o contrabando de armas através do porto de Porto Príncipe.

Os Fuzileiros têm utilizado um equipamento básico bastante útil nas operações urbanas: o *camelback*, pequeno reservatório de água que substitui o cantil, portado como uma mochila e que possui um tubo preso ao uniforme com a sua extremidade na altura do ombro, bastando apenas ao soldado levá-lo à boca para poder beber água. Utilizam também um equipamento de visão noturna, que aumenta a habilidade operacional da tropa, uma vez que a maioria das áreas não possui energia elétrica. O fuzil M-16A4 tem sido utilizado em larga escala pela sua grande versatilidade, precisão nos disparos e pelo peso diminuído. O calibre 5.56 é bastante utilizado por não causar danos à população, o que é visto nos fuzis de calibre 7.62. A ECAnf usa os M-16M4 com mira ótica/laser em tarefas de tiro de precisão (*sniper*). Lançadores de granada M203 são usados nas armas de alguns integrantes dos pelotões e da ECAnf. Além desses



Apoio do Destacamento de Saúde.

armamentos, os Fuzileiros têm tradutores que falem o “creole”, dialeto local que é uma mescla entre o francês e o espanhol.

CONCLUSÃO

A participação do Brasil na MINUSTAH é de extrema importância, devido à presença dos Fuzileiros Navais, que são uma das tropas de elite mais bem preparadas para tal missão. O Brasil já enviou mais de 6 contingentes. Não podemos esquecer, porém, que no Haiti está realmente acontecendo uma guerra na qual existem companheiros brasileiros lutando para o estabelecimento da paz local dando as suas vidas.

O Haiti passa por uma fase de turbulência, mas, como as palavras de Sun Tzu já diziam: “a guerra é o último passo para se alcançar a paz.”

BIBLIOGRAFIA

RUPPENTHAL, Tailon. *Um soldado brasileiro no Haiti*. 1 ed. São Paulo: Globo, 2007.

www.alide.com.br/artigos/cfn_haiti/index.htm

www.alide.com.br/Artigo/Itaoca/FN_itaoca.htm

www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/minustah/minustah.htm

www.pbase.com/perrona/haiti_photo_haiti

www.pt.wikipedia.org/wiki/Haiti

www.pt.wikipedia.org/wiki/Minustah

SICAR CONSTRUÇÕES

**OBRAS CIVIS
REFORMAS
ENG. ELÉTRICA
HIDRÁULICA
ARQUITETURA**

**AJUDANDO A CONSTRUIR UM BRASIL
MELHOR**

Av. Dos Democráticos, 1.625 - sala 311 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ - 21050-000
Telefax: (21) 2437-0849 . CNPJ 42.582.916/0001-47 - E-mail: sicacom@uol.com.br



UMA LONGA VIAGEM DE INSTRUÇÃO

CMG (RMI) Pedro Gomes dos Santos Filho

“No edifício do Ministério da Marinha, um repórter do jornal A Noite consegue uma breve entrevista com o Ministro, Almirante Henrique Aristides Guilhem.

– As avarias foram de grande vulto?

– Não tão grandes, quero crer, como a princípio pareceram. Esperamos receber uma carta-aérea do engenheiro naval Raul Regis Bittencourt, que está em Porto Rico, para onde se transportou deixando os EUA, a fim de acompanhar os serviços de salvamento do navio, dando notícias sobre as avarias.

– Ministro, o senhor tem conhecimento sobre uma carta que o Comandante do navio escreveu à esposa, despedindo-se e comunicando-lhe, também, a deliberação firme que tomara de não sobreviver, caso não fosse salvo o seu barco?

– Não conheço tal carta, mas é do Código de Honra da Marinha o marinheiro morrer com o seu navio”.

1938 não transcorria tranqüilo para o recém-implantado Estado Novo. Nem tanto pela perda da Copa do Mundo, embora o Presidente Getúlio Vargas tenha percebido a importância política do futebol, ao registrar no seu diário, após o jogo Brasil x Itália, que “a perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se tratasse de uma desgraça nacional”. A derrota da

seleção, de certa forma, era ruim para a imagem do seu governo de força, mas isso não se comparava com o que já havia ocorrido naquele ano. O que realmente preocupou o Presidente no primeiro semestre de 38 não foi o futebol. Foram as tentativas de golpe empreendidas pela Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político paramilitar que, pelas mensagens idealistas e disciplinadoras de seus programas, contava com a simpatia de diversos oficiais e praças da Marinha.

Uma das tentativas ocorreu no dia 11 de março. Alertados por um alarme que significaria o início da rebelião, 13 Guardas-Marinha (GM) de uma turma aquartelada na Escola Naval, ilha das Enxadas, junto com outros militares que serviam naquele local, prenderam a guarda de fuzileiros navais, recolheram munições e armas da escotaria e as embarcaram em uma lancha que os levaria ao encontro de outros amotinados. Quando tudo estava pronto, a má notícia. O alarme era falso. Telefonema de um dos cabeças da conspiração ao GM de serviço desfez o mal entendido e mandou cancelar a ação. Os guardas-marinha, sem outra opção, entregaram-se ao Oficial de Serviço que momentos antes haviam feito prisioneiro. Instaurado o Inquérito Policial Militar (IPM), os 13 GM foram

demitidos¹ do Serviço Ativo da Marinha e, provavelmente, nunca souberam de onde partiu o tal alarme.

Exatos dois meses depois, durante a madrugada, ocorreu na capital da República o episódio conhecido como “Levante Integralista”. Das diversas ações planejadas pelos revoltosos apenas quatro foram efetivadas, todas com a participação de elementos da Marinha. Alguns grupos tentaram seqüestrar autoridades militares em suas residências; o edifício do Ministério da

Marinha foi ocupado por sargentos comandados por um Primeiro-Tenente; cinco oficiais assumiram o comando do cruzador Bahia, após dominarem o oficial de serviço. Nenhuma ação logrou êxito. Não conseguiram efetuar os seqüestros, o ataque ao

Ministério foi rechaçado por um destacamento de fuzileiros – que chegou a bombardear os rebeldes com artilharia de campanha de 75 mm – e, após evoluir pela baía e não conseguir adesões ao movimento, os revoltosos do cruzador se renderam.

A quarta ação, a mais importante, também não deu certo. Previa a invasão do palácio Guanabara e a conseqüente prisão do Presidente. A data escolhida tinha um motivo. O comandante da guarda de fuzileiros navais de serviço no palácio, um Primeiro-Tenente fuzileiro naval ligado aos revolucionários, facilitaria a ação. Um sargento fuzileiro ficou encarregado de fabricar cópias das chaves necessárias. No início, tudo correu como planejado. O chefe da guarda isolou seus comandados numa sala e abriu os portões.

Cerca de 50 integralistas armados invadiram o palácio presidencial, obrigando o Presidente, sua filha e alguns auxiliares a se esconder e, de suas janelas, abrir fogo contra o inimigo inesperado. O ataque só foi totalmente rechaçado quando, depois de algum tempo de renhido combate, chegaram reforços do Exército e da Polícia comandados pelo Ministro da Guerra em pessoa. Nas diversas ações houve algumas mortes e várias prisões. Os militares da Marinha presos foram

confinados na ilha de Fernando de Noronha. A AIB foi declarada ilegal e seu fundador, Plínio Salgado, exilado em Portugal. Apesar do perigo a que foi submetido, nada do que aconteceu abalou o Presidente.

“Horas após o ataque frustrado, Getúlio fez a pé, sob aclamações populares, o percurso entre os palácios Guanabara e do Catete, onde recebeu os cumprimentos do Corpo Diplomático e despachou normalmente com seus Ministros”.

Não deve ter sido fácil para o Ministro da Marinha

o despacho com o Presidente. Era grande o número de militares da sua Força envolvidos nas ações com a intenção de depor as autoridades constituídas e implantar um novo regime de governo no país. A seu favor, o fato de a própria Marinha ter combatido com sucesso os revoltosos.

Apesar do possível desconforto, o despacho ocorreu normalmente. As relações de cordialidade e respeito entre as duas autoridades não ficaram estremecidas. Tanto é que, em 11 de junho, por ocasião do almoço em homenagem à inauguração das novas instalações da Escola Naval, na ilha de Villegagnon, o Almirante Guilhem pronunciou longo discurso, onde afirmou: – “A Marinha de Guerra, Senhor Presidente, vem constatando que Vossa Excelência tem sido promotor do seu desenvolvimento, consagrando com alta autoridade os esforços que ela faz”. Ao final, propôs um brinde, saudando: – “Senhor Presidente, os Almirantes aqui presentes, em nome da Marinha, erguem suas taças em honra a Vossa Excelência.”

Ao erguer a sua taça, o Ministro não imaginava que em breve teria outra má notícia a transmitir ao Chefe da Nação.

No dia 24 de julho, em viagem de instrução de Guardas-Marinha, o Navio-Escola (NE) “Almirante Saldanha” encalhou na entrada da Barra de San Juan de Porto Rico.

Não foi a primeira vez na Marinha do Brasil que um acidente com um navio transportando Guardas-Marinha interrompia definitivamente uma viagem de instrução.



Na madrugada de 21 de maio de 1893, o cruzador “Almirante Barroso” com Guardas-Marinha da Turma de 1891, navegando no Mar Vermelho, foi sacudido por uma forte pancada e começou a fazer água. O Comandante, considerando o navio perdido, ordenou o abandono. No desembarque para terra, morreu um oficial de máquinas ao tentar salvar um escaler que encalhara nos arrecifes. Pela manhã, passou um barco de bandeira turca e levou um oficial do “Barroso” a Suez para buscar auxílio. A tripulação permaneceu acampada três dias na praia, até chegar um pequeno cruzador inglês de nome Dolphin, que recolheu os naufragos. O navio foi perdido. Comandava o cruzador o Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Batista de Leão, digno e competente oficial. Absolvido no Conselho de Guerra, tornou-se mais tarde Ministro da Marinha. A situação política conturbada daqueles dias – estava prestes a eclodir a Revolta da Armada – e a precariedade dos meios de comunicação da época fizeram com que o naufrágio não tivesse grande repercussão no Brasil.

No caso do encalhe do NE “Almirante Saldanha”, ao contrário, a repercussão foi bastante significativa.

Lançado ao mar havia menos de cinco anos (dezembro de 1933), o “Saldanha” era por ocasião do acidente um navio praticamente novo. Havia feito somente duas viagens de instrução, além da viagem inaugural. Nesta jornada, vindo da Inglaterra, onde foi construído, escalou em diversos portos da Europa, Salvador e Vitória, antes de chegar ao Rio de Janeiro. “Sua chegada, em 24 de outubro de 1934, foi apoteótica. Decretado feriado na cidade, as praias ficaram abarrotadas de gente para ver o veleiro navegando com todo pano, escoltado por contratorpedeiros e rodeado de centenas de embarcações, entrar à barra, em meio a salvas das fortalezas e um desfile de diversas aeronaves da Aviação Naval”. Era um navio especial. Não havia quem ficasse indiferente à sua passagem quando navegando à vela. Herdou do NE “Benjamin Constant” o apelido “Cisne Branco”. Tornou-se um símbolo para a Marinha e, de certa maneira, para o governo de Getúlio. Com efeito, era uma má notícia para o Ministro transmitir àquele que havia autorizado a construção do navio, agravada por um pequeno detalhe. A madrinha do “Saldanha” era a Sra. Darcy Vargas, esposa do Presidente.

A notícia foi explorada pela Imprensa. Era o tempo em que as Forças Armadas freqüentavam as primeiras páginas dos então chamados periódicos. Saíram fotos do navio encalhado em diversos jornais. Reportagens apressadas foram publicadas com versões

diferentes sobre o acidente e as condições do navio. O rádio, ainda adolescente, mas já uma “coqueluche nacional”, também noticiou o fato. Os assuntos do momento eram o NE “Almirante Saldanha” e a Viagem de Instrução de Guardas-Marinha de 1938.

A viagem de instrução iniciou-se em 23 de abril, com destino a Belém. O planejamento considerava 155 dias de mar e 74 de porto. Devido à situação política, o roteiro não incluía a Europa. Um mês antes da partida do navio, os nazistas haviam anexado a Áustria ao Terceiro Reich.

A quantidade de Guardas-Marinha embarcados não era grande. A Turma de 28 GM estava reduzida a 15. Os demais, seguidores de Plínio Salgado, respondiam ao IPM do alarme falso.

Suspendendo de Belém, o navio escalou nos portos de Port of Spain, La Guaira, Cartagena, Cristobal e Kingston, cumprindo as formalidades de praxe. Em 22 de junho, atracou no porto de Havana.

Neste porto, a festa a bordo foi um tremendo sucesso. Conjuntos musicais locais revezaram com a banda do navio e tocaram até altas horas, animando o sarau. Presentes no baile o Presidente Federuco Laredo Brú, o ex-Presidente José A. Barnet e várias autoridades, exceto a principal, “El Jefe del Ejército”, Coronel Batista, que mandava mais do que todas juntas. Este recebeu, no dia seguinte, a visita formal do Comandante do navio, acompanhado do Encarregado de Negócios brasileiro, para um “Ponche de Honor”, evento que, por envolver o Coronel, foi mais noticiado do que a badalada festa.

Ex-Sargento revolucionário, Fulgêncio Batista tornou-se Chefe do Exército (nomeado por ele mesmo), eminência parda de presidentes, Senador, Presidente eleito e ditador implacável até ser exilado pelo golpe capitaneado por Fidel Castro.

No período de 1933 a 1958, Batista exerceu rigoroso controle sobre a população daquela ilha. Rigoroso, mas não total. Na travessia Havana – Washington, ao executar sua limpeza de rotina, um marinheiro do “Saldanha” encontrou um clandestino escondido dentro de um bote salva-vidas. Era um menino cubano de 15 anos, Pedro Sanchez, que explicou ter subido a bordo por estar faminto. O rapaz foi muito bem tratado pela tripulação, conseqüência da cordialidade brasileira. O navio, ao contrário, depois da partida não recebeu o mesmo tratamento das autoridades cubanas. Ao serem contatadas, via rádio, solicitando o que fazer com o adolescente, as autoridades esqueceram os laços de amizade estreitados durante

a estadia do navio e responderam com uma ríspida mensagem: “O problema é vosso! Desembarquem o clandestino em Nova Iorque para ser deportado para Cuba”.

Com o caso Pedro Sanchez para resolver, o Navio-Escola atracou em Washington no dia 28 de junho. A eficiência norte-americana solucionou de pronto o problema. O difícil deve ter sido, depois da hospitalidade brasileira e de conhecer Washington e Nova Iorque, convencer o rapaz a voltar para casa. Após sair de bordo, o clandestino foi rapidamente esquecido. Colaboraram para isso o deslumbramento com o porto e os elogios recebidos pelo navio.

“Diga ao Comandante do navio que nunca subiu o Potomac um navio de guerra estrangeiro em igual estado de ordem, conservação e limpeza” foram as palavras do Secretário da Marinha, interino, Sr. Charles Edison, ao Adido Naval brasileiro. Este, por sua vez, em ofício dirigido ao Chefe do Estado Maior da Armada, elogiou a “perfeita navegação realizada em tão precárias condições de tempo”, durante a travessia de 80 milhas náuticas entre o ponto de fundeio, onde embarcou o práctico, e o local da atracação. Outro elogio marcante foi recebido ao término da visita protocolar das autoridades locais. Nem tanto pelo conteúdo – quase padrão – mas pelo autor, o Comandante de Operações Navais, Almirante Willian D. Leahy, primeiro oficial das Forças Armadas norte-americanas a receber cinco estrelas (*Fleet Admiral*). Tal a envergadura moral deste militar que, nos anos 60, batizou uma classe de navios de guerra (cruzadores com mísseis), tradicional homenagem das Marinhas aos seus homens de vulto.

Após oito dias em Washington, com diversos elogios na bagagem, o navio suspendeu com destino a Nova Iorque, aonde chegou às 18 horas do dia 8, atracando no Riverside, cais nº 99, próximo à Rua 59. Um programa de representações mais suave permitiu à tripulação conhecer as atrações da “cidade que nunca dorme”.

A acolhida do navio no coração dos Estados Unidos foi exemplar. A visita do “Saldanha” foi uma pequena amostra da “Política da Boa Vizinhança”, política de aproximação com o Brasil, implantada pelos EUA no ano seguinte, quando perceberam o flerte de Getúlio Vargas com a Alemanha. Entretanto, a visita ao território norte-americano não havia terminado. Faltava o Estado Livre Associado de Porto Rico. Para a bela ilha do Caribe, o navio rumou em 18 de julho.

A travessia ocorreu sem anormalidades. Na

chegada, em 24 de julho, foi diferente. A má visibilidade reinante e a ausência do práctico no local combinado aumentaram o risco da aterragem. O navio demandou a entrada do porto navegando muito junto à costa. Após ficar parado por cerca de 15 minutos aguardando o práctico, o “Saldanha” caiu mais para terra. As profundidades começaram a decrescer rapidamente e começou-se a avistar arrebentações pela proa e por boreste. O Comandante mandou chamar o Senhor Mestre do Navio para preparar para o fundeio, mas sentindo que o navio se aproximava em demasia da costa, ordenou: “Máquinas adiante toda força; todo o leme a bombordo”! Não adiantou. O navio, que obedecia ao leme muito lentamente, tocou com o seu boreste na orla do banco que se estendia para W-NW da ilha das Cabras, encalhando. A ordem de máquinas atrás toda força, ordenada em seguida, não surtiu efeito. Medidas como aliviar o navio, transferir a água e o óleo de tanques e espicar um ancorote pela popa, evitando maior caimento para cima do banco, foram tomadas. Aos navios próximos, o sinal “Estou encalhado” foi transmitido. Não havia alternativa para o Comandante.

O Capitão-de-Fragata Washington Perry de Almeida ingressou na Escola Naval em 1902, época em que a EN estava sob a influência da rigidez do Barão de Jaceguay, herói da Guerra do Paraguai e único Oficial de Marinha membro da Academia Brasileira de Letras.

Realizou a Viagem de Instrução de GM em 1906, a bordo do NE “Benjamim Constant”. Ao regressar, embarcou em diversos navios e participou, em 1910, de mais uma viagem de instrução no mesmo Navio-Escola, sob o Comando de seu tio, Capitão-de-Fragata Felinto Perry. Imediatou os contratorpedeiros Maranhão e Piauí. Comandou o Contratorpedeiro Pará. Do submersível (assim eram chamados os submarinos) F5 foi Imediato; e o segundo, Comandante.

Ganhou, em 1929, o Prêmio Jaceguay, pelo melhor trabalho literário sobre o tema “Como se deve educar o Aspirante e o Guarda-Marinha para a formação do perfeito Oficial de Marinha”.

Em meados de 1930, foi promovido a Capitão-de-Corveta e assumiu o cargo de Comandante do Corpo de Alunos da Escola Naval, na ilha das Enxadas, onde morou com a família por cerca de dois anos.

Casado e pai de quatro filhos, três rapazes e uma menina, era, segundo seus pares, “um oficial muito acatado na classe, estudioso, honesto no cumprimento

de seus deveres e disciplinador, mas, diziam, um pouco teimoso”.

Em 18 de janeiro de 1937, no posto de Capitão-de-Fragata, assumiu o Comando do Navio-Escola “Almirante Saldanha”.

Com as pancadas que o casco do “Saldanha” dava no fundo, a água começou a penetrar pelo túnel do hélice. Pouco tempo depois, a praça de máquinas começou a alagar e, quando atingiu o quadro elétrico, o navio ficou sem energia, interrompendo o funcionamento das bombas de esgoto. Os socorros de terra começaram a chegar, mas o único rebocador existente em Porto Rico estava avariado, impedindo um reboque de imediato, ação que poderia ter retirado o navio do banco antes que suas obras-vivas sofressem muito. O Comandante ordenou o desembarque da tripulação e permaneceu a bordo, acompanhado de alguns oficiais e praças.

Enquanto o navio recebia o auxílio improvisado de meios disponíveis na área, o Governo brasileiro contratou uma firma norte-americana, que enviou dois rebocadores com diversos equipamentos e pessoal especializado em operações de salvamento marítimo. O socorro efetivo chegou em 29 de julho, cinco dias após o acidente. Neste mesmo dia, à noite, apresentou-se a bordo o Capitão-de-Corveta (EN) Raul Regis Bittencourt, para fiscalizar e acompanhar os serviços.

A faina continuou pesada e longa. A 8 de agosto, um fato novo veio perturbar o andamento dos trabalhos: um aviso meteorológico noticiou a movimentação de um ciclone na direção de Porto Rico. Autoridades locais sugeriram que não ficasse ninguém a bordo.

No mês de agosto, naquela área, os ciclones são temidos pelas populações, tendo em vista a sua violência. Recebem, por tradição e talvez com a esperança de minimizar os prejuízos, o nome do santo do dia em que ocorrem. São Domingos não foi muito benevolente. O furacão foi de grande intensidade. Providências comopear o material volante e alagar alguns compartimentos baixos foram tomadas. A bordo ficaram somente o Comandante, o oficial engenheiro, três oficiais da tripulação, nove funcionários da firma de salvamento, e algumas praças, entre elas o despenseiro do Comandante que, contrariando a ordem do seu superior para baixar a terra, permaneceu no navio em apoio ao Chefe. Lealdade típica dos homens do mar. Durante nove horas o navio foi sacudido por enormes vagalhões e

ventos fortes, que provocaram diversas avarias. Um operário ficou ferido. No final da noite, tudo se acalmou.

Enquanto isso, em terra, os Guardas-Marinha e parte da tripulação eram acolhidos pelo Governador, que tinha o sugestivo sobrenome de Winship.

A vida do Governador Blanton C. Winship, em meados de 1938, também não estava nada tranqüila, culpa da situação política na ilha que governava. No dia seguinte ao encalhe, durante as comemorações pelos 40 anos da invasão da ilha por tropas dos Estados Unidos, ele foi alvo de um atentado no qual morreram um policial e o fanático nacionalista que tentou assassiná-lo. Mesmo vivendo dias conturbados, o Governo prestou todo apoio ao pessoal do “Saldanha”, que ficou alojado em um quartel do Exército até embarcar, em 23 de agosto, no navio “Prudente de Moraes”, do Lloyd Brasileiro. A chegada ao Rio de Janeiro ocorreu a 8 de setembro. Curiosa e desafortunadamente, o “Prudente de Moraes” também viria a encalhar, cerca de três anos mais tarde, no estreito de Magalhães.

Após quase um mês de trabalhos árduos, a equipe de salvamento, apesar das avarias no casco, conseguiu colocar o “Saldanha” para flutuar. Os dois rebocadores da firma contratada rebocaram o navio para dentro do porto. Não foi uma faina tranqüila. “Com banda de 30º para boreste, o navio deslocou-se ameaçado pelas ondas, com o pessoal a bordo agarrado aos pés de carneiro, torcendo para que a inclinação não ultrapassasse seu limite de estabilidade”. Uma nova tempestade com ventos fortes estava se formando. Após manobra precisa dos rebocadores, o navio fundeou em águas abrigadas, livre das ameaças dos ventos e temporais.

Ao saber da boa notícia, 80 alunos da Escola Almirante Saldanha da Gama, no Rio de Janeiro, compareceram ao Gabinete do Ministro da Marinha para demonstrar seu contentamento pela recuperação do navio.

Os reparos continuaram por cerca de quatro meses, até que no dia 14 de dezembro, às 9h30m, iniciou-se o reboque pelo rebocador brasileiro “Comandante Dorat”, único no país com capacidade de executar aquela difícil tarefa.

As festas de fim de ano não tiveram a menor graça para a reduzida tripulação embarcada no “Saldanha”. Além disso, a chegada ao porto base, a 31 de janeiro de 1939, em nada se pareceu com o regresso de um Navio-Escola. Não havia banda de música, nem

multidão saudosa no cais, muito menos flâmula de fim de comissão tremulando no mastro. Durante a travessia, vendo seu querido barco navegar a reboque, situação indesejada para qualquer marinheiro, o Comandante já se sentia punido. Para ele, a punição começara antes do início do inquérito.

O Comandante e o Encarregado de Navegação foram a julgamento em Conselho de Guerra, na Primeira Auditoria da Marinha. O primeiro foi condenado a sete meses de prisão; e o segundo, absolvido. A aproximação do navio à terra vindo de oeste, navegando muito próximo à costa, confiando apenas nas indicações do ecobatímetro e fiando-se em uma carta com escala inadequada, caracterizou a atuação do Comandante como imprudência. “Em contraposição, foram pontos positivos: a atitude corajosa e digna do Comandante depois do encalhe e durante o julgamento que se seguiu, assumindo toda a responsabilidade e afastando qualquer laivo de culpa de seus auxiliares, o que levou o representante do Ministério Público a incluir em sua acusação (na qual pedia a condenação do Comandante) a afirmativa de que “seu procedimento depois do encalhe fora uma página que iria servir de exemplo para as gerações futuras”, e a ordem e a disciplina que reinaram durante o acidente, no desembarque da guarnição e nas operações de salvamento que se seguiram. Tendo apelado para o Superior Tribunal Militar, o Comandante Perry foi absolvido, depois de cumprir dois meses de sua pena, a 27 de novembro de 1939”.²

O acidente com o “Saldanha” não interrompeu a carreira do seu Comandante. Promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) em 1940, foi nomeado Capitão dos Portos do Estado de Pernambuco. Estando em curso a 2ª Guerra Mundial, recebeu diversos elogios pelo apoio prestado às divisões de navios de guerra da esquadra norte-americana que atracavam no porto de Recife, inclusive do Almirante Jonas H. Ingran, Comandante das Forças do Atlântico Sul e da 4ª Esquadra dos Estados Unidos. Antes de ser transferido para reserva em 8 de abril de 1945, exerceu, como CMG, os cargos de Vice-Diretor e Diretor Geral do Pessoal da Armada.

Na reserva, promovido a Contra-Almirante, foi nomeado Juiz do Tribunal Marítimo. Por ter estado em atividade durante os períodos de guerra e mais de trinta anos de serviço, alcançou os postos de Vice-Almirante e Almirante de Esquadra.

O “Saldanha” ficou pronto para realizar a viagem de GM de 1940 e permaneceu como Navio-Escola até

1954, quando realizou sua última viagem de instrução. Em 1957, começou a operar como Navio-Oceanográfico. Em 1990, foi submetido à Mostra de Desarmamento, após 56 anos de bons serviços à Marinha.

Para um Oficial de Marinha de “passado profissional exemplar e moral irrepreensível”, os dois meses de prisão foram rigorosa punição, atenuada apenas pela visita eventual de parentes e amigos. Mas a prisão não foi o único castigo. Durante o período em que esteve preso, podia, da janela do camarote, ver seu querido navio em reparos no dique e pensar que tudo poderia ter sido diferente. Para o Comandante Perry de Almeida, a Viagem de Guardas-Marinha de 1938 nunca terminou. Foi uma longa viagem de instrução.

Ao dar a entrevista para o jornal “A Noite”, o Ministro da Marinha não tinha conhecimento, mas a carta do Comandante endereçada à esposa existiu. Escrita sob forte emoção, foi entregue na sua residência, deixando os familiares apreensivos devido à firme convicção de não abandonar o seu barco, qualquer que fosse o seu destino. Não foi um ato de heroísmo ou desespero, mas apenas a decisão de um homem do mar. Como disse o Almirante Guilhem ao repórter: “É do Código de Honra da Marinha o marinheiro morrer com o seu navio”.

BIBLIOGRAFIA

1. BITTENCOURT, Júlio Regis. *Memórias de um engenheiro naval: uma vida, uma história*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2005.
2. BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
3. BRASIL. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *Subsídios para a história marítima do Brasil, Volumes 1 e 2*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1938/39.
4. GAMA, Artur Oscar Saldanha da. *Brasileiros no sinistro triângulo das Bermudas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
5. PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *Footballmania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Notas:

- ¹ Mais tarde foram anistiados e três chegaram a Almirante.
- ² *História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II, p. 168.*

PECULIARIDADES DOS 200 ANOS DA ESCOLA NAVAL NO BRASIL



Aspirante Rodolfo de Paz Silva

PROCEDÊNCIA LUSITANA

Várias reformas que remetem ao passado de nossa Escola foram realizadas e impulsionadas pela administração de contexto modernizador do Marquês de Pombal. Uma delas foi a prévia criação da classe dos Guardas-Marinhas (com 24 vagas), pelo decreto de 2 de julho de 1761, realizado por D. José I. Todavia, devido à falta de aplicação, dedicação e aproveitamento demonstrados no exercício dessa classe, esse decreto foi revogado em 9 de julho de 1774.

Em decorrência do processo de tentar melhorar o nível intelectual da oficialidade, fez-se necessária a

ampliação e transformação da Aula de Navegação, oriunda de Sagres, numa Academia de formação militar que habilitava jovens de 14 a 18 anos com noções de aritmética e versão da língua francesa, num curso de três anos. Surgiu, assim, a Academia Real da Marinha, fundada sob o Comando do Marechal Manuel Carlos da Cunha e Távora, no reinado de D. Maria I, através da Carta Régia de 5 de agosto de 1779.

Com isso foi restabelecida, em 14 de dezembro de 1782, a Companhia de Guardas-Marinhas (com 48 vagas), “destinada a instituir jovens fidalgos que desejassem servir seu país no mar”. As aulas tiveram início em 24 de março de 1783, na Casa das Forças do Arsenal da Marinha, em Lisboa.

Apesar de desde 1785 serem chamados de aspirantes a Guarda-Marinha os alunos do primeiro ano do curso, o termo só foi oficializado pelo decreto de 14 de julho de 1788, instituindo que ninguém mais seria, da data daquele decreto em diante, nomeado Guarda-Marinha sem ter sido Aspirante. Para ser Aspirante, as condições eram as mesmas que para ser Guarda-Marinha, exceto a idade, que era de 12 a 16 anos.

A Academia Real veio a sofrer alteração somente em 1796, quando foi elaborado e publicado o “Novo Plano de Estatutos da Real Academia dos Guardas-Marinhas”, o qual ampliava a grade curricular e criava a classe dos Voluntários da Real Academia de Marinha. Ao concluir o curso, o Voluntário embarcava nas Naus e Fragatas e poderia, através do desempenho, tornar-se 2º Tenente. Foi esse decreto que permitiu no Brasil, em 1823, por ocasião da Guerra da Independência, o alistamento do jovem Joaquim Marques Lisboa (Marques de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil), com apenas 16 anos, na improvisada Esquadra Nacional como Voluntário.

No dia 8 de janeiro de 1800, foi determinado que as nomeações de Guarda-Marinha fossem dadas apenas no final do curso. E, no dia 1º de abril, foi criada uma Biblioteca pelo Príncipe Regente, para uso dos Guardas-Marinhas, sendo esta uma das últimas reformas realizadas na Academia em Portugal. A possível invasão francesa em Portugal, em 1808, tornava insustentável e arriscada a permanência da Dinastia de Bragança nesse reino, fazendo que D. João planejasse a partida para a maior de suas colônias.

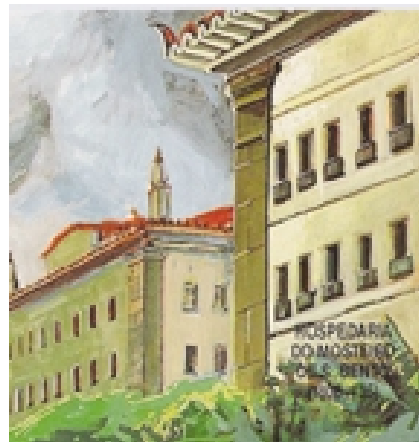
ATRAÇÃO NO BRASIL

Em 18 de janeiro de 1808, aportava no Rio de Janeiro, a bordo da Nau Conde D. Henrique, a Família Real juntamente com a Academia Real, que se tornou a primeira Instituição de Ensino Superior do Brasil.

Sua comitiva foi composta por 2 professores, 14 alunos e seu diretor, José Maria Dantas Pereira, que se tornou o primeiro Comandante da Academia no Brasil, além de trazer uma vasta biblioteca composta de preciosos manuscritos e cartas náuticas.

No mesmo dia do desembarque, D. João já realiza a primeira mudança, autorizando a promoção dos Aspirantes a Guardas-Marinhas, e estes a 2º Tenentes.

A Academia ocupou um alojamento provisório no período de 24 de março a 5 de maio de 1808, num quartel da Rua dos Ourives, e foi, então, instalada no mosteiro de São Bento, onde ficou até 1832.

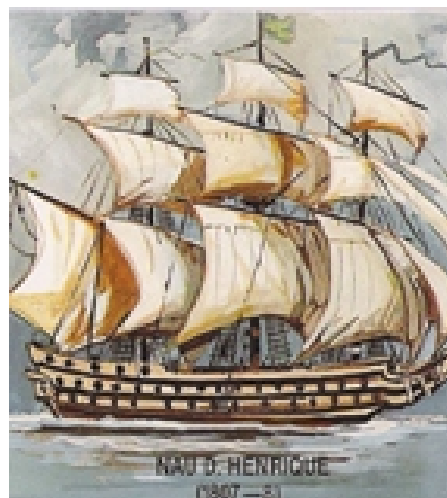


O Aviso de 25 de fevereiro de 1809 permitiu a matrícula, como simples discípulos, de candidatos que mostrassem saber ler, escrever e contar, inaugurando o ensino Superior Civil no Brasil.

Em 4 de julho de 1810, a Biblioteca dos Guardas-Marinhas passou a ser franqueada ao público, em principal aos grandes do reinado e os oficiais da Marinha, sendo considerada a primeira Biblioteca Pública. As hospedarias eram separadas do conjunto principal do Mosteiro e voltadas para o lado do Porto do Rio de Janeiro. Seu local foi escavado para ampliar a área hoje ocupada pelo 1º Distrito Naval.

Estudaram na Instituição, na turma de 1818, os futuros Almirantes Visconde de Inhaúma, Wandenkolk e Barroso.

Em janeiro de 1822, D. Pedro não cumpriu as ordens do Ministro da Marinha em Portugal de regressar com a Companhia, seu cartório e biblioteca. Em 7 de setembro de 1822, veio o Grito de Independência. Já em outubro do mesmo ano, três professores obtiveram permissão para regressar a Portugal, junto com alunos que não aderiram à



Independência do Brasil, passando a Academia Real a ser denominada “Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinhas”, ou “Academia Imperial dos Guardas-Marinhas”, ou simplesmente “Academia de Marinha”.

No período de 1832 a 1833, a sede da Academia de Marinha passou a ser o Largo de São Francisco, fundindo a Academia Imperial de Guardas-Marinhas com a Academia Militar, que formava oficiais do Exército, com o nome de “Academia Militar e de Marinha”. Com o término da experiência, regressou para o Mosteiro de São Bento, permanecendo neste até 1839.

Para consolidar a Unidade Nacional ameaçada pelas lutas internas (1836-49), a Academia passou a funcionar na desarmada Nau “D. Pedro II”. Nela estudaram o Almirante De Lamare e o bravo Tenente Mariz e Barros. Funcionando posteriormente no Largo da Prainha, de 1849 a 1867. Foi assim, em 1858, que ocorreram mudanças no estatuto de 1782, como a denominação da Academia como Escola da Marinha. Estudou nesta sede o Almirante Custódio de Mello e expressiva parcela dos oficiais que lutaram na Guerra do Paraguai. Nesse tempo foram realizadas grandes reformas para adaptação a Revolução Industrial que acontecia.

De 1867 a 1880, a Escola de Marinha passou a ser sediada na Fragata Constituição. Nela formou-se Guarda-Marinha o Almirante Augusto Rademaker. Foi criado nesse interstício o Colégio Naval, em 1876, por D. Isabel, Princesa Imperial Regente, tornando-se um curso preparatório.

Logo após, em 1880, a Escola funcionou por um curto período no Arsenal de Marinha da Corte, dirigindo-se em seguida para a Ilha das Enxadas, no ano de 1881. Fundiu-se com o Colégio Naval em 1886, passando a ser denominada “Escola Naval”, sendo este o termo usado até os dias atuais.

A Escola participou ativamente da Revolta da Armada (1892-94), sob o comando do Contra-Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama. Muitos desses aspirantes vieram a participar da 1ª Guerra Mundial. Porém, em 1914, a Escola Naval foi transferida para o atual prédio ocupado pelo Colégio Naval, em Angra dos Reis. Isso fez com que a Ilha das Enxadas fosse ocupada pela Escola de Grumetes e pela Escola de Aviação Naval. Enquanto esteve ali localizada, o curso de máquinas se fundiu com os cursos de marinha. Foram separados em 1920, mas voltaram por definitivo a se unir em 1923.



A Escola Naval regressou à Ilha das Enxadas em 1921, concedendo as instalações em Angra à Escola de Grumetes. Ao serem modificadas em 1951, as instalações passaram a abrigar o Colégio Naval – “A Esperança da Armada e o Futuro do Brasil no Mar”. Na Ilha, em 1937, foram instaurados os cursos da Armada, o de Fuzileiros e o de Intendentes.

ÚLTIMA ESTADA: VILLEGAGNON

Em 1938, a Escola Naval deixou a Ilha das Enxadas (onde hoje abriga o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk) para se fixar na Ilha de Villegagnon, perdurando até os dias atuais.

A Ilha de Villegagnon possui esse nome devido à frustrada invasão francesa nessa ilha, sob o comando do Almirante Villegagnon, que estabeleceu o forte Coligny, sede do governo da França Antártica. Chegando a abrigar, posteriormente, o Corpo de Imperiais Marinheiros na antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon.

O prédio que abriga a Escola Naval foi inaugurado em 11 de junho desse mesmo ano, por iniciativa do Almirante Protógenes Pereira Guimarães, sendo este o único prédio construído para abrigar a Instituição.



Foram inseridas na Escola Naval, em 1982, as especificações de Eletrônica, Mecânica, Sistemas e Administração, combinados o Corpo da Armada, Fuzileiros e Intendentes.

Portanto, a Escola Naval foi e continua sendo uma Instituição de Ensino Superior que tem como propósito formar oficiais para os Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha.

CURIOSIDADES NA HISTÓRIA: VOCÊ SABIA?

A Escola foi inaugurada em 1938, na Ilha de Villegagnon, para um efetivo de 243 Aspirantes. Em 1942, foi construída uma nova ala de camarotes por cima da antiga enfermaria, que aumentou a capacidade para 339 Aspirantes. Posteriormente os camarotes passaram por obras que permitiram alojar quatro aspirantes em cada um deles. Em 1954, a capacidade teve que aumentar para 600 Aspirantes a fim de atender às necessidades urgentes da Marinha no que diz respeito a Oficiais. Hoje, possuímos um efetivo de 771 Aspirantes, num período de grande modernização das instalações da Escola Naval.

O Brekelé é o mascote da Escola Naval. A origem de seu nome perde-se com os anos, mas a legitimidade da descendência é assegurada pelas diversas turmas que acompanharam o “Crescei e multiplicai-vos” da família Brekelé.

A papeleta que registra todas as observações favoráveis ou desfavoráveis para os Aspirantes, denominada “Parte de Ocorrência”, foi instituída em 1949.

Lord Cochrane foi o “Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial”.

Quando construída, a base da ponte da Escola Naval foi feita com os cascos dos 3 primeiros submarinos que possuímos, os da classe “F”.

Os três botões no punho da manga do jaquetão foram introduzidos na Marinha para que os Guardas-Marinha não limpassem a boca na manga do uniforme.

A “NOSSA VOGA” nasceu de um trabalho dos, na época, Aspirantes Gothardo de Miranda e Silva e

Carlos Augusto Vilhena de Magalhães Cunha, encarregados da instrução militar do 1º ano em 1953, devido à necessidade de uma apostila que pudesse dissipar as dúvidas naturais que surgem no início da carreira. O Departamento Escolar reconheceu a publicação e resolveu apresentá-la em sua forma atual em 1954, quando era Diretor nesta Instituição o Almirante Ary dos Santos Rangel.

O Estatuto de 1796 determinou que as matérias seriam divididas pelos três cursos da seguinte maneira:

1º ano - aritmética, geometria, trigonometria e aparelho;

2º ano - princípios de álgebra até as equações do 2º grau, inclusive, primeiras aplicações delas à aritmética, geometria, seções cônicas, mecânica com sua aplicação imediata ao aparelho e à manobra, desenho de marinha e rudimentos sobre construção dos navios;

3º ano - trigonometria esférica, navegação teórica e prática, rudimentos de tática naval, continuação do desenho, rudimentos de artilharia e exercício de fogo, tática militar e artilharia prática.

O Regimento Interno da Escola de Marinha, de 26 de outubro de 1867, atribuía artigos a cargos como o de Porteiro e de Guarda da Escola. O primeiro tinha a função de tomar o ponto dos alunos em livro ou caderno e todos os dias apresentá-los aos respectivos professores e instrutores, a fim de o autenticar. Já o segundo cargo substituiria o porteiro mediante ordem do Diretor, preparava as salas de aula e entregava a correspondência da Escola.

NOTA:

1 A história da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval remonta ao século XIX. Antes de 1886, já existia a Sociedade Phoenix Científica Litterária, tendo como órgão oficial a revista Escola Naval. Foi dissolvida em 1893 por questões disciplinares, durante a Revolta da Armada. Renascida em 1912, coexistiu com o grêmio até o ano de 1962, onde tiveram a idéia de agrupá-los sob uma única administração, surgindo, assim, a atual Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN).



A ESCOLA NAVAL ... PELA VISÃO DE UM INSTRUTOR (CMG-RM1 SILVEIRA NETO)

"... possui duas características que marcam muito a passagem de quem aqui trabalha: Renovação de vida e atualização sobre as atividades.

A primeira, pelo contato com o jovem aluno, com saúde, criatividade, curiosidade, arrojo, questionamentos; enfim, vontade de viver intensamente a vida naval.

No imaginário do Aspirante, nós formadores somos aqueles que tudo sabem, somos aqueles que têm resposta para todas as suas questões. É muito bom estar perto deles nesse momento.

Por conta da formação dos futuros oficiais, há uma essencial necessidade de estarmos antenados com os acontecimentos navais. As novidades chegam de ordens, notícias, inúmeras visitas que são realizadas pelos alunos e recebidas aqui em Villegagnon, embarques, estágios e exercícios no terreno. Todos nos municiam com informações que são utilizadas no decorrer dos encontros com esse jovem especial, e que servem como incentivo para a carreira naval."



PELA VISÃO DO ASPIRANTE (OFICIAL-ALUNO IM-401 MARQUES)

"... é uma Instituição Secular onde são cultivados princípios e valores que transformam jovens em líderes; homens do mar que desbravam os místicos oceanos para defenderem a soberania e os interesses da Pátria Amada."

A TEORIA FÍSICA – O DILEMA DA MECÂNICA QUÂNTICA

CMG (Ref) Paulo Roberto Gotaç

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a mostrar, através de uma resumida seqüência histórica, como as teorias físicas passaram a ser estruturadas a partir de Galileu (1564-1642). Mostra-se também que, apesar do sucesso da chamada Física Clássica que daí decorreu, esta foi incapaz, no auge de seu sucesso, de explicar determinados fatos experimentais importantes, o que deu origem à formulação da hipótese quântica por Max Planck (1858-1947), dando início à mais retumbante revolução no desenvolvimento da Física, com a edificação de um formidável formalismo conceitual e matemático sob designação de Mecânica Quântica. Após uma ligeira resenha do seu conteúdo, são comentados alguns aspectos ligados à sua interpretação.

A TEORIA FÍSICA

Dentro de uma perspectiva esquemática, uma teoria física compreende duas partes constitutivas: a logicamente arbitrária e a objetiva [1]. A primeira caracteriza a sua essência, sendo uma criação exclusiva da mente humana - relembro Werner Heisenberg (1901-1976) [1], prêmio Nobel de Física em 1932, "A Ciência é feita pelos homens. Este fato, em si evidente, é facilmente esquecido; talvez seja útil lembrá-lo, o que pode contribuir para desfazer o abismo, tantas vezes criado, entre os dois tipos de cultura: a cultura literária e artística, de um lado, e a cultura técnica e científica, de outro." A segunda engloba os elementos objetivos (objetos), cujo comportamento será cada vez mais bem expresso por pesquisas posteriores. Como exemplo[1], pode-se citar o sistema cosmológico de Ptolomeu. Nele distingue-se como parte logicamente arbitrária a idéia da centralidade da Terra, e como parte objetiva o fato de que os planetas e os demais corpos celestes se movem no espaço, podendo-se, em princípio, prever seu movimento com correção. Como se sabe, tal modelo foi muito bem-sucedido por mais de 1000 anos na

determinação dos movimentos, embora ninguém atualmente se disponha a utilizá-lo face às informações cada vez mais precisas sobre a natureza dos corpos celestes obtidas inicialmente através dos trabalhos de Copérnico (1473-1543), Kepler (1571-1630) e Galileu, com desenvolvimentos cada vez mais excitantes na atualidade e que obrigaram os estudiosos a modificar constantemente a parte logicamente arbitrária, embora a objetiva se tenha mantido, porém mais enriquecida. É bom acrescentar que a atividade arbitrária não é tão livre como a princípio se poderia imaginar e decorre, quase sempre, de pressões sociais e culturais da época em que a teoria é formulada. Ptolomeu só poderia escolher a Terra como centro. Os Gregos que, possivelmente, não estavam submetidos a pressões semelhantes, já haviam idealizado o sistema heliocêntrico séculos antes de Ptolomeu.

A metodologia ainda hoje adotada para edificação das teorias físicas teve seu início com Galileu, que acrescentou à abordagem aristotélica, vigente à época e baseada na contemplação e na intuição, com toda a polêmica associada a este último conceito, a importante etapa da observação experimental. É claro que a contemplação e a intuição continuam sendo importantes na criação das teorias, mas a sentença final para a sua aceitação é a comprovação experimental. Uma teoria é bem-sucedida se suas previsões estão de acordo com a experiência. Caso contrário, ela manifesta suas limitações e é absorvida por outra mais geral do qual a anterior normalmente constitui um caso particular.

A FÍSICA DO SENSO COMUM (*COMMON SENSE*)

As idéias de Copérnico, Galileu e Kepler foram aprofundadas por Sir Isaac Newton (1642-1727), que as organizou e formalizou em linguagem matemática, inerente desde então a qualquer corpo teórico, dada a necessidade de apresentar suas conclusões de modo quantitativo a fim de serem submetidas a medidas experimentais atuais ou futuras.

(Newton: "Se pude ver mais longe que outros, é porque me apoiei em ombros de gigantes").

A partir daí e durante os próximos 300 anos, impulsionada inicialmente pelas demandas da Revolução Industrial, a hoje denominada Mecânica Newtoniana experimentou um enorme desenvolvimento, vindo a constituir, ao lado das ciências ligadas ao Eletromagnetismo e da Termodinâmica, um corpo teórico de grande generalidade, hoje designado por Física Clássica[2], com considerável grau de sofisticação matemática. Nomes como os de Lagrange (1736-1813), Jacobi (1804-1851), Hamilton (1805-1865), Faraday (1791-1867), Maxwell (1831-1879), Helmholtz (1821-1894), dentre muitos outros, estão fortemente vinculados a este desenvolvimento.

Tão retumbante foi o sucesso da Física Clássica ao longo de seu desenvolvimento conceitual e experimental, chegando ao auge da abrangência e refinamento matemático no final do século XIX, que, acreditava-se com convicção, não haveria mais perguntas sem respostas em relação aos fenômenos naturais[2]. No seu fundamento filosófico, três princípios básicos lhe serviam de apoio[1]:

1) Princípio da Objetividade: "As entidades da Física a serem compreendidas existem realmente e sua

existência independe dos seres humanos e de suas observações";

2) Princípio da Compreensibilidade: " Uma vez aceita a realidade das entidades físicas, elas são compreensíveis no sentido de que a mente humana é capaz de construir teorias que as descrevem corretamente no confronto com a experiência"; e

3) Princípio da Causalidade: " As Leis Físicas, alicerces das teorias, são formuladas de tal modo que a descrição de cada fato físico decorre da descrição de outro imediatamente anterior, sendo a história, como um todo, determinada pelas condições que originaram a seqüência".

A REVOLUÇÃO

No início do século XX, a Física sofreu a sua mais profunda revolução desde Galileu, com o estabelecimento da Relatividade e da hipótese quântica. As sementes dos dois movimentos residiam exatamente em inconsistências verificadas nas bases conceituais da Mecânica, do Eletromagnetismo e da Termodinâmica, ou seja, da Física Clássica. A Relatividade surgiu da necessidade de harmonizar medidas de tempo e espaço realizadas por

Tecnologia Ambiental

Operações, Treinamentos e Logística

Manutenção e Desenvolvimento de novos Equipamentos

Estudos Ambientais e Planejamento

A Alpina Briggs, empresa do grupo Alpina, desenvolve produtos e serviços para o combate a derramamentos de petróleo e derivados em toda a América Latina. Seu grande diferencial está no desenvolvimento de equipamentos de alta tecnologia, que tornam possível a contenção de acidentes ambientais com maior agilidade e precisão.

Treinamento simulado em porto, com colocação de barreiras de contenção e recolhedor de óleo

ALPINA Briggs

Certificações

ALPINA Briggs Defesa Ambiental S/A.
Rua Tiguassu, 154 • Bairro Inamar • CEP 09970-310 • Diadema • SP • Brasil
Fone: +55 (11) 4059-9999 • Fax: +55 (11) 4059-9956
Departamento Comercial: + 55 (11) 4059-9957 / 9958 / 9987 / 9990
0800 7039133 • www.alpinabriggs.com.br

Produtos e serviços para o combate a derramamentos de petróleo

ALPINA Briggs

observadores em movimento relativo e a hipótese quântica, formulada por Max Planck, foi capaz de explicar, com incrível precisão, os resultados experimentais, até então inexplicáveis pela física vigente, da radiação do corpo negro. O caráter revolucionário da hipótese quântica, com a introdução do quantum de energia e da chamada constante de Planck (elevada posteriormente ao status de constante fundamental da natureza), foi tão intenso que o próprio Planck, sem saber que estava inaugurando uma nova era da Física, dedicou grande parte de seu esforço intelectual no sentido de incluir sua hipótese no esquema clássico[3]. Coube a Einstein (1879-1955) reconhecer o caráter fundamental das novas idéias, considerando-as não como algo a ser enquadrado dentro de esquemas antigos mas como manifestação inerente à interação radiação-matéria. Com esta abordagem, aperfeiçoou o novo modelo, utilizando-o na explicação de outros fenômenos desafiadores, tais como o efeito foto-elétrico, a partir do qual foram introduzidos o conceito de fóton e a chamada dualidade onda-partícula (característica corpuscular da radiação, até então considerada ondulatória). Estava inaugurada a chamada fase heróica da Mecânica Quântica.

Mas o quantum veio para ficar. Experiências envolvendo o espalhamento de partículas-alfa realizadas em 1911 sob a liderança de Rutherford (1871-1937) evidenciaram o fato de que a estrutura atômica constava de um núcleo positivo, onde se situava a maior parte de sua massa, e partículas negativas (elétrons, cuja existência já havia sido comprovada através de experiências executadas por Thomson (1856-1940), em 1897) orbitando em torno do núcleo (modelo planetário). Tal modelo colocava em cheque a própria estabilidade atômica, pois, segundo o eletromagnetismo clássico, cargas aceleradas (elétrons orbitando) emitiriam constantemente energia radiante e, eventualmente colapsariam no núcleo. Nada existiria. Diante de tal impasse, Niels Bohr (1885-1962) apresentou, em 1913, os seguintes postulados, com conteúdos completamente estranhos à Física Clássica, baseados no quantum de Planck:

a) Um elétron move-se numa órbita circular em torno do núcleo;

b) Ao invés de adotar qualquer órbita, o elétron só se permite circular em determinadas órbitas (quantizadas), qualificadas mediante a constante de Planck;

c) Apesar de estar constantemente acelerado, o elétron, se numa destas órbitas, não emite radiação eletromagnética (hipótese proibida pelo eletromagnetismo clássico); e

d) Uma radiação é emitida se o elétron passar de uma órbita permitida para outra permitida e a frequência da radiação está também relacionada com a constante de Planck.

Tais postulados, mais tarde aperfeiçoados por Arnold Sommerfeld (1868-1952), constituem a essência da chamada “velha Mecânica Quântica”, muito bem-sucedida na explicação de estrutura de elementos mais simples, como o hidrogênio.

Embora a velha Mecânica Quântica seja utilizada até hoje para modelar determinados fenômenos quânticos, algumas limitações sérias começaram a se manifestar pouco tempo após seu aparecimento. Dentre estas, destacava-se a sua impossibilidade de determinar *quando* a transição de uma órbita permitida para outra ocorria e a enorme dificuldade de análise de átomos mais complexos que o do hidrogênio. Tornava-se cada vez mais evidentes que se tratava de uma teoria de caráter provisório.

Como resultado, a partir dos anos 1920, e com duração de aproximadamente 15 anos, iniciou-se, por parte dos físicos dedicados, uma atividade verdadeiramente esquizofrênica, buscando descobrir as leis que regiam o comportamento do microcosmo atômico. Hipóteses e princípios, cada vez mais divorciados do chamado senso comum, foram formulados, com comprovações experimentais precisas. Decididamente, os caprichos que regiam o comportamento último da matéria não manifestavam os aspectos confortáveis da intuição da escala humana. As principais etapas deste processo avassalador foram:

a) Em 1924, o Príncipe Louis de Broglie (1892-1974), aproveitando a imagem da dualidade onda-partícula, lançou a idéia de que entidades até então reconhecidamente corpusculares (como o elétron) apresentariam propriedades ondulatórias. Formulou a dualidade partícula-onda. Por volta de 1925, o misto de físico e filósofo Erwin Schrödinger (1887-1961) criou sua famosa equação que descrevia a evolução da onda associada à partícula;

b) Em 1926, o físico alemão Max Born (1882-1970) postulou a interpretação probabilística, segundo a qual, em linhas gerais, a amplitude da função de onda representava a probabilidade de se medir a posição da partícula em determinado ponto; e

c) No período compreendido entre 1926 e 1932, P.A.M. Dirac (1902-1984), aproveitando abordagens devidas a Heisenberg, desenvolveu o aparelho matemático da nova Física, que diferia em forma, mas abrangia, por ser mais geral, o formalismo de Schrödinger.

Inúmeros outros nomes, dentre os quais Jordan (1902-1980), Pauli (1900-1958), criador do chamado Princípio da Exclusão, fundamental na elucidação de ligações características de reações químicas, e Von Neuman (1903-1957), deixaram sua contribuição para esta época frenética do desenvolvimento da Física.

Todo este corpo teórico praticamente montado num lapso de aproximadamente 15 anos permanece válido até hoje, constituindo a base da mais intensa revolução tecnológica jamais verificada pela Humanidade ao longo de período comparável (aproximadamente 70 anos), inclusive com desdobramentos comportamentais profundos (a vida atual, com o telefone celular e os computadores, por exemplo, é abissalmente diferente daquela que se levava há algumas décadas).

Os conceitos e as conclusões do novo formalismo estão em completo desacordo com a intuição da escala humana e, além disso, colocam em cheque os três princípios básicos da Física Clássica, já citados. Tais conclusões podem ser resumidas da seguinte forma:

- As dualidades onda-partícula e partícula-onda são partes essenciais do formalismo – desafio ao Princípio da Objetividade (afinal o que “existe”-partículas ou ondas associadas?);

- A base fundamental da nova teoria é probabilística e, portanto, contrária à crença determinista até então profundamente enraizada no pensamento clássico – desafio ao Princípio da Compreensibilidade. É importante ressaltar que a probabilidade já estava presente na Física, mas como uma medida da ignorância em relação aos processos. De certa forma, a probabilidade introduzida na nova teoria quântica é o processo; e

- Há um limite para a medida simultânea de alguns pares de grandezas que, antes, podiam ser determinadas com precisão infinita (Princípio da Incerteza). Ou seja: se se mede uma, a outra se altera de maneira imprevisível – desafio ao Princípio da Causalidade.

A INTERPRETAÇÃO

Tais impasses, associados ao ritmo quase alucinado de seu desenvolvimento, deram ensejo a

que, praticamente desde a sua concepção, a nova teoria quântica fosse o centro de um grande debate, que permanece até hoje, e que diz respeito às suas bases interpretativas. Embora fossem espetaculares o sucesso e a abrangência (a Física Clássica passou a ser um caso particular) do formalismo na explicação de inúmeros fenômenos físicos, não se sabia qual era seu significado.

Pode-se afirmar hoje que duas escolas de pensamento se posicionaram em campos opostos: a primeira, chamada de realista, em cujo time figuravam ícones dos tempos heróicos da hipótese quântica e alguns pioneiros da nova ciência, tais como Planck, Ehrenfest (1880-1933), Einstein, Schrödinger e De Broglie, recusava-se a abrir mão da objetividade, da compreensibilidade e da causalidade que, segundo ela, deveriam caracterizar as teorias físicas; a segunda, a positivista, designada também por Escola de Copenhague, liderada por Bohr e advogada por nomes tais como Sommerfeld, Born, Pauli, Heisenberg, Jordan, Dirac e Landau (1908-1968), dentre outros, afirmava seu rompimento com a visão conservadora, sustentando que, em princípio, os objetos atômicos não são compreensíveis no sentido de que sua evolução não pode ser descrita por imagens espaço-temporais ligadas às suas realidades, o que torna sem sentido a própria realidade e a sua causalidade. Para esta escola, a nova teoria não passava de um conjunto de regras destinadas a descrever os fenômenos físicos. Como dizia o próprio Bohr [2]: “É errado supor-se que o propósito básico da Física é descobrir como é a natureza. A Física consiste no que se diz *sobre* a natureza.”

O pensamento de Copenhague, adotado pela maioria dos físicos da época, centra-se no conceito de complementaridade que inclui as condições experimentais como condicionantes para o resultado de uma dada medida física realizada sobre um sistema. Ou seja: o instrumento de medida, segundo a interpretação de Bohr e seus discípulos, passa a ser considerado como uma contrapartida clássica que vai interagir com o sistema a ser medido, interferindo, portanto, no resultado que dependerá, então, das condições do conjunto sistema-instrumento. O aparato de medida deixou de ser independente do sistema a ser medido, como na Física Clássica.

O grande questionamento à Escola de Copenhague veio através de um memorável trabalho de Einstein, Podolsky (1896-1966) e Rosen (1909-1995), de 1935, conhecido a partir de sua divulgação como EPR[4], no

qual os autores colocavam em dúvida o fato da nova teoria ser completa, ou seja, de possuir recursos para prever, através da sua estrutura conceitual, o resultado de algumas experiências. Ao longo do trabalho, foi proposto um experimento de pensamento (realizável em princípio) no qual duas partículas correlacionadas (não importa para o presente trabalho a aceção precisa deste conceito) interagem e, a partir de um determinado instante eram lançadas em direções opostas, deixando de interagir. Aplicando o formalismo à situação, os autores concluíram que uma medida realizada numa das partículas deveria influenciar, de maneira instantânea, o resultado que deveria ser obtido na outra com a qual não mais interagia, o que contrariava a chamada separabilidade, característica até então considerada inerente à realidade física [5]. Como analogia (só analogia!), seria como se dois gêmeos, nascidos no Rio, fossem separados na hora do nascimento e um deles fosse para Tóquio. Se, algum tempo depois, o gêmeo que ficou levasse uma palmada, o outro a sentiria no mesmo instante. Para interpretar tal paradoxo, Einstein e seus parceiros propuseram que, talvez, o formalismo fosse incompleto na medida em que seria insuficiente para descrever corretamente determinados aspectos da realidade, acrescentando ainda que, provavelmente, consistiria numa etapa intermediária de uma teoria mais completa capaz de, esperavam os autores, devolver à Física, provisoriamente probabilística, seu aspecto determinista.

O impacto provocado pelo EPR nas hostes de Copenhagen foi bastante profundo e mereceu uma resposta quase que imediata de Bohr[6]. Na ausência, porém, de uma evidência experimental que decidisse definitivamente por uma posição, a questão ficou latente até que o físico teórico irlandês John S. Bell (1928-1990), baseado no ponto de vista defendido pelo EPR, isto é, na “não-completude”, publicou, em 1965, seu famoso teorema [7] (para alguns estudiosos, de importância semelhante às leis de Newton), cuja conclusão veio sob a forma de uma desigualdade. Ou seja: se a localidade for uma característica fundamental da realidade física, a desigualdade seria obedecida no confronto com a evidência experimental e a escola de Copenhagen teria que rever suas premissas. Se, por outro lado, a desigualdade fosse violada, a interpretação de Bohr e seus seguidores estaria correta e a não-localidade faria parte do mundo quântico.

De qualquer forma, o Teorema de Bell estabeleceu um critério quantitativo contra o qual seria possível cotejar os resultados de um experimento envolvendo partículas que inicialmente interagiam no mesmo lugar e que, após determinado instante, seriam separadas, sendo realizadas medidas sobre elas, dentro, portanto, do esquema de pensamento do EPR.

E os experimentos vieram (suas particularidades não serão descritas aqui) [8] e mostraram, de forma inequívoca, que a mecânica quântica, em algumas situações experimentais, era não-local. Ou seja: se o gêmeo que permaneceu levasse uma palmada, o de Tóquio a sentiria instantaneamente, numa espécie de ação fantasmagórica (não se pode levar tal analogia muito longe, pois o corpo humano é um sistema macroscópico e a mecânica quântica, através de seu formalismo se destina a descrever o comportamento de microsistemas). A não-localidade, por mais estranha que possa parecer aos padrões de intuição da escala humana, é uma característica intrínseca da natureza última da matéria.

CONCLUSÃO

A partir da formulação da hipótese quântica Planck, ficou evidente que certos resultados experimentais não encontravam explicação à luz dos cânones teóricos da Física Clássica, considerada até então definitiva para elucidar fatos da escala humana. A estrutura atômica se mostrou rebelde a qualquer esquema clássico e o formalismo que resultou a partir da década de 1920, embora extremamente bem-sucedido, nada tem a ver com o chamado senso comum. Apesar disso, foi possível submeter a um teste experimental a chamada Escola de Copenhagen, concluindo-se pela sua consistência

Além da Interpretação de Copenhagen, outras interpretações da mecânica quântica apareceram [9,10], cada uma pretendendo ser mais abrangente que a outra. Todas, porém, são probabilísticas, qualidade que, em última análise, é responsável pela não-localidade. Neste momento, alguns países desenvolvidos estão investindo grandes recursos em pesquisas que têm como propósito o desenvolvimento de computadores de grande velocidade (praticamente instantâneos) cuja base é a não-localidade que, no jargão, da pesquisa associada recebeu a designação de “entanglement”.

Por que o comportamento quântico não é percebido na escala humana? Porque sistemas macroscópicos são compostos por um grande número

de sistemas microscópicos e o comportamento isolado destes últimos, embora determinante, torna difícil o entendimento do agregado, que faz parte da escala humana. É como se se tentasse entender o comportamento de uma torcida de futebol a partir do estado psicológico com que cada torcedor despertou. É possível, porém complexo.

BIBLIOGRAFIA:

1. *SELLERI, F.* Le Grand Débat de la Théorie Quantique. Champs-Flammarion, 1986
2. *GOTAÇ, P. R.* Os Últimos Cem Anos da Física - Um rápido sobrevôo. Villegagnon, Escola Naval, número 1, 2006
3. *GOTAÇ, P. R.* "...um ato de desespero". Villegagnon, Escola Naval, número 2, 2007

4. *EINSTEIN, A.; PODOLSKY, B.; ROSEN, N.* Can Quantum-Mechanical Description of Physical Reality Be Considered Complete? *Physical Review*, **47**, 777-80, 1935
5. *d'ESPAGNAT, B.* The Quantum Theory and Reality. *Scientific American*, Nov. 1979
6. *BOHR, N.* Quantum-Mechanical Description of Physical Reality Be Considered Complete? *Physical Review*, **48**, 696-702, 1935
7. *BELL, J.S.*; On the Einstein Podolsky Rosen Paradox. *Physica* **1** No. 3, 195-200, 1964
8. *ASPECT, A.; GRANGIER, P.; ROGER, G.* Experimental Realization of Einstein-Podolsky-Rosen Gedankenexperiment: A New Violation of Bell's Inequalities. *Physical Review Letters*, **49**, No.2, 12 July 1982
9. *MERMIN, N. D.* What is quantum mechanics trying to tell us?. *American Journal of Physics*, **66**, No. 9, Sept, 1998
10. *MOHRHOFF, U.* What quantum mechanics is trying to tell us. *American Journal of Physics*, **68**, No. 8, Aug. 2000

Tecnologia Naval para Produtos e Serviços de Qualidade

Construção e reparo de meios navais, integração de sistemas de combate, fabricação de munição de médio e grosso calibres, sistemas digitais, guerra eletrônica e apoio logístico integrado.

Naval Technology Applied to Quality Products and Services

Naval Shipbuilding and Repair, Systems Integration, Ammunition Production of Medium and High Calibers, Digital Systems, Electronic Warfare, Integrated Logistic Support.

Empresa Gerencial de Projetos Navais - Edifício 8 do AMRJ - 3º andar - Ilha das Cobras
Cep.: 20091-907 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil - Tels.: (21) 3907-1800
Fax: (21) 2233-5142 - E-mail: marketing@emgepron.mil.br Site: www.emgepron.com.br

EMGEPRON
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

AG Comunicação Visual

UM CIVIL NO COMANDO

Aspirante Esley Rodrigues de Jesus

INTRODUÇÃO

Passava-se, então, o dia 10 de maio de 1940. Era cerca de uma hora da manhã quando, do trem de campanha de **Adolf Hitler** (codinome *Amerika*), a Alemanha dava seus primeiros passos na longa caminhada perpetrada pelo expansionismo germânico no ocidente, culminando com a guerra contra as potências ocidentais. Até então, o chanceler alemão havia conseguido, sem desperdiçar um único projétil de seus tanques, anexar territórios consideráveis no centro da Europa, como Áustria, Tchecoslováquia e a Polônia (encontrando, nesta última, certa resistência da cavalaria polonesa). Anos mais tarde, um sábio estadista inglês escreveria em um de seus best-sellers: “Se Hitler houvesse perdido o poder em 1940, seria o maior político da história”. Ao mesmo tempo em que suas anexações aumentavam o território do *Deutschesreich* na Europa central, o ministro das relações exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, firmava o **Pacto de Não-Agressão Germano-Soviético Molotov-Ribbentrop**, delimitando as esferas de influência a que Alemanha e União Soviética teriam direito. Desta forma, o líder do partido nazi manteria a Rússia fora do caminho, enquanto resolvia suas “questões fronteiriças” com a França e a Inglaterra.

Na Inglaterra, um apreensivo primeiro-ministro recém-empossado aguardava atentamente o desfecho da guerra no continente. Churchill assumiu no mesmo 10 de maio em que Hitler começou seu ataque sobre a Bélgica. Não que estivesse perplexo. **Winston Spencer Churchill** suspeitava que os nazistas poderiam tentar um desembarque em praias britânicas. Foi com essa intenção que mandou o serviço secreto britânico estudar a possibilidade de encharcar as praias mais próximas do continente com gás-mostarda. Um primeiro-ministro que havia lutado como tenente do 4º Regimento de Hussardos na Índia, sido repórter e correspondente de guerra na África do Sul (ocasião em que foi, inclusive, feito prisioneiro de guerra), servido à pátria durante a primeira guerra mundial como Primeiro Lorde do Almirantado – ministro da Marinha – e como capitão do exército em solo francês,



WSC, primeiro ministro da Inglaterra

agora, após vivenciar vários esquadrões de caça serem bombardeados pela artilharia alemã, iria enfrentar as maiores batalhas de sua vida, em prol da soberania dos povos em seus territórios e da liberdade geral da Europa.

“O IMPERADOR PODE ESTAR CERCADO DE INIMIGOS PELA EUROPA, MAS, EM CASA, ESTÁ NO SEIO DE SUA AMÁVEL FAMÍLIA”.

Esta frase concentra muito bem o espírito que reinava no *staff* de Churchill, tanto no Parlamento como no Conselho de Guerra. A maior parte das pessoas que partilhavam seu dia-a-dia com WSC não lhe tinham muita simpatia, tampouco lhe dedicavam otimismo na empreitada que se lhe apresentava. Muitos membros da Câmara dos Comuns guardavam certo rancor pelo atual primeiro-ministro. Dizia-se

que era “pretensioso”, que apenas servia a sua própria auto-estima, ou ao seu “ego de escritor”. Na verdade, alguns estavam descontentes com o que ocorria pelo simples motivo de ter sido Churchill um dos únicos que ia contra a política do apaziguamento; ou que pregava ser perigoso o alto índice de re-armamento germânico; ou que a política hitlerista, somada ao fascismo italiano, poderia causar uma nova guerra por motivos expansionistas, muito mais perigosa para o continente, já balançado em sua

constante de poder pela emergência da União Soviética de Stalin. Além disso, a súbita saída de Neville Chamberlain do cargo, homem que tinha grande apoio no parlamento, foi um grande baque para todos os políticos que, apesar deste fato, já percebiam que os acontecimentos no continente levariam a uma mudança na estrutura básica do Parlamento, estrutura que representava os desejos de muitos políticos que, inclusive, fariam parte do **Comitê de Guerra**, ou, mesmo sem participar ativamente, eram importantes peças em uma política de esforço de guerra.

Alexander Cadogan, principal conselheiro do secretário de Relações Exteriores, escreveu em seu diário, a 9 de maio, que não conseguia imaginar ninguém mais habilitado ao cargo de primeiro-ministro que Chamberlain, e em 11 de maio: “Receio que Winston crie uma espécie de ‘Cidade-Jardim’ no nº10, com as pessoas mais horríveis”. R. A. Butler, subsecretário de Estado do mesmo Ministério disse, em novembro de 1939, que Churchill era “vulgar”; agora, pregava que “ele naquele cargo é uma calamidade... Eles renderam-se sem resistência a um americano mestiço, cujo principal apoio era o de pessoas ineficientes mas tagarelas, de tipo parecido”. Mesmo no Almirantado a estima de Churchill não o defendeu de desaprovações. Capitão Edwards,



Comitê de Defesa

*Primeira Fila: Lord Beaverbrook, Mr. Atlee, WSC, Mr Eden e Mr. A. V. Alexander
Segunda Fila: Air Chief Marshall Sir Charles Portal, Admiral Sir Dudley Pound,
The Liberal Party Leader Sir A. Sinclayr, Capitain Margesson, General Dill,
General Ismay e Colonel Hollis*

subdiretor de operações da Frota Nacional, escreveu: “Winston é o primeiro-ministro... Não confio no homem e acho que é uma tragédia”. Esse pensamento derrotista foi, em parte, ratificado pelas notícias da guerra no continente.

Apenas 5 dias após ser nomeado, no dia 15 de maio, pouco depois das sete horas da manhã, o telefone da cabeceira de Churchill tocou. O primeiro-ministro francês mandava ao britânico a seguinte mensagem: “Fomos derrotados... Fomos vencidos... Perdemos a Batalha”. Neste momento, WSC voou imediatamente para Paris, tentando alcançar uma solução plausível para aquele momento desfavorável à luta contra o Eixo. Mas, ao chegar na Quai d’Orsay – prédio do Ministério das Relações Exteriores da França, Churchill deparou-se com uma grande nuvem de fumaça, contrastando com o lindo céu azul do dia em questão, o que significava que o governo francês se preparava para deixar a capital. Perguntando ao comandante-em-chefe francês onde estava o exército, ou, pelo menos, a tropa de reserva, Maurice Gamelin disse: “Não há nada”. O **general Pétain** já havia formalizado um armistício para entregar aos invasores, traíndo os desejos de Churchill, que havia despendido já vários esquadrões de caça na defesa do território francês. Frente a essa derrota e com o pedido



A retirada de Dunquerque – 24 de maio a 4 de junho de 1940

de mais caças britânicos a fim de ajudarem contra os alemães, após lembrar-se da carta do marechal-do-ar Hugh Dowding (missiva que explicava a ineficácia de um ataque maciço de caças em uma guerra motorizada, além de apontar ser imprescindível para a própria defesa britânica manter os caças a postos e prontos), Churchill voltou à Inglaterra com a má notícia, reunindo-se com seu gabinete de guerra.

DUNQUERQUE E O MORAL DO POVO INGLÊS

Além da perda de um grande aliado no continente, WSC teve de se preocupar com outra questão, esta muito mais importante para manter o moral britânico que a própria questão da invasão francesa por tropas alemãs. O fato de haver soldados britânicos em solo alemão deixava preocupado não só o primeiro-ministro, mas toda a nação, cujos filhos se aventuravam em uma batalha que já demonstrava uma derrota iminente. Tornava-se necessária a evacuação deste efetivo, impedindo que o moral inglês

desabasse e a opinião quanto à guerra não adquirisse mais opositores.

Assim que as tropas de Hitler atingiram o Canal da Mancha, ele ficou atônito. Em menos de duas semanas, um ex-cabo havia conseguido aumentar as fronteiras do Reich muito mais que um *Kaiser* em quatro anos de guerras. O general Alfred Jodel escreveu que o Führer estava “fora de si”. Com a dispersão do exército francês e os britânicos encurralados entre os alemães e o mar, o único caminho era tentar voltar pelo Canal para casa, o que estaria totalmente fora de cogitação, dada a rapidez dos exércitos de Hitler. A 22 de maio começaram as preparações para a evacuação, com o codinome **Operação Dynamo**, comandada a partir de Dover, pelo vice-almirante Bertram Ramsay. A intenção inicial era de evacuar até cerca de 45.000 homens da Força Expedicionária Britânica em dois dias, mas em breve o objetivo foi alterado para resgatar 120.000 homens em cinco dias.

Mas, por um golpe da Providência, algo mudou de panorama. Em 24 de maio, sexta-feira, dezoito minutos antes do meio-dia, Hitler ordenou ao general Rundstedt que detivesse o avanço da vanguarda em direção a Dunquerque, cerca de 25 km de distância do inimigo. No dia 28, além das embarcações a ajudar na operação, foram chamados mais dez contratorpedeiros que tentaram naquela manhã uma nova operação de resgate. Vários militares acabaram por serem resgatados, embora os contratorpedeiros não se pudessem aproximar o necessário. Outras operações de resgate no resto do dia tiveram mais sucesso, tendo resgatado mais 16.000 homens, mas as operações aéreas alemãs aumentaram e várias embarcações foram afundadas ou bastante danificadas, incluindo nove contratorpedeiros. Durante a **Operação Dynamo**, a Royal Air Force perdeu 177 aviões e a Luffwaffe 132, sobre Dunquerque. A 29 de maio, a divisão *panzer* alemã que se aproximava parou em Dunquerque, deixando assim o resto da batalha para a infantaria e força aérea. Na tarde do dia 30, um outro grande grupo de embarcações menores conseguiu resgatar 30.000 homens. No dia 31, as forças aliadas estavam comprimidas num espaço de 5 quilômetros de De Panne, Bray-Dunes a Dunquerque. Nesse dia mais de 68.000 soldados foram evacuados e outros 10.000 durante a noite. A primeiro de junho, mais 65.000 foram resgatados e as operações continuaram até 4 de junho. As perdas mais significantes da Royal Navy na operação foram seis navios de guerra: *Grenade*, *Grafton*, *Wakeful*, *Basilisk*, *Havant*, e *Keith*. Apesar da relativa vitória que simbolizou Dunquerque, a liberação de cerca de 340.000 soldados franceses e britânicos não deve ser vista como uma vitória. Após esse incidente, Churchill falou, corretamente, que não devemos nunca pensar em vencer uma guerra recuando. Na verdade, Hitler deu esta chance de “fuga” aos ingleses pensando em mostrar sua benevolência para com eles, dando-lhes uma chance de fazer uma *vernünftigen Friedensschluss* – paz razoável, forçando-os a aceitar, em prol do povo e das relações políticas no exterior (principalmente com os EUA), “tratados de paz” que acabariam com sua soberania e a paz reinante na Europa e, conseqüentemente, no mundo. Era preciso que uma coisa espetacular ocorresse, que algo viesse em defesa da então exaurida nação bretã.

OS ESTADOS UNIDOS ENTRAM NO JOGO

Churchill e Roosevelt possuíam muitas coisas em comum. Na primeira guerra mundial, haviam servido

às suas respectivas pátrias como homens-do-mar (o primeiro como Secretário, o segundo como Ministro da Marinha); descendiam de uma geração de nobres e, mais importante, desde pequenos, sentiam grande atração pela carreira política. Adoravam vícios dispendiosos como whiskeys, champanhes, conhaques, festas, coquetéis e jantares caros e suntuosos; além de ambos fumarem (WSC e seus Coronas, FDR e seus Cammels). Também possuíam outra coisa em comum: o ódio que tinham por Hitler e suas idéias de uma Europa germanizada e um mundo sem uma balança de poder favorável aos desígnios dos anglo-americanos. Não é de se admirar que tenham se empenhado tanto para um esforço conjunto, acabando com as discórdias entre seus generais e chegando a acordos comuns em seus próprios pontos de vista de um mundo pós-guerra, principalmente quando avaliavam a conseqüência de uma ajuda militar à União Soviética.

Em 9 de agosto de 1941, deu-se a primeira reunião entre Roosevelt e Churchill. A bordo do encouraçado *Prince of Wales* na baía de Argentia, a **Reunião Riviera** deu-se em uma manhã de domingo. Nela foi elaborado um comunicado conjunto, realizado por ambas as equipes, conhecido como **Carta do Atlântico**, que estabelecia sete pontos principais: não buscavam expansão territorial; não desejariam ver nenhuma mudança territorial que não estivesse de acordo com os desejos das pessoas diretamente envolvidas; respeitariam o direito do povo de escolher o modo de governo a que estaria subordinado; levariam a efeito a mais completa colaboração econômica entre todas as nações; se empenhariam, após a destruição da “tirania nazista”, em criar um mundo livre de “medo e escassez”; garantiriam a liberdade de altos-mares e oceanos; e criariam um “sistema mais amplo e permanente de segurança geral” por intermédio do desarmamento geral. Com relação ao oitavo ponto (a saber, o livre-comércio), discordaram fortemente. Outra medida importante realizada por essa reunião foi a **Lei de Empréstimo e Arrendamento**, que daria poder ao presidente de emprestar ou arrendar munições de fabricação americana a qualquer nação que, ao utilizá-las, estivesse contribuindo para a defesa dos EUA. Entretanto, não havia nenhuma promessa de ajuda militar efetiva, como remessa de tropas para a Europa ou, pelo menos, para o norte da África, uma vez que os alemães já haviam conquistado aquela região, dando completa liberdade de ação e hegemonia marítima para o Eixo no mar Mediterrâneo. Churchill levantou âncora em 12 de agosto, levando consigo a

convicção de que havia conseguido um grande aliado, mas que deveria acontecer algo espetacular para que a situação atual da guerra mudasse consideravelmente.

O que efetivamente veio a ocorrer. No domingo de 7 de dezembro de 1941, às 13h40m, o secretário de Marinha, Frank Knox, telefonou ao presidente Roosevelt, informando-o de um ataque em andamento sobre bases navais no Pacífico. Mais tarde, às 14h28m, o almirante Harold R. Starck, Chefe de Operações Navais, confirmou que a frota estava sob ataque e que havia perdas humanas. Um dia depois, Hitler estava esfuziante. Seu objetivo final de causar uma guerra global estava a sua frente. Com os Estados Unidos entrando na guerra contra o Japão, arrastando com eles o Império Britânico, o Reich declara guerra aos EUA, graças aos pactos do Eixo, assim como a Itália e países “vassalos”, enquanto a questão da Rússia, atacada pelos dois lados, chegava ao fim com uma investida contra Moscou (pelo menos, assim ele pensava). Em 11 do mesmo mês, Hitler, em um discurso ao Reichstag, ridicularizou a Carta do Atlântico, chamando Roosevelt de “ferramenta judia” e “velho maçom”, enquanto era

adulado por todos com o hino do partido nazista “Horst Wessel Lied”. Os norte-americanos, por sua vez, honrando o compromisso com os ingleses, entraram no conflito tendo em mente a Europa primeiro.

No dia 22 de dezembro, o encouraçado *Duke of York* desembarcou Churchill e sua comitiva em Hamptons Road

Gate. Um avião Lockheed Lodestar levou o primeiro-ministro, Wilson, Portal, Harriman e Beaverbrook para a Estação Aeronaval de Anacostia Flats, onde, finalmente, reencontraram o presidente, desta vez, mais bem preparado para uma ofensiva direta contra os países do Eixo. Em 23 de dezembro, dava-se início à *Conferência Arcádia*. No dia 6 de janeiro de 1942, ao meio-dia, **Franklin Delano Roosevelt** levou ao Congresso uma proposta de produção de guerra em que expôs o seu pensamento de economia de esforço de guerra. Na época, apenas 15% do orçamento era dedicado à defesa nacional. O presidente instruiu a população a “evitar artigos de luxo e outros supérfluos”, passando a discursar sobre “metas de produção estonteantes – que ele tinha elaborado sem consultar ninguém”: produção de 60 mil aviões naquele ano e aumento para 125 mil em 1943; produção de tanques de 45 mil em 1942 para

75 mil em 1943; baterias antiaéreas de 20 mil naquele ano para 35 mil no ano seguinte; a produção naval pularia de 1,1 milhão de toneladas de peso morto em 1941 para 10 milhões em 1943. “Os números darão aos japoneses e nazistas uma pequena idéia do que eles conseguiram fazer com Pearl Harbor”.

Foi nessa mesma conferência que se firmaram as bases históricas da ONU. A “**Declaração das Nações Unidas**”, assinada em conjunto por EUA, URSS e Grã-Bretanha, dizia em seu texto, que continha mais ou menos 200 palavras:

“Os governantes signatários, tendo aderido a um sistema comum de propósitos e princípios (...) conhecido por *Carta do Atlântico*, convictos de que a completa vitória sobre seus inimigos é essencial para defender a vida, a liberdade, a independência e a liberdade religiosa, e para preservar a justiça e os direitos humanos nos seus respectivos países e em outros, e que se acham atualmente empenhados em uma luta comum contra forças selvagens e brutais que procuram subjugar o mundo, DECLARAM: (1) Que cada governo se compromete a empregar todos os seus recursos [para a guerra] (2) Que cada governo se compromete a cooperar com os governos signatários da presente, e a não firmar, em separado, armistício ou tratado de paz com o inimigo”.

A guerra mundial dava seus primeiros passos para uma mudança radical em seu desenrolar. Agora, efetivamente, a batalha pela expansão do Reich e do território japonês no continente asiático e supremacia marítima japonesa no Pacífico havia se transformado em um conflito global em que Japão, Itália e Alemanha, em conjunto, lutavam contra os países aliados. Em 14 de janeiro, deu-se o fim da conferência, sendo acertados os últimos detalhes dos acordos relativos ao transporte marítimo, às matérias-primas e às diretorias de alocações. Não havia uma concordância geral quanto o comando único do teatro de operações, apesar de ser cogitado que assim as batalhas travadas seriam muito melhor supervisionadas e apoiadas logisticamente, com uma divisão de esforços e estados-maiores em Washington e Londres. Entretanto, as negociações principais já haviam sido tomadas, e o primordial, a entrada dos Estados Unidos de forma efetiva na guerra, já era uma realidade.

Churchill tinha a certeza de que não estaria só naquela batalha. A providência havia transformado uma derrota em Pearl Harbor em uma vitória diplomática em que os três países, apesar de suas diferenças ideológicas e rixas históricas iriam lutar para a libertação da Europa e a liberdade do mundo.



Franklin Delano
Roosevelt

“WE SHALL GO ON TO THE END”

O canto de vitória do Führer foi aplacado pelo grito de liberdade e justiça de Churchill. Não cabe a nós tentar romantizar os acontecimentos anteriores aos conflitos culminantes, dotando o primeiro-ministro inglês e o presidente norte-americano de uma aura quixotesca. O fato principal é que, durante aqueles meses entre o 10 de maio de 1940 e o 14 de janeiro de 1942, houve uma grande mudança no pensamento global, quanto à ideologia do nazismo em si (e, desta forma, a mudança de pensamento do próprio Comitê de Guerra Britânico), considerando seu expansionismo na Europa e a falta de êxito com a política do apaziguamento; a necessidade de se ver os comunistas como aliados em uma guerra comum e uma maior integração entre os exércitos britânicos e estadunidenses. Nas vias em que a guerra se encontrava, Hitler saiu na frente, com uma vantagem gigantesca, tanto pelo lado estratégico-militar, como pelo lado ideológico de aceitação das massas germânicas e da cega e doentia disciplina de seus generais. A liderança e o exemplo dados por Churchill em nada se assemelham àqueles do chanceler alemão. Churchill conseguiu mudar o panorama que se lhe apresentava, transformando o inicial repúdio em uma total, porém

racional, obediência e cooperação. Fosse na operação Dynamo, ou durante as conferências nos Estados Unidos, o primeiro-ministro mostrava que era necessário mais que uma derrota para acabar com o moral de um povo que tinha por norte a justiça, a temperança e a honradez, contra um regime monstruoso e brutal.

Depois de passar por uma guerra que marcou a história da humanidade para sempre, o mundo se curvaria perante uma guerra fria de desinformações, dúvidas, terror e prenúncios constantes de guerras nucleares. Entretanto, o temor de conflitos iminentes jamais apagou da memória do mundo que, naqueles anos de guerra, Churchill passou por sua “finest hour”, marcando os livros de história com a determinação da honra, da democracia e da justiça .

REFERÊNCIAS:

Um Natal em Washington - O encontro secreto de Roosevelt e Churchill que mudou o mundo - David Bercusson e Holger Herwig, Editora Ediouro

O Duelo: Churchill X Hitler - 80 dias cruciais para a Segunda Guerra Mundial, John Lukacs - Jorge Zahar Editor

História da Guerra Fria, John Lewis Gaddis - Editora Nova Fronteira





APRENDENDO A ENSINAR – CARACTERÍSTICAS RELEVANTES

Professor Dr. Carlos Alberto de Almeida

Neste trabalho são apresentados e discutidos alguns dos relevantes aspectos associados ao processo de transmissão e retenção da informação, objetivando o aprendizado em um ambiente formal de educação escolar. As características associadas ao processo humano de acolhimento e processamento da informação são analisadas e, a partir destas, propõem-se metodologias e técnicas com o objetivo de minorar as dificuldades presentes no processo da interação professor-estudante.

INTRODUÇÃO

Desde que passou a conviver em grupos, aprender e ensinar são atividades presentes no cotidiano do ser humano. Especificamente na transmissão de conhecimento, estes foram meios eficientes que, através da comunicação oral, garantiam a sobrevivência e a perenidade aos agrupamentos primitivos. O conhecimento das disponibilidades de alimento, água, abrigo, energia, etc. das suas formas de obtenção e das técnicas de transformação era, desta forma, preservado através das gerações. Garantidos estes elementos básicos de subsistência, a curiosidade e/ou a necessidade do entendimento por novos conhecimentos se fizeram necessários, proporcionando aos membros do grupo e ao seu

domínio conforto e proteção. Por necessidade ou mesmo ambição, as sociedades organizadas passaram então a dedicar esforços cada vez mais intensos na geração, na transmissão e na aplicação do conhecimento como meio de sobrevivência e, não raramente, de dominação. Nos tempos atuais não se dá de forma diferente: as demandas por novos e específicos conhecimentos evoluem a taxas crescentes, com as necessidades humanas sofisticando-se e tornando-se mais diversificadas e complexas. Neste contexto, o conhecimento transforma-se em elemento de alto valor agregado à capacidade e à valorização profissional do potencial humano. Desta forma, o processo de desenvolvimento pessoal exige o permanente aprimoramento do conhecimento e da manipulação da informação na sua forma mais especializada, sem que a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade ou a globalidade deste próprio conhecimento possam ser desconsideradas. Em meio a este complexo processo de geração, de transmissão e de aplicação do conhecimento estão as demandas básicas do aprender e do ensinar.

Desde a mais tenra idade somos incitados ao entendimento e ao aprendizado, expostos pela curiosidade sobre o funcionamento e a forma como se dá a interação com o meio que nos cerca. Não há uma organização seqüencial, lógica ou natural deste aprendizado; aprendemos conforme a demanda. Já na educação formal, obtida geralmente na Escola, o aprendizado é evolutivo e construtivo. Nos primeiros anos, este é voltado para a valorização do

convívio social, dotando-se o indivíduo de capacidades e códigos que lhe permitirão uma convivência social adulta e harmoniosa. Em estágios mais adiantados, geralmente categorizados como níveis médio e superior, a informação apresentada ao estudante é organizada segundo uma lógica, em princípio adequada ao grau de maturidade mental e associada à sua idade cronológica. Estes diversos e progressivos estágios de formação objetivam a preparação do indivíduo para um desempenho profissional efetivo. Professores envolvidos no longo e complexo processo da educação formal deparam-se, freqüentemente, com importantes questionamentos relacionados ao variado desempenho dos alunos em uma mesma sala de aula, tanto no aspecto da intensidade quanto no da qualidade da informação retida pelos estudantes.

Grande parte do conteúdo que é aprendido pelo estudante em sala de aula depende, primordialmente, de dois fatores: a) da sua habilidade inata e dos conhecimentos prévios relacionados ao assunto ensinado; b) da compatibilidade entre estilos: de aprender do estudante e de ensinar do professor. O primeiro fator é o que, geralmente, chama-se de “base” e que favorece o estudante associar conhecimentos prévios correlatos com o assunto a que está sendo exposto. Este fator é normalmente constatado pelos professores no desempenho dos melhores alunos de uma mesma turma que, com freqüência, destacam-se em praticamente todas as disciplinas do ciclo curricular. Exatamente por possuírem uma “boa base” de conhecimento, estes estudantes assimilam e processam novas informações com maior facilidade, e que são transformadas em conhecimento através de um processo associativo-constructivo. No entanto, para os alunos com desempenho acadêmico mediano ou inferior, o segundo fator torna-se, em geral, determinante na sua capacidade de aprendizado. Esta pode ser a principal razão para um desempenho sofrível em alguma(s) ou mesmo nas várias disciplinas do currículo escolar. Em algumas situações, a incompatibilidade nos estilos de aprender e de ensinar do binômio interpessoal estudante-professor chega a ser o principal fator responsável pelo desestímulo do estudante pelos estudos ou por sua carreira. Por outro lado, não é incomum estudantes demonstrarem motivação por certas disciplinas ou mesmo forte entusiasmo por determinadas carreiras como resultado do desempenho de seus professores e das técnicas de ensino que adotam.

Estudantes aprendem, seja continua ou alternadamente, de variadas formas. As mais comuns são: a) ouvindo e assistindo, como em uma sala de aula tradicional; b) praticando e refletindo, como geralmente ocorre nas aulas práticas de laboratório; c) discutindo de forma lógica ou intuitivamente, como fazem em grupos de estudo; d) memorizando e visualizando ou fazendo analogias e construindo modelos, como no estudo individual. Por outro lado, os métodos de ensino (apresentação da matéria) podem variar desde aulas formais do tipo palestras em que a informação é transmitida unidirecionalmente aos estudantes, passando pelas aulas expositivas com a apresentação de demonstrações e promovendo discussões com os alunos em sala, ou através de apresentações focadas em princípios, ou exclusivamente com propostas no entendimento e nas aplicações e, finalmente, algumas enfatizando a simples memorização do material transmitido [1]. O não-alinhamento entre as formas de aprendizado e de ensino é a principal causa da falta de motivação e de atenção em sala, levando os estudantes ao desinteresse pelo andamento curso, do currículo e por si próprio, sendo esta, na maioria dos casos, a principal razão para o abandono do curso e até dos estudos. Por outro lado, professores confrontados com o baixo desempenho nas provas e testes, com a apatia e com a baixa freqüência dos alunos às aulas concluem que não estão funcionando a contento, tornando-se críticos ao comportamento dos estudantes (o que resulta no agravamento da situação) e, por conseqüência, frustrando-se profissionalmente. Mais seriamente, a sociedade submete-se a perder potencialmente bons profissionais.



A APRENDIZAGEM: ETAPAS E FORMAS

O aprendizado pode ser entendido como um processo em duas etapas seqüenciais de tratamento da informação: a recepção e o processamento. Na etapa da recepção, a informação externa percebida pelos sentidos - primariamente da visão e da audição - e a informação interna, obtida da introspecção, tornam-se disponíveis, e apenas parte desta informação é retida, ignorando-se o resto. Este processo seletivo não é claramente entendido, sendo ainda tema de ativa investigação científica; experiências anteriores ou mesmo com o professor, além de aspectos genéticos (ou talentos) são causas identificadas deste processo de descarte. Já a etapa do processamento, esta pode desenvolver-se em variadas formas: a) pela simples memorização; b) pelo raciocínio indutivo ou dedutivo; c) pela reflexão ou pela ação e d) pela introspecção ou na interação com outras pessoas. O resultado é que o material ao que o estudante é exposto é aprendido de uma forma parcial, ou simplesmente não é aprendido.

Aprendemos de várias formas: vendo e ouvindo, refletindo e praticando, discutindo logicamente e intuitivamente, memorizando e visualizando, construindo analogias e modelos matemáticos, continuamente ou em pulsos. Estas têm sido questões de grande interesse na literatura e vários modelos estão propostos como forma a classificar, e justificar, as principais características observadas do processo de aprendizagem [1-4]. Em [2], Felder apresenta um modelo em que o *estilo de aprendizagem* de cada estudante é o resultado da composição de cinco *dimensões* correspondentes às etapas de recepção e processamento da informação. Para cada dimensão relacionada são associadas duas características, tipicamente excludentes, dentre várias possíveis. Estas características resultam de respostas a cinco perguntas, conforme apresentado na Tabela I. As duas primeiras dimensões estão associadas aos aspectos da recepção da informação, enquanto as três restantes - c), d) e e) - associam-se às características do processamento da informação.

Tabela I – Identificação das Características Associadas às *Dimensões* para Diversos *Estilos de Aprendizagem*:

- a) através de que **Tipo de Percepção** é a informação melhor recebida pelo estudante?
- sensorial (externa) - através de sinais, sons, contato físico

- intuitiva (interna) - através de estudos de possibilidades, condicionamentos, etc.

b) através de que **Canais Sensoriais** é a informação melhor percebida pelo estudante?

- visual – figuras, diagramas, gráficos, demonstrações

- auditiva – palavras, sons (música)

c) sob que tipo de **Organização da Informação** o estudante se sente mais confortável?

- indutiva – a partir de fatos e observações os princípios são entendidos

- dedutiva – a partir de princípios as conseqüências e as aplicações são deduzidas

d) que **Modo de Processamento** da informação o estudante prefere?

- ativo – através da participação física ou de discussões

- reflexivo – através da introspecção

e) como se processa o **Entendimento da Informação** pelo estudante?

- seqüencialmente – passo a passo

- globalmente – em passos largos, holisticamente

Por esta classificação, os diferentes *estilos de aprendizagem*, obtidos da combinação das cinco dimensões listadas da Tabela I, resultam em 32 possibilidades; uma delas poderia ser, por exemplo, intuitivo/visual/dedutivo/ativo/seqüencial. Como conseqüência, seria praticamente impossível a um professor acomodar todos os diferentes estilos em uma mesma sala de aula; no entanto, é possível vislumbrarem-se técnicas efetivas de ensino que sobrepõem diversas categorias e, assim, com um relativamente pequeno número de técnicas, o professor poderá acomodar os estilos dos estudantes em sala. A apresentação destas técnicas é objeto das seções seguintes. Nelas são detalhadas as características de cada uma das dimensões indicadas na Tabela I e possíveis ações do professor de forma a atender às diversas preferências de aprendizagem dos estudantes.

DIMENSÃO TIPOS DE PERCEPÇÃO

Esta indica a forma como a informação é melhor percebida: sensitiva ou intuitiva. Estudantes utilizam-se de ambas as faculdades, mas a maioria tende prioritariamente a uma delas. Os sensitivos preferem a observação direta enquanto os intuitivos a percepção

indireta, através do inconsciente: a especulação, a imaginação. Os primeiros gostam de fatos, dados e experiências, preferem resolver problemas utilizando métodos tradicionais e não gostam de surpresas; os intuitores preferem os princípios e as teorias, preferem a inovação e não gostam de repetição. Os sensitivos são pacientes com os detalhes e não gostam de complicações; os intuitores se aborrecem com detalhes e gostam de complicações(desafios). Sensitivos gostam de memorizar fatos; intuitores se destacam em descobrir conceitos. Os primeiros são cuidadosos, mas podem ser lentos; já os segundos são rápidos e descuidados. Intuitores sentem-se mais confortáveis com símbolos e, portanto, a translação deles para o que representam lhes é natural penalizando os sensitivos. Desta forma estes são lentos em tradução de palavras – interpretação de textos -, ficando em desvantagem nos testes em sala. Já os intuitores também podem ir mal em testes, mas por razão de falta de paciência com os detalhes, fazendo-os começar a responder antes mesmos que tenham compreendido as questões e assim cometerem erros de desatenção.

Ambas as características são importantes nos profissionais, apesar dos testes clássicos de inteligência favorecerem os intuitores. Capacidades importantes dos sensitivos como atenção com o entorno, nos detalhes aos resultados experimentais, e a praticidade são perenes características necessárias em varias profissões. Por outro lado os recursos da criatividade, da habilidade teórica e o talento na arte de escolher dos intuitores são igualmente importantes.

O professor, ao lidar com estes dois tipos de capacidades, deve procurar oferecer uma educação balanceada em que o material apresentado em aula contemple ambas as dimensões de percepção. Isto pode ser feito através de:

- a) uma informação concreta baseada no relato de fatos (evidências), casos e situações do dia-a-dia, dados experimentais hipotéticos (descritivos) ou reais e fenômenos observáveis, atendendo assim aos sensitivos; e
- b) uma informação baseada em conceitos abstratos e suas aplicações, tendo como ponto de referência o estabelecimento de princípios, a formulação de teorias e as suas implicações e o estabelecimento de modelos matemáticos, em que as simplificações, razões e conseqüências, sejam enfatizadas.



DIMENSÃO CANAIS SENSORIAIS

A informação recebida por nossos órgãos sensoriais pode ser classificada segundo duas categorias[6-8]: visão (sinais, pinturas, diagramas, símbolos) e audição (palavras e sons). Os estudantes de “aprendizado visual” lembram-se melhor das informações contidas no que vêem: fotos, diagramas, gráficos, filmes, cronologia, demonstrações, etc. Informações apenas ditas sem qualquer imagem associada são por eles facilmente esquecidas. Aqueles com aprendizado auditivo lembram-se melhor das informações que ouvem. São os que assimilam melhor com as discussões e têm preferência pelas explicações verbais, ao invés das demonstrações visuais; aprendem melhor explicando aos outros.

Devido à forte popularização da comunicação visual em nossos dias, a grande maioria dos estudantes universitários, ou em níveis mais avançados, são visuais; um contraponto ao grande número das aulas atendidas por estes mesmos estudantes: quase exclusivamente verbais (especialmente nos temas relacionados às áreas das ciências humanas). A informação é apresentada através de aulas expositivas, utilizando-se a representação visual ou auditiva, com palavras e símbolos matemáticos escritos em textos e notas, transparências ou no quadro. Nestes casos, percebe-se o descompasso entre o modo preferencial dos estudantes em aprender com o dos professores em ensinar. O desejável é que nas exposições o professor se utilize de ambas as modalidades - visual e auditiva – de forma a reforçar o processo de aprendizado, estendendo-o a todos os estudantes [9,10]. Em geral, conforme reportado em [11], os estudantes retêm 10% do que lêem, 26% do que escutam, 50% do que vêem e escutam, 70% do que falam e 90% do que falam ao realizarem alguma atividade correlata.

Como ensinar simultaneamente para alunos visuais e auditivos? Aulas acompanhadas com tarefas. Utilizar-se de materiais audiovisuais como figuras, diagramas desenhos, fluxogramas, gráficos lógicos na ilustração de processos e algoritmos; e, sempre que possível, valer-se de filmes e demonstrações experimentais da teoria dos processos e fenômenos em pauta.

DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Indução é o processo de racionalização em que o entendimento da informação se processa no sentido do caso particular (observação, medidas, dados) para a generalização (regras gerais, leis, teorias). A dedução é o processo no sentido inverso. Pela indução chega-se aos princípios; pela dedução, às conseqüências. Indutivo é o processo natural no aprendizado humano. Desde os primeiros momentos de vida os humanos são observadores do mundo a sua volta e, a partir destas observações, geram suas conclusões; são indutores por natureza.

A dedução é parte do processo de solução, mas nunca o processo como um todo. Dedução é o estilo natural de ensino, especialmente para os cursos técnicos universitários. No entanto, a apresentação dedutiva pode dar ao aluno a falsa impressão de que a exposição concisa de uma derivação relativamente complexa esteja além de sua capacidade em termos curriculares, levando-o ao descaso – e por vezes ao abandono – pelo curso. Por outro lado, um curso indutivo parece melhor promover o aprendizado de forma a aumentar as capacidades de argumentação; permitir uma retenção longa da informação; aumentar a habilidade de aplicar princípios; confiança nas habilidades de resolver problemas; aumentar a capacidade de pensamento inventivo. Estudantes indutivos necessitam de motivação para os estudos porque necessitam serem justificados quanto à necessidade do que estão aprendendo.

Para atender a ambos os estudantes, dedutivos e indutivos, é necessário seguir nas apresentações em sala o tradicional “método científico”: primeiramente a indução para em seguida passar à dedução. Neste caso, o professor deve, inicialmente, apresentar em teoria ou com experimentos o fenômeno observável que a teoria deverá explicar ou o problema físico que a teoria será utilizada para resolver; em seguida, apresentar as leis ou princípios que explicam o fenômeno observado; e, finalmente, estender-se a outras implicações e às conseqüências do princípio

apresentado. Problemas propostos, na forma de exercícios, dimensionados para a prática dos conceitos após a aula ajudarão a sedimentar os conceitos explanados. Esta prática com problemas dá àqueles com aprendizado indutivo segurança e melhor conhecimento da informação ensinada enquanto aos dedutivos permite desenvolver maior facilidade com o seu modo de aprendizado menos preferido.

DIMENSÃO MODO DE PROCESSAMENTO

O processo mental pelo qual a informação recebida é convertida em conhecimento pode ser convenientemente agrupado em duas categorias: experimentação ativa e observação reflexiva [12]. A experimentação ativa consiste em aplicar a informação recebida a alguma tarefa de nosso mundo exterior – discutindo-a com outros, explicando-a a outros ou mesmo testando-a na prática cotidiana ou de laboratório. Já a observação reflexiva consiste na atividade de examinar e manipular a informação de forma introspectiva, geralmente através da introspecção individual ou mesmo da discussão com um colega. Um estudante ativo sente-se melhor em uma aula com experimentação laboratorial. Na área técnica, há indicações de que os estudantes são aprendizes mais ativos do que reflexivos.

Estudantes ativos têm a capacidade de aprendizado reduzida nas situações em que são postos como agentes passivos, como em aulas expositivas. Estudantes reflexivos tendem a aprender melhor em situações que ofereçam a oportunidade de pensar sobre a informação apresentada (como a maioria das aulas expositivas). Estudantes ativos tendem a ser experimentalistas; estudantes reflexivos tendem a ser teóricos.

Em uma primeira observação, parece haver uma forte superposição nas características entre os estudantes ativos e sensoriais – ambos envolvidos com o mundo exterior do fenômeno – e entre os estudantes reflexivos e os intuitores – ambos preferem a introspecção. No entanto, estas são categorias que devem ser vistas como independentes. Os sensoriais selecionam a informação disponível no mundo exterior, mas podem processá-la de forma ativa ou reflexiva – postulando explicações ou interpretações, fazendo analogias ou formulando modelos. Por outro lado, os intuitores selecionam a informação gerada internamente e, da mesma forma, podem processá-la ativa ou reflexivamente – fazendo experimento para testar a idéia ou através da introspecção de troca de

idéias com um colega estudante. Observe-se que ambos os profissionais ativos e reflexivos são necessários em todas as profissões. Os observadores reflexivos são teóricos, modeladores matemáticos, os que definem os problemas e propõem possíveis soluções. Os experimentalistas ativos são aqueles que avaliam as idéias, projetam e fazem os experimentos, e formulam as soluções que funcionam – são os organizadores, os líderes, os executivos (os “decision makers”). Uma sala de aula em que os estudantes são sempre passivos é uma classe em que nem o ativo experimentalista nem o observador reflexivo podem aprender efetivamente. Infelizmente uma grande maioria das aulas se encaixa exatamente nesta categoria.

Para atender às demandas do ensino a ambos os tipos de estudantes o professor poderá alternar as aulas com pausas ocasionais para reflexão e breves discussões com atividades de solução de problemas (aulas de exercícios), apresentando material que enfatize a solução de problemas (ativo) e o entendimento destes (reflexivo). Uma forma efetiva de motivar os estudantes ativos é organizar a turma em grupos (três ou quatro estudantes) e periodicamente solicitar ao grupo a solução das questões formuladas pelo professor. Pode-se dar ao grupo de 30 seg a 5 min para a solução, sendo a resposta discutida por toda a turma. Além de exercitar os estudantes em sua capacidade de pensar sobre o material do curso, tais exercícios poderão indicar ao professor o material em que os alunos têm maior dificuldade, permitir uma maior interação entre os alunos e envolver na aula os alunos mais introvertidos. Um exercício durante a aula por 5 min pode tornar cada aula uma experiência estimulante e enriquecedora.

DIMENSÃO ENTENDIMENTO DA INFORMAÇÃO

A grande maioria dos cursos são organizados de forma progressiva, lógica e ordenada, onde o ritmo é ditado pelo calendário e pela disponibilidade do número de horas semanais. Quando o material é

coberto pelas aulas, os estudantes são testados em seu conhecimento, movendo-se então para uma próxima etapa do programa. Estudantes que aprendem de forma seqüencial sentem-se confortáveis com este sistema. Outros, porém, aprendem segundo um processo (“fits and starts”) que os faz necessitar de algum tempo para obter um conhecimento mínimo global da matéria, para, então, entendê-la de uma forma global. Estudantes seqüenciais seguem processos lineares de

raciocínio enquanto estudantes globais realizam saltos intuitivos e, por vezes, não são capazes de justificar o raciocínio. Estudantes seqüenciais podem trabalhar com material mesmo quando o entende apenas parcialmente, enquanto o estudante global tem dificuldade em fazê-lo. Estudantes



seqüenciais são fortes no raciocínio convergente e em análises; os estudantes globais são fortes no raciocínio divergente e em sínteses. Estudantes seqüenciais aprendem melhor quando a matéria é apresentada em uma progressão crescente de complexidade e de dificuldade; os estudantes globais algumas vezes são melhores “saltando” para matéria mais complexa. A escola seqüencial é geralmente uma experiência difícil para os estudantes globais. Como eles não aprendem de maneira cadenciada e previsível, tendem a sentirem-se inferiores em relação aos seus colegas e incapazes quanto às expectativas de seus professores. Por vezes sentem-se incompetentes, enquanto esforçam-se para dominar a matéria e seus colegas parecem ter menor dificuldade em fazê-lo. Alguns sentem-se desencorajados com educação formal e abandonam o curso. No entanto, estes são os últimos estudantes a serem abandonados pela educação superior e pela sociedade: eles são sintetizadores, são os pesquisadores multidisciplinares, os pensadores de sistemas como um todo, aqueles que percebem a relação entre sistemas distintos.

Como ensinar aos estudantes globais? Tudo que é necessário para os estudantes seqüenciais já é oferecido pelas instituições de ensino, desde os seus

primeiros anos de estudo, porque assim é que os colégios e universidades se organizam. Para atingir os estudantes globais, o professor deve ter a preocupação (ou o cuidado) de apresentar uma visão global e/ou os objetivos do estudo antes de apresentar os diversos passos do curso, procurando ao máximo mostrar a relevância da matéria no contexto do programa e relacioná-la com experiências anteriores dos estudantes. Aplicações e respostas a situações alternativas àquela que se está apresentando devem ser deliberadamente oferecidas (são os “o que seria se”). Estes estudantes devem ser estimulados a procurar seus próprios métodos de resolver os problemas ao invés de serem forçados a adotar uma estratégia específica oferecida pelo professor; eles devem ser periodicamente expostos a conceitos avançados antes destes serem introduzidos. Uma maneira útil dos instrutores atenderem a ambas as categorias de estudantes é propor exercícios criativos - problemas envolvendo soluções alternativas - fazendo uso de material de outros cursos ou disciplinas e encorajando os estudantes a resolvê-los [13,14]. Também, nas questões das práticas com exercícios sugerir à turma a solução de situações alternativas àquelas solicitadas nos enunciados. Outra forma de apoiar os estudantes globais é explicar-lhes o seu processo de aprendizado. Apesar de ser uma potencial fonte de dificuldade ou constrangimento inicial, tomar conhecimento do seu processo de aprendizagem traz as vantagens do reconhecimento da sua própria criatividade e de uma visão de longo alcance, de excepcional valor para futuros empregadores e para a sociedade. Se estes estudantes puderem ser ajudados na forma como o processo pessoal de aprendizagem funciona, eles deverão sentir-se confortáveis, menos críticos consigo mesmos e mais positivos a cerca de educação em geral. Se tiverem a oportunidade de exercitarem estas habilidades especiais em seus esforços na escola, as chances de poderem desenvolvê-las e aplicá-las profissionalmente serão substancialmente maiores.

CONCLUSÕES

Estilos de aprendizagem e de ensino são geralmente incompatíveis em diversas dimensões. Este desalinhamento pode ser a principal causa de estudantes com baixo desempenho acadêmico, de frustrações profissionais, do desinteresse durante a formação e da perda de profissionais potencialmente competentes. Apesar de numerosos, os diversos estilos de aprendizado podem ser atendidos com a inclusão

de relativamente poucas e efetivas técnicas no repertório da atuação do professor, suficientes para atenderem às necessidades da grande maioria dos estudantes em sala. Professores podem eventualmente avaliar que atender a todas as sugestões aqui propostas e ainda ter que cobrir a matéria do curso possa ser uma tarefa de difícil execução no período de tempo disponibilizado. Algumas sugestões, particularmente aquelas relacionadas à organização indutiva da informação e às oportunidades para atividades dos estudantes em sala, podem requerer uma parcela importante do tempo reservado para o curso. No entanto, a idéia aqui elaborada não é a de utilizar todas as técnicas em todas as aulas, mas sim a maioria passível de implementação e, simplesmente, testá-las; outras deveriam ser testadas em cursos subsequentes. Após algumas poucas versões de um mesmo curso, o professor terá encontrado um estilo de ensino que lhe seja confortável e efetivo para os estudantes, com efeitos significativos de melhoria na qualidade global do aprendizado.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] Felder, R.M., "Learning and Teaching Styles", *Engineering Education*, vol.78, 7, pp.674-681, 1988.
- [2] Lawrence, G., *People Types and Tiger Stripes: A Practical Guide to Learning Styles*, 2nd Ed., Center for Appl. Of Psychological Type, Gainsville, Fla., 1982.
- [3] Lawrence, G., "A Synthesis of Learning Style Research Involving the MBTI", *J. Psychological Type*, 8, pp. 2-15, 1984.
- [4] Dunn, R., DeBello T., Brennan, P., Krimsky, J. and Murrain, P., "Learning Style Researchers Define Differences Differently", *Education Leadership*, Feb. 1981, pp. 372-375.
- [5] Guild, P. B. and Garger, S., *Marching to Different Drummers*, ACSO, 1985.
- [6] Barbe, W.B., Milone, M.N., "What we Know About Modality Strengths", *Educational Leadership*, Feb. 1981, pp. 378-380.
- [7] Dunn, R., Dunn, K., *Teaching Students Through Their Learning Styles: A Practical Approach*, Reston Publishing Div. of Prentice-Hall Publ., Reston, Va., 1978.
- [8] Waldehein, G. P., "Understanding How Students Understand", *Engineering Education*, vol.77, 5, Feb.1987, pp.306-308.
- [9] Dunn, R., Carbo, M., "Modalities: An Open Letter to Walter Barbe, Michael Milone and Raymond Swassing", *Education Leadership*, Feb. 1981, pp.381-382.
- [10] Barbe, W.B., Milone, M.N., "Modality Strengths: A Reply to Dunn and Cabo", *Education Leadership*, Mar. 1981, p.489.
- [11] Stice, J. E., "Using Kolb's Learning Cycle to Improve Student Learning", *Engineering Education*, vol 77, 5, pp 291-296, 1987.
- [12] Kolb, D. A., *Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J., 1984.
- [13] Felder, R. M., "Creativity in Engineering Education", *Chemical Engineering Education*, 1988.
- [14] Felder, R. M., "On Creating Creative Engineers", *Engineering Education*, vol.77, 4, Jan, 1987, pp. 222-227.

Seu sonho é a nossa missão!



Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha



- Sem fila de espera
- Empréstimo Rápido
- Financiamento Imobiliário
- Bolsa de Imóveis
- Imóveis 100% financiados
- Assessoria Jurídica Imobiliária Gratuita

www.cccpm.mar.mil.br / www.cccpm.mb

Nossa sede:

Rio de Janeiro - RJ (Próximo ao 1º DN)
Av. Rio Branco, 39 13º Andar Centro
CEP 20090-003.
Tel: (21) 2105-7400
E-mail: atendimento@cccpm.mar.mil.br

Possuímos filiais em:

Belém (PA) – BNVC
Fortaleza (CE) – EAMCE
Recife (PE) – CPPE
Natal (RN) – BNNA
Salvador (BA) – Com2º DN
Ladário (MS) – Com6º DN
Brasília (DF) – Esplanada dos Ministérios
Angra dos Reis (RJ) – Colégio Naval
Rio de Janeiro (RJ) – Centro
São Pedro da Aldeia (RJ) – BAeNSPA
São Paulo (SP) – Com8º DN
Florianópolis (SC) – EAMSC
Rio Grande (RS) – Com5º DN
Acesse o nosso site e veja os nossos endereços!

O apoio que você precisa,
fácil e sem burocracia.



ATUAÇÃO NA SOMÁLIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA GUERRA - UMA REFLEXÃO

CC Gustavo C. Garriga Pires

Breve histórico: em dezembro de 1992, os Estados Unidos da América (EUA), com o respaldo da Organização das Nações Unidas (ONU), decidiram por levar assistência humanitária à Somália, em uma iniciativa que obteve apoio mundial quase unânime.

Em outubro do ano seguinte, o mundo assistiu, horrorizado, ao episódio que ficou conhecido como “Falcão Negro em Perigo”, onde dois helicópteros MH-60 Black Hawk foram abatidos e militares norte-americanos foram trucidados pelas ruas de Mogadishu, capital Somali.

Em março de 1994, as tropas norte-americanas foram retiradas, sem que o objetivo da missão fosse atingido.

ONDE: SHOPING TIJUCA. QUANDO: NATAL DE 2004.

Eu e meu filho de 8 anos de idade estávamos procurando seu presente. Fui arrastado para uma loja de videogames e, depois de uma árdua negociação, acordei em comprar-lhe um título de Playstation 2.

Cinco minutos mais tarde, Alexandre trouxe seu escolhido: “Delta Force: Black Hawk Down”. Eu já havia lido o livro e, também, assistido ao filme; além disto, recordava-me muito bem de todas as circunstâncias e desdobramentos que culminaram naquele lastimável episódio.

A partir dele, discussões técnicas e táticas dominaram a mídia em todo o mundo e lembro-me de vários pareceres e artigos de experts sobre procedimentos empregados e até mesmo sobre a adequabilidade daquele helicóptero para o tipo de missão em questão.

Apesar de interessantes, não foram estes tópicos que dominaram minha atenção.

A questão primordial, para mim, sobre este cenário é bastante simples: como, em um intervalo de tempo tão exíguo, pôde a situação política se deteriorar tão rapidamente? Em outras palavras, como uma intervenção tão aceita internacionalmente culminou em um derramamento de sangue tão cruel?



INTRODUÇÃO

Os princípios da guerra não são uma unanimidade. Autores divergem sobre quais seriam tais princípios, o que eles efetivamente significam e, até mesmo, a sua própria existência. Levar adiante esta discussão não é minha intenção. O que farei é usá-los como ponto de partida para analisar o ocorrido na Somália no início da última década do século XX.

E quais serão os princípios que usarei? Com a intenção de expandir o campo de observação de nosso Corpo de Aspirantes, não usarei os princípios estabelecidos por nossa “Doutrina Básica da Marinha – EMA-305”, objeto de estudo do Aspirante do 3º Ano da Escola Naval. Na realidade, usarei os 12 “Princípios das Operações Conjuntas”, baseados na doutrina estadunidense e especificados na publicação “3-0 – Operações Conjuntas” dos *Joint Chiefs of Staff* dos EUA. Sem querer assumi-los como soluções-padrão para todos os empreendimentos militares, eles serão aplicados, de acordo com Clausewitz, para “... estimular e servir como guia para (...) nossas próprias reflexões” (Clausewitz, pg. 3). Interessante também será constatar que, apesar de não serem idênticos, ambos os conjuntos de princípios são extremamente semelhantes.

Neste ponto, faz-se mister explicitar uma nota fundamental. Tais princípios têm como origem os antigos “Princípios da Guerra”, enumerados em uma época em que o escopo das operações militares era bem mais restrito que o em voga nos dias de hoje. Provavelmente, parte daí o desdém de alguns estudiosos militares em aplicá-los, relegando-os a um

plano inferior quando o assunto é retirar conclusões sobre qualquer evento. Devido a duas razões, este não é o meu caso: primeiro, não me considero um estudioso militar e, segundo, reputo tais princípios importantes independentemente do tipo de operação militar em questão.

No caso da Somália em especial, três foram aqueles que mais se destacaram a fim de produzir o resultado final: Princípio do *Objetivo*, Princípio da *Economia de Força* e Princípio da *Unidade de Comando*.

DE DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS A CONSTRUTOR DE UMA DEMOCRACIA: UM GRANDE SALTO

O princípio mais premente ao analisarmos a atuação dos EUA é o do *Objetivo*. No início as tropas norte-americanas desembarcaram na Somália com uma clara e "...bastante limitada e irreal missão..."

(Zinni, VCD): assegurar o fluxo de alimentos e medicamentos à faminta população da Somália – a denominada Operação "Restaurar da Esperança". Tal iniciativa foi mundialmente saudada como uma legítima intervenção de uma nação rica em suporte a uma nação em necessidades, fato que ressalta a sua *Legitimidade*. A luta entre diferentes clãs trouxe o colapso nas redes de distribuição e aqueles que mais sofriam eram justamente os mais necessitados. Basicamente, todos os serviços públicos estavam paralisados e o Estado Somali havia deixado de existir.

O primeiro mês foi extremamente bem-sucedido e promissor. Através de ações que asseguraram o funcionamento das linhas de comunicação entre armazéns e centros de distribuição, as tropas faziam chegar àqueles mais pobres os elementos essenciais à vida humana. Os senhores da guerra locais ainda estavam no controle e representavam uma séria ameaça, porém a ação assistencial estava invertendo o balanço na busca dos corações e mentes do povo Somali. A calorosa recepção oferecida ao Presidente George Bush nos últimos dias de dezembro de 1992 foi uma inequívoca prova desta tendência.

Entretanto, o cenário político estava para sofrer uma grande mudança. Após a sucessão presidencial norte-americana, quando o Presidente Bill Clinton assumiu o cargo, e com base nos ótimos resultados até então, a Organização das Nações Unidas, com a aprovação dos EUA, decidiu expandir o escopo da



missão. A partir do entendimento que o alívio momentâneo teria vida curta a não ser que uma situação política mais estável fosse alcançada no país, um ambicioso plano de reconstrução nacional, baseado em fundamentos democráticos, foi concebido.

A fim de cumprir esta nova missão, uma atuação mais agressiva e pró-ativa contra os senhores da Guerra era necessária, em especial contra o General Mohamed Farrah Aidid. Em breve, as hostilidades recrudesceram, operações militares muito semelhantes às de guerra tornaram-se comuns e, finalmente, o evento "Black Hawk Down" ocorreu e abriu os olhos da opinião pública mundial em geral, e da estadunidense em particular, sobre o que realmente estava acontecendo. Desta ocasião, nasceu o termo "mission creep", que nada mais é que a expansão de um projeto ou missão além de seus objetivos originais, após sucessos iniciais.

MANTENEDORES DA PAZ, FORÇAS COMBATENTES, FORÇAS POLICIAIS, JUÍZES: DIFERENTES CHAPÉUS PARA A MESMA CABEÇA

Uma vez que a ONU e os EUA assumiram esse objetivo mais amplo, novas tarefas rapidamente surgiram. Os militares, principalmente as tropas norte-americanas, tornaram-se sobrecarregadas de imediato. A partir desse momento, eles começaram a desempenhar inúmeros papéis no esforço para reconstruir o Estado Somali: apoio a organizações civis, composição de comitês políticos e judiciais, assunção de serviços policiais, entre outros. Além disto, serviços de inteligência sobre as milícias e os senhores da guerra tornaram-se mais complexos, assumindo valores ainda mais cruciais para o cumprimento da missão.

Devido a estas razões, muitos dos contingentes militares tiveram que ser remanejados de suas tarefas principais. Efetivando isto, os líderes norte-americanos se opuseram ao Princípio de *Economia de Forças*, que estabelece que devemos sempre alocar o mínimo poder combatente para esforços secundários. Como desenvolvimento deste fato os Princípios da *Massa* e da *Ofensiva* também foram afetados negativamente, ou, em outras palavras, as forças militares dos EUA não puderam mais contar com os efeitos positivos que geralmente advêm da concentração de forças e da iniciativa das ações.

AFINAL, PODEMOS CONTAR COM ELES?

Dentre as operações militares que não são consideradas próprias da guerra, em alguns momentos não há sentido em falarmos em *Unidade de Comando*, já que o termo comando refere-se unicamente a forças militarmente estruturadas. Em situações como essa, é comum depararmos com diversas organizações não-governamentais (ONG) e organizações internacionais na zona de ação, ao invés de tão somente pelotões amigos e forças combinadas. Estes grupos civis estão lá para seguir suas próprias doutrinas e alcançar seus próprios objetivos, de acordo com procedimentos e cultura específicos. Para eles, não obstante possuírem missões similares, a última coisa que desejam é serem interpretados como associados aos militares.

Entretanto, se *Unidade de Comando* não é um termo adequado para emprego quando lidando com essas entidades civis, sua consequência desejável, “Unidade de Esforço”, é algo que pode, sim, ser desenvolvido. No caso da Somália, uma iniciativa que trouxe dividendos interessantes foi o estabelecimento, no nível operacional, do Centro de Operações Cívico-Militares (COCM).

Como qualquer iniciativa em seu estágio inicial, o COCM necessitou de alguns ajustes principalmente porque, no início, discussões de todos os níveis (estratégico, operacional e tático) tornavam-no engessado e sem poder deliberativo – ao mesmo tempo em que se discutia a política a ser adotada nas ações contra as milícias, a programação de comboios também era debatida. Com o passar do tempo, discussões mais produtivas levaram a conclusões de relevo e, independentemente de qualquer outra consideração, o COCM foi um empreendimento que levou a algum nível de “Unidade de Esforço”. Sem ele, o resultado final teria sido bem pior.

Uma outra faceta relacionada ao Princípio da *Unidade de Comando* neste cenário tem a ver com a “...tensão entre a liderança de direito da ONU e o papel desempenhado de fato pelos EUA.” (Flournoy, p. 2), uma vez que as partes concordaram com a expansão do objetivo inicial: o plano de reconstrução nacional (UNOSOM II). Consequências terríveis surgiram do fato que “...nós tínhamos múltiplas cadeias de comando que trabalhavam simultaneamente” (Flournoy, p. 2) e que a operação como um todo estava “...contaminada pela ausência de qualquer planejamento integrado e por dificuldades de comunicações e de coordenação que resultaram de confusas linhas de responsabilidade.” (*Interagency Management of Complex Crisis Operations Handbook*, p. 3).

CONCLUSÃO

Pequenas Guerras, Conflitos de Baixa Intensidade, Novas Guerras, Operações Militares Além das Guerras, Crises Estrangeiras Complexas, Operações de Estabilidade e Suporte. Denominações distintas, definições diversas, mesmo conceito básico. E, para todos eles, os Princípios da Guerra ainda podem proporcionar um entendimento razoável.

Na Somália, todos os doze “Princípios das Operações Conjuntas” lançam um pouco de luz sobre importantes questões. Alguém pode considerar que houve falta de *Perseverança*, depois da tragédia de 3 de outubro. Ou que medidas de *Restrição*, as Regras de Engajamento, foram de alguma forma responsáveis pelo elevado número de baixas. Ou, ainda, que a utilização dos helicópteros *MH-60 Black Hawk*, não obstante a considerável *Manobra*, *Simplicidade* e *Surpresa* que possibilitavam, não era adequada, uma vez que fatores de construção poderiam torná-los presas fáceis de dispositivos antiaéreos específicos, e, por essa, razão a *Segurança* seria comprometida. Particularmente, não concordo com estes pontos, mas tenho que admitir que são interessantes ou que, pelo menos, trazem boas discussões.

Os princípios da guerra ou os “Princípios das Operações Conjuntas” não detêm a verdade universal, tampouco estão acima de criticismo. Todavia, eles ainda são algo que vale a pena mencionarmos quando estamos planejando ou executando uma operação militar, como o exemplo da Somália tem demonstrado.

Decidi não comprar aquele jogo. Ele reclamou, tentou um pequeno choro, mas finalmente trouxe outro título, que já não me recordo mais qual foi. Razões para minha atitude: realmente não sei.

Talvez, mas somente talvez, seja porque ele represente para mim uma janela para o lado mais obscuro da natureza humana, o qual eu não sei explicar, mas tenho certeza que existe.

Até o momento em que descobrir a resposta certa, Alexandre continuará a brincar somente com Homens-Aranha e Shreks em seu video game...

BIBLIOGRAFIA:

1. Clausewitz, Carl von. *The Principles of War*. Dover Publications. 2003.
2. Zinni, Anthony. *VCD Civil-Military Cooperation*. Naval War College U.S.Navy.
3. Mc Ivor, Anthony D. *Rethinking the Principles of War*. U.S.Naval Institute.
4. Fishel, John T. *Little Wars, Small Wars, LIC, OOTW, The Gap, and Things that Go Bump in the Night*. Frank Cass & Co. Ltd. 1995.

VOLVO PENTA PROPULSÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA

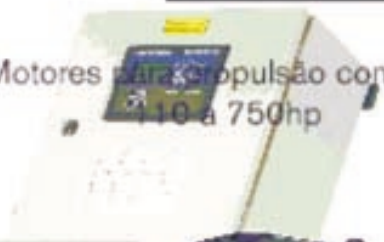


Motores para propulsão de emergência
1,6 a 475 kW

Motores para propulsão SOLAS
110 a 370 hp



Motores para propulsão convencional
110 a 750hp



Motores de centro rabela
170 a 370hp



Motores para propulsão IPS
IPS 350 a IPS 500



- Rede de revendedores em todo o Brasil treinada para o mercado de trabalho
- Estoque de peças operando 24 horas / 7 dias por semana
- Customização de motores e grupos geradores de acordo com a aplicação
- Volvo Action Service (0800 41 84 85)
- Entregas no Brasil e exterior

**VOLVO
PENTA**
www.volvo-penta.com.br
011 3150 1153



PASSAGEM DE COMANDO DA ESCOLA NAVAL

No dia 15 de abril de 2008, o Contra-Almirante ANTÔNIO FERNANDO MONTEIRO DIAS recebeu do Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA o Comando da Escola Naval. A cerimônia foi presidida pelo Diretor de Ensino da Marinha, o Vice-Almirante ARNALDO DE MESQUITA BITTENCOURT FILHO.



XXXVII MAC-NAV

No período de 15 à 17 de maio, foi realizada, em São Paulo, a 37ª tradicional competição esportiva entre a Escola Naval e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. As seguintes modalidades esportivas foram disputadas: judô, vôlei, basquete, futebol e atletismo. A Escola Naval foi vencedora nas modalidades de atletismo e futebol.

VISITA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA MARINHA MILITAR ITALIANA

No dia 17 de junho, a EN recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior da Marinha Militar Italiana, Almirante PAOLO LA ROSA, acompanhado do Diretor-Geral de Pessoal da Marinha, AE JOSÉ ANTONIO DE CASTRO LEAL.





CERIMÔNIA DE JURAMENTO À BANDEIRA E ENTREGA DE ESPADINS – 7 DE JUNHO DE 2008

No dia 7 de junho de 2008, foi realizada na Escola Naval a cerimônia de Juramento à Bandeira e Entrega dos Espadins da Turma “Marquês de Tamandaré”. A turma é composta por 206 Aspirantes, sendo 184 oriundos do estado do Rio de Janeiro, 8 de Minas Gerais, 1 do Rio Grande do Norte, 5 de São Paulo, 1 do Ceará, 1 de Pernambuco, 1 de Sergipe, 1 do Espírito Santo, 1 do Mato Grosso do Sul, 1 do Pará, 2 do Rio Grande do Sul.

Após um árduo período de adaptação à Escola Naval em que foram submetidos a intensa preparação militar-naval inicial, os Aspirantes do primeiro ano tiveram seus esforços recompensados ao receberem o almejado Espadim, símbolo do Aspirante.

Nesse dia, 206 Aspirantes, 184 provenientes do Colégio Naval e 22 do Concurso de Admissão direto à EN, receberam o Espadim.

A cerimônia foi presidida pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, o Almirante-de-Esquadra JOSÉ ANTONIO DE CASTRO LEAL, contou com a presença do Diretor de Ensino da Marinha, VA ARNALDO DE MESQUITA BITTENCOURT FILHO, de diversas autoridades militares e civis e de Oficiais da Turma “FACE”, que foram homenageados por completarem 50 anos de recebimento do espadim.

VISITA DO MINISTRO DA DEFESA



No dia 19 de agosto, a EN recebeu a visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, acompanhado do Comandante da Marinha, AE JULIO SOARES DE MOURA NETO e pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, AE JOSÉ ANTONIO DE CASTRO LEAL. O evento constituiu-se de um Almoço de Trabalho seguido de visita às instalações da Escola.



XLII NAVAMAER

No período de 29 de agosto a 05 de setembro de 2008, foi realizada a XLII NAVAMAER nas instalações esportivas da Escola Naval.

A cerimônia de abertura foi prestigiada com uma apresentação da Orquestra Sinfônica da Marinha. No decorrer dos oito dias, Aspirantes e Cadetes competiram em 13 modalidades de esporte.

A oportunidade da promoção de competições desportivas entre as Escolas de Formação de Oficiais EN, AMAN E AFA garantiu o conhecimento e amizade dos nossos futuros chefes militares que, mais adiante, serão chamados ao cumprimento de importantes missões conjuntas.



A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

“São homens e mulheres que dedicam suas vidas para proteger o nosso país e contribuir para o desenvolvimento dele. Para fazer esse trabalho silencioso, fundamentalmente dedicado ao Brasil, o Marinheiro está presente em lugares e atividades que a maioria dos brasileiros sequer ouviu falar, zelando pelas nossas fronteiras marítimas na Amazônia Azul, levando assistência a populações carentes em locais distantes, acessíveis somente por barco, e promovendo, de forma pioneira, o desenvolvimento tecnológico em diversas áreas de atuação.

Determinado, profissional, competente e, antes de tudo, brasileiro.

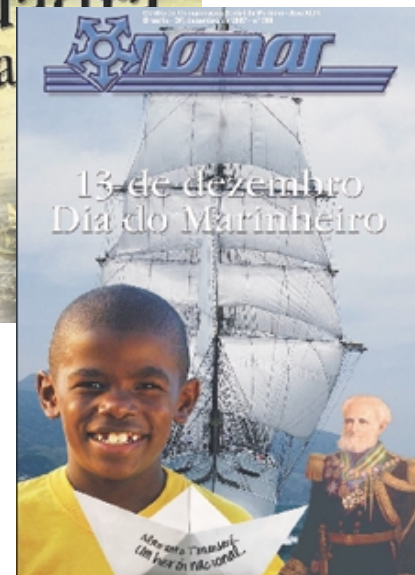
Isso é ser Marinheiro!” – Autor desconhecido.

Aspirante Carlos Eduardo Veras Batista Alvares

Mas, afinal, por que é tão importante divulgar a MB? Por que devemos divulgar idéias como cavalheirismo, por que mostrar uma educação exemplar, respeito, sentimento de honra e dignidade? Onde isso nos afeta? E de que forma sairemos beneficiados com tal divulgação? A análise das questões formuladas será realizada em tópicos.

Primeiramente, comecemos analisando o seguinte caso: a presença dos Fuzileiros Navais no Haiti (MINUSTASH) foi iniciada no dia 28 de maio de 2004, para garantir a segurança e as condições estáveis para o estabelecimento do processo político e constitucional. Essa missão inclui também um propósito nacionalista, pois o Brasil visa ganhar uma cadeira permanente no conselho da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sem dúvida, a conquista do Brasil nessa área será de grande valia para a nação no aspecto econômico-político, porque aumentaremos o nosso prestígio e a nossa participação nas decisões internacionais. Por exemplo, podemos através de participação em decisões importantes conseguir um benefício comercial, aumentando nosso PIB, e, com mais recursos, aumentar os investimentos nas áreas de maior desigualdade social, de saúde pública, de educação e várias outras onde existe essa carência.



Dessa forma, se a participação na ONU vai trazer tantos benefícios, devemos almejar por tal posição! Todavia, a situação é complicada, visto que, de início, já encontramos resistência de certos países que não concordam com a nossa presença, como o México. Tal fato é evidenciado pelas políticas internacionais desse país. Mesmo considerando que os mexicanos estejam estabelecendo relações cada vez mais fortes com os EUA (cuja influência é enorme na organização), ainda está distante dos primeiros assumirem uma cadeira na ONU. E sabendo dessa sua possibilidade remota, querem também evitar isso para o Brasil. Entrando no Conselho de Segurança, nosso país tomaria força no contexto da América e, de acordo com o ponto de vista dos líderes mexicanos, iríamos minimizá-los e deixá-los para segundo plano.

É cabível um país, só por não se encontrar nas condições favoráveis para assumir um cargo ou posto internacional, utilizar-se de meios ou artifícios para eliminar as possibilidades de outro país? Podemos deixar isso acontecer? O Brasil é um país emergente com um enorme potencial para crescimento econômico e desenvolvimento. Temos uma vasta capacidade tecnológica e operativa e não podemos desperdiçar isso.

Outro aspecto que é importante ser analisado neste caso, discutido na palestra do mestre Francisco Carlos, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no XV Encontro de Docentes realizado na Escola Naval, é o que vem acontecendo com as Forças Armadas nas últimas décadas. O fato de não participarmos de uma guerra há muitos anos contribuiu, de “certa forma”, negativamente. Na ocasião de tal conflito poderíamos, saindo vitoriosos, aumentar o nosso prestígio perante a população em geral, a famosa máxima de se aproveitar do fato histórico para tirar proveito próprio. A ausência de conflitos mais diretos, onde os militares exercem de forma mais que evidente seu papel indispensável, fez que se instalasse aos poucos na mente do povo brasileiro a idéia de nossa “função de defesa” (a única conhecida por eles) não ser importante. Muitos acreditam ainda que somos meramente mais um aparelho oneroso ao Estado. É triste ver inclusive muitos de nossos congressistas com esse pensamento. Eles, sem dúvida, desconhecem nosso papel, não conhecem a MB e as atividades que ela desempenha, não conhecem o nosso país nem tampouco os problemas pelos quais ele passa. É incrível como mesmo com mais de 95% do nosso comércio exterior sendo realizado pelo mar ainda tenhamos uma mentalidade marítima tão fraca.



Ao longo dos anos a situação se tornou ainda mais grave. Além de ter se “perdido” a importância indiscutível dos representantes das armas, iniciou-se paralelamente um processo de decadência estatal e de descrédito de suas instituições. Hoje já se discute nas assembleias e nos próprios jornais o interesse em levar as forças armadas para as ruas, a fim de patrulhar o calçadão das praias e ações ostensivas para combater o narcotráfico, papéis que deveriam ser desempenhados pelas forças policiais (civil, militar e federal), já que tais órgãos recebem verba e tem destinação constitucional específica para este fim. Infelizmente, como podemos comprovar diariamente, eles têm dificuldade em cumprir suas tarefas.

Todavia, é importante acrescentar o seguinte: em meio a tantos dados catastróficos existem pontos positivos. Pesquisas analisaram o grau de confiança que o cidadão tem nas instituições de seu país. Os destaques positivos aí presentes são as Forças Armadas, a Igreja e a mídia. Essas instituições

representam para o cidadão um escape para as ondas de corrupção que estão em vigor. O povo brasileiro nos respeita.

Fomos, somos e seremos sempre motivo de orgulho para o Brasil, embora muitos cidadãos não reconheçam nosso trabalho e alguns nem sequer saibam o que fazemos. Porém, para nos dignificarmos ainda mais, não realizamos trabalho esperando reconhecimento, simplesmente a atitude moralmente correta (KATÉKON) é o nosso traço.

Os navios Carlos Chagas, Dr. Montenegro e Oswaldo Cruz são mais um exemplo disso; são a tradução perfeita para heroísmo e para trabalho desinteressado de recompensas. Eles são chamados os “Navios da Esperança”. Tais navios realizam no 9º Distrito Naval, na Amazônia, trabalho de assistência médica e hospitalar às populações

daquela região e, mais do que isso, papel de levar o Brasil aos brasileiros dos recantos mais distantes, profundos e desconhecidos do nosso território. É o altruísmo da MB.

Os militares desses navios lutam também com dificuldades climatológicas da peculiar região e de conforto do navio e, às vezes, passam meses navegando pelos rios e afluentes do Amazonas. Mas eles demonstram, em entrevista, a satisfação em realizar esse trabalho, porque percebem o quanto essa gente fica feliz em se sentir tocada por essa mão da Marinha, que chega como uma benção.

Sem dúvida, essas populações ribeirinhas passam por dificuldades de toda natureza. Enquanto alguns não conseguem perceber tais vicissitudes, porque cresceram com relativo conforto oferecido pela sociedade moderna ou por situação econômica vantajada, naquela região, inúmeras pessoas morrem constantemente por doenças, hoje, consideravelmente simples. É dramática a situação vivenciada por mães que presenciam seus filhos nesses casos. Elas não sabem a razão e nem podem fazer nada. Já quando a MB chega a esses lugares e consegue salvar vidas, a emoção e a sensação que elas sentem é de milagre. E muitas vezes, o problema é um simples cuidado com a água, uma orientação sexual, ou uma conversa que acalma um coração aflito. Tudo isso faz a diferença!

É muito importante que cada um faça o seu papel. Nós militares, praças e oficiais, do mais moderno ao mais antigo, devemos fazer “o nosso”!

A cada dia surge uma nova oportunidade de sermos úteis, afinal, somos multifuncionais. Claros exemplos históricos, mais uma vez, comprovam o citado acima. Em um primeiro momento os militares da turma Alte Guilhem (CN-2003) tiveram um desempenho exemplar no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), mas nem todos haviam feito esse exame, o que levou tal resultado a não ser computado na classificação geral das escolas com melhores desempenhos. Todavia, no ano seguinte, os combatentes guerreiros da turma Alte Frontin (CN-2004) obtiveram, com a maioria de sua turma e com número



considerável, um desempenho espetacular, conseguindo que o Colégio Naval fosse o primeiro colocado entre as escolas públicas do Brasil. Essa realização trouxe vários benefícios, dentre os quais o aumento da credibilidade do CN e a conseqüente ampliação do seu respeito, mostrando que somos bons, que somos um patrimônio do nosso Brasil. Assim, contribuimos para que não só a MB voltasse ainda mais seus olhos para nós, mas também para que autoridades civis passassem a nos ver de forma diferente. Existe algo melhor do que isso?

Indubitavelmente, é necessária uma maior compreensão por parte dos civis, da importância não só defensiva mas estratégica dos militares na consolidação e consecução dos objetivos nacionais. Quando isso ocorrer, quando dentro de cada coração pátrio existir a ciência do nosso vigor moral e balizador do país, o Brasil estará em grandes avanços e em uma posição melhor do que se encontra atualmente, na questão ética e de princípios dignos.

A contribuição da parceria com a sociedade é extremamente importante para a construção de uma integração entre militares e civis. Na Academia Naval de Annapolis, os ex-alunos ajudam significativamente, sob a forma de doação de verbas, visando a consecução dos objetivos dessa escola. Isto tudo porque essa sociedade acredita e compreende a importância dos militares.

Mas como a população americana adquiriu tal entendimento? E como levar esse entendimento à nossa população brasileira? Considero, claramente, que tal função é nossa. Nós, como militares da Marinha do Brasil, devemos difundir as idéias de prosperidade,

honra, sentimento de orgulho, de pertencimento e de dever, pois esta é a melhor forma para que as coisas funcionem bem e sejam bem cumpridas. Devemos, ainda, mostrar que somos por excelência educados, tudo para mostrar que na nossa instituição as coisas acontecem de maneira diferente, devido aos valores que mantemos vivos, valores que são imprescindíveis a qualquer sociedade que visa o progresso e a harmonia de seus indivíduos, valores estes que se encontram em falta no mundo pós-moderno.

Devemos ter ciência de que o sucesso dos objetivos de nossa instituição depende de nós, que pertencemos a ela, que o mais simples pilar de uma construção, se não estiver fortemente sustentado, pode levar ao desmoronamento da mesma (nós, juntamente com nossos valores, somos o pilar de nossa instituição). Cada um tem a sua importância na construção do todo, segundo a sua capacidade individual. Não podemos esquecer também que na nossa condição de seres inteligentes devemos aproveitar os momentos oportunos para difundir os nossos valores, da maneira que convém à nossa instituição para, dessa forma, nos fazermos acreditados naquilo que somos.

Raras são as instituições que podem se orgulhar do que são. Hoje, somos o resultado da incessante labuta dos que nos antecederam, daqueles Marinheiros que “nada tiveram e tudo fizeram” e que, a partir de suas utopias e da firme determinação de realizá-las, construíram esta sólida instituição, percorrendo extraordinária saga que nos deve inspirar toda a vez que nos sentirmos impotentes diante das vicissitudes que a conjuntura teima em nos apresentar. Aos marinheiros de sempre, nosso eterno preito de gratidão.

ACADEMIA NAVAL DE ANNAPOLIS – NOVO RUMO

A Academia Naval dos Estados Unidos foi fundada como Escola Naval em 1845, numa área de 10 acres do antigo Forte Bancroft em Annapolis, MD. Em 1950 tornou-se a Academia Naval dos Estados Unidos, com um curso único de quatro anos e prática militar naval em cada verão. Esse sistema foi a base de um currículo sofisticado na academia de hoje. Com o crescimento da Marinha Americana através dos tempos, a academia se expandiu. O campus de 10 acres foi aumentado para 338, e o Corpo de Aspirantes, originalmente com 60 alunos, evoluiu para uma brigada de 4.000. Desde então, a Academia Naval vem acompanhando as mudanças culturais e tecnológicas dos Estados Unidos, cuja marinha evoluiu, em poucas décadas, de uma armada de navios a vela e a vapor para uma de alta tecnologia com submarinos e navios nucleares, bem como aeronaves supersônicas. A academia teve que se adaptar, proporcionando aos aspirantes a preparação acadêmica e profissional atualizada necessária para se tornarem oficiais eficientes.

CMG (Ref) Alberto do Valle Rosauero de Almeida

A FORMAÇÃO DOS ASPIRANTES

Como o órgão de graduação e formação de oficiais da Marinha dos Estados Unidos da América, a Academia Naval recebe jovens do sexo masculino e, a partir de 1976, também feminino, para transformá-los em oficiais de carreira dos corpos da Armada e de Fuzileiros Navais, graduados como bacharéis e promovidos a segundos-tenentes com o compromisso de servir na Marinha por cinco anos no mínimo.

A Academia Naval tem um propósito bem claro, expresso na sua missão: “Formar os Aspirantes moral, intelectual e fisicamente, bem como imbuí-los dos mais altos ideais de dever, honra e lealdade de modo a obter formandos dedicados a uma carreira naval e com potencial para futuro desenvolvimento intelectual e de caráter para assumir as mais altas responsabilidades de comando, cidadania e governo.” Isso coloca todos – professores, oficiais e aspirantes – no mesmo comprimento de onda e também estimula um sentimento de vibração e orgulho raramente encontrado em outras instituições de ensino superior.

A formação acadêmica é diversificada, partindo de currículos básicos e várias habilitações opcionais. Para estudantes excepcionais e altamente motivados, são oferecidos programas especiais e oportunidades para pós-graduações, ainda durante o curso na Academia.



Uma vista do campus

A formação profissional e a prática de liderança não apenas introduzem os aspirantes à vida nos navios e nas unidades de fuzileiros; depois de quatro anos na Academia Naval, as tradições e costumes da Marinha ficam impregnados na natureza de cada um. Primeiro, o aspirante aprende a cumprir ordens de praticamente todos, mas, em pouco tempo, adquire a responsabilidade de tomar decisões que podem afetar centenas de outros aspirantes. Seus estudos profissionais em sala de aula são reforçados por muitas horas de prática de liderança e participação em operações navais, incluindo embarques em navios de guerra e unidades de fuzileiros navais nos meses de verão. O aperfeiçoamento moral e ético é, sob todos os aspectos, um elemento fundamental para a permanência na Academia Naval. Como futuros



Um aviso de instrução

oficiais da Armada ou do Corpo de Fuzileiros Navais, os aspirantes serão um dia responsáveis pelas vidas inestimáveis de muitos homens e mulheres e por equipamentos de muitos milhões de dólares.

Todos iniciam o seu curso de quatro anos pelo período de adaptação de calouros, destinado a transformar civis em aspirantes. Isso se aplica inclusive aos que eram praças das forças armadas, até mesmo com experiência de guerra. Esse período não é nenhuma transição suave para a rotina militar. Assim que transpõem o portão no dia da apresentação, vestem um uniforme e aprendem a prestar continência aos quartanistas e oficiais que conduzem o programa de instrução. Durante sete semanas, começam o dia de madrugada com uma hora de exercícios rigorosos e terminam após o pôr do sol, imaginando como vão sobreviver ao dia seguinte. Esquecem a televisão, as horas de lazer ou o cinema. Mal têm tempo suficiente, durante o dia, para concluir suas tarefas de calouros.

A frenética e exaustiva rotina do período de adaptação de calouros tem sua razão de ser. Ela os deixa prontos para suas responsabilidades quando a brigada volta do adestramento de verão e o ano letivo começa. A adaptação também constrói as fundações para as qualidades tangíveis e intangíveis que formam um oficial excepcional; adquirem autodisciplina; aprendem a organizar seu tempo e a decidir sobre o que é mais importante; atingem o auge do condicionamento físico e desenvolvem a capacidade de pensar com clareza sob pressão e a reagir prontamente em situações inesperadas. Qualquer oficial que deu serviço no passadiço de um navio numa tempestade ou pousou um avião a jato no convés de um navio-aeródromo à noite pode atestar a importância dessas qualidades.

O período de adaptação de calouros também os introduz aos procedimentos básicos na Marinha. A bordo dos veleiros, aprendem a respeitar a força dos ventos e das correntes; em lanchas e nos avisos de instrução, absorvem os fundamentos de marinharia, navegação e manobras; nas linhas de tiro, aprendem a usar armas portáteis com precisão e segurança. Aprendem também por que a Marinha exige altos padrões de honra, caráter e moralidade. E começam a desenvolver suas próprias idéias de liderança e das técnicas que os tornarão líderes quando chegar a sua vez.

Com o passar dos anos na Academia, as responsabilidades de liderança vão aumentando. A cada ano os aspirantes assumem papéis mais importantes na condução da sua companhia, do seu batalhão e da brigada. Ao chegarem ao quarto ano, estarão tomando diariamente decisões que afetam o moral e o desempenho de outros aspirantes. Estarão ensinando aos mais modernos os fundamentos da carreira naval e os auxiliando a vencer suas dificuldades, liderando pelo exemplo, capacidade de bem se expressar, recompensas, disciplina e outras técnicas adquiridas em sala de aula e três anos de experiência. As responsabilidades aumentam também nos adestramentos profissionais de verão. Depois de aprender o que é ser um marinheiro embarcado durante uma viagem no terceiro ano, assumem as tarefas dos oficiais subalternos no verão do quarto ano. Construirão suas qualidades de liderança nessas e em outras situações, quando aprenderão com seus erros e se beneficiarão com as orientações de oficiais experientes da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Ao assumirem suas funções como oficiais de marinha responsáveis por liderar marinheiros e fuzileiros competentes e experientes, saberão que técnicas e estilos de liderança empregar em diferentes situações.



Exercício no período de adaptação de calouros

ESPORTE, LAZER E ATIVIDADES CULTURAIS

Todos os aspirantes são encorajados a participar de uma variedade de atividades extracurriculares. Especialmente para os calouros, essas atividades ajudam a aliviar a pressão acadêmica e a dura rotina militar. Durante o período de adaptação, eles são apresentados a famílias da área de Annapolis, voluntárias para recebê-los para jantar, levá-los a passear, ou simplesmente oferecer um lugar de descanso fora das exigências da academia. A partir do segundo ano, aumenta o tempo livre para relaxar, se dedicar a interesses pessoais, namorar e explorar a região. Há muito que ver e fazer em Annapolis, Baltimore e Washington, D.C. A Academia patrocina muitas oportunidades culturais, sociais e esportivas.

Nos fins de semana do outono, o futebol americano empolga a brigada. Todos os aspirantes comparecem aos jogos locais no Navy-Marine Corps Memorial Stadium. Representações de aspirantes também assistem à maioria dos jogos em outras cidades. A temporada de futebol americano encerra com a brigada inteira torcendo pelo seu time no tradicional Army-Navy game, contra a Academia Militar de West Point. Há mais 28 esportes, nos quais equipes da Academia Naval competem no meio universitário.

Os eventos sociais são programados para fins de semana ao longo do ano, como o Baile Internacional, para o qual são convidados jovens da comunidade diplomática de Washington. Grupos de aspirantes também produzem e encenam peças teatrais, organizam concertos e jantares formais, que culminam com inúmeras comemorações na Semana da Formatura em maio. Aproveitando a proximidade de Washington e Baltimore, a Academia fornece a aspirantes de todos os anos bilhetes e transporte para eventos culturais nessas cidades, como peças teatrais, concertos sinfônicos, óperas e balés no Kennedy Center de Washington e em outros teatros. Muitas apresentações de artistas de renome internacional têm lugar no Centro de Artes da Academia.

Apesar das exigências acadêmicas e de educação física, os aspirantes ainda encontram tempo para atividades extracurriculares através de mais de 70



Navy-Marine Corps Memorial Stadium

grêmios e grupos de interesse dedicados à música, aos esportes, assuntos profissionais militares e acadêmicos, idiomas ou simplesmente recreativos, a maioria sob a direção de aspirantes.

A programação interativa acadêmica, militar naval e de educação física demanda muito esforço, exigindo mais tempo no campus do que ocorre com os alunos de qualquer faculdade civil, mas os aspirantes são licenciados no recesso do Natal, na Semana Santa e tiram férias no verão. O licenciamento de rotina depende, em grande parte, das responsabilidades militares, do desempenho acadêmico e da antiguidade entre os anos. O aspirante adquire mais privilégios e licenças cada vez que passa para o ano seguinte. Durante o ano letivo, há dois tipos de licenciamento: na cidade e durante o fim de semana. No caso de fim de semana, o aspirante pode viajar depois da sua última aula de sexta-feira e retornar domingo à noite. O regresso de licenciados difere com a antiguidade. O aspirante não é licenciado se estiver de serviço, se com baixo desempenho acadêmico, grau de oficialato deficiente ou por punição disciplinar.

A VISÃO DO ATUAL SUPERINTENDENTE

Ao assumir o cargo de 60º Superintendente da Academia Naval de Annapolis em 8 de junho de 2007, o Vice-Almirante Jeffrey Fowler, formado pela Academia em 1978, preocupou-se com a maneira mais eficiente de melhor preparar os aspirantes, homens e mulheres talentosos e patriotas para, como oficiais

subalternos, servirem nos corpos da Armada e de Fuzileiros Navais, nessa época de desafios e perigos em que as forças navais estão permanentemente se adaptando para manter a superioridade estratégica, operacional e tática em relação aos inimigos. Planejou uma linha de ação para formar oficiais excepcionais para a Armada e o Corpo de Fuzileiros Navais, que compreendam e assumam a incansável responsabilidade da liderança militar. O planejamento se baseia nos seguintes conceitos:

- Somos uma nação em guerra e os inimigos querem infligir danos a nós aqui e no exterior. Infelizmente muitos americanos ignoram a existência do conflito. Os nova-iorquinos o compreendem, porque sua cidade foi um campo de batalha em que muitas vidas foram perdidas. Ataques contra civis inocentes continuam a ocorrer pelo mundo, não somente no Iraque e no Afeganistão. Desde 11 de setembro de 2001, mais de 4.000 militares norte-americanos, homens e mulheres, morreram nessa guerra global contra terroristas islâmicos. Nossa brigada se espelha em todos aqueles que fizeram o supremo sacrifício pelo nosso país. Será que cada aspirante sente o apelo do cumprimento do dever para servir à pátria em tempo de guerra?

- Precisamos formar cada aspirante moral, intelectual e fisicamente para liderar marinheiros e fuzileiros voluntários para servirem à pátria durante a guerra. Nosso foco deve estar orientado para o produto final obtido pela Academia Naval. O conceito fundamental é a necessidade de um esforço conjunto para educar cada aspirante moral, intelectual e fisicamente para liderar marinheiros e fuzileiros em combate. Exige a participação do setor acadêmico, dos profissionais de educação física e da cadeia de comando da brigada, sendo qualquer outra atividade secundária, opcional e condicional. Faz-se necessário remover distrações e orientar esse processo de aprimoramento, contando com tropeços no caminho e ajustes inevitáveis; mas isso é essencial para o sucesso da formação de líderes em tempo de guerra. Receber um diploma de bacharel e adquirir profissionalismo militar em quatro anos requer eficiência e dedicação. A graduação e a patente de oficial são conquistas importantes, mas apenas o começo. Os oficiais subalternos precisam estar prontos para liderar desde o primeiro dia e, para tal, é necessário que sejam adestrados para o mundo real nas condições e expectativas da Marinha. Os desafios a enfrentar serão mais duros do que a vida na Academia. Um único chefe incompetente pode desmoralizar ou destruir uma divisão ou um pelotão.

- Somos o espelho da Marinha. Esse terceiro conceito fundamental engloba todos os aspirantes e aqueles que contribuem para a sua formação. Devemos nos orgulhar das nossas tradições e ser cuidadosos com as nossas atitudes quando fardados. Conduta e comportamento inadequados de poucos podem invalidar o trabalho de uma unidade inteira e causar impacto negativo na vida de muitos. Será que demonstramos todos os dias e em qualquer situação honra, coragem e compromisso?

Os hábitos e a disciplina que os aspirantes praticam hoje terão impacto em longo prazo na sua capacidade para liderar eficientemente marinheiros e fuzileiros navais. Ninguém pode se dar ao luxo de esperar até amanhã para se preparar. Todos precisam se conscientizar da urgência necessária para estarem totalmente aptos para exercer a liderança quando a nação precisar. O relógio não pára... Não só para os aspirantes, mas também para todos que são responsáveis pela sua formação e sucesso.

A PRIMEIRA GUINADA

Em consonância com a perspectiva do Almirante Fowler, o Comando da Brigada determinou várias alterações para melhor preparar os aspirantes para os primeiros postos da carreira, como:

- estudo obrigatório à noite de domingo a quinta-feira para o terceiro e quarto anos e até sexta-feira para o primeiro e segundo anos;
- o treinamento profissional naval de verão será intensificado no embarque em navios e tropas de fuzileiros, com melhor aproveitamento do tempo disponível;
- os uniformes dos aspirantes do quarto ano serão modificados para se assemelharem aos dos oficiais; usarão internamente o cáqui para se destacarem dos demais como líderes da Brigada;
- começando no jantar de domingo e terminando no almoço de sexta-feira, todas as refeições passam a ser obrigatórias para todos os aspirantes. Sentar-se-ão às mesas por grupos dos seus pelotões, mesclados de modo a facilitar oportunamente a interação com a cadeia de comando dos aspirantes e o adestramento profissional. Essa atmosfera favorece a prática de liderança de pequenas unidades e abrange todo o corpo de aspirantes;
- as atividades extracurriculares serão limitadas tanto em número quanto em tempo gasto na sua prática. Aquelas que não contribuem diretamente para a formação dos futuros oficiais ficarão restritas aos períodos de licenciamento normal;

- não haverá licenças à noite durante a semana. No segundo semestre, os quartanistas terão direito a essas licenças, no caso de desempenho excepcional. Isso reforça a implementação do estudo obrigatório à noite;

- o licenciamento nos fins de semana só começará, para o quarto ano, depois da formatura para o jantar; para o terceiro ano após o jantar; e, para o primeiro e segundo anos, só depois do almoço de sábado. Isso é para destacar a hierarquia entre as turmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida de que os Estados Unidos, reconhecidamente a maior potência militar da atualidade, estão empenhados numa guerra difícil e predominantemente anticonvencional contra o Islã, em que a liderança é fator primordial na sua condução. É verdade, também, que vêm enfrentando quase ininterruptamente desde a Segunda Guerra Mundial, conflitos e ações de natureza diversa, como as guerras da Coreia e do Vietnã, o desembarque em Granada, a longa Guerra Fria como país líder da OTAN. Em decorrência, suas forças armadas estão em constante aprimoramento tecnológico e de formação e adestramento do pessoal.

A Academia Naval dos Estados Unidos foi sempre importante no contexto, tendo formado, através dos tempos, oficiais competentes, muitos dos quais se revelaram brilhantes chefes navais. Portanto, parece cabível perguntar: será que essa guinada, que afeta bastante os aspirantes nas atividades de lazer e no já apertado regime de licenciamento, dentro da filosofia de que o principal dever de um aspirante é aprender a liderar marinheiros e fuzileiros em combate, sendo tudo mais “secundário, opcional e condicional”, trará resultados substanciais? Não desencorajará o ingresso de novos alunos do nível desejado?

Há um aspecto que já é objeto de importantes estudos comportamentais sobre a juventude de hoje. Poucos membros dessa geração, nascidos depois de 1978, têm lembrança de um tempo em que a Internet não estava à sua disposição. Possuem uma espantosa afinidade com o mundo interconectado e revelam traços comuns, que incluem a largamente difundida cultura hip hop (roupas, brincos, piercings e tatuagens) e uma indiferença despreocupada em relação à distinção entre raças e etnias, bem como sobre orientação sexual. Por viverem desde tenra idade no ambiente virtual globalizado, reconhecidamente adquiriram uma mente

multifuncional e já não usam a Internet para simplesmente absorver informações passivamente. Insistem em se comunicar – por e-mail, produção de vídeos, blogs, páginas pessoais etc., com pessoas que provavelmente jamais conhecerão. Os estudos estão concluindo que esses jovens são mais afeitos a tarefas que encorajam criatividade e se sentem melhor trabalhando em grupo. Por outro lado, alguns estudiosos acham que a habilidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo conduz a uma abordagem superficial na análise e resolução de problemas, aumentando a dificuldade para se aprofundar em assuntos complexos.

Os mais velhos dessa geração fascinante já têm idade para serem hoje oficiais intermediários das forças armadas; nos próximos dez a vinte anos, oficiais superiores e, logo após, oficiais gerais. Evolução semelhante ocorrerá entre as praças mais modernas, sendo oportuno observar que, em média, sua formação intelectual está muito semelhante à dos oficiais e são, também, multifuncionais. Não é absurdo se esperar, portanto, um conflito de gerações, o que não seria novidade nas forças armadas, haja vista o que aconteceu no Vietnã; porém, certamente, com um desafio maior em relação à liderança. O estamento militar baseia-se, milenarmente, em rígidas cadeias de comando – chefes que dão as ordens e subordinados que as cumprem – e não é desejável que isso se altere. Entretanto, alguns ajustes parecem inevitáveis para que sejam aproveitados os aspectos positivos da juventude de hoje.

Se os formadores de líderes não procurarem se adaptar às características da nova geração de militares – insistindo em educar os jovens segundo filosofias, regras e procedimentos ultrapassados – correrão o risco de desperdiçar uma oportunidade histórica para revigorar a liderança, a atração pela vida militar e de reavivar o espírito idealista que sempre caracterizou as marinhas do mundo inteiro. Cabe, então, outra pergunta: será que a Academia Naval de Annapolis está guinando para o rumo certo? O tempo dirá...

REFERÊNCIAS:

U.S. Naval Academy catalog, 1996-1997;

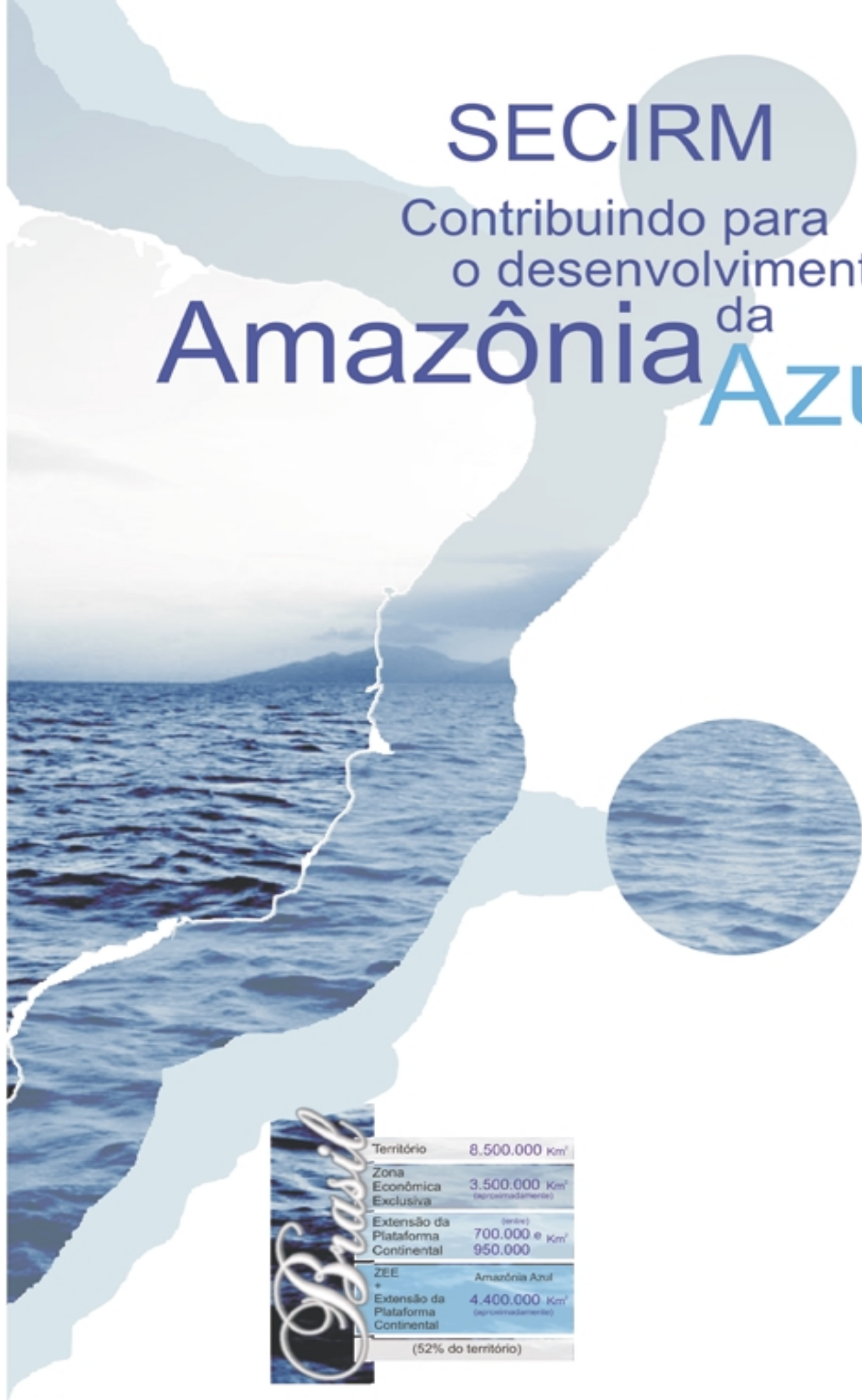
ART FREITZSON at al, Military of Millennials, Resilience report, 3/10/2008

Vice-Admiral FOWLER, Naval Academy ... a crucible for warriors,

Proceedings, outubro de 2007

SECIRM

Contribuindo para
o desenvolvimento
da
Amazônia Azul



A light blue silhouette of the map of Brazil is overlaid on a background of a blue ocean with white waves. A circular inset on the right side of the map shows a close-up of the ocean's surface. The word 'Brasil' is written vertically in a white, cursive font on the left side of the map.

Território	8.500.000 Km ²
Zona Econômica Exclusiva	3.500.000 Km ² (aproximadamente)
Extensão da Plataforma Continental	(onde) 700.000 e Km ² 950.000
ZEE +	Amazônia Azul
Extensão da Plataforma Continental	4.400.000 Km ² (aproximadamente)
(52% do território)	



PENTATLO MILITAR: O DESENVOLVIMENTO NA ESCOLA NAVAL



SO (RM1) Carlos Felipe de Oliveira
1º SG-FN-MU Marcelo Pereira Marujo

A pesquisa objetiva mostra o desenvolvimento da eloqüente atividade: Pentatlo Militar. Esta atividade desportiva requer uma expressiva performance física, técnica e psicológica bastante integrada diante dos obstáculos diversificados e intrínsecos da modalidade. A busca constante pela melhoria dos índices nas provas denota a relevância da endurance individual e coletiva contínua da equipe. O objetivo da pesquisa converge-se em mostrar a trajetória da modalidade, sobretudo, na Escola Naval. O método utilizado para esta elaboração foi a pesquisa documental. O resultado mostra o crescente recrudescimento do Pentatlo Militar nesta instituição a partir do desenvolvimento destas atividades fundamentadas numa perspectiva didático-pedagógica. Nessa dimensão, podemos concluir que o Pentatlo Militar é uma atividade típica do militarismo. Ademais, potencializa a formação do militar para atuar em situações adversas, porquanto as especificidades inerentes às suas provas exigem um preparo integral.

INTRODUÇÃO

A proveniência do Pentatlo Militar é francesa. Esta modalidade desportiva militar foi criada em 1946 pelo oficial francês Henri Debrus, o qual se fundamentou numa rígida perspectiva de treinamento dos pára-quedistas militares com a intenção de complementar o tempo ocioso por ocasião do desenvolvimento das outras provas que compreendem esta modalidade (BRASIL, 2008).

Na década de 50, esta modalidade começava a ser praticada no Brasil, em especial, pelos militares do Exército Brasileiro. Logo, o Brasil sagrou-se campeão do XII Campeonato Mundial de Pentatlo Militar no ano de 1960, realizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ (COLLARES, 2002).

A modalidade diante de suas peculiaridades potencializa as qualidades dos militares como combatentes terrestres/anfíbios. Nessa dimensão, suas atividades proporcionam uma melhor formação técnico-profissional quando da composição de suas provas específicas, como tiro, pista de Pentatlo Militar, natação utilitária, lançamento de granadas e corrida através do campo.

A Escola Naval, por intermédio do seu Departamento de Educação Física e Esportes, desde o ano de 2006, vem promovendo treinamentos cotidianos desta modalidade através de profissionais de reconhecido nível técnico-profissional específico à modalidade. Assim, esta instituição vem mostrando uma equipe de Pentatlo Militar bastante competitiva. Tal consistência se deve ao investimento na formação técnica da equipe.

OBJETIVO

Apresentar as especificidades e a trajetória do Pentatlo Militar e o seu desenvolvimento na Escola Naval.

MODALIDADES DO PENTATLO MILITAR

As modalidades do Pentatlo Militar se apresentam por intermédio das seguintes provas e suas respectivas especificidades:

TIRO – Esta prova é realizada em *stand* para tiro de fuzil a uma distância de duzentos metros. A arma utilizada é uma Carabina Standard que não pode ser superior a 8 mm. A prova consiste em efetuar os disparos na posição deitado, na qual o atleta realiza 20 tiros, dez de precisão e dez de rapidez com direito a cinco tiros de ensaio antes do início da prova. As

regras são equivalentes às normatizações das provas de Tiro Internacional.

PISTA DE PENTATLO MILITAR (PPM) – A pista compreende uma distância de 500 metros onde o atleta encontra 20 obstáculos diferentes. Tais obstáculos simbolizam os variados percalços peculiares de um campo de batalha. Nessa pista os atletas também se deparam com relevante grau de exigência física e emocional por ocasião dos saltos, rastejos, força, potência, agilidade, coragem, audácia e determinação. A integração constante dessas mencionadas habilidades necessita de bastante velocidade e resistência quando da transposição dos obstáculos.

NATAÇÃO UTILITÁRIA – Esta prova é necessariamente realizada numa piscina olímpica (50 m) onde os atletas nadam em estilo livre. A distância de 50 m de natação requer que o competidor supere quatro diferentes obstáculos, nas respectivas metragens: 9 m, 20 m, 31 m e 44 m. Todos estes supracitados obstáculos devem ser transpostos em conformidade com regras específicas.

LANÇAMENTO DE GRANADAS – O lançamento de granadas compreende a prova de precisão e alcance. A prova de precisão consiste no lançamento de 16 granadas, sendo que, para cada aro específico, são lançadas 4 granadas. Estes aros





possuem, respectivamente, os seguintes raios: 1 m e 2 m cada. A prova de alcance consiste no lançamento de 3 granadas, as quais devem ser lançadas a maior distância possível. A validação desta prova depende da granada cair numa área delimitada de 35º a partir do ponto central do muro de lançamento.

CORRIDA ATRAVÉS DO CAMPO – Esta modalidade consiste em que o atleta, no menor tempo possível, percorra 8 km em terreno variado. Esta prova, por ser a última, é o ponto culminante da competição. Quando da conclusão de todas as provas, ocorre uma competição de confraternização denominada “revezamento”. Este revezamento compreende uma passagem por equipe na pista de obstáculos, a qual é dividida em 4 etapas onde cada atleta deve transpor 5 obstáculos no menor tempo possível.

MÉTODO DA PESQUISA

A opção por utilizar a pesquisa documental se fundamenta na motivação desta técnica ser decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Para Burgess (1997), as fontes documentais devem ser analisadas de forma crítica para que se enquadrem no contexto histórico e social do momento em que



foram produzidas. Estes documentos são usados para definir categorias sociais e explicar processos sociais.

Ademais, a pesquisa documental se baseia muito na crítica histórica que, segundo Cohen e Manion (1990, p. 87), “usualmente se desenrola em duas fases: primeiro, valoriza-se a autenticidade da fonte; segundo, avalia-se a precisão ou valor dos dados”.

RESULTADO

O resultado da pesquisa nos proporciona conhecer, sucintamente, a trajetória do Pentatlo Militar desde sua proveniência ao seu ativo desenvolvimento na Escola Naval.

A reelaboração do treinamento num dimensionamento didático-pedagógico nesta instituição propiciou o recrudescimento profissional dos atletas em relação a sua endurance por ocasião de treinamentos específicos, em especial, no que concerne a evolução contínua da performance técnica.

Portanto, a constante reestruturação da metodologia de aprendizagem da modalidade vem demonstrando a importância do trabalho técnico. Enfim, o desenvolvimento de treinamentos fundamentados em técnicas científicas se mostra muito procedente quando da constante evolução da equipe nas competições.

CONCLUSÃO

Concluimos que a pesquisa mostra o caráter militar da modalidade. A variedade de provas que compreendem o Pentatlo Militar requer atletas com potencialidades físicas, técnicas e psicológicas.

O treinamento das variadas provas que compreendem o Pentatlo Militar se mostra consistente quando da melhoria formativa do atleta/combatente. Por conseguinte, o intenso e complexo treinamento desta atividade contribui para a formação de um combatente anfíbio sempre pronto para enfrentar as adversidades da carreira militar.

Ademais, temos por certo que o Pentatlo Militar na Escola Naval vem despontando como uma modalidade desportiva capaz de agregar valores à formação dos atletas/combatentes anfíbios.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. COMISSÃO DESPORTIVA MILITAR DO BRASIL. *Pentatlo Militar*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/esporte_militar/index.php?page=pentatlo>. Acesso em: 6 jan. 2008.
- BURGESS, R. G. *A Pesquisa de Terreno*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- COHEN, L. & MANION, L. (1990). *Research methods in education*. (3rd. ed.). London: Routledge.
- COLLARES, A. M. *Pentatlo Brasileiro*. Niterói: Imprensa Oficial, 2002.



MARINHA DO BRASIL E A PREVISÃO NUMÉRICA: TEMÁTICAS DECIFRANDO O TEMPO

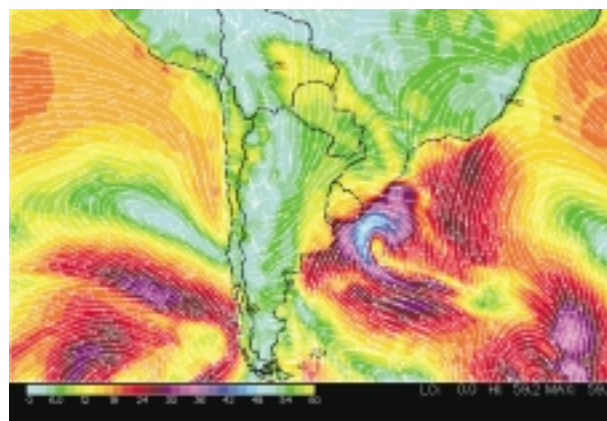
Este artigo se propõe a abordar e analisar a previsão numérica do tempo realizada pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), através do Serviço Meteorológico Marítimo (SMM), demonstrando que o domínio de sua técnica é de fundamental importância para a Marinha do Brasil na consecução de sua missão.

Aspirante Vitor Deccache Chiozzo

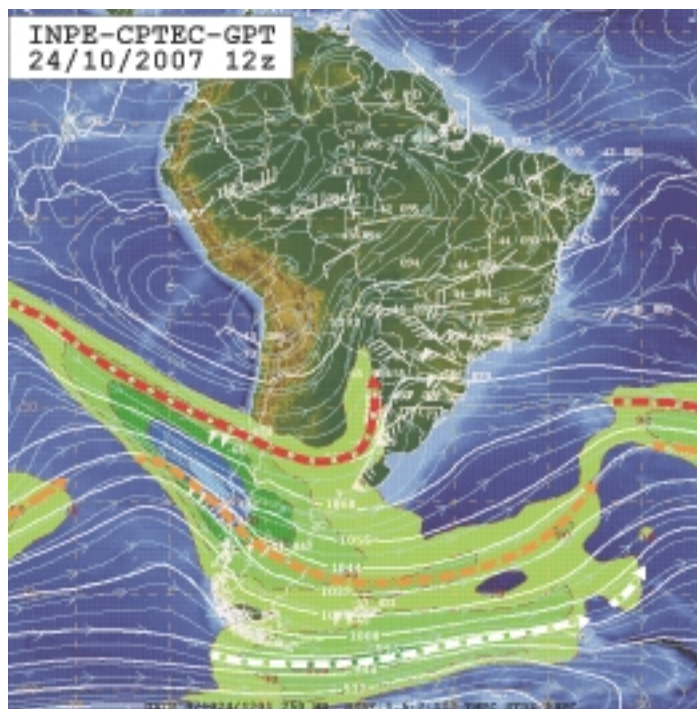
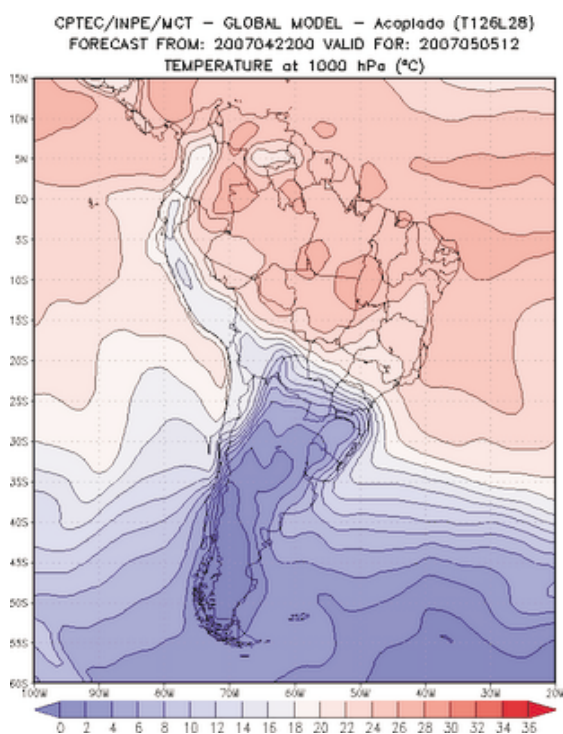
A MISSÃO DA DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO: SERIA O OCEANO ATLÂNTICO UM NOVO MERIDIANO DE Tordesilhas?

A Marinha do Brasil, cuja missão é: “Preparar e aplicar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria”, possui também algumas atividades subsidiárias, destacando-se: “Contribuir para projetos de pesquisa realizados em áreas jurisdicionais brasileiras e para os resultantes de compromissos internacionais” e “Contribuir para a segurança da navegação na área marítima de interesse do Brasil e nas vias navegáveis interiores”. A missão da Diretoria de Hidrografia e Navegação está intrinsecamente ligada a esse escopo.

O resultado dos trabalhos desenvolvidos nos últimos 20 anos na plataforma continental brasileira, sob a coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) permitiram a delimitação precisa da plataforma brasileira que se estende por uma área submersa de 3.500.000 km², equivalente, portanto, a quase metade do território emerso do País. Atendendo às recomendações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a CIRM promoveu, desde a década de 1970,



vários projetos e programas: Reconhecimento da Margem Continental Brasileira (REMAC), Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM), Programa de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) e Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE). Esses projetos conduziram a um notável avanço no conhecimento geológico e oceanográfico existente no Brasil. Com isto, atendidas as exigências da CNUDM, o Brasil passou a exercer direitos de soberania para exploração e aproveitamento de recursos naturais, tanto do leito marinho, quanto do subsolo desta vasta área. Ficou assim legalmente assegurado para o País, entre outras coisas, a exploração dos vastos recursos de petróleo e gás acumulados em bacias da plataforma continental. Com essa atividade subsidiária, conseguimos em



tempos de paz ampliar nosso território expressivamente, projetando nossa soberania na chamada “Amazônia Azul”, expressão brilhantemente cunhada pelo Excelentíssimo Senhor Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, ex-Comandante da Marinha. Essa ampliação territorial, comparável somente à expansão luso-brasileira através do meridiano de Tordesilhas durante os séculos XVI e XVIII, torna o nosso país detentor de uma riqueza incomensurável, cabendo à Marinha do Brasil a defesa desse patrimônio que desde os tempos coloniais é alvo da cobiça de outros povos.

PEQUENO HISTÓRICO DA PREVISÃO DO TEMPO

Até o início do século XIX, o modo de encarar o tempo era uma curiosa mistura de senso comum e superstição. O senso comum era baseado nas conexões evidentes entre ventos, nuvens e o tempo. Durante as grandes navegações, no final do século XV, os marinheiros ampliaram bastante esse senso comum para dar conta dos diferentes sistemas de vento e dos padrões de tempo que encontraram ao redor do mundo.

Através dos séculos, marinheiros, agricultores e outros tentaram fazer previsões baseadas no conhecimento e crenças de sua época e nas suas

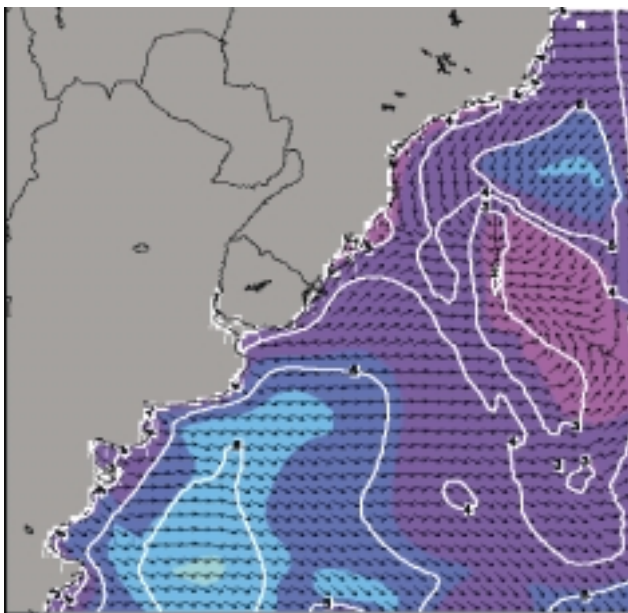
observações pessoais. No entanto, essas previsões eram freqüentemente malsucedidas. Como não havia comunicações adequadas, os observadores não sabiam o que estava acontecendo além do horizonte e, normalmente, eram surpreendidos por tempestades que chegavam sem muito aviso. Isso mudou com a invenção do telégrafo e o nascimento da previsão sinótica no século XIX. A previsão sinótica consiste na rápida obtenção e análise de observações do tempo feitas no mesmo horário e na maior quantidade de localidades possível, estabelecendo uma síntese (daí o termo sinótico) da situação da atmosfera em todo o mundo. Em 1849, foi estabelecida uma rede meteorológica ligada por telégrafo nos Estados Unidos. Os dados eram coletados e era preparado um mapa sinótico, diariamente, com os dados coletados no mesmo horário em todas as localidades observadas. Em 1857, uma rede meteorológica criada na França recebia dados de toda a Europa.

Em 1861, na Grã-Bretanha, Robert Fitzroy criou um serviço de aviso de tempestades para a Marinha Britânica. Inicialmente, foi um grande sucesso, e Fitzroy passou a disponibilizar suas previsões nos jornais. No entanto, à medida que ocorriam os inevitáveis erros decorrentes do método utilizado e da falta de precisão das observações, críticas sarcásticas e severas do público e dos cientistas

tornavam-se constantes. Tomado por grande depressão, Fitzroy cometeu suicídio em 1865. Essas críticas mordazes foram uma sina para os previsores que se seguiram.

Apesar das críticas, a previsão sinótica foi ganhando cada vez mais força a partir de 1860, com a formação de organizações meteorológicas nacionais em vários países. As duas grandes guerras mundiais forçaram os governantes a despender grandes esforços para monitorar e prever o tempo, pois as suas variações podiam ter grande influência na evolução do conflito. O progresso da Meteorologia foi muito favorecido pela tecnologia desenvolvida durante a guerra, como, por exemplo, as radiossondas, transmitindo, via rádio, os dados das camadas de ar acima do solo e os radares, utilizados para rastrear a chuva. Após a Segunda Grande Guerra, surgiram também os primeiros satélites artificiais. Com o uso de satélites, foi possível visualizar as nuvens e as tempestades a partir do espaço. Foi o início da moderna meteorologia.

Atualmente, a Meteorologia é uma ciência muito ligada à Física e à Matemática. Uma enorme evolução da previsão de tempo ocorreu com o surgimento da **previsão numérica**, baseada em modelos que representam o movimento e os processos físicos da atmosfera. Através de equações com os valores do estado inicial da atmosfera, podem-se obter projeções para o futuro. A idéia da previsão através de processos numéricos de resolução de equações que representem o comportamento da atmosfera foi publicada pela primeira vez por Lewis Richardson, um matemático

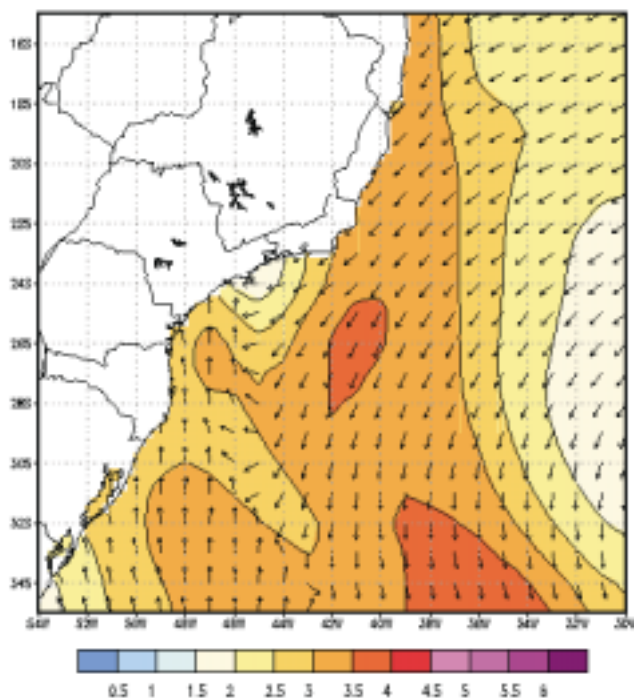


britânico, em 1922. Richardson levou muitos meses para fazer os cálculos necessários para produzir uma previsão para 24 horas no futuro. Mas as mudanças de pressão previstas por ele foram entre 10 e 100 vezes maiores do que as que realmente ocorreram, e já haviam ocorrido há muito tempo quando ele terminou a previsão. O trabalho de Richardson, além de pioneiro, revelou os obstáculos que precisavam ser superados: um enorme número de cálculos tinha que ser feito rapidamente, os dados que representavam o estado inicial da atmosfera eram inadequados, os modelos eram representações muito rudimentares da atmosfera, e os problemas com as técnicas matemáticas podiam resultar em pequenos erros que iam se propagando durante os cálculos. Quanto ao problema com a velocidade dos cálculos, Richardson estimou que para terminar as previsões antes dos fenômenos acontecerem seriam necessários 64.000 matemáticos equipados com calculadoras. Os computadores eletrônicos trouxeram a solução para o problema dos cálculos. Em 1950, foi feita, nos Estados Unidos, a primeira previsão numérica de tempo relativamente bem-sucedida. O computador utilizado era gigantesco e ocupava toda uma sala. A partir de 1955, as previsões por computadores passaram a ser executadas regularmente nos Estados Unidos.

Inicialmente, as previsões numéricas eram apenas um pouco melhores que as tradicionais, mas foram melhorando rapidamente graças ao aparecimento de computadores cada vez mais rápidos, que permitiam o uso de modelos mais complexos, representando cada vez melhor a realidade. Paralelamente a essa evolução, houve a melhoria no conhecimento do estado inicial atmosférico, com o aumento progressivo na quantidade e qualidade dos dados, iniciado principalmente a partir do surgimento, em 1950, da Organização Meteorológica Mundial (WMO - World Meteorological Organization), organismo especializado da Organização das Nações Unidas (ONU), que coordena o sistema mundial de observação meteorológica através do Sistema Global de Telecomunicação (GTS).

NOÇÕES GERAIS SOBRE MODELOS NUMÉRICOS

Afinal, como se faz a previsão numérica? A atmosfera é observada em locais distribuídos irregularmente por toda a Terra e, embora algumas das observações sejam sinóticas, muitas são realizadas em horas diferentes, ditadas pelos vôos dos



aviões e pelos satélites. Por contraste, os computadores de previsão do tempo têm que começar com valores sinóticos do vento, pressão, temperatura e umidade, em uma malha regular de localizações horizontais, denominada rede de pontos e num conjunto fixo de níveis na vertical. Exatamente o modo como os valores sinóticos da rede de pontos são calculados a partir das medições que foram reunidas, processo denominado análise, é a parte mais importante da previsão. Desde que a análise tenha terminado, torna-se possível aplicar equações matemáticas que representam todos os processos físicos que interessam e, assim, calcular a modificação que ocorrerá em cada valor de cada ponto da rede num intervalo de tempo curto chamado incremento de tempo. O cálculo, em cada ponto da rede, implicará adições, subtrações e multiplicações, utilizando-se valores dos pontos da rede à volta. Logo que tenham sido calculados novos valores das variáveis (vento, pressão, temperatura e umidade), para todos os pontos da rede e a todos os níveis, todo o processo pode ser repetido para se avançar outro incremento temporal. Deste modo, pode-se, eventualmente, elaborar uma previsão para algumas horas, um dia ou alguns dias. Embora sejam feitos muitos cálculos, estes, na verdade, são aproximações da verdade. O sistema de equações, aproximações e cálculos é chamado **modelo numérico da atmosfera**. Os modelos

numéricos da atmosfera para previsão global requerem um número muito grande de cálculos a serem realizados em tempo reduzido; para tanto, utilizamos os computadores com grande capacidade de processamento. Outra saída é reduzir o número de interações numéricas. Assim, o modelo pode ser diminuído, aumentando o espaço entre os pontos na rede. Os modelos de previsão numérica do tempo podem ser globais ou de área limitada. Quando as equações que governam a atmosfera são resolvidas sobre todo o globo, temos os modelos globais. Estes utilizam técnicas espectrais na solução das equações e fazem previsões até 10 dias à frente. Os modelos globais consideram todos os fenômenos atmosféricos que ocorrem no globo terrestre sem, entretanto, atenderem-se às peculiaridades de cada região. Os modelos de área limitada, os quais são classificados em mesoescala ou escala regional, possuem maior resolução que os globais, ou seja, representam melhor a superfície e os fenômenos mais localizados; porém, rodam a partir dos dados dos modelos globais, pois devem levar em conta as condições de vizinhança da região considerada. Devido ao progresso da computação e suas múltiplas aplicações e utilidades, a modelagem matemática tornou-se um dos instrumentos científicos mais poderosos que existem e a meteorologia e a climatologia são áreas que muito evoluíram com a introdução dessa técnica.

A modelagem numérica que se usa para fazer a previsão do tempo e clima, nada mais é do que a aplicação das Leis de Newton aos movimentos da atmosfera, sendo um processo difícil, que envolve o conhecimento de dados hemisféricos e de conceitos numéricos acerca de como utilizar estas equações para representar a atmosfera. Estas equações, aplicadas à atmosfera, normalmente são chamadas de modelos numéricos, que, por sua vez, tentam representar os fenômenos que acontecem na atmosfera (os movimentos do sol que aquecem a superfície e os oceanos), os processos físicos de formação de nuvens, chuvas, ventos fortes e também a diferenciação de condições dos mares, continentes, solos e vegetações. Tudo isso tem que estar representado dentro dos modelos, porque são dados vitais para se fazer a previsão do tempo. As variáveis medidas pelas estações de superfície na terra são, basicamente, temperatura, pressão, umidade e ventos. Para fazer medições em determinadas altitudes, são utilizados balões estratosféricos, que fazem o que se chama de sondagem. A previsão

numérica depende muito das condições do plano de tempo (o campo que dá entrada para o modelo), porque se não houver precisão, a previsão é ruim também. Só que a distribuição desses dados é totalmente irregular, e os modelos necessitam de uma distribuição regular para poder efetuar as contas. Há, então, uma etapa do trabalho (a interpolação do campo irregular para o regular) que demanda uma técnica muito sofisticada. Isto é o que se denomina resolução do modelo. Há que se dividir o globo terrestre na horizontal, em retângulos ou quadrados, e na vertical, em camadas. A superfície da atmosfera é dividida em quadrados. No caso, trabalha-se com quadrados de 200 x 200 km, 100 x 100 km e 40 x 40 km. No centro, é preciso ter um valor que se supõe válido para todo esse quadrado. Na vertical, só se consegue trabalhar com alguns valores, que precisam ser divididos como se fossem camadas. Daí é feita a transferência dos dados observados para uma grade do tipo tridimensional, num dado instante fixo; isto é o que se chama de condição inicial do modelo, uma transferência daquelas variáveis observáveis e totalmente irregulares para algo bem regular. Desta forma, o modelo consegue fazer a leitura.

O Modelo de Previsão do SMM

O modelo de previsão numérica de tempo desenvolvido pelo Serviço Meteorológico Alemão (DWD) e utilizado pelo SMM desde abril de 1997 é o HRM, modelo regional de alta resolução, o qual também é utilizado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). O acordo firmado com o DWD permite que o núcleo de previsão numérica do CHM tenha acesso a dados fundamentais para a inicialização do modelo. Esse modelo é utilizado para a previsão do tempo na NAVAREA V e na METAREA V (Sul-Sudeste), de responsabilidade do Brasil, e na Antártica (Estação Antártica Comandante Ferraz), e está capacitado a prognosticar pressão superficial, temperatura, vapor d'água, água precipitável, componentes do vento horizontal e parâmetros do terreno, podendo ainda diagnosticar velocidade vertical, geopotencial e cobertura de nuvens, além da elaboração de meteorogramas. Hidrostático, utiliza a grade Arakawa C de diferenciação centrada de segunda ordem e o passo do tempo semi-implícito. Os elementos meteorológicos obtidos são divulgados em boletins e cartas meteorológicas, além dos Avisos aos Navegantes, duas vezes ao dia. O acerto é 60% para a previsão de até sete dias, utilizando o modelo global. Já para a previsão de um ou dois dias, este acerto está

acima de 90%. Por comparação, antes de se ter os modelos numéricos, o acerto de 60% era para o prazo de um dia e meio. Entretanto, a atmosfera é previsível até certo limite, a partir daí você não consegue mais fazer previsão desse nível. O limite teórico para este tipo de previsão seria de 15 dias.

CONFIGURAÇÃO DO MODELO HRM NA METAREA V.

Limites: 50° S, 20° N, 018° W, 072° W.

Grade horizontal: 0,3° x 0,3° (cerca de 30 km x 30 km).

Níveis verticais: 40 (com melhor resolução na camada limite)

Validade: 78 horas com rodadas às 00Z e 12Z

Área: Sul / Sudeste.

Limites: 18° S, 27° S, 032° W, 050° W.

Grade horizontal: 0,125° x 0,125° (cerca de 13 km x 13 km).

Níveis verticais: 40 (com melhor resolução na camada limite)

Validade: 78 horas com rodadas às 00Z e 12Z

CONCLUSÃO

A coleta dos dados oceanográficos, meteorológicos, geográficos e geofísicos executada pelos meios da DHN é uma tarefa extremamente complexa, visto a mutabilidade desses fatores e a interação contínua entre o oceano, a massa continental e a atmosfera. Todavia, esses dados podem ser acompanhados e relacionados, de forma a melhor conhecermos o espaço marinho e sua atmosfera, colaborando com informações climáticas que possam otimizar o emprego de nossas forças navais e de fuzileiros navais, e nas operações de socorro e salvamento da área SAR dos Distritos Navais, propiciando a salvaguarda e segurança da vida humana no mar. É nesse contexto que se insere a previsão numérica do tempo. Dessa forma, a Diretoria de Hidrografia e Navegação continuará com seu trabalho anônimo, profissional, determinado e incansável, pois "restará sempre muito o que fazer".

BIBLIOGRAFIA

Anais hidrográficos 2006;

Instituto nacional de pesquisas espaciais: a questão meteorológica;

Aspectos gerais da previsão numérica de tempo e clima.

<http://www.comciencia.br/reportagens/modelagem/mod06.htm>.

<http://www.mar.mil.br/dhn/dhn/index.html>.

<http://www.wikipedia.org/meteorologia>.

O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS E AS FARC



CMG (RM1) Alberto Bento Alves
CC Paschoal Mauro Braga Mello Filho

O Direito Internacional dos Conflitos Armados é um conjunto de regras internacionais que visa proteger as pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades e minimizar os efeitos dos conflitos armados, limitando o emprego de meios e métodos de guerra. Também é conhecido por Direito Internacional Humanitário e está normatizado internacionalmente pelas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais, bem como pela Convenção de Haya.

Acompanhando o desenvolvimento humano, o Direito Humanitário continua evoluindo. Em 1980, foi adotada a Convenção da ONU sobre a limitação do uso de certas armas convencionais e, em 1996, esta Convenção teve ampliado seu campo de aplicação aos conflitos armados internos, estabelecendo limitações ao uso indiscriminado das minas terrestres antipessoais.

APLICAÇÃO DO DIREITO

Se o conflito armado não apresentar caráter internacional e ocorrer no território de um dos signatários das Convenções ou dos Protocolos Adicionais de Genebra, cada uma das partes em litígio deverá aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

a) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo; e

b) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados.

Contudo, se tais disposições não forem observadas pelos beligerantes, deverá ser aplicado o disposto no Artigo 3º, comum às quatro convenções de Genebra, que reza, pelo mínimo, tratamento humanitário que deverá ser dispensado às vítimas do conflito.

O Direito Internacional Humanitário não se aplica às situações de tensões internas e distúrbios internos, tais como os motins, os atos esporádicos e isolados de violência e outros atos análogos, que não são considerados conflitos armados internos.

AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC)

Desde 1964, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) são uma organização de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxista-leninista, que opera mediante uso de métodos terroristas e de táticas de guerrilha. Lutam pela implantação do socialismo na Colômbia, apoiando-se no narcotráfico para financiar suas operações.

A grande questão global que surge é saber o que representam as FARC na Colômbia. Será um conflito armado interno ou um distúrbio interno?

Pelo governo da Colômbia, as FARC são consideradas uma Organização narcoterrorista. Essa visão é apoiada pelos governos dos Estados Unidos, Canadá e pela União Européia. Já os governos de alguns países latino-americanos de cunho socialista

não lhes aplicam esta classificação, porém preocupam-se com o narcotráfico.

Em janeiro de 2008, o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, rejeitou publicamente essa classificação e apelou à Colômbia, bem como a outros governos, um reconhecimento diplomático das guerrilhas para serem consideradas “força beligerante”, argumentando que elas estariam, assim, obrigadas a renunciar ao seqüestro e atos de terror a fim de respeitar a Convenção de Genebra.

As FARC foram criadas como aparato militar do Partido Comunista Colombiano. Originaram-se como um puro movimento de guerrilha; porém, já na década de 80, a organização envolveu-se no tráfico ilícito de entorpecentes, o que provocou a separação formal do Partido Comunista.

As FARC continuam a se definir como um movimento de guerrilha e, segundo estimativas do governo colombiano, possuem entre 6.000 a 8.000 membros, onde cerca de 30% deles são recrutados com idade inferior a 18 anos.

Estão presentes em aproximadamente 20% do território colombiano, principalmente nas selvas do sudeste e nas planícies localizadas na base da Cordilheira dos Andes. Segundo informações do Departamento de Estado dos Estados Unidos, as FARC controlam a maior parte do refino e distribuição de cocaína dentro da Colômbia, sendo



responsável por grande parte do suprimento mundial de cocaína e pelo tráfico dessa droga para os Estados Unidos.

As FARC freqüentemente atacam civis não envolvidos no conflito, instalam minas antipessoais, recrutam crianças-soldados, mantêm reféns para trocá-los por rações ou, por razões políticas, alguns permanecem mais de 10 anos em cativeiro, e são responsáveis pelo deslocamento de milhares de civis atingidos pelo conflito.

Com fulcro nas Convenções de Genebra e seus Protocolos, não há como se enquadrar o caso Colômbia *versus* FARC como um conflito armado interno, pois, para que tal seja considerado e, conseqüentemente, aplicadas as regras do Direito Internacional dos Conflitos Armados, as FARC não poderiam incorrer em atos de terrorismo, praticar pilhagens, realizar atentados à dignidade da pessoa, efetuar tomadas de reféns, bem como seqüestrar pessoas.

O RESGATE DE INGRID BETANCOURT

A dirigente política franco-colombiana Ingrid Betancourt foi resgatada no dia 2 de julho junto a outros 14 reféns pelo exército colombiano em uma operação em que militares se infiltraram no local de cativeiro das FARC, com o uso de um helicóptero, pintado de branco e vermelho, simulando o transporte dos reféns para o sul do país, onde estaria o atual líder da organização, Alfonso Cano.

As FARC acusam o governo Uribe de ter cometido o crime de Perfídia, que consiste num ato que apela à boa fé do adversário, com a intenção de enganá-lo, e que pretende fazê-lo crer que tem direito de receber a proteção prevista pelo DICA.



A perfídia pressupõe a presença de atos hostis – matar, ferir ou capturar – cometidos ao abrigo de uma proteção reconhecida pelo Direito Humanitário. Existem, assim, dois elementos constitutivos da

perfídia: a intenção dolosa de matar, ferir ou capturar um adversário e uma aposta na boa fé deste último.

Entretanto, conforme analisa Tarciso Del Maso Jardim, consultor do Senado Federal para assuntos de direito humanitário internacional e direitos humanos, a operação mostra que houve uma atuação no “limite da legalidade”.

“O governo colombiano atuou no limite da legalidade para descaracterizar o resgate da Ingrid Betancourt e dos demais reféns do crime de perfídia. Originalmente previsto para conflitos armados internacionais, o crime de perfídia se diferencia das permitidas artimanhas de guerra, pois são atos dissimulados destinados a enganar o adversário com a finalidade de matá-lo, feri-lo ou capturá-lo. Por exemplo, disfarçar-se de pessoa protegida pelo direito internacional humanitário para tal fim seria perfídia, como seria o caso se militares colombianos se disfarçassem de membros de organização da sociedade civil e ocultassem helicóptero militar sob cores civis, similar ao feito, porém para atacar os guerrilheiros. Esse tipo penal é incorporado pelo direito colombiano (artigo 143 do Código Penal colombiano) e estendido a todos os conflitos armados, inclusive os internos, e seria o ato de combate com objetivo de causar dano ou de atacar o adversário mediante uso de sinais protetores como a cruz vermelha ou simulando serem pessoas protegidas pelo direito internacional. Entretanto, o objetivo do exército colombiano não foi matar ou causar dano ao inimigo, mas salvar reféns, o que constitui a interrupção de outro crime internacional. Os soldados rendidos pelo exército na operação não eram o alvo desta, não houve esse dolo e o direito penal não admite esse tipo de analogia. Mas importa corrigir o veiculado pelas fontes oficiais, de que os demais guerrilheiros, que estavam no local do resgate e não adentraram o helicóptero de salvamento, não foram mortos somente porque isso prejudicaria a liberação de outros reféns, pois, na verdade, se o exército colombiano os atacasse estaria cometendo o crime de perfídia. A seguir o divulgado, parece que estavam muito bem orientados para atuar no limite da legalidade.”

Portanto, nessa ação do governo colombiano, teve-se a utilização de um estratagema, bem arquitetado pelos militares com o objetivo de resgatar alguns dos reféns das FARC, obtendo êxito.

Hoje, diante do fato ora comentado associado à recente morte do líder anterior das FARC, Manuel Marulanda, ocorrida em operação militar realizada pelo Exército Colombiano, tem-se um ponto de inflexão no caso Colômbia *versus* FARC.

Vislumbra-se um momento ímpar para que as partes sentem-se a uma mesa de negociações, onde poderá haver uma saída honrosa para todos os envolvidos, havendo um acordo de paz que seja necessário para iniciar um caminho longo para a implantação da democracia, da justiça social e da reconciliação nacional.

Nesse contexto, a Sociedade Civil, a Igreja, os meios de comunicação, o Governo e a Guerrilha terão um campo para transformar em realidade um futuro de dignidade para o povo colombiano.

REFERÊNCIAS:

Wikipedia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/>)


Jornal O Estado de São Paulo (<http://www.estadao.com.br/>);

UOL (<http://www.uol.com.br/>);

Google (<http://www.google.com.br/>);

<http://aloisiomilani.wordpress.com/>; e

DHNet (<http://www.dhnet.org.br/>).



CASNAV

Centro de Análises de Sistemas Navais

O Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), criado em 1975, é uma organização militar da Marinha do Brasil (MB) subordinada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM). Tem como propósito contribuir para o aprimoramento do processo decisório e do emprego de meios e sistemas da MB. Para tanto, faz extenso uso da Pesquisa Operacional, da Análise de Sistemas, da Engenharia de Sistemas, da Informática, da Estatística e das tecnologias que asseveram segurança à informação, tais como a criptologia.

Centro de Excelência e Gestão Empreendedora

A obtenção da certificação ISO 9001:2000, pela *Lloyd's Register Quality Assurance*, no escopo: Planejamento de Avaliação Operacional e Análise de seus Resultados, Desenvolvimento de Sistemas Criptográficos e Avaliação de Segurança da Informação para Sistemas Computacionais e Planejamento de Desenvolvimento de Software; a premiação, junto com a Diretoria de Administração da Marinha (DAdM), no 8º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, pelo projeto Sistema de Gerência de Documentos Eletrônicos da Marinha (SIGDEM), e o reconhecimento no Prêmio Nacional de Gestão Pública nos Ciclos 2004, 2005 e 2007, têm demonstrado o reconhecimento da qualidade dos serviços e produtos. A manutenção de um índice de satisfação dos clientes superior a 90% nos últimos anos, corrobora nosso esforço de qualidade.

Praça Barão de Ladário s/n - Ilha das Cobras, Ed. 8 do AMRJ - 3º andar, Centro - RJ - 20091-000
Tel: (21) 2178-6386 - FAX: (21) 2178-6332 - E-mail: rp@casnav.mar.mil.br / Internet: www.casnav.mar.mil.br

OS PSEUDOPREFIXOS OU PREFIXÓIDES

“As palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar.” (Michel Foucault)

Professora Ana Paula Araujo Silva

Você já ouviu falar em pseudoprefixos ou prefixóides?

Os termos *pseudoprefixo* (“falso prefixo”) e *prefixóide* (“semelhante ao prefixo”, “que tem forma de prefixo”) não estão registrados no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (2004), doravante VOLP, e nem nos dicionários, mas são usados por alguns autores para designar elementos que outros consideram prefixos ou radicais. O termo *semiprefixo* também é empregado como sinônimo desses vocábulos.

Na *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha & Cintra (1985) citam a influência de Iordan & Manoliu (1972), Li Ching (1973) e Carvalho (1974) para reconhecerem a existência dos pseudoprefixos, caracterizá-los e listá-los. A análise das obras que servem de referência para os autores nos revela, entretanto, divergências tanto na conceituação desses elementos quanto na sua exemplificação, levando-nos a questionar a contribuição de tal noção para o estudo da formação de palavras.

Maurer Jr. (1951) já fala em “pseudo-prefixos”. Não deixa claro, no entanto, quais elementos devem ser assim classificados. Após enumerar alguns prefixos de origem latina que “apresentam mais claras as marcas de sua origem vulgar antiga”¹ (*op. cit.*, p. 121), o autor observa que “a maioria dos prefixos que se empregam modernamente são devidos à imitação do latim literário” e passa a examiná-los, “**incluindo** [grifo nosso] alguns de formação recente, cujo caráter de prefixo nem sempre está definitivamente estabelecido”, que podem ser chamados de “pseudo-prefixos” (*op. cit.*, p. 123). Elenca, então, os seguintes elementos: *ante-*, *anti-*, *archi-*, *bis-* (*bi-*), *circum-*, *com-* (*con-* e *co-*), *contra-*, *ex-* (indicando pessoa que exerceu um cargo, mas já não o exerce), *extra-*, *in-* (idéia de negação), *inter-*, *per-*, *post-*, *prae-* (= *pre-*, *pré-*), *pro-*, *sub-*, *super-*, *ultra-* e *vice-*. Refere-se à maioria deles simplesmente como prefixos, mencionando o termo “pseudo-prefixo” apenas nos três casos comentados abaixo:

a) *archi-*: Maurer Jr (*op. cit.*, p. 124) afirma que o elemento grego “acabou por naturalizar-se um verdadeiro prefixo”, mas observa, em nota de rodapé, que “alguns” lhe chamam “pseudo-prefixo”. Não cita, porém, quais autores consideram *archi-* um pseudoprefixo e nem por quê;

b) *bis-*: o autor comenta que, apesar de ser empregado, às vezes, como verdadeiro prefixo, pode ser considerado simplesmente como “pseudo-prefixo”. Também não menciona em que vocábulos *bis-* é usado como verdadeiro prefixo e a razão de preferir não tratá-lo assim;

c) *vice-*: é definido pelo autor como “um prefixo, ou se quiserem, pseudo-prefixo, que significa ‘em lugar de’, e.g., *vice-presidente*” (Maurer Jr, *op. cit.*, p. 133).

Os comentários acima mostram que há contradições no tratamento que Maurer Jr. dá aos elementos prefixais. Se, por um lado, o autor reconhece a existência dos pseudoprefixos; por outro, não os enumera claramente e nem consegue determinar as características que os distinguem dos prefixos.

Para Iordan & Manoliu (1972), prefixos e pseudoprefixos apresentam semelhanças – ambos se antepõem a uma palavra simples, dando origem a uma nova palavra cujo sentido se refere ao de seus constituintes –, mas principalmente diferenças. Pseudoprefixos provêm de preposições, adjetivos, substantivos etc., e não somente de advérbios e preposições como os prefixos. Enquanto estes imprimem às palavras que formam um sentido preciso, aqueles dão margem a vacilações (*auto-*, por exemplo, tem significados distintos em *autocrítica* e *autopista* ou *auto-estrada*). Os elementos também se distinguem pela origem e cronologia – segundo os autores, todos os pseudoprefixos são gregos ou latinos e relativamente recentes. De caráter culto e neológico, são encontrados quase exclusivamente em termos técnicos e científicos usados para designar descobrimentos, invenções etc. Além disso, segundo os autores, os pseudoprefixos não têm, em geral, grande rendimento². Quanto à última afirmativa,

outros estudos comprovam o contrário. Ademais, o fato de não se referir a algo totalmente novo não faz com que uma palavra deixe de ser considerada um novo termo.

Baseados nas diferenças acima citadas, os lingüistas romenos separam as formações com prefixos das com pseudoprefixos, afirmando serem as últimas mais semelhantes às palavras compostas, principalmente nos casos em que os elementos constitutivos existem como palavras independentes como em *radionovela*. Não podemos deixar de observar, no entanto, que esta não é uma regra que possa ser generalizada em relação aos pseudoprefixos e que elementos analisados como verdadeiros prefixos pelos autores (*bem-*, *contra-*, *entre-*, *extra-*, *mal-*, dentre outros) também funcionam como vocábulos isoladamente³. Observando outros exemplos dados, podemos inferir mais uma característica de alguns pseudoprefixos: a mobilidade distribucional, ou seja, eles não se restringem à posição inicial das palavras como os prefixos, podendo também aparecer como último elemento das formações, a exemplo de *filo-* que é o primeiro elemento de *filantropo*, mas ocupa a posição final em *francófilo*⁴.

O objetivo de Li Ching (1973) não é estabelecer as diferenças conceituais entre prefixos e pseudoprefixos. Ao longo de seu trabalho, entretanto, algumas características desses elementos são citadas. Assim como Jordan & Manoliu (1972), o lingüista chinês faz alusão à origem e à cronologia dos pseudoprefixos, bem como ao fato de serem utilizados nas novas formações do campo técnico-científico, como mostra o trecho a seguir:

A maior parte destes pseudo-prefixos derivam da língua grega por volta do final do século XIX ou do princípio do século XX e devem a sua

PREFIXOS			PSEUDOPREFIXOS	
	LI CHING	IORDAN e MANOLIU	LI CHING	IORDAN e MANOLIU
01.	a-	-	-	-
02.	-	-	aéro-	aero-
03.	-	-	agro-	-
04.	-	ante-	-	-
05.	anti-	[anti-]	-	-
06.	arqui-	-	-	arqui-
07.	-	-	astro-	-
08.	auto	-	-	auto-
09.	-	bem- ~ ben- ~ bene	-	-
10.	bi-	-	-	-
11.	-	-	bio-	-
12.	-	-	cine-	-
13.	circum-	-	-	-
14.	co-	-	-	-
15.	contra-	contra-	-	-
16.	-	-	-	demo-
17.	des-	des-	-	-
18.	-	-	electro-	electro-
19.	-	em- ~ en-	-	-
20.	-	entre-	-	-
21.	ex-	-	-	-
22.	extra-	extra-	-	-
23.	-	-	-	filo-
24.	-	-	fono-	-
25.	-	-	foto-	foto-
26.	-	-	geo-	-
27.	-	-	heli-	-
28.	-	-	hetero-	-
29.	-	-	hidro-	hidro-
30.	hiper-	-	-	-
31.	hipo-	-	-	-
32.	-	-	horto-	-
33.	in-	im- ~ in- ~ i-	-	-
34.	infra	-	-	-
35.	inter-	inter-	-	-
36.	-	-	macro-	-
37.	-	mal- ~ male-	-	-
38.	-	-	máxi-	-
39.	meio-	-	-	-

PREFIXOS		PSEUDOPREFIXOS	
LI CHING	IORDAN e MANOLIU	LI CHING	IORDAN e MANOLIU
40.	-	[menos-]	-
41.	-	-	micro-
42.	-	-	mini-
43.	-	-	mono-
44.	-	-	moto-
45.	multi-	-	multi-
46.	não-	-	-
47.	neo-	-	-
48.	-	-	omni-
49.	pan-	-	-
50.	para-	-	-
51.	pluri-	-	-
52.	poli-	-	poli-
53.	pós-	-	-
54.	pré-	-	-
55.	pró-	-	-
56.	-	-	proto-
57.	pseudo-	-	pseudo-
58.	quadri-	-	-
59.	quase-	-	-
60.	-	-	radar-
61.	-	-	rádio-
62.	re-	re-	-
63.	recém-	-	-
64.	-	-	retro-
65.	semi-	-	semi-
66.	sobre-	[sobre-]	-
67.	sub-	[sub-]	-
68.	-	subtus-	-
69.	super-	super-	-
70.	supra-	supra-	-
71.	sur-	[sur-]	-
72.	-	-	tele-
73.	-	-	termo-
74.	trans-	-	-
75.	tri-	-	tri-
76.	-	-	turbo-
77.	ultra-	-	-
78.	uni-	-	-
79.	vice-	-	-
80.	-	-	zoo-

popularidade e vitalidade aos progressos das ciências e técnicas destes últimos anos. (Li Ching, *op. cit.*, p. 79)

Assinala ainda que muitos têm a terminação *-o* (*aéro-, foto-, geo-, micro-, mono-, rádio-* etc.) e que alguns podem ter também função atributiva (**condutor-auto, *silo-auto, *antena-rádio, *sinais-rádio*⁵). O autor chama a atenção para a produtividade de certos pseudoprefixos, como *mini-*, ao contrário do que afirmam os lingüistas romenos.

A fim de comprovar que o quadro teórico inconsistente leva a discordâncias classificatórias, tornando duvidosa e desnecessária uma distinção entre prefixos e pseudoprefixos, Bessa (1986) elaborou a seguinte tabela com os elementos classificados por Iordan & Manoliu (1972) e Li Ching (1973):

Há de se assinalar, na tabela, a omissão do elemento *auto-* (= *automóvel*) dentre os pseudoprefixos listados por Li Ching (1973: 83). Nos exemplos em que *auto-* significa "próprio", "por si mesmo", o lingüista o classifica como prefixo (*op. cit.*, p. 69-73). Já Iordan & Manoliu (1972: 46-8) consideram *auto-* sempre um pseudoprefixo. Assim, a lista do lingüista chinês reúne 28 (vinte e oito) pseudoprefixos; a dos lingüistas romenos, 21 (vinte e um). Apenas 12 (doze) elementos são considerados pseudoprefixos nos dois estudos, a saber: *aero-, auto-, electro-, foto-, hidro-, micro-, mono-, moto-, proto-, rádio-, tele-* e *termo-*.

Ao observarmos a lista de pseudoprefixos de Cunha & Cintra (1985: 112-3), vemos que ela reúne praticamente todos os elementos assim classificados por Iordan & Manoliu (1972) e Li Ching (1973), com exceção de *filo-, heli-, horto-, omni-, radar-, tri-, turbo-* e *zoo-*. Os autores da gramática portuguesa acrescentam ainda *inter-* e *pluri-* ao rol dos pseudoprefixos, conforme ilustrado no quadro comparativo a seguir:

Carvalho (1974) também considera *inter-* e *pluri-* prefixóides, ao lado de *sobre-, contra-, recém-, inter-, super-*, dentre outros. O

PSEUDOPREFIXOS

	Li Ching	Iordan & Manoliu	Cunha & Cintra
01.	aéro-	aero-	aero-
02.	agro-	-	agro-
03.	-	arqui-	arqui-
04.	astro-	-	astro-
05.	auto-	auto-	auto-
06.	bio-	-	bio-
07.	cine-	-	cine-
08.	-	demo-	demo-
09.	electro-	electro-	electro-
10.	-	filo-	-
11.	fono-	-	fono-
12.	foto-	foto-	foto-
13.	geo-	-	geo-
14.	heli-	-	-
15.	hetero-	-	hetero-
16.	hidro-	hidro-	hidro-
17.	horto-	-	-
18.	-	-	inter-
19.	macro-	-	macro-
20.	máxi-	-	maxi-
21.	micro-	micro-	micro-
22.	mini-	-	mini-
23.	mono-	mono-	mono-
24.	moto-	moto-	moto-
25.	-	multi-	multi-
26.	omni-	-	-
27.	-	-	pluri-
28.	-	poli-	poli-
29.	proto-	proto-	proto-
30.	-	pseudo-	pseudo-
31.	radar-	-	-
32.	rádio-	rádio-	radio-
33.	retro-	-	retro-
34.	-	semi-	semi-
35.	tele-	tele-	tele-
36.	termo-	termo-	termo-
37.	-	tri-	-
38.	turbo-	-	-
39.	-	ZOO-	-

autor distingue esses elementos dos demais morfemas prefixais por um fato de ordem fonológica e por outro de ordem semântica. Eles apresentam um certo grau de independência acentual, formando palavras que “têm como que dois acentos e, por conseguinte, um esquema acentual análogo, embora não talvez idêntico, ao de sintagmas fônicos” (*op. cit.*, p. 548) e possuem “uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes, de tal modo que o significado do todo a que pertencem se aproxima de um conceito complexo, e portanto de um sintagma” (*op. cit.*, p. 554). Pelos mesmos motivos, o autor sugere a separação de *-mente* e *-zinho* dos sufixos propriamente ditos, designando-os *sufixóides*.

Sobre os critérios apresentados pelo autor, não podemos negar a relevância do primeiro. A autonomia de elementos como *super-*, *mini-*, *extra-* etc. faz com que os usuários da língua os percebam, muitas vezes, como palavras independentes, escrevendo-os separados da base por espaço em branco ou com o uso indiscriminado do hífen. O segundo critério, no entanto, é impreciso e válido também para os demais prefixos.

Duarte (1999a) acrescenta que alguns elementos de pauta acentual secundária se relacionam com um tipo de braquissesmia (emprego de parte de um vocábulo pelo vocábulo inteiro), a derivação truncada estrutural⁶, conforme ilustram os empregos de *múlti* por *multinacional*, *vice* por *vice-presidente*, *ex* por *ex-marido*, *micro* por *microcomputador*, *pré* por *pré-vestibular*, *pós* por *pós-graduação*, *homo* por *homossexual*, *hetero* por *heterossexual* e *hiper* por *hiperinflação*. Este tipo de braquissesmia é um processo de substantivação, e os elementos empregados braquissesmicamente podem, assim como os substantivos, sofrer flexão (*as múltis*, *os vices*) e dar origem a derivados⁷ (*supermicros*, *supermínis*⁸, *micreiro*). Há também a possibilidade de recomposição (lexema: *televisão*/ forma reduzida: *tele*/ recomposição: *telecurso*).

O autor relaciona ainda o pseudoprefixo a um outro tipo de braquissesmia, de natureza contextual, como ocorre em *O lingüista estuda a pré- e a pós-posição do sujeito*. Neste caso, a base é subtraída em virtude de ser empregada no vocábulo seguinte, assemelhando-se à braquissesmia contextual das formações em –

mente (*suave e delicadamente* < *suavemente e delicadamente*). No caso dos pseudoprefixos, pode ocorrer a ausência da base na segunda formação (*a macroestrutura e a micro*). Alguns desses elementos se ligam também a adjetivos como *micro* em *micro e pequena empresa* e *ex* em *o atual marido e o ex* (Duarte, 1999b).

A análise de outros estudos nos afasta ainda mais de um consenso sobre quais elementos devem ser considerados pseudoprefixos ou prefixóides. Vejamos o que dizem mais dois autores sobre o tema.

Sandmann (1989) alega que os afixóides ou semi-afixos não podem ser simplesmente incluídos na derivação ou na composição, uma vez que se prestam à formação em série e têm um correspondente que ocorre livremente na frase. Reconhece, entretanto, serem necessários outros aspectos fonológicos, sintáticos ou semânticos para distinguir a semiderivação da composição, porquanto palavras autônomas também podem aparecer com o mesmo significado em muitas palavras compostas, como *chave* em *figura-chave, elemento-chave, peça-chave, questão-chave, palavra-chave* etc.

O autor considera as palavras do grego ou latim que não têm curso livre na língua radicais eruditos presos. Caso esses elementos participem de formações em série, como *tele-* e *filo-*, eles passam à categoria dos afixos. Assim, sua lista de prefixóides se resume aos oito elementos a seguir: *além, bem, contra, mal, não, pró, sem e sobre*. Nenhum dos pseudoprefixos de Iordan & Manoliu (1972), Li Ching (1973) e Cunha & Cintra (1985) recebem esta classificação em Sandmann (1989). O único sufixóide citado é *mania* (*jazzmania, videomania*).

A noção de prefixóide apresentada por Rocha (1998: 164) diverge ainda mais das mencionadas até agora. Segundo o autor, esses elementos aparecem em uma só palavra, acrescentando às bases um sentido único. As palavras *obter, supor, descrever, contracenar, resguardar e manter* são citadas como exemplos de formações com prefixóides. Os vocábulos *contracheque, contrabaixo e contradança* ilustram a ocorrência de prefixóides homófonos, ou seja, que apresentam a mesma identidade fonológica, mas significações distintas. Na verdade, o sentido “único”, “exclusivo” e “especial” dos elementos a que se refere o autor é, muitas vezes, difícil de precisar, visto que alguns fazem parte de palavras que podem ser consideradas simples por apresentarem um significado indecomponível à luz da análise sincrônica.

O cotejo dos estudos sobre pseudoprefixos deixa clara a disparidade dos parâmetros utilizados para sua conceituação. Que condições um elemento deve preencher para ser assim classificado? Ter um bom ou um baixo rendimento? Ter mobilidade distribucional ou ocupar somente a posição inicial? Corresponder a uma forma livre? Uma vez que não há critérios bem definidos para o estabelecimento da noção de pseudoprefixos, a postulação desta entidade não contribui para a classificação e análise dos elementos mórficos, trazendo, pelo contrário, ainda mais problemas taxonômicos.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário ortográfico da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Imprinta, 2004. Online: disponível na Internet via <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>.

ALVES, Ieda Maria. Neologismo. São Paulo: Ática, 1990.

BESSA, José Rogério Fontenele. A composição nominal e a adjetival: problemas e métodos. Faculdade de Letras da UFRJ., Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1986.

CARVALHO, José G. Herculano de. Teoria da Linguagem. t.II. Coimbra: Coimbra Editora, 1974.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. “Conceito de prefixóide em morfologia”. Palavra. Organização de Margarida Basílio. Rio de Janeiro: Grypho, vol. 5, 1999a.

_____. “Contribuição para o estudo do pseudoprefixo em português”. DELTA. São Paulo, v. 15, n. 2, 1999b, p.343-53. Online: disponível na Internet via http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000200006&lng=en&nrm=iso

IORDAN, Iorgu & MANOLIU, Maria. Manual de lingüística românica. Revisão, reelaboração e notas por Manuel Alvar. Madrid: Gredos, 1980.

LI CHING. Sobre a formação de palavras com prefixos em português actual. In: Boletim de Filologia (separata). t. XXII, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1973.

MAURER JR., Theodoro Henrique. A Unidade da România Ocidental. São Paulo, Acadêmica, 1951.

ROCHA, Luiz C. de Assis. Estruturas morfológicas do português. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SANDMANN, Antônio José. Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo. Curitiba: Scientia et Labor/ Ícone Editora, 1989.

NOTAS:

¹ Ad-, dis-, ex- (em formações que remetem ao latim como exportar, excluir, excomungar etc.), re- e

in- (em latinismos como invadir, imigrar, impor etc.).

² "Otra característica de los seudoprefijos es que, geralmente, no se destacan por su gran rendimiento. Las invenciones, igual que las ideas, son, habitualmente, únicas: de ella sólo se imponen las que correspondem a una necesidad hondamente sentida, las otras desaparecen, y con ellas también su nombre. Cuando la situación se presenta de otra manera, se trata de meras apariencias engañosas. Tal es, por ejemplo, el caso del seudoprefijo rumano aero- (= subst. aer "aire"), que se encontra em numerosos compuestos (...). No hay que creer (...) que cada una destas palabras designa una invención o un descubrimiento nuevo. Tenemos, en realidad, una sola invención, la del 'aeroplano', que, una vez realizada se ha difundido en multitud de aplicaciones en la vida práctica. Con este fin práctico se procedió a la organización de los transportes aéreos, con sus estaciones para salida y regreso de naves (aeropuerto, aeródromo), con sus ingenios para transportar mercancías (aeronave), con una rama técnica destinada a la nueva actividad (aeronáutica), etc." (Iordan & Manoliu, 1972: 45).³ Iordan & Manoliu (op. cit.)

poderiam ter acrescentado que alguns pseudoprefijos existem isoladamente como substantivos, o que os diferenciaria de prefixos como contra-, entre-, bem-, mal- etc., que correspondem a preposições e advérbios.

⁴ Preferimos considerar a possibilidade de ocupar mais de uma posição no vocábulo (mobilidade distribucional) uma característica de raízes ou radicais. Assim, consideramos o elemento filo- um radical preso.

⁵ Os termos não estão registrados no VOLP (2004).

⁶ Na derivação truncada estrutural, dá-se o corte de um elemento estrutural da palavra (um sufixo ou uma das bases de um vocábulo composto) como em responsa (< responsabilidade) e odonto (< odontologia). Na derivação truncada não-estrutural, o corte é aleatório, a exemplo de cervá (< cerveja) e cine (< cinema). (Rocha: 1998, 182-5)

⁷ O autor chama de derivados formações com prefixos, prefixóides e sufixos, mas admite que uma análise mais refinada levaria a inclusão dos prefixóides em um processo distinto da derivação. (Duarte, 1999a: 174)

⁸ Os exemplos supermicro (< supermicrocomputadores) e supermínis (superminicomputadores) são de Ives (1990: 26).

Mares Agitados. Controle completo.

Powered by MTU.

MTU - A Tognum Brand

www.mtu-online.com



MTU do Brasil Ltda.
Via Anhanguera Km 29 - São Paulo - SP
05270-000 - SP - Brasil
Tel: (11) 3915-8900
Fax: (11) 3915-8901
E-mail: mtu@mtu.com.br

BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Professora Dr^a Marina Coelho Moreira Cêzar

Nosso Profe. de latim, Mestre Aristeu, era magro e do Piauí. Falou que estava cansado de genitivos dativos, ablativos e de outras desinências. Gostaria agora de escrever um livro. Usaria um idioma de larvas incendiadas. Epa! O profe. falseou-ciciou um colega. Idioma de larvas incendiadas! Mestre Aristeu continuou: quisera uma linguagem que obedecesse a desordem das falas infantis do que as ordens gramaticais. Desfazer o normal há de ser uma norma. Pois eu quisera modificar nosso idioma com as minhas particularidades. Eu queria só descobrir e não descrever. O imprevisto fosse mais atraente do que o déjà visto. O desespero fosse mais atraente do que a esperança. Epa! o profe. desalterou de novo – outro colega nosso denunciou. Porque o desespero é sempre o que não se espera. Verbi gratia: um tropicão na pedra ou uma sintaxe insólita. O que eu não gosto é de uma palavra de tanque. Porque as palavras do tanque são estagnadas, estanques, acostumadas. E podem até pegar mofo. Quisera um idioma de larvas incendiadas. Palavras que fossem de fontes e não de tanques. E um pouco exaltado o nosso profe. disse: Falo de poesia, meus queridos alunos. Poesia é o mel das palavras! Eu sou um enxame! Epa!... Nisso entra o diretor do Colégio que assistira a aula de fora. Falou: Seo Enxame espere-me no meu gabinete. O senhor está ensinando bobagens aos nossos alunos. O nosso mestre foi saindo da sala, meio rindo a chorar. (Manoel de Barros. Aula)

OS PRIMEIROS PASSOS

Somente 32 anos após a chegada à nova terra é que Portugal passou a se interessar em colonizar o Brasil. Assim, a partir de 1532, as diferentes línguas indígenas, faladas pelos povos que aqui habitavam, passaram a conviver com a língua dos colonizadores - a língua portuguesa. Até meados do século XVII, havia uma grande pluralidade lingüística, verdadeiros adstratos¹, na, então, colônia portuguesa.

Ao lado do português empregado nos documentos oficiais, ensinado nas chamadas escolas menores, que se restringia somente à alfabetização, havia as línguas indígenas, o latim dos padres jesuítas, o holandês (que chegou com as invasões holandesas da Bahia em 1624 e de Pernambuco em 1630), a língua geral, o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas simplificado e gramaticalizado pelos jesuítas (Teyssier, 2001, p. 94), uma espécie de língua franca, falada pela maioria da população e usada não só no contato entre

os índios de diferentes tribos e os colonizadores, mas também entre portugueses e seus descendentes, e as línguas africanas.

Com a reforma pombalina², no século XVIII, que proibia o uso da língua geral na colônia (o famoso Édito dos Índios impedia que os índios usassem qualquer outra língua diferente do português), e com a chegada de numerosos portugueses à colônia, em decorrência da descoberta de minas de ouro e diamantes, principalmente em Minas Gerais, onde se criaram centros ricos e se formaram pequenas cortes de bem-falantes (embora muitos deles não soubessem ler e muito menos escrever), o português, além do *status* de língua oficial do Estado, e a única que podia ser ensinada nas escolas, passou a ser efetivamente a língua mais falada no Brasil, superando todas as demais.

Por essa época, a escolarização, geralmente, era feita nos próprios engenhos ou fazendas, por um padre, um capelão, ou um mestre-escola e seguia regras muito específicas. Por exemplo, os escravos não podiam freqüentar os bancos escolares, sob nenhuma hipótese; os primogênitos só recebiam uma rudimentar educação escolar, pois eram preparados para assumir a direção da família e dos negócios no futuro, e a instrução das meninas fazia parte de uma educação geral voltada para o cumprimento das atividades domésticas.

No século XIX, houve um maior amadurecimento da consciência do português como língua nacional do Brasil, com características próprias. Para isso, foi de fundamental importância a chegada ao Rio de Janeiro, em 1808, da Corte do então príncipe regente D. João, trazendo de 16 a 18 mil portugueses (dobrando a população urbana), abrindo o Brasil para o mundo exterior e acelerando o progresso material e cultural do país.

Outros fatores importantes para esse processo de amadurecimento foram a criação da Imprensa Nacional, com a finalidade de imprimir com exclusividade todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo; o surgimento dos primeiros cursos superiores (não-teológicos), como a Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar, mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, e os cursos médico-cirúrgicos da



Bahia e do Rio de Janeiro; a fundação das chamadas escolas normais, conseqüência da crescente preocupação com a formação dos futuros mestres; o aparecimento dos primeiros livros com finalidade didática; o surgimento do sentimento de nacionalidade e a discussão sobre a questão da língua nacional do Brasil, principalmente a partir da Independência (1822).

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

No entanto, apesar desses esforços, a situação do ensino continuava ainda bastante precária³, como se vê no relato feito por Gonçalves Dias a D. Pedro II, após visita a províncias do Nordeste, no século XIX, e registrado por Primitivo Moacyr:

Um dos defeitos [do ensino] é a falta de compêndios: no interior porque os não há, nas capitais porque não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades⁴.

Na realidade, do período colonial até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas escolas e nem faziam parte das atividades sociais diárias, sendo escassos os lugares onde poderiam ser adquiridos. Sabe-se, de acordo com biografias, relatos de viajantes e romances da época, que o uso de textos manuscritos (documentos de cartório e cartas, por exemplo), como base para o ensino e para a prática da leitura nas escolas, era bem comum. Em alguns casos, até mesmo o Código Criminal, a Bíblia e a Lei Geral, de 1827, serviam como manuais de leitura no meio escolar (Galvão & Batista, 2005).

Os compêndios, de modo geral, destinavam-se somente aos meninos, tendo como preocupação central

transmitir padrões de virtude e de civilidade, ou conteúdos de disciplinas curriculares de Geografia, Cronologia, História de Portugal e História Natural, e nas publicações dirigidas ao ensino de língua materna predominavam a gramática e a retórica.

É bem verdade que muitos desses compêndios foram responsáveis pela formação de gerações inteiras durante muitas décadas. Tais coletâneas, repositórios de textos nobres, de excelência, de boa língua, verdadeiras flores da chamada alta literatura, deveriam ser lidas pelos alunos, levados a imitar os escritores ao comporem suas redações.

A antologia de maior sucesso foi a *Antologia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, publicada em 1895, adotada, inicialmente, por três das melhores instituições de ensino da época - o Colégio Pedro II, considerado uma referência nacional, e onde seus autores lecionavam, o Colégio Militar e a Escola Normal. Mais tarde, sua influência estendeu-se à maioria dos estabelecimentos de ensino nas principais capitais brasileiras.

O sucesso dessa obra perduraria até a segunda metade do século XX. Setenta e um anos mais tarde, em 1966, ela ainda era adotada nas aulas de Literatura e de Língua Portuguesa, inclusive nos famosos cursinhos pré-vestibulares do Rio de Janeiro da época⁵.

O escritor Otto Lara Resende registra, em suas crônicas, no início dos anos 90, a força e a importância dessa influência na sua formação e na de tantos outros estudantes brasileiros:

Como tudo neste mundo, a pedagogia tem mudado muito. No Brasil, pouco apegado à tradição muda toda hora. Ou de ano para ano. Já não existe hoje, por exemplo, antologia, como no meu tempo. Não sei se é

pior ou melhor. Pode ser melhor, porque não? *Antologia* é uma palavra da botânica. Vem do grego e significa qualquer coisa como “colher flores”. Também se pode dizer *florilégio*. No sentido figurado, antologia ou florilégio é uma coleção de excertos.

Se está complicado, desculpe. Mas é assim que está na *Antologia nacional* do Fausto Barreto e do Carlos de Laet. [...]. Também se pode dizer *crestomatia*. São palavras que saíram de moda. Já não destroncam a língua dos colegiais. Antologia ou crestomatia é uma compilação de trechos escolhidos em prosa e verso. Brasileiros e portugueses. A gente beliscava de tudo um pouco. Era uma degustação de muitos pratos. De cada um se tirava uma provinha. (2002, p. 128)

Convém salientar que as seletas e os compêndios gramaticais, que reinaram soberanos no ambiente escolar, nas primeiras décadas do século XX, faziam parte de um sistema de ensino centrado na formação e na educação dos membros das elites, das classes mais privilegiadas, dos donos do poder econômico, político, cultural e social e que procuravam, assim, ampliar o status conquistado, ou apenas mantê-lo.

Tratava-se, portanto, de um ensino aristocrático, conservador, acadêmico e bastante seletivo, voltado para as camadas dominantes, com o objetivo apenas de ilustrá-las, de transmitir e de preservar valores culturais já determinados, cristalizados e reconhecidos por essas classes consideradas superiores.

No século XX, o forte crescimento da demanda social da educação, nos anos 60 e 70, obrigou o Estado a investir de modo mais efetivo na expansão e na melhoria do ensino de Língua Portuguesa, o que fez decrescer o percentual de analfabetos, que em 1950 era de 50%, para 39,5% e 33,1%, respectivamente (Romanelli, 2001, p.62)⁶. Por essa época, elaborou-se, pela primeira vez, um programa nacional que procurou respeitar as individualidades sociais, econômicas e culturais de cada região com o objetivo de erradicar definitivamente o analfabetismo; promulgou-se a Lei 4.024/61, de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (substituída, posteriormente, pela Lei 5.692/71, que reformulou o então chamado ensino primário e médio e até o nome da disciplina que passou a ser chamada de Comunicação e Expressão nas séries iniciais do 1º grau, Comunicação em Língua Portuguesa na 7ª e 8ª séries e Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no 2º grau); começou-se a aplicar e a difundir o método Paulo Freire na alfabetização de adultos; criou-se, depois de 64, o MOBREAL, Movimento

Brasileiro de Alfabetização, e investiu-se na modernização dos livros didáticos.

A partir de 1985, com as mudanças ocorridas no país, novos programas e leis foram desenvolvidos e executados, com o objetivo de intervir de maneira mais efetiva e eficaz na educação do país em geral, e no ensino de Português em particular. Destacam-se, entre eles, o SAEB (1990)- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -, o FUNDEF (1995) - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Professor, a nova LDB (9.394/96) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-, o PNLD (1996) – Programa Nacional do Livro Didático e os PCN (1997) – Parâmetros Curriculares Nacionais.

A SITUAÇÃO ATUAL

No século XXI, pesquisas variadas, com dados mais precisos e mais detalhados, com indicadores de região, sexo, idade, classe social e cor da pele, por exemplo, vêm procurando retratar, com mais precisão e maior fidelidade, o retrato do atual ensino de Língua Portuguesa e constata-se que ele ainda permanece bastante insatisfatório, não conseguindo atingir o seu objetivo maior, que é o de ampliar a competência lingüística dos alunos, levando-os a refletir sobre a língua e tornando-os leitores e produtores eficientes dos diferentes textos que circulam socialmente⁷.

Tem-se consciência de que esse problema não é exclusivo do Brasil e não se restringe exclusivamente à sala de aula. Em países desenvolvidos, como França, Alemanha e Estados Unidos, são bastante comuns as queixas de que muitos estudantes não conseguem se expressar com coerência e não dominam a variedade padrão de maior prestígio social em certas circunstâncias de fala no uso da língua. No Brasil, porém, esses problemas são agudizados pela extrema desigualdade social⁸ aliada “à vigência de um sistema educacional reconhecidamente fracassado” (Uchôa, 2005, p.45).

O mais recente Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), principal indicador da qualidade da educação no país, divulgado em junho deste ano, mostra que o ensino brasileiro foi reprovado. Os estudantes obtiveram médias abaixo de 50% no ensino básico: 4,9, nas séries iniciais, de 1ª a 4ª série, 4,2, nas séries finais, de 5ª a 8ª; e no ensino médio: 3,5. Ou seja, mais da metade dos alunos apresentou um desempenho muito abaixo do esperado, com profundas defasagens na construção das habilidades e competências lingüísticas esperadas para estes níveis⁹.

Como reverter este quadro? A transformação desejada depende bastante de uma nova sala de aula.

Para isso, é preciso que se invista na capacitação dos educadores, aperfeiçoando a sua formação profissional, para que a atualização dos mestres não se limite unicamente aos conteúdos do livro didático, como ocorre em grande parte das escolas brasileiras, os quais, como revelam os estudos de Marcuschi (1996) e Dionísio & Bezerra (2003), apresentam imprecisões conceituais, comentários equivocados, omissões prejudiciais, proposição de atividades improdutivas, entre outras imperfeições; melhorem-se as condições de trabalho dos professores, dando-lhes uma infraestrutura adequada e salários compatíveis com a sua importância na sociedade; e se facilite o acesso dos docentes (e conseqüentemente o dos alunos) às linguagens tecnológicas mais contemporâneas, em especial à web, poderosas aliadas, indiscutivelmente, no ensino de língua materna, uma vez que as linguagens tecnológicas são fruto de novos desenvolvimentos científicos, novos saberes, novos produtos, e principalmente, novas formas de expressão. Expressam mudanças culturais definidas e protagonizam mudanças dos paradigmas ora em curso, transformando as relações interpessoais, modificando o próprio ser humano, levando a uma nova organização do trabalho, onde são necessários, entre outros aspectos, uma especialização dos saberes, uma colaboração transdisciplinar e interdisciplinar, um fácil acesso à informação e uma visão do conhecimento como um valor precioso.

BIBLIOGRAFIA:

- CÂMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CUNHA, Celso. Língua portuguesa e realidade brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). O livro didático de Português: múltiplos olhares. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memória/Ensaio/escolaprimaria.htm>. Acesso em: 2 mar. 2005.
- HOUAISS, Antônio. O português do Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1988.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1999.
- LITWIN, Edith. Tecnologia educacional: política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua? Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/cibec/1996/periódicos/exp_aberto_69doc>. Acesso em: 18 fev. 2005.

RESENDE, Otto Lara. Bom dia para nascer. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A lingüística e o ensino da Língua Portuguesa no Brasil: uma visão crítica. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 29-30, p.43-56, 1º e 2º semestres de 2005.

Notas:

¹ Toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos (Câmara, 1998, p. 42).

² Reforma realizada por Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal (1699-1782), ministro de D.José I. Em 1759, expulsou também os jesuítas, que haviam chegado ao Brasil em 1549, e eram os únicos responsáveis pela educação no país. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

³ Por volta de 1872, O índice de analfabetismo chegava a 66,4% e, no ano da abolição da escravatura, para uma população de 14 milhões de habitantes, apenas 250.000 estavam matriculados nas escolas primárias Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

⁴ Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/estXIX_n1.htm>. Acesso em: 27 mar. 2006.

⁵ Sua última edição (43ª) foi publicada em 1969.

⁶ Segundo dados do Instituto Montenegro, atualmente, o índice de analfabetos está em torno de 7%

<http://www.ipm.org.br>. Acesso em: 29 jun. 2008.

⁷ Pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da qual participaram 4.400 alunos brasileiros, todos na faixa de 15 anos, divulgada em 2004, trouxe à luz o fato de que, entre 40 países, na prova que mediu a capacidade de leitura, o Brasil ocupou a 37ª posição entre os piores colocados. Nossos alunos não conseguiram reter nem interpretar textos indicados nos primeiros anos escolares (Veja, São Paulo, 15 dez. 2004, p.120-2).

⁸ A concentração de riqueza no país revela um verdadeiro abismo social, que se reflete no ensino de língua materna. Segundo levantamento do IBGE, das 5.560 cidades existentes no Brasil em 2001, nove (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belo Horizonte, Duque de Caxias, Curitiba, Guarulhos e São José dos Campos) concentram um quarto da produção de bens e serviços e setenta detêm 50% do PIB. No extremo oposto estão 1.272 localidades onde toda a riqueza somada alcança 1% do PIB do Brasil, que em 2002 foi de R\$ 1,346 trilhão reais. O menor PIB – Produto Interno Bruto – do Brasil (São Félix do Tocantins, em Tocantins: R\$ 1,9 milhão em 2002) é equivalente ao preço de um apartamento de 4 quartos no Leblon (O Globo, Rio de Janeiro, 4 mai. 2005, p.25-6).

⁹ O Rio de Janeiro, considerado ainda por alguns capital cultural do país, e cuja rede de ensino é majoritariamente estadual, teve um desempenho ainda pior, no Ideb, obtendo médias 4,4, 3,8, e 3,2, respectivamente. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jun. 2008, p. 10).



CT Pernambuco, ainda ostentando o antigo indicativo de costado, menor do que o padrão atual

CT PERNAMBUCO, UM BARCO COM ALMA

Incorporação: 20 de julho de 1961 • Baixa: 2 de abril de 1982

CMG (RM1) Rogério Márvio Costa Santos

CONTRATORPEDEIRO PERNAMBUCO (D-30), O LEÃO DO NORTE

O CT Pernambuco (ex- USS Hailey, classe Fletcher) foi meu primeiro navio após o regresso da Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, feita no Navio-Escola Custódio de Mello, em 1972.

Em janeiro de 1971, embarquei no “Leão do Norte” para uma comissão ao Caribe – a Operação Springboard 1971 – com mais seis companheiros do quarto ano da Escola Naval.



D-30 realizando faina de transferência de carga leve e recebimento de aguada com o Cruzador Barroso (C11), em 1961

Foi nosso primeiro contato com o espírito de navio e camaradagem da praça d’armas de um navio. A oficialidade formava a LAPA (Liga dos Amigos da Praça d’Armas). Cada aspirante acompanhava um oficial em todas as atividades da sua divisão, fainas e serviços em viagem e no porto. Fomos acomodados nos camarotes com os oficiais. Eles não permitiram que ficassemos em alojamento. Ao imaginar o espaço reduzido para alojar três oficiais, nos dá a exata dimensão da consideração e amizade com que nos receberam.

Nossa integração e motivação para a vida embarcada foi tão grande que criamos a Lapinha...

Nessa comissão, o bravo London (1) teve atuação destacada nos exercícios anti-submarino, de manobras táticas, e de tiro de superfície realizados na raia de Culebra, em Porto Rico.

Como esquecer uma das entradas no porto de San Juan, com a biruta abatida no exercício de tiro antiaéreo sobre alvo rebocado, ostentada com orgulho na balastrada do convés 01, no portaló... E o oficial intendente, responsável pelo tiro iluminativo, gritando da diretora, durante o exercício noturno: “It is morning in Culebra”...

Além de San Juan, visitamos La Guaira, na Venezuela, onde reencontramos Sierralta e Carrasquel, dois colegas de turma venezuelanos que passavam

férias com suas famílias em Caracas e Recife, em pleno carnaval, coroando uma comissão de muitos êxitos e alegrias para nós.

A 1º de março, os navios regressaram ao porto do Rio de Janeiro, com a flâmula de fim de comissão içada no tope do mastro principal. E nós voltávamos para a Escola Naval para o último ano letivo, antes de nos formarmos Guardas-Marinha.

Servi no D-30 em dois períodos, totalizando mais de três anos e três meses, tendo sido encarregado de cinco divisões: 1ª, F, Reparos, O-1 e O-2. Tudo me era familiar naquele navio.

Em 02 de abril de 1982, já com mais de vinte anos de bons serviços prestados à Marinha do Brasil, o navio teve sua mostra de desarmamento, juntamente com o CT Paraná (D29). A Marinha se modernizava, contando agora com as Fragatas classe Niterói.

Em novembro/1983, embarquei na Fragata Constituição, assumindo a chefia do departamento de Operações.

Para minha surpresa, em setembro/1984 foi prevista uma comissão para testar munição perfurante de 114,3mm de fabricação nacional, pela Fragata Constituição, sobre o casco do ex-CT Pernambuco. Justamente dois navios em que eu servi e dos quais guardo tantas gratas lembranças!

Fizemos o planejamento e a coordenação das equipes envolvidas. A preparação do casco, melhorando suas condições de estanqueidade, os acertos para as gravações para posterior análise do desempenho do navio e da munição, a ação do GRUMEC (Grupamento de Mergulhadores de Combate) após o tiro, tudo foi bastante detalhado.

No alvorecer do dia 13/09, o rebocador desfez o dispositivo de reboque no centro da área interdita, e esperamos que o casco afilasse ao vento e à corrente, para posicionar a fragata na distância da corrida de fogo.

O casco, já com a pintura deteriorada, não apresentava o indicativo de costado, suas antenas de comunicações e dos radares, mas a silhueta do “bico fino” ainda era inconfundível: as duas torretas singelas a vante, os lançadores de bombas-granada no convés 0-1, o passadiço, as diretoras dos sistemas MK-25 e MK-56, os canhões de 76 mm, as duas chaminés, o lançador de torpedos de superfície MK-15, as torretas de ré, o lançador de bombas de profundidade na popa.

Iniciaram-se as ações, o navio em postos de combate, foi aberto fogo entre as distâncias de 15.000 e 5.000 jardas.

Todos exultaram a bordo da fragata com o sucesso alcançado, que culminou num período de saídas para alinhamento de sistemas, de modo a atingir a total operacionalidade do navio.

Após uma série de impactos, o GRUMEC foi a bordo do casco constatar a extensão dos danos. As avarias se restringiam à superestrutura, entre as duas chaminés, no costado a BE, e na estação rádio, no convés 01 a BE, e o casco apresentava boa flutuabilidade. Decidiu-se, então, trazê-lo de volta ao porto. Em virtude do adiantado da hora, para a passagem do dispositivo de reboque, a fragata ficaria nas proximidades, mantendo contato radar até o amanhecer do dia seguinte.

Às nove horas da noite, entrei de serviço de avaliador no COC (Centro de Operações de Combate). Tudo corria tranqüilo, até que às 23h do dia 13 de setembro de 1984, o contato desvaneceu na tela radar. O bravo “Leão do Norte” esperou o silêncio da noite para ir repousar altivo no fundo do mar. O lugar de descanso do velho guerreiro foi na posição de latitude 23º 56’20’’S e longitude 043º 17’30’’W, aos 187º, distância 59 milhas da entrada da baía da Guanabara. E eu tive a consciência de ter sido seu único ex-tripulante a testemunhar seu fim glorioso.

Naquela noite, no escuro do COC, meus olhos ficaram marejados de lágrimas.



Ponto do afundamento do Contratorpedeiro Pernambuco

NOTA:

(1) Indicativo chamada do navio nas comissões com fonia em inglês

LIDERANÇA E A FAMÍLIA NAVAL

Aspirante Rogério Ferraz Queiroz Miranda

INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade está imersa no caótico caldo da pós-modernidade, que traz consigo a demolição de verdades imutáveis que antes eram cultuadas. Com o avanço do progresso científico, a vida humana perdeu o estreitamento das relações interpessoais. Poucos são os laços afetivos que uma equipe cria com seu membro par. A comunhão no estrato humano está comprometida pelas ondas de inovações tecnológicas.

Diante de tais assombros, o que fazer para manter a instituição Marinha do Brasil de pé e sempre pronta para o combate real? Qual é o papel que a liderança desempenha em tempos modernos para que a chama do fogo sagrado nunca pare de arder nos corações de nossos subordinados?

ESTRUTURAS FLEXÍVEIS

Nossa época é privilegiada, pois vivemos tempos áureos de desenvolvimento e progresso. O mundo está todo interligado pela Internet, possibilitando a rapidez do fluxo de informações e serviços que homens do passado jamais sonharam. Não há mais a necessidade de se ir a algum lugar, pois o lugar vai até você. O imediatismo sobe à cabeça do homem do século XXI, tornando-o cada vez mais exigente consigo mesmo.

No entanto, a comunhão real entre os homens é preterida. Hoje, jovens preferem viver uma segunda vida virtual a aperfeiçoar vínculos sociais de fato. Não há mais a preocupação com o próximo, a não ser para explorá-lo.

A família perde seu *status* como base da sociedade. Outros grupos tomam o seu lugar e descaracterizam-na. Vários são os fatores que contribuem para a desvalorização da família, a saber: perda de identidade do pai como o líder e provedor – fim da autoridade parental; relacionamentos hedonistas movendo a sociedade; crise da moralidade; aumento dos rompimentos matrimoniais.

Com a falta de uma estrutura rígida na sociedade, a família, que orienta e disciplina nosso futuro,

caminha para a desordem social. Com o término da célula-base, findam-se, também, elementos de sustentação grupal.

ESCOLA NAVAL – BERÇO DOS VALORES

Juramos à bandeira, pelo sacrifício de nossa própria vida, defender nossa pátria. Mas o que é o Estado cuja nossa vida está posta para sua defesa? O Estado é o conjunto de três elementos: governo soberano, território e população. Nosso fim é defender tais elementos que interferem diretamente em nossas vidas.

Quem é a população do Estado brasileiro? Nossas famílias. A razão de existirmos é para garantir a liberdade da nossa gente. E não há motivação para o combate quando a instituição família é desvalorizada, como nos dias atuais. Com o individualismo nos cercando, não existe paixão pelas vidas que estamos defendendo. Por isso, é importante afirmarmos a importância da família em nossa instituição.

Quando ocorre a guerra, os militares deixam suas famílias justamente para defendê-las. Lutar para romper aquilo que ameaça seu sangue e seu território. Com o fim da importância do conceito “lar”, não haverá mais o que defender. É necessário cuidar para que em nossa grande casa Marinha não deixemos de lado valores tão essenciais.

Os líderes devem cultivar os valores da Instituição e zelar para que seus subordinados os tenham arraigados. Não basta estar escrito em algum lugar com palavras bonitas e difíceis de entender. Os valores da nossa Marinha devem ser difundidos por todo o ambiente naval. A caserna deve respirar e transpirar tais significados. E a valorização da família é um valor a ser difundido com mais ímpeto dentro do nosso celeiro de líderes: a Escola Naval.

Não basta que o líder saiba o que a Marinha cultua. Ele deve “viver” a Organização. Através de tal comprometimento, o líder irá expor em forma de vivência tudo aquilo que ele deseja que seu subordinado seja. Sendo defensor da família, o líder passará para seus subordinados valores que transcendem a vida profissional, contribuindo também para melhores resultados na mesma.

Aqui, cabe ressaltar a importância do termo “família naval”. A liderança deve tratar todos abaixo

de sua cadeira hierárquica com respeito, assim como um pai trata seu filho, mas sem deixar de se fazer respeitado. Acontece que a figura do pai, na crise da família, perde toda sua autoridade. Na sociedade, os resultados são filhos sem limites, que não cultivam ideais e só querem transgredir regras a fim de contrariar o pai.

E o que observamos é uma total desordem social. Os liderados não possuem a figura do pai em casa e querem contrariar a figura do líder dentro da organização. O líder também não tem a figura da autoridade em seu lar e se perde na manobra com seus subordinados. Muitas vezes, esses líderes tentam impor à força suas vontades. A autocracia irá funcionar, mas não mudará vidas e nem resultará em melhorias, a longo prazo, para o pessoal sob seu comando.

Dentro da nossa Organização, devemos nos sentir em nossos lares, acreditando que nosso trabalho está sendo feito para mudar vidas que estão sob nossa autoridade; mais do que isso, vidas que estão sendo impactadas pelas nossas atitudes. Dentro desse estilo, a liderança transformacional vem a ser um suporte para evoluirmos os pensamentos de nossos liderados a fim de executarem a missão que toda “família naval” espera. Porque, se fizermos algo de errado, o sangue de nossos familiares será derramado, nossa gente poderá pagar e nosso território poderá ser ameaçado.

E como enraizar a mudança no âmago de nossa “casa”? Podemos começar por uma questão que está sendo muito discutida atualmente: o gerenciamento de recursos humanos. Não há dúvidas de que a Escola Naval é o cérebro da Logística de Pessoal da Marinha. Deste solo sagrado, sairão os chefes navais do futuro. Logo, a necessidade de preparar as sentinelas dos mares para gerenciamento de pessoal é nítida. O tratamento com os subordinados é extremamente importante neste ponto. O relacionamento entre o chefe e sua equipe deve ser baseado na sinceridade. Buscar ser verdadeiro e exprimir essa verdade quando

na execução da missão é importante, pois cativa toda a equipe para o bom êxito e cumprimento do dever.

A relação olho no olho – diferente do olho por olho – deve contagiar o ambiente de trabalho. Assim como um filho pede conselhos a seu pai, o subordinado não pode ter medo de olhar para o chefe e expor o andamento da execução do trabalho com sinceridade, revelando aspectos negativos e/ou positivos que podem mudar na próxima oportunidade. Assim como um pai encoraja e ajuda seu filho, o chefe deve lançar mão da empatia para ajudar sua equipe a vencer obstáculos que os impeçam de progredir no excelente cumprimento do seu dever.

O *sitrep* ou o *feedback* devem ser da maneira ascendente, bem como descendente, na cadeia hierárquica. O objetivo dessa mão dupla é conscientizar a equipe da operação da faina e da sua importância. E, quando a equipe se reporta ao líder, ele deve ter o sentimento para manobrar e mostrar para a equipe que o ótimo resultado e o péssimo resultado dependem de todos. A família só está bem se todos os membros dela estiverem bem.

Portanto, o valor da conscientização é sublime. Mostrar para toda a Organização que a família deve existir e ser forte em seus padrões nos leva a trabalhar como se o serviço fosse um microcosmo de nossas casas. Fazer o melhor para seu pai, agradá-lo e honrá-lo são valores que, infelizmente, estão em decadência na sociedade. Mas os líderes devem impregnar essa idéia em suas “casas”, acordar elementos motivacionais que existem adormecidos dentro de cada familiar naval através dos vínculos criados na profissão.

Exigir o máximo de sua equipe, nutrindo sentimento de luta, ajuda mútua e superação, visando o fim vitorioso almejado por toda a família naval. De certo, o que ganha a guerra é a alma do navio, e não sua carcaça. E a alma de uma belonave é a sua tripulação. Uma alma unida sob a égide da família é uma alma motivada para qualquer combate.



SER HIDRÓGRAFO

CMG (RM1) Frederico Antonio Saraiva Nogueira

INTRODUÇÃO

Os amigos que fiz ao longo de trinta e dois anos de atividade marinha, dos quais vinte e seis ligados diretamente às atividades da nossa querida *Repartição Hidrográfica*, provavelmente já me ouviram dizer que a Hidrografia é uma grande família, unida, forte e bela. Pelo menos é assim que eu a vejo. São mulheres e homens, militares e civis, de várias especialidades e formações acadêmicas que se dedicam ao nobre mister de planejar e conduzir os levantamentos, produzir as cartas e demais publicações, tripular os navios e as lanchas, manter acesas as luzes dos nossos faróis e das nossas almas e, ainda, prover apoio de administração, comunicações, eletrônica, engenharia, intendência e máquinas. Sim, meus prezados leitores, todos se tornam um pouco Hidrógrafos.

Por oportuno, devo dizer que, ao ingressar na Escola Naval, em 1975, estava firmemente decidido na escolha do Corpo e até da especialidade: seria Fuzileiro Naval. Ainda os admiro por suas tenacidade e determinação em grau muito elevado, tal e qual os Hidrógrafos. Trata-se de uma bela casa. No entanto, no ciclo de palestras que acontece no segundo semestre do segundo ano da Escola Naval, com a finalidade de orientar os aspirantes quanto à opção de corpo e escolha de Especialidade, compareceu à EN o então Capitão-de-Corveta Luiz Antonio de Carvalho Ferraz. Foi nesse momento que a Marinha perdeu um "Naval" promissor e ganhou um Hidrógrafo. Se me fosse permitido voltar no tempo, faria tudo de novo! A Marinha possui excelentes casas, mas a Hidrografia é, para mim, a mais bela e marinha das especialidades.

NOSSA HISTÓRIA

A história da Hidrografia no Brasil começa com o descobrimento. Consta na carta de Pero Vaz de Caminha: "*Neste mesmo dia, à hora de véspera, houve vista de terra!... Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças... ..E ao Sol posto, a umas seis léguas de terra, lançamos âncora em dezenove braças.*" Dessa forma, o primeiro contato de um objeto português com a terra brasileira foi o de um prumo de mão!



*Almirante-de-Esquadra Maximiano
Eduardo da Silva Fonseca*

O trabalho hidrográfico dos portugueses prosseguiu de forma intensa até meados do século XVII. A Cartografia Náutica foi considerada essencial para a exploração e defesa eficazes do novo território. Essa atividade já constituía fator de força para a atividade militar naval em nosso País desde o século XVI. Assim permanece no tempo presente.

A atividade hidrográfica portuguesa no Brasil declinou em quantidade a partir da segunda metade do século XVII. No entanto, houve incremento de qualidade a partir dos avanços tecnológicos que permitiram a solução do problema da determinação da longitude. Foi necessária a revisão dos levantamentos hidrográficos em todo o mundo. Isto nos ensina que devemos permanecer atentos à evolução científica e ao progresso tecnológico. Mais ainda nos dias atuais, quando as inovações se sucedem cada vez mais rápido.

O segundo período da história da hidrografia no Brasil foi caracterizado pela influência francesa e abrangeu quase todo o período do Brasil Império. Essa atividade foi iniciada cerca de três anos antes da independência, motivada, principalmente, pelos interesses comerciais marítimos daquele país. Esses trabalhos foram todos conduzidos por oficiais de marinha, cobrindo quase toda a costa brasileira.

Os trabalhos dos franceses e a compilação dos trabalhos dos hidrógrafos portugueses permitiram a construção de uma coleção de Cartas Náuticas da Costa do Brasil que, com os melhoramentos introduzidos ao longo dos anos, resultantes de trabalhos de hidrógrafos brasileiros, constituíram a quase totalidade da cartografia náutica de nosso litoral até meados da década de 1950. Resquícios desses trabalhos ainda se encontravam presentes em nossas cartas em meados da década de 1970¹.

Adicionalmente, essas campanhas motivaram o nascimento da hidrografia genuinamente brasileira.

Reproduzindo integralmente as palavras do **Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca**: “Por um lado, se a presença dos hidrógrafos franceses em nosso litoral retardou a necessidade de efetuarmos o seu levantamento com nossos próprios meios, por outro lado, ela motivou os Oficiais de nossa então incipiente Marinha para tal atividade.”

A leitura dos parágrafos acima nos permite aprender mais algumas lições. Senão vejamos: os Estados utilizarão os meios a seu alcance para garantir os seus interesses, mesmo longe de seu território e de suas águas jurisdicionais; a hidrografia constitui uma atividade necessária e decorrente dos interesses nacionais para todos os países que utilizam o mar para sua defesa e progresso econômico; o hidrógrafo não despreza, *a priori*, o trabalho dos que o precederam; a hidrografia no Brasil independente sempre foi conduzida por Oficiais de Marinha, ainda que, no início, por oficiais da marinha francesa; e se não estivermos capacitados para realizar o trabalho, uma potência estrangeira o fará, não se iludam.

Portanto, o nascimento da hidrografia genuinamente brasileira decorreu da influência francesa e produziu Hidrógrafos notáveis - todos Oficiais de Marinha – que, antes de um invejável preparo técnico, possuíam formação militar notável, comprovada posteriormente no campo de batalha. Esses Oficiais de Marinha, Hidrógrafos, construíram a Hidrografia neste País desde os tempos do Império e são os responsáveis pelo que somos atualmente. Dentre eles se destaca o **Capitão-de-Fragata Antônio Vital de Oliveira**, patrono da Hidrografia brasileira. As suas campanhas hidrográficas pioneiras, longas e difíceis, sua competência técnica invejável e reconhecida, e sua morte gloriosa, no campo de batalha, durante o bombardeio de Curupaiti, em 02

de fevereiro de 1867, estão amplamente documentadas.

O desaparecimento prematuro de **Vital de Oliveira** constituiu o principal fator de fraqueza para a interrupção praticamente completa da atividade hidrográfica brasileira nos seis anos subseqüentes à Guerra do Paraguai. Desse episódio decorre outra lição: considerando que a Hidrografia pressupõe continuidade, ela não pode ser conduzida em bases pessoais, ou seja, não pode repousar exclusivamente na competência técnica, liderança e determinação de um único indivíduo. O governo imperial percebeu essa limitação e, para garantir o renascimento da nossa hidrografia em bases sólidas e institucionais, criou, por Decreto de 02 de fevereiro de 1876, a *Repartição Hydrographica*, no mesmo dia e mês da morte de **Vital de Oliveira**. Coincidência ou merecida homenagem? Não sabemos. Seu primeiro Diretor foi o **Capitão-de-Fragata Antonio Luiz Von Hoonholtz, O Barão de Teffé**.

NOSSA CASA

A *Repartição Hydrographica* recebeu várias denominações até chegar à denominação atual de **DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO**; e



Capitão de Fragata Antonio Vital de Oliveira – Patrono da Hidrografia brasileira



Capitão de Fragata Luiz Antonio Von Hoonholtz, Barão de Teffé



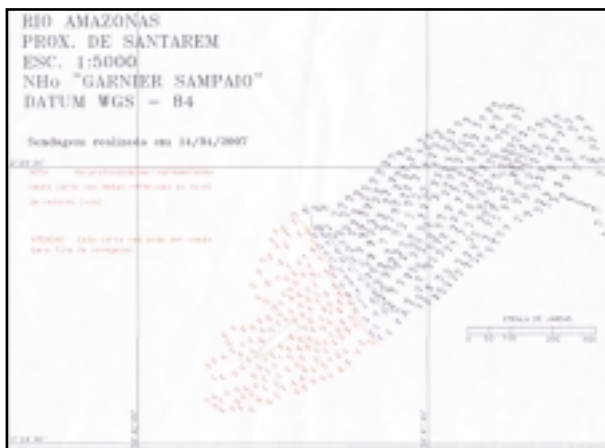
ocupou vários prédios ao longo de sua história. O mais famoso e mais tradicional e que ainda é reconhecido como a sede histórica da DHN é a Ilha Fiscal, (Fig. 4) ocupado entre 1914 e 1983, quando ocorreu a mudança para as atuais instalações no Complexo Naval da Ponta da Armação (CNPA).

A Ilha Fiscal testemunhou, simbolicamente, o renascimento, o desenvolvimento e a modernização da Hidrografia brasileira incluindo a criação do Curso de Aperfeiçoamento de Hidrografia para Oficiais (CAHO), em 1933, e o estabelecimento da “Doutrina do nosso Serviço Hidrográfico”, qual seja: “**verificar a validade dos resultados questionando-os à exaustão**”. Essa doutrina, obedecida à risca, garantiu a continuidade dos trabalhos, o respeito da Marinha e o prestígio nacional e internacional da hidrografia brasileira.

NOSSA GENTE

A família hidrográfica é composta por pessoas que gostam de estudar. Cada qual na sua área. Temos hidrógrafos especialistas em Sinalização Náutica, Oceanografia, Meteorologia, Cartografia Geologia, Geofísica, dentre outras disciplinas ligadas às Ciências da Terra. Alguns deixam a atividade hidrográfica por contingência de carreira e, oficiais brilhantes que são, acabam se tornando “expertos” em diversas áreas do conhecimento humano, tais como Política e Estratégia, Guerra Naval, Administração, entre outras. A mente inquisitória capaz de verificar e questionar a validade dos dados obtidos também faz parte do “*ethos*” hidrográfico.

Aqui se desenvolve um pouco mais a paixão pela busca do conhecimento, principalmente nas disciplinas



citadas no parágrafo anterior. No entanto, não devemos e não podemos perder de vista a as necessidades da Marinha e o propósito da missão. Mesmo porque, além de nossa capacidade pessoal, os recursos e os meios nos são fornecidos pela Marinha. A eventual insuficiência de recursos não é prerrogativa do momento presente e nunca foi discrepância proibitiva para os que trabalham com competência, seriedade e entusiasmo. Na verdade, a escassez de recursos nunca foi obstáculo para a execução dos trabalhos e para o progresso da hidrografia. A determinação, criatividade, organização e tenacidade dos Hidrógrafos fazem com que os obstáculos sejam superados e o trabalho concluído. A posse dessas características não constitui privilégio das gerações passadas. Elas são transmitidas a cada geração de Hidrógrafos. E assim, quando menos esperam, estarão “fazendo o impossível” para concluir a sondagem e fechar a Folha de Bordo. (Fig. 5)

No final da década de 1990, o NOc ALMIRANTE CÂMARA (Fig. 6) sondava o litoral do Estado da Bahia entre Ilhéus e a Barra do Poxim. A Comissão já se arrastava por quase dez meses, com interrupções,



regresso à sede e antecipação de um período de docagem (PDR) por força de avarias muito frequentes. Faltava fechar os últimos 2/3 da décima e última Folha de Sondagem (FS) e as linhas de verificação das três últimas FS quando ocorreu avaria no sistema de governo. E agora? Algumas horas após, com o navio a deriva e aproximando-se de terra o chefe de máquinas trouxe a notícia da impossibilidade do restabelecimento pleno do sistema de governo, na seguinte forma: “comandante, estamos prontos para prosseguir com o governo a ré!” Os Hidrógrafos (os cursados em Máquinas, inclusive) não desistem nunca! É desnecessário complementar a informação de que a FS foi concluída e também as quatro linhas de verificação das três últimas folhas do referido LH, após o que o Navio regressou à sede para realizar o reparo.

Os Hidrógrafos não esquecem a sua condição de oficiais combatentes. Considero altamente desejável que, passada a fase puramente técnica, já como oficiais superiores, os Oficiais Hidrógrafos conheçam e, principalmente, se façam conhecer nas outras boas casas que existem na Marinha. As conseqüências serão todas edificantes para os Hidrógrafos em particular e para a Marinha, de maneira geral. A Hidrografia ganha porque



poderá receber de volta os oficiais em posições mais elevadas e com horizontes ampliados. Ganham os outros setores da Marinha porque receberão oficiais com excelente formação técnica, além de fortemente doutrinados para cumprir a missão de forma impessoal, e capazes de avaliar os problemas de um ponto de vista diferente, mantendo em comum a ROSA DAS VIRTUDES (Fig. 7) da Escola Naval, bem conhecida de todos. Algumas recomendações dos antigos nos são muito caras; mais especificamente do **Almirante Paulo Irineu Roxo Freitas**, uma das quais reproduzo neste artigo por julgar adequada a todos os setores da Marinha:

“Não alterem nem inovem nada, sem antes procurar saber, com os que os antecederam, as razões que os levaram a adotar a linha de ação que lhes pareça errada ou ultrapassada. O segredo do êxito da DHN reside na continuidade de ação dos que por aqui passaram e na coordenação que sempre existiu entre as várias gerações que se sucederam.”

NOSSA MISSÃO

A Sinalização Náutica é um elemento essencial na segurança da navegação e, como tal, parte integrante da missão da DHN. Em nossos dias, a Sinalização Náutica enfrenta uma mudança de paradigma, inserindo-se no conceito moderno de segurança da navegação, que integra Cartas Eletrônicas, Sistemas de Identificação Automática de embarcações, alertas meteorológicos em tempo real e, é claro, sinais luminosos e sonoros. O novo conceito se aplica, principalmente, à navegação de longo curso, de cabotagem e na navegação de esporte e recreio em embarcações sofisticadas. No entanto, ainda por muito tempo, não poderemos dispensar as luzes

(faróis, faroletes, e bóias) em prol das centenas de traineiras e outras embarcações miúdas para as quais esses auxílios à navegação constituem vital significado.

A DHN, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), é responsável pela execução dos levantamentos hidrográficos destinados à construção da Carta Náutica. Além dos levantamentos executados pelos Navios do Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo) e por Comissões Volantes realizadas por equipes do próprio Centro, o CHM fiscaliza, por força de diploma legal, a execução de levantamentos hidrográficos executados por entidades extra-marinha. Possui a atribuição legal de construir e manter atualizadas as cartas destinadas à navegação. Estão publicadas e em vigor cerca de 450 Cartas Náuticas, no Brasil e no Exterior. A DHN conduziu, a partir de 1935, o Primeiro Plano Cartográfico Náutico Brasileiro, concluído integralmente quarenta anos depois. Trata-se, talvez

do único programa governamental brasileiro de longa duração, cujo planejamento foi cumprido na íntegra.

As mudanças nos parâmetros de segurança da navegação, tais como o maior calado dos navios, a maior velocidade das embarcações e um aumento contínuo do tráfego marítimo, aliados aos anseios da comunidade marítima por uma padronização internacional dos documentos náuticos, levaram à elaboração do II Plano Cartográfico Náutico Brasileiro.

A Oceanografia na Marinha data de 1954, quando foram realizados os primeiros trabalhos sistemáticos do Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA. A partir desse período, mais especificamente do Ano Geofísico Internacional (1957), as atividades oceanográficas assumiram importância em todo mundo a partir da possibilidade de conhecer e explorar as riquezas contidas nos mares e oceanos, além do interesse que despertaram no campo militar. No Brasil, a participação da Marinha foi fundamental para o desenvolvimento da oceanografia não somente pelo papel de catalisador institucional, mas principalmente por dispor dos meios flutuantes indispensáveis. Pode-se inferir, com boa precisão, que sem a presença da Marinha (DHN/SECIRM/IEAPM) a evolução da oceanografia no Brasil teria sido bem mais difícil e demorada.

A Marinha (DHN/SECIRM) atuou de forma decisiva durante todo o desenvolvimento do Programa de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) desde 1996 até os dias atuais, em que defendemos a proposta brasileira junto à Comissão de Limites das Nações Unidas. (Fig. 8) Da mesma forma, o Programa de Levantamento do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Brasileira (REVIZEE) acaba de ser concluído com sucesso, a partir do apoio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do emprego do NOc ANTARES na coleta de dados oceanográficos e da participação efetiva do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) no processamento dos dados da Região Central do nosso litoral.

Atualmente, a parceria entre Marinha e a comunidade oceanográfica é cada vez mais intensa não somente por meio de projetos compartilhados (CHM/IEAPM), mas também pela infra-estrutura indispensável para execução das pesquisas, através da utilização dos navios hidrográficos e oceanográficos.



A existência de processos sofisticados de coleta de dados oceanográficos, dos novos métodos de batimetria a laser e dos instrumentos eletrônicos de segurança da navegação não dispensam a necessidade da utilização eficiente e criteriosa dos navios hidrográficos, oceanográficos, faroleiros e balizadores, enfim, estes navios que possuem chaminés pintadas de laranja com a inscrição que representa ao mesmo tempo uma lição de humildade e a consciência do cumprimento do dever: “RESTARÁ SEMPRE MUITO QUE FAZER...”. As comissões oceanográficas, hidrográficas e de apoio à sinalização náutica e ao Programa Antártico Brasileiro são, quase sempre, de longa duração, exigem grande esforço das tripulações, níveis elevados de disciplina e apurado espírito de equipe que, ademais, é imanente ao serviço hidrográfico. O aprestamento dos navios empregados na realização das atividades de responsabilidade da DHN compete ao Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo), subordinado àquela Diretoria. Atualmente, o GNHo dispõe de sete Navios subordinados: Navio de Apoio Oceanográfico “ARY RONGEL”, Navio Oceanográfico “ANTARES”, Navio Hidrográfico “SIRIUS”, Navio Faroleiro “ALMIRANTE GRAÇA ARANHA”, Navio Hidroceanográfico “CRUZEIRO DO SUL Navio Hidroceanográfico “AMORIM DO VALLE” e Navio Hidroceanográfico “TAURUS”. Os Navios do GNHo, ao se fazerem ao mar, exercem atividades importantes para a DHN, para Marinha e para o País. Realizam a coleta de dados ambientais, participam da manutenção dos faróis e outros sinais náuticos. Contribuem, de maneira fundamental e indispensável, para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); concorrem para o apoio logístico ao Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT); participaram e continuam participando da formação de gerações de Hidrógrafos e Oceanógrafos deste País.

NOSSO FUTURO

O futuro da Hidrografia, como da nossa Marinha, repousa na nossa gente e nas nossas tradições. Será promissor na medida em que continuemos a perseverar na formação e aperfeiçoamento do pessoal, mantenhamos a nossa doutrina e cultuemos as nossas tradições. Essa conduta é extremamente salutar, contribuindo para manter a qualificação adquirida sem contudo inibir as alterações de procedimentos que se fizerem necessários. Devemos acompanhar a evolução científica e tecnológica nos assuntos que nos

dizem respeito de forma tal que o conhecimento novo não substitua o conhecimento existente, mas que seja a ele somado.

As atividades do hidrógrafo poderão ser ou não subsidiárias, conforme o emprego de seus produtos e serviços. São subsidiárias na medida em que contribuem para atender ao Art. 17 inciso II da Lei Complementar Nº 97/1999. No entanto, tornam-se parte integrante e inseparável da aplicação do Poder Naval quando utilizados para o planejamento e condução exitosa das operações navais. Não esqueçam, nós Hidrógrafos pertencemos à Marinha e não abrimos mão disso!

A construção do cenário desejado está alicerçada na experiência e nos ensinamentos do passado. Em 1952, o NHi “RIO BRANCO”, sob o comando do então Capitão-de-Corveta Maximiano Eduardo da Silva Fonseca suspendeu para realizar o Levantamento Hidrográfico da Barra Norte do Rio Amazonas. O referido LH tornou-se prioritário a partir da descoberta de Manganês no Amapá. Fortes pressões foram feitas para que o trabalho fosse entregue a estrangeiros. A DHN assumiu a missão graças à visão e determinação de nossos Chefes. “Em memorável e heróica campanha” o NHi “RIO BRANCO” cumpriu a missão que nos cabia, em dois longos períodos de 11 e 14 meses respectivamente” 2..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A continuidade é, talvez, a principal característica do serviço hidrográfico. A propósito, essa palavra – “continuidade” – está presente em várias conferências e trabalhos sobre a Hidrografia e a natureza do serviço hidrográfico. Praticamente todos os novos trabalhos utilizam como ponto de partida o levantamento anterior.

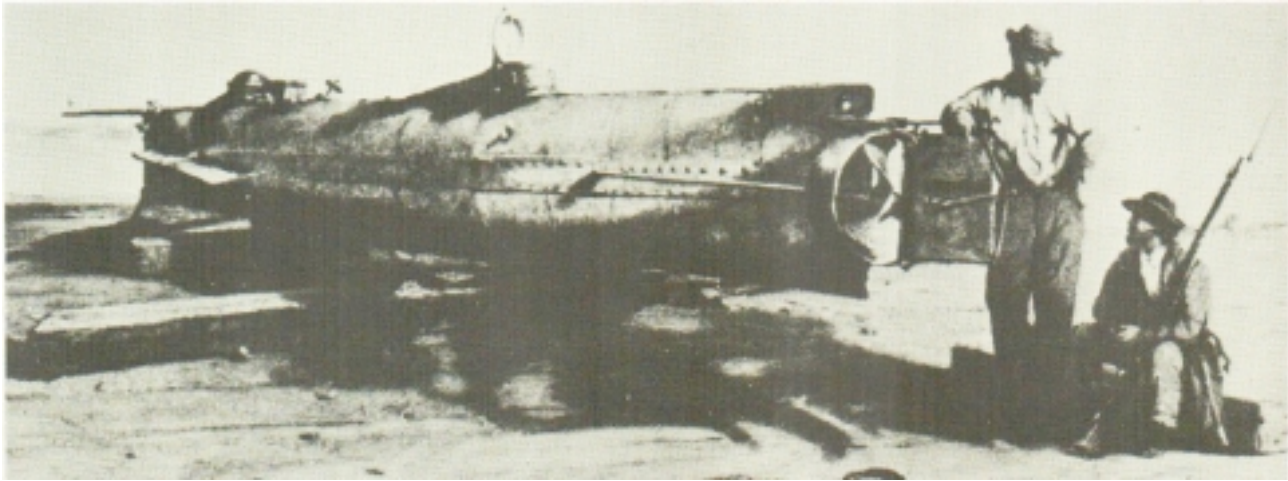
Nosso futuro repousa na nossa gente e nas nossas tradições. Será promissor na medida em que perseveremos na formação e aperfeiçoamento de nossos Oficiais e Praças, mantivermos nossa doutrina e cultuarmos as nossas tradições.

Em síntese, tudo isso é **SER HIDRÓGRAFO!**

NOTAS:

¹ AE Maximiano Eduardo da Silva Fonseca na Aula Inaugural do Curso de Aperfeiçoamento de Hidrografia para Oficiais (CAHO), 1974.

² CA Paulo Cezar de Aguiar Adrião, Aula Inaugural do CAHO, 1985.



CSS CL Hunley, submersível acionado por manivela manual

OS PRIMEIROS SUBMARINOS

Aspirante Eudes de Almeida Pereira

O submarino é, de longe, a maior ameaça existente no mar. Oculto nas profundezas e usando o meio ambiente como seu principal aliado, sua presença traz tal grau de incerteza ao inimigo que o obriga a constituir forças consideráveis para tentar enfrentá-lo. Por essa característica, o submarino vem sendo empregado como a principal arma de dissuasão cuja estratégia global se insere num contexto defensivo.

Hoje, a utilização do submarino é de extrema importância durante um conflito, principalmente quando o alvo é o comércio marítimo inimigo, utilizando assim a guerra de corso, além de sua utilização para fins pacíficos, como para a utilização em pesquisas científicas – graças às inúmeras tentativas de se criar um submarino ao decorrer dos séculos.



O primeiro desenho prático de um submarino apareceu em 1578, quando o inglês William Bourne descreveu um barco submersível. O seu conceito tinha algumas características dos submarinos modernos, como um meio mecânico simples de variar o peso total do barco e tubos para fazerem a renovação do ar, porém nada havia sido registrado quanto à sua propulsão e à sua finalidade.

O médico holandês van Drebbel deu mais um passo, construindo em 1624 dois submarinos movidos a remo. Até meados do século XVIII, o seu propósito restringia-se a buscas de resgate e a obras de construção no leito do mar, ou seja, uma extensão do sino de mergulho.

A primeira tentativa de transformar o submarino em uma arma de guerra foi com o americano Robert Fulton com seu *Nautilus*, em 1799. Apesar do seu esforço, os franceses e os ingleses não se interessaram pelo projeto; com apenas propulsão manual e armas grosseiras de curto alcance, esse modelo não dispunha da força necessária para essas duas potências.

Durante a guerra civil americana, os confederados construíram os *Davids* para tentar romper o bloqueio dos federalistas. A principal inovação dos *Davids* é a utilização de máquina a vapor e de ser um torpedo submersível. Esses submersíveis tiveram um relativo sucesso, apesar de seu custo: dois navios foram afundados e um terceiro foi danificado, mas para isso dois submersíveis foram perdidos, os quais já tinham afundado cada um uma vez durante os treinamentos, levando à morte de todos os seus tripulantes.

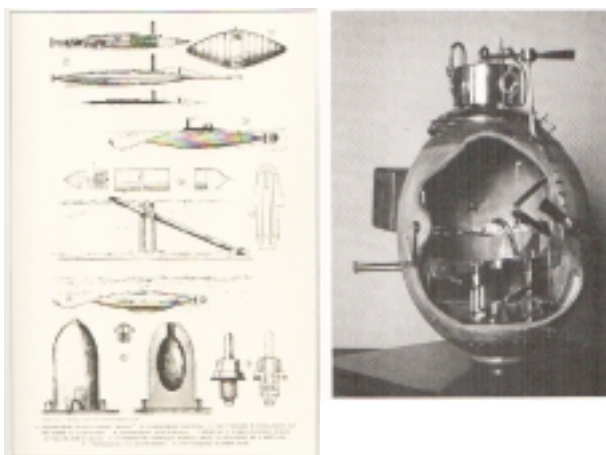
Em 1878, um clérigo de Liverpool, o reverendo George Garrett, construiu um pequeno submersível em forma de ovo, iniciando um ano depois um segundo barco, que foi batizado de *Resurgam*. Tinha 12 metros de comprimento e usava vapor na superfície. Antes da submersão, o vapor era elevado ao máximo para acumular calor latente em tanques especiais de armazenamento.

O fabricante de armas sueco Thorsten Nordenfelt investiu capital na construção de novos submersíveis utilizando o modelo criado pelo clérigo inglês. Seus barcos construídos em Estocolmo foram vendidos para a Grécia em 1883 (uma unidade) e para a Turquia em 1886 (duas unidades). Esse submersível não obteve muito sucesso, porém foi o primeiro a poder atacar com uma distância segura, utilizando o torpedo *Whitehead*.

Apesar das evoluções técnicas ocorridas até então, o submarino ainda precisava de meios funcionais para a propulsão quando estava submerso. A resposta veio com o surgimento dos motores elétricos. Os primeiros geradores de eletricidade, no entanto, eram pesados demais; a bateria acumuladora também era muito grande, mas foi a forma encontrada para contornar o problema.



Submersível F5 em imersão



Acima, modelo moderno do *Turtle* de Bushnell
 À esquerda: “torpedos” e torpedeiros confederados incluem miras
 Abaixo: o francês *Amphitrué* (1906) serviu durante 20 anos

Em 1886, os espanhóis fizeram um barco que era propulsado por dois motores de 30hp que usava corrente armazenada em acumuladores. Os franceses, observando os avanços alcançados pelos espanhóis, começaram com seus próprios projetos. Em abril de 1887, lançaram seu primeiro submarino, o *Gymnote* ou “enguia”. Seu armamento era apenas um tubo de torpedo de 14 polegadas na popa e suas baterias o impulsionavam a velocidade máxima teórica de 6,5 nós. Um problema apresentado pelo *Gymnote* era sua dependência total das baterias acumuladoras, que tinham de ser carregadas por um gerador de terra ou em outro navio.

Depois dessa primeira experiência, os franceses encomendaram um novo submarino, o *Gustav Zédé*, que era maior que o *Gymnote*. Apesar de ter sido um submarino problemático, deu experiência e convenceu os franceses de que desenvolver submarinos era uma tecnologia que valia a pena.

Em fevereiro de 1896, o Ministro da Marinha francês queria modernizar sua frota e, por isso, propôs uma concorrência aberta para projetos de um submarino de 200 toneladas e autonomia de 100



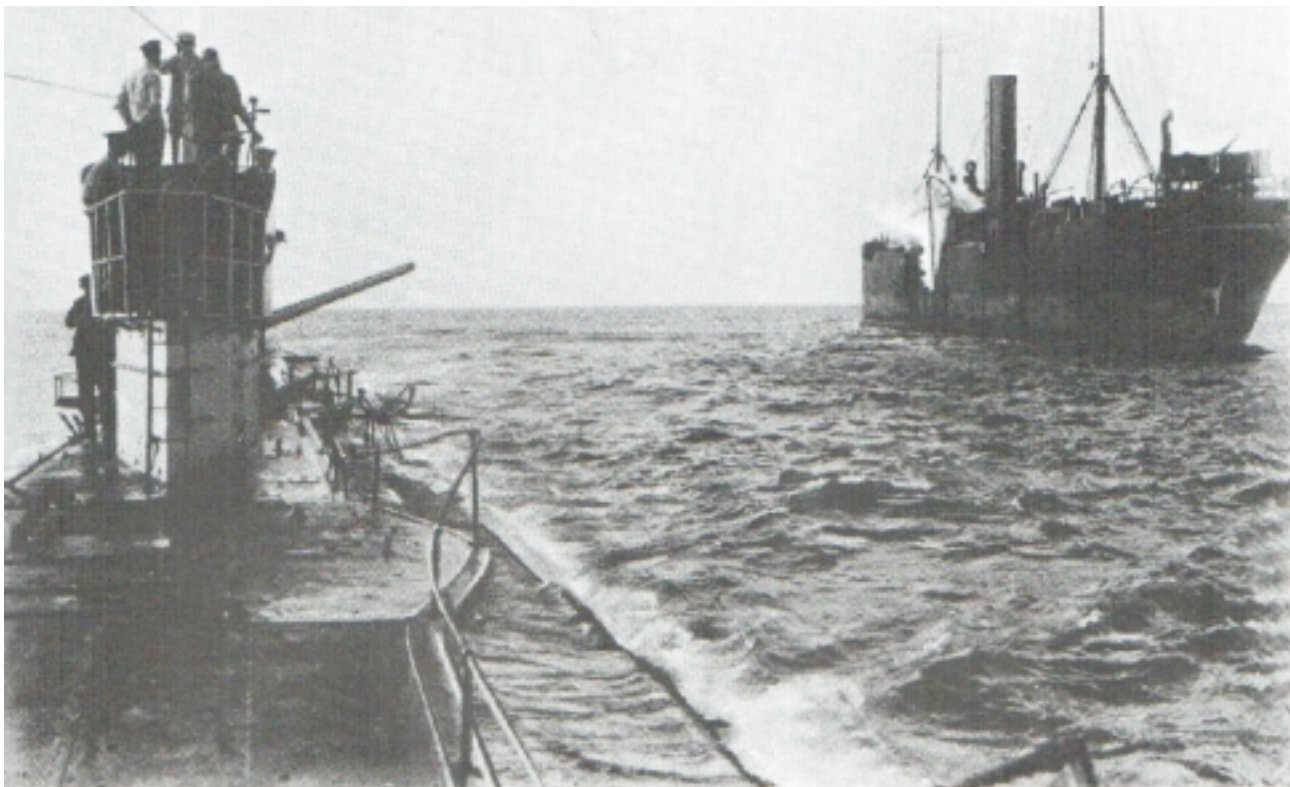
Antigos U-boats sob amarras em Hamburgo. A partir da esquerda: U-22, U-20, U-19 e U-21

milhas na superfície. Foram apresentados 29 projetos de várias partes do mundo, e o vencedor foi o francês Máxime Laubeuf. *Narval*, que era o nome de seu submarino, tinha dois sistemas de propulsão: uma máquina de 220hp para navegar na superfície e um motor elétrico de 80hp para navegação submarina, porém a contribuição mais importante desse navio foi que a máquina a vapor girava um dínamo para carregar as baterias, aumentando assim a sua autonomia.

Em 1893, a Marinha Americana abriu concorrência para a escolha de um projeto de submarino. Somente três inventores apresentaram desenhos: Holland, Lake e Baker. Como o barco de Baker desistiu da competição e Simon Lake não conseguiu completar seu protótipo, a Marinha assinou contrato com John P. Holland.

Em 1897, os americanos lançaram o *Plunter*, depois de inúmeras modificações do projeto original e de atrasos não programados. Foram tantas as mudanças que seu projetista deixou de lado o contrato e encomendou a construção de um segundo submarino às suas custas. Essa atitude foi válida, visto que o *Plunter* foi reprovado nos teste de mar e rejeitado pela a Marinha, já o segundo submarino teve êxito em todos os testes e a Marinha Americana o comprou em 1900. Cerca de um ano depois os americanos compraram mais sete do mesmo tipo, e os britânicos conseguiram licença para construir cinco deles para a Marinha Real.

Algumas características diferenciavam o projeto de Holland do submarino francês *Narval*. Apesar de os dois possuírem um sistema duplo de propulsão, o projeto de Holland utilizava um motor a gasolina de 45hp na superfície, o qual era mais leve que o motor



U-boat alemão U-35 afunda o navio britânico SS Parkgate com fogo de canhão

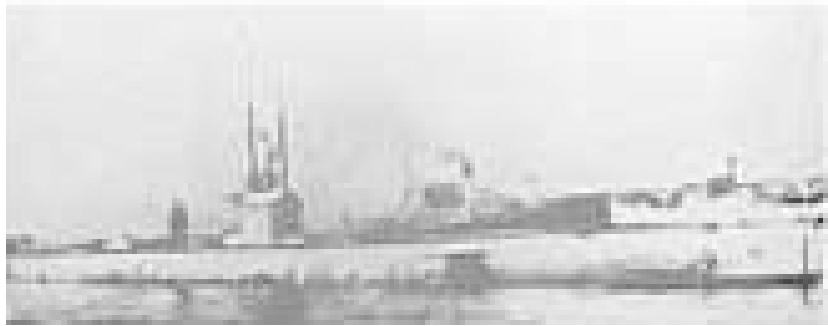
elétrico e proporcionava partidas e paradas mais seguras. Além disso, propiciava mais duas vantagens: seu menor tamanho e mergulhar mais rápido que o francês.

A última grande potência a demonstrar interesse nos submarinos foi a Alemanha, e isso ocorreu porque o Almirante Tirpitz passou a ver nos submarinos uma grande ameaça a seus planos de formar uma grande esquadra de superfície.

Entre os anos de 1902 e 1903, os russos encomendaram quatro submarinos à firma Krupps. Esses submarinos ficaram conhecidos como classe Karp. Em 1906 os alemães encomendaram, também à firma Krupps, uma unidade quase idêntica à dos russos, esse submarino foi chamado de U.1, dando início aos U-boats que foram umas das principais armas alemãs durante a 1ª guerra mundial. Ele tinha um motor korting a querosene, que tinha um rendimento melhor do que o motor a gasolina de Hollands, porém tinha um grave inconveniente que era a densa nuvem de fumaça que soltava, o qual foi solucionado com a utilização do motor a diesel na superfície.

O Brasil também observava a evolução que os outros países faziam em relação aos submersíveis e constatou que, se queria ter uma Marinha forte, teria de ter essa nova arma. Em 1901, o Brasil fez um protótipo de um submersível, mas por falta de recursos o projeto não foi para frente na época.

Em 1904, o Almirante Júlio de Noronha, então Ministro da Marinha, propôs um programa de



Submersível F5

construção naval a fim de modernizar a esquadra, e esse projeto continha a aquisição de 3 submersíveis.

Em 1910, o Brasil encomendou três submersíveis da Itália, onde o estaleiro Fiat- San Giorgio foi encarregado de sua construção e os entregaram às autoridades brasileiras entre os anos de 1913 e 1914. Os três submersíveis, chamados de F1 F2 e F3, formando a classe Foca.

Sua propulsão era do tipo diesel-elétrico, possuía dois eixos com três pás cada, 2 motores diesel de 325hp cada e dois motores elétricos de 260hp cada, uma bateria acumuladora com 240 elementos dividida em quatro seções e seu armamento consistia de dois tubos de lançamento avante, de 18 polegadas, para uma dotação de quatro torpedos Whitehead, disparados a ar comprimidos.

Esses submersíveis ficaram em atividades durante vinte anos e, quando deixaram o serviço ativo, seus cascos tiveram a função de alicerce aos pilares da ponte de escaleres da Escola Naval, esta transferida, em 1938, da ilha das Enxadas para a ilha de Villegagnon.

Assim, por volta de 1904, as grandes linhas do moderno submarino estavam definidas. Os três grandes marcos (a bateria acumuladora elétrica, o motor a diesel e os torpedos de autopropulsão) seriam continuamente melhorados, porém nenhuma mudança fundamental se faria necessária nos próximos 50 anos.



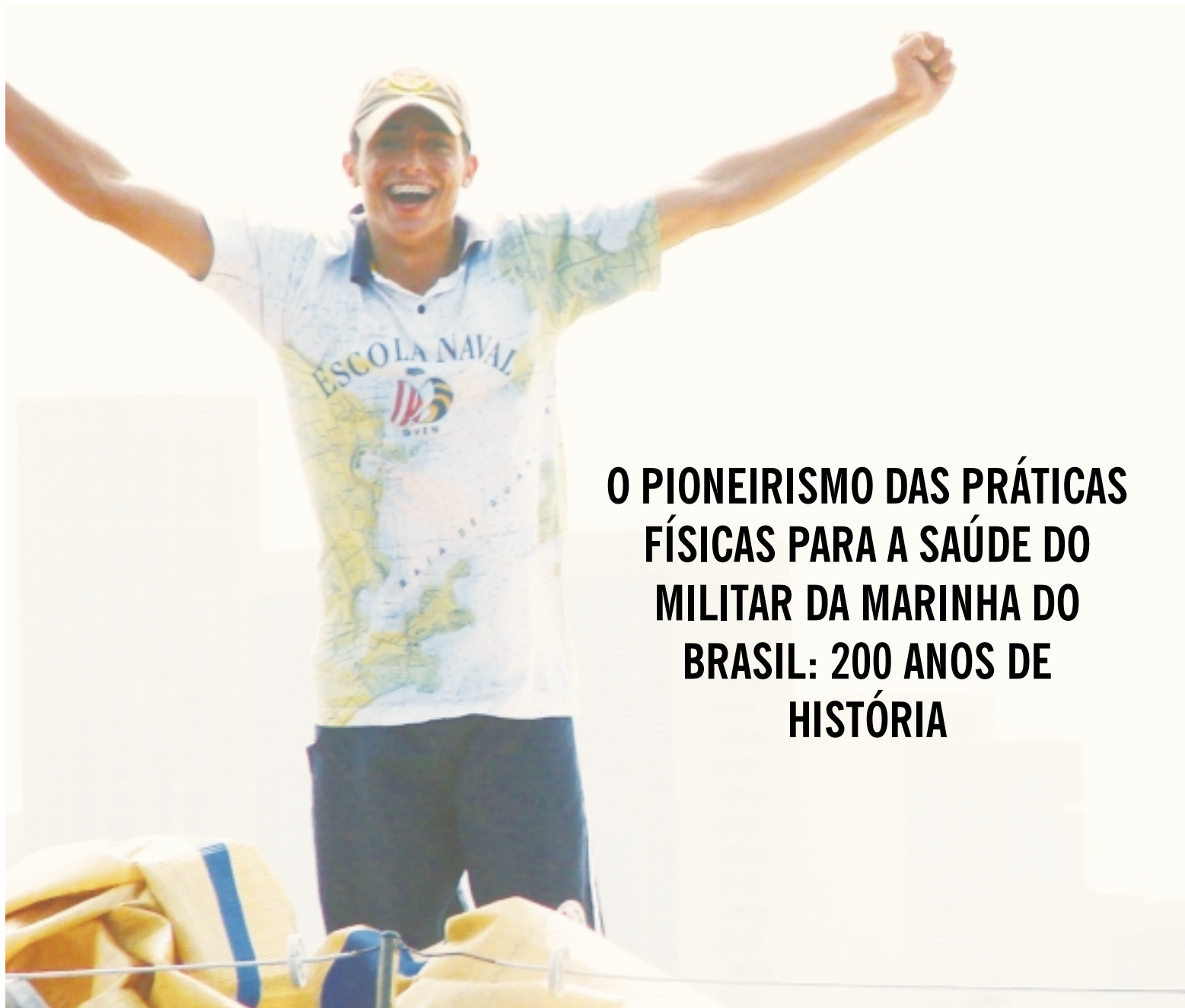
*Submarino F1 lançado em La Spezia, Itália
(11/6/1913)*

BIBLIOGRAFIA:

MARINHA DO BRASIL - PODER NAVAL

*Serviço de Relações Públicas da Marinha, Action Editora
SUBMARINOS- Antony Preston, Ao Livro Técnico S/A -
Indústria e Comércio*

[http://paginas.terra.com.br/relacionamento/
submarinosdobr/classeff.htm](http://paginas.terra.com.br/relacionamento/submarinosdobr/classeff.htm)



O PIONEIRISMO DAS PRÁTICAS FÍSICAS PARA A SAÚDE DO MILITAR DA MARINHA DO BRASIL: 200 ANOS DE HISTÓRIA

*Prof. Dr. Fernando A. C. Garrido
Prof. Esp. Vitor Barreto Paravidino*

O CONTEXTO HISTÓRICO

As práticas físicas no Brasil têm os primeiros registros com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, na Real Academia de Guardas - Marinhas (atual Escola Naval) e o Corpo de Artilharia (atual Corpo de Fuzileiros Navais), organizações da Marinha de Guerra. As atividades físicas de caráter esportivo desde então são vistas sob a orientação da saúde, higidez física, higiene, lazer e de preparação para a guerra.

O pioneirismo das atividades físicas na Marinha do Brasil (MB), no século XIX, compreende-se nos treinamentos de rotina voltados à guerra (ex: ordem unida como formação de marcha e de guerra) e nas tarefas diárias: de embarque, desembarque e de reconhecimento de áreas em escaleres a remo, do manejo de armas brancas e de fogo, do emprego da esgrima sob a forma de exercícios ginásticos e das manobras de pano dos navios a vela, das viagens de instrução e circunavegação dos Guardas-Marinhas, iniciadas a partir de 1823 e nos desafios, diversões de caráter esportivo. Por sinal, as manobras de pano dos navios a vela exigem grandes sacrifícios dos marinheiros, robustez física e agilidade.

Além disso, aparecem as regatas, conhecidas como desafios. Uma das primeiras encontradas acontece na baía de Guanabara entre baleeiras a remo e os navios estrangeiros e brasileiros em 1841, vistas pelo Imperador D. Pedro I, sua corte e grande público.

A valorização das práticas físicas na MB pode ser percebida com a estruturação da Educação Física e Esportes, na presença de militares em sua instrução, na participação de militares nas equipes de clubes, nas delegações esportivas civis em competições internacionais, nacionais e regionais e na direção de entidades esportivas (clubes de remo, iatismo e futebol) a partir do final do século XIX até os anos 1980. Na criação da Liga de Sports da MB em 1915 e da Escola de Educação Física da MB em 1925. As atividades físico-esportivas em geral, quer nas aulas dos Aspirantes da EN, quer no treinamento desportivo da MB, são controladas por exames médicos e orientações de bases científicas a partir das décadas de 1920/1930. São criadas fichas individuais onde são catalogadas e acompanhadas anualmente a descrição de anamneses, testes de resistência física e medidas antropométricas, alimentação planejada, recuperação física, massagem terapêutica, controle médico e



treinamento em tempo integral estabelecidas pelo Dr. Heriberto Paiva (1º Ten/C.T).

Nas décadas de 1970/1980, o desenvolvimento acelerado da Educação Física e do Esporte, impulsionado pelo regime militar no país, promove a criação de Centros Esportivos na MB. Implantam-se o Circuito do Marinheiro nos navios da Esquadra e o Teste de Cooper no Brasil, na Escola Naval em 1970/71, pólo difusor das novas concepções sobre a atividade física no Brasil apoiada por oficiais-



professores e instrutores.

O que se constata, entre o início dos séculos XIX e XX, é a presença do exercício físico como exigência das tarefas de rotina diária e componente essencialmente útil do trabalho militar nos navios e em terra. A partir da organização da Educação Física e do Esporte na MB, realizada pela Armada, acontece o desenvolvimento da cultura física apoiada nos esportes e exercícios físicos ao ar livre. Surgem os grandes feitos esportivos e os ídolos que se reproduzem por décadas até o final de 1980 e estimulam o desenvolvimento das práticas físicas na MB.

OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

As atividades físicas provocam uma série de modificações morfológicas, fisiológicas e psicológicas no corpo humano. Isto traz benefícios à saúde, bem-estar geral e garante uma eficiência funcional conhecida por aptidão física. Esta, por sua vez, tem sido referenciada como atributo desejável e positivo à saúde e à qualidade de vida. Considera-se que quanto melhor for o nível de aptidão física, maior a autonomia do indivíduo quanto à prática do exercício.

Na passagem entre os séculos XX e XXI, as atividades físico-esportivas em nível mundial ganham efetivo destaque para a promoção da saúde e do bem-estar físico, psicológico e social. Nesse sentido, deve ser uma preocupação cada vez maior de organizações internacionais, governos e empresas privadas e públicas, visando à prevenção e à redução das doenças. Dessa forma, compreende-se que a atividade



física, a alimentação adequada, o combate ao tabagismo, o álcool e as drogas devem ser alvos das ações de dirigentes, organizações e das políticas públicas.

Esse movimento internacional é promovido por instituições como a Organização das Nações Unidas – ONU, e diversas organizações de abrangência mundial como American College of Sport Medicine – ACSM, a Organização Mundial da Saúde – OMS, a Federação Internacional de Medicina Esportiva – FIMS, o Conselho Internacional de Ciências do Esporte e Educação Física – ICSSPE, a Federação Internacional de Educação Física - FIEP, entre outras, que acompanham os trabalhos científicos elaborados nos últimos anos sobre atividade física, saúde e qualidade de vida.





A tese central é de que a sociedade contemporânea encontra-se caracterizada por tendências ao surgimento do sedentarismo: dos controles remotos, da robotização das indústrias, das ocupações estáticas e repetitivas, do uso de aparelhos domésticos, do carro, da Internet, da alimentação *fast-food*, entre outros. Isto tem provocado o desenvolvimento de doenças hipocinéticas, que afetam a expectativa e a qualidade de vida das pessoas.

Os estudos científicos sobre atividade física e saúde, de acordo com Matsudo (2004), demonstram essa tendência. Confirma-se que cerca de 70% da população mundial encontra-se próxima do sedentarismo e que cerca de 90% é insuficientemente ativa. No Brasil, apesar da limitação de levantamentos populacionais, os dados existentes apontam índices semelhantes. Cabe afirmar que o sedentarismo é um dos principais fatores ou mesmo o principal, que predispõe o organismo a diabetes, hipertensão,

hipercolesterolemia, obesidade e depressão, entre outros problemas.

Os dados de recente pesquisa realizada entre agosto de 2006 e janeiro de 2007 pelo telefone, encomendada pelo Ministério da Saúde, confirma que o brasileiro não tem estilo de vida saudável. Nela revela-se que três entre dez brasileiros não fazem atividade física e que, em cada grupo de dez adultos, quatro têm excesso de peso.

Sabe-se que os exercícios físicos atuam no combate à obesidade, ao câncer e à hipertensão, pela vascularização dos tecidos corporais e melhoria da eficiência cardíaca por meio do aumento das cavidades do coração e da hipertrofia do miocárdio. Existem dados do Ministério da Saúde confirmando que o excesso de peso atinge mais de 32% da população adulta no Brasil em 1989. Atualmente, a mídia entra no auxílio de promover o alerta sobre a obesidade, uma doença considerada epidemia mundial.

O ENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES, EMPRESAS E GOVERNOS COM A ATIVIDADE FÍSICA VISANDO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

A difusão das práticas físicas na prevenção e promoção da saúde e do bem-estar das pessoas tem sido estimulada pelos governos, organizações governamentais e não-governamentais e empresas privadas e públicas, visando à prevenção e à redução das doenças.

A inatividade física, de acordo com estudos científicos realizados ao longo dos últimos anos, tem sido a causa da morte de dois milhões de pessoas em todo o mundo (Matsudo/2004). Essas mortes, segundo Matsudo, são parte do incremento de enfermidades e incapacidades causadas pelas doenças crônicas, como doenças cardiovasculares, cânceres e diabetes.

A atividade física, segundo a World Health Organization (WHO) da Organização Mundial da Saúde - OMS, como um meio de prevenção de inúmeras doenças, deve ser incorporada aos programas de saúde pública. A preocupação da WHO está concentrada nas doenças conhecidas como não-comunicáveis – cardiovasculares, câncer, diabetes e respiratórias, que aumentam e aceleram o número de mortes em 60% e a morbidade em 43%, projetando, para 2020, os índices de 73% e 60%, respectivamente. (Tubino/2006).

Em termos econômicos, constata-se a existência de relação de um (1) dólar investido em atividade física nos Estados Unidos da América para a economia de três (3) dólares (Tubino/2006). Isto significa dizer que os benefícios econômicos são altos e o estilo de vida ativo torna possível a redução dos custos com saúde, levando as pessoas a terem uma maior qualidade de vida.

Em reforço ao acima descrito, Dias/2004 (apud Martins 2001) constata, em 1989, na fábrica de Tintas Renner (Porto Alegre, RS), que há diminuição da procura ambulatorial e do índice de absenteísmo, aumento da disposição para o trabalho, diminuição dos problemas com os sindicatos decorrentes de

reclamações sobre doenças profissionais, melhoria das dores articulares/ musculares e melhoria do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho devido, principalmente, à implantação do programa de ginástica na empresa.

Os benefícios da atividade física podem ser vistos, também, na diminuição nos custos médicos e nos gastos com remédios, na diminuição de faltas ao trabalho (absenteísmo), na maior produtividade, na melhoria dos lucros das empresas e na qualidade de vida no trabalho (QVT). Diante disso, os governos e as empresas têm implantado programas de promoção

em saúde, integrados por equipes multidisciplinares. É o caso do projeto North Karelia, iniciado em 1972, na Finlândia, com o objetivo de diminuir a mortalidade e a morbidade por doenças cardiovasculares e reduzir fatores de risco como fumo, colesterol sérico e hipertensão arterial. Após dez anos, há a constatação da diminuição na prevalência das

doenças cardiovasculares. Portanto, torna-se necessário um estilo de vida mais ativo em contraposição ao sedentarismo estabelecido pelos tempos modernos com televisão, computador, internet e os meios de transportes que solicitam menos esforço físico. Enfim, a melhoria dos níveis de aptidão física torna-se uma exigência fundamental para o trabalho diário e maior longevidade com saúde e qualidade de vida numa sociedade altamente tecnológica.

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA E DO NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA NA MB

A atividade física conhecida como Treinamento Físico Militar (TFM) na MB busca um condicionamento físico direcionado à saúde, a ser alcançado por meio de desempenho mínimo exigido do militar. Independentemente da função desempenhada, o militar é avaliado em testes específicos, os quais se associam ao bem estar e a promoção da saúde, considerando-se o sexo e a faixa etária.



“A melhoria dos níveis de aptidão física torna-se uma exigência fundamental para o trabalho diário e maior longevidade com saúde e qualidade de vida numa sociedade altamente tecnológica.”

A implantação de uma política de TFM, diferenciando-a do meio civil acontece a partir de 1976, acompanhando a criação do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), em 1973, um dos maiores centros esportivos da América Latina até os dias atuais. Essa política de TFM extremamente avançada na época preconiza os seguintes itens: o intercâmbio com entidades de Educação Física e de Esportes; a matrícula de oficiais nos cursos de Educação Física; a importância da saúde do militar; a ampliação do número de praticantes, de competições e de esportes; a realização de clínicas, palestras e intercâmbios; o treinamento e a hospedagem de delegações nacionais e internacionais; o aprimoramento de técnicas e métodos, a fim de se atingir índices expressivos nas competições, entre outros aspectos. Há um processo de cientificação do TFM e do Teste de Avaliação Física (TAF) em curso, o que favorece o rompimento do ciclo da Educação Física orientada sob a ótica de prática educativa na MB. Surgem no TFM turmas por níveis de aptidão física.

O TFM integra o adestramento do militar e passa a estar inserido na Política Básica da Marinha – Diretriz P7 – em 1984, podendo servir de subsídio na orientação de carreiras de oficiais e praças, porém não impedindo promoções.

A partir de 1989/1990 o TFM sofre novas atualizações normativas, com instrumentos legais, denominados DGPM (em 2007 – 4ª revisão), reforçando a importância do Teste de Avaliação Física para o acompanhamento da melhoria dos níveis de Aptidão Física. Este aparece como obrigatório ao militar, agora, até 50 anos. Os testes cobrados até os dias atuais na MB são de natação, caminhada, permanência, corrida, flexão na barra e de abdominal. O nível de suficiência física deve ser medido em teste cujo resultado é considerado na carreira militar, passando a servir de exigência curricular, eliminatória e classificatória aos cursos de carreira os dois últimos resultados concretizados para a efetivação da matrícula do curso. Exige-se o cumprimento de padrões de desempenho físico e a aplicação dos testes de aptidão física, com relatórios estatísticos anuais encaminhados pelas Organizações Militares (OM).

O que se constata atualmente é que o nível de aptidão física por consenso mundial encontra-se referenciado sobre o acompanhamento das capacidades funcionais relacionadas à boa saúde global e à prevenção das doenças em quatro componentes mais comuns. São elas: a aptidão aeróbia

e/ ou cardiovascular, a composição corporal (por exemplo: IMC – Índice de Massa Corporal –, medidas antropométricas e dobras cutâneas), a força muscular e a flexibilidade.

Nesse sentido, percebe-se que os testes físicos realizados pela MB não contemplam algumas variáveis da aptidão física como, por exemplo, de dobras cutâneas, medidas antropométricas e de flexibilidade. Os relatórios estatísticos dos testes físicos da MB detalham principalmente o número de testes realizados sem o devido tratamento qualitativo. Não são realizadas pesquisas de campo/ laboratório, ordenando-se novas faixas dos níveis de aptidão física da OM/ número de militares (padrão de desempenho físico da OM), ou mesmo da MB como um todo, visando estimular a melhoria da aptidão física.

A proposta é realizar testes físicos efetivamente duas vezes ao ano (março/abril e setembro/outubro), avaliando-se o nível de condicionamento físico alcançado do pessoal a cada ano. Esses testes não têm servido para o acompanhamento da saúde do militar, observando-se a existência de possíveis doenças, como, por exemplo, o tratamento estatístico cruzando-se índices bioquímicos (perfil lipídico/ glicose) alterados e consumo de oxigênio e se há ou não a melhoria do seu condicionamento físico e, conseqüentemente, da aptidão física. É preciso estabelecer, também, novos testes que se mostrem instrumentos válidos na determinação de qualidades físicas em geral relacionadas às rotinas, à saúde e à qualidade de vida do militar.

O Teste de Cooper ou de oito voltas, por exemplo, realizado pela MB, deve estar relacionado com o consumo máximo de oxigênio – VO₂ máximo. As pesquisas com esses parâmetros indicam que os exercícios aeróbios favorecem o aumento do consumo de oxigênio, e, quanto maior ele for, maior a possibilidade do militar de cumprir as rotinas exigidas sendo menor o risco de doenças cardiorespiratórias. É o caso, também, da composição corporal (IMC e dobras cutâneas e medidas antropométricas, por exemplo, circunferência de quadril/cintura): as pesquisas esclarecem que existe relação direta entre gordura corporal e doenças crônico-degenerativas. Uma pesquisa epidemiológica com a coleta de dados estatísticos do Setor de Perícia da MB de doenças crônicas e a sua relação com a inatividade física e a baixa aptidão física do militar pode vir a servir como subsídio para decisões em favor da saúde, da qualidade de vida e de mudança de estilo de vida.

A atividade física deve ser compreendida de forma efetiva como uma das tarefas a ser realizada na rotina de trabalho diária e requisito de carreira do militar, co-responsável pelo seu condicionamento físico necessário ao desempenho profissional. A melhoria da condição física é necessária também à prontidão ao combate, à resistência a doenças e recuperação de lesões e à melhoria dos níveis de confiança, inteligência, criatividade e motivação. A avaliação da Aptidão Física Geral aferida dos militares deve ser utilizada como uma ferramenta de seleção e classificação na progressão na carreira. A informação recolhida na avaliação da Aptidão Física Geral deve ser usada para verificar uma maior ou menor adequação dos programas de treinamento físico, dos índices dos testes físicos e da saúde do militar. O comandante da OM, por sua vez, como co-responsável pela oferta do TFM, deve oferecer condições necessárias à sua execução, entre elas: horário fixo nas rotinas diárias, dias, transporte e locais comuns a todos. Atualmente, uma das principais organizações mundiais, o Colégio Americano de Medicina do Esporte, recomenda que os exercícios físicos sejam realizados, de preferência, todos os dias da semana.

Nesse sentido, a prática das atividades físicas na MB, como parte das atribuições do comando e conforme previsto no Estatuto dos Militares, deve ter incentivo, não cabendo mais afirmações usuais negativas ao TFM, tais como “o serviço fica prejudicado” ou “não há tempo para o TFM” ou “TFM é lazer” ou “o TFM/esporte é escamação”. Essas frases não expressam verdades, mas desculpas normalmente usadas pelos desejosos de continuarem inativos e de não dar a devida importância às práticas físicas que visam à efetiva promoção da cultura física na MB. Dessa forma, a cobrança de execução do Teste de Avaliação Física assume relevância ao buscar acompanhar a melhoria dos níveis de Aptidão Física do militar.

Uma análise geral da atividade física na MB pode ser obtida na pesquisa qualitativa realizada pela Diretoria de Assistência Social (DASM) da MB em 2003 e divulgada em 2004. No relatório do Perfil Sócio-Econômico e Cultural da Família Naval, fica demonstrado de forma inequívoca que a atividade

física na MB não tem sido feita de forma adequada pelos militares. O Censo mostra que, entre os 38143 entrevistados, somente 45% dos militares têm realizado atividade física regular, conforme preconiza a DGPM/601 – no mínimo três dias (23%) e cinco dias como ideal (22%). Diante disso, tem-se a certeza de que o nível de aptidão física dos militares da MB encontra-se comprometido devido a 55% do pessoal não estar fazendo atividade física regularmente. Os níveis de aptidão física devem ser referenciados instrumento fundamental de decisão do comandante no emprego dos comandados (Tomasi, 1998).

O Censo da DASM ainda aponta que a prática física regular somente ocorre de fato quando o militar encontra-se nas escolas de formação (de 90 a 100%). Na passagem de aspirante para guarda-marinha, o nível de atividade física cai cerca de 50% e permanece inalterado e até mesmo diminui com o passar dos anos até chegar o posto de oficial-general, quando se eleva cerca de 10 a 15 pontos percentuais (60% - 65%).

O que se constata ao longo do tempo é a existência de distanciamento entre ações e normas em vigor em favor da aptidão física e da saúde. Tal descompasso entre a atividade física e a aptidão física relacionada à saúde acontece a partir do final dos anos 80, quando os militares retornam aos quartéis e priorizam competições no interior dos mesmos em esportes de característica militar. Mimi Sodré, Aché Pillar e Barnabé já não existem mais! Ídolos impulsionam as práticas físicas carreadoras de valores éticos e sociais e de sentimento nacionalista. Esse distanciamento entre ações e normas consolida-se no aparecimento das DGPM de 1989/1990 e persiste até os dias atuais.

A modernização da Educação Física e do Esporte na MB deve focar a aptidão física em função das exigências da carreira militar, da saúde e da qualidade de vida. Deve-se buscar a promoção de mudança de hábito voltada a um estilo ativo durante toda a vida em favor da família naval. Nesse sentido, deve-se levar em consideração aspectos como intercâmbios, convênios e parcerias com universidades e empresas públicas e privadas; a aquisição de modernos



equipamentos e incentivo à prática das atividades físicas e esportivas por meio de palestras, clínicas, congressos, artigos, sites e informativos que divulguem os seus benefícios à saúde e à qualidade de vida.

A consequência natural dos fatos estampados leva ao esvaziamento das atribuições do CEFAN, como centro de treinamento físico-desportivo, do curso de Educação Física da MB e de trabalhos científicos. O afastamento da Educação Física da saúde promove a diminuição da carga de estudo e da qualificação do corpo docente do Curso de Educação Física. Ao longo dos anos, o CEFAN fica à margem do processo de desenvolvimento da Educação Física e do Esporte por não focar satisfatoriamente a aptidão física relacionada à saúde.

A questão central é o reconhecimento de que as práticas físicas na MB precisam retomar seu curso natural, historicamente comprovada pelo seu valor à saúde, higidez física, higiene, lazer e preparação à guerra. Porém, atualmente elas devem incorporar novos parâmetros, novas atividades e áreas que produzam maiores conhecimentos e tomadas de decisões; a melhoria da saúde e da qualidade de vida; a diminuição dos custos sociais sendo capazes de atender aos gostos e anseios, visando estilos ativos durante toda a vida. Nesse contexto, não se pode prescindir do esporte, conforme consta da DGPM, elemento de coesão e inclusão social (responsabilidade social) e gerador de mudança de comportamentos e de estilo de vida.

O dinamismo da Educação Física e do Esporte na sociedade brasileira promove o surgimento de novas ações na MB, dentre elas o “Projeto Entrando em Forma na Escola Naval (PEFEN)” em 2006. O PEFEN é criado após o Vice -Almirante Arnon Lima Barbosa, Comandante da Escola Naval, ter observado a presença e o desempenho de aspirantes acima do peso integrando equipes esportivas da EN durante a MAC-NAV, realizada entre 10 a 13 de maio de 2006, em São Paulo. Por sugestão do CMG (CD) Mendez, Chefe do Departamento de Saúde da Escola Naval ao Alm. Arnon, implanta-se um projeto integrado, visando à melhoria da saúde e da qualidade de vida dos aspirantes, oficiais, praças e civis com o nome “Entrando em Forma na EN”.

O Projeto elaborado pelo Prof. Dr. Fernando Garrido/DEFE/EN resgata as idéias contidas na monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPem/2004, denominada de “As

Práticas Físicas na Marinha do Brasil”. Este trabalho, inédito na sociedade brasileira, propõe a mudança de paradigma na condução das atividades físicas e esportivas da MB apoiado sobre as orientações preconizadas pelas organizações internacionais, pesquisas científicas e literatura da área. Os referenciais do projeto são a multidisciplinaridade de áreas de saúde e a busca de mudança de hábitos visando um estilo de vida ativo. Reforçando as ações do PEFEN em 2007, é empreendida a busca da excelência na alimentação e na atividade física pelo V.A Leal Ferreira, Comandante da EN em 2007/2008. Surge, também, a Política Nutricional idealizada pela Diretoria de Saúde da MB, recomendando a confecção de cardápios com frutas, legumes e verduras, a realização de palestras sobre nutrição e o emprego de atividades esportivas em 2008.

O que se percebe ao longo da história da Educação Física e do Esporte na MB, em sua essência, é que fatos e ídolos impulsionam as práticas físicas carreadoras de valores éticos, morais e sociais. As manifestações das práticas físicas na abrangência da formação, lazer e desempenho encontram-se presentes no processo de desenvolvimento da Educação Física e do Esporte na MB. Independentemente da prevalência de uma concepção sobre a outra em determinada época, o fio condutor das práticas físicas na MB, ao longo de cerca de 200 anos, orienta-se sob os enfoques da higidez física, higiene, saúde, lazer, desempenho e preparação à guerra.

CONCLUSÃO

A implantação de pesquisas torna-se essencial na MB, visando à promoção e prevenção da saúde e da qualidade de vida do pessoal. Nesse sentido, deve ser criado um Centro de Performance Humana na MB, apoiado por intercâmbios, convênios e parcerias com instituições de pesquisa, universidades e empresas em geral. Esse centro deve ser integrado por profissionais de diversas áreas do conhecimento (médicos/ nutricionistas/ psicólogos/ assistentes sociais/ fisioterapeutas e professores de educação física), de forma a promover pesquisas em atividade física e saúde física, mental e social do militar da Marinha do Brasil e, além disso:

1. o desenvolvimento de estímulos à prática de atividades físicas por meio da divulgação de informativos, artigos e estudos da MB pela DASM e pela CDM (Comissão de Desportos da marinha),

estabelecendo-se, por exemplo, qual OM possui o melhor padrão de aptidão física na MB;

2. o estabelecimento de comissão para propor a reformulação dos testes físicos mais adequados à MB, visando à aptidão física relacionada à saúde, com sua realização no início (março) e no fim do ano (outubro) a fim de observar-se a ocorrência da melhoria do desempenho do pessoal. Estes testes devem abranger todos os componentes: força e resistência muscular, composição corporal, flexibilidade e aptidão cardiorespiratória.

3. a instituição de horário fixo de TFM nas rotinas diárias, comum a todos, no total de cinco (5) dias de TFM, dando-se igualdade de condições a todos de alcançar níveis satisfatórios de aptidão física (dias, horários, transportes, locais);

4. a inserção do esporte (prática esportiva dirigida) como atividade essencial ao TFM por ser carreadora de valores éticos, morais e sociais imprescindíveis ao militar.

BIBLIOGRAFIA:

BERESFORD, Heron, et al. Ensaio: Avaliação e política pública em educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde na perspectiva da Educação Física. Rio de Janeiro: CONFEF, 2005.

GARRIDO, Fernando Antonio C. As práticas físicas na Marinha do Brasil. Monografia (Doutorado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2004.

MARQUES, Anthério José. Histórico do corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

MARTINS, Hélio Leôncio. A Revolta dos Marinheiros. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1988.

MATSUDO, Victor et al. Promoção da Saúde Mediante o Aumento do nível de atividade física: A proposta do Programa Agita São Paulo, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.agitasp.com.br/pesquisa2.asp>>. Acesso em: 28 mar 2004.

NORBERT, Elias; ERIC, Dunning. A Busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1992.





**BB Seguro Auto agora
também é flex.
O primeiro que se
ajusta ao seu bolso.**

Todo
seu



Fazer o futuro é ter o seguro de automóvel que é a sua cara. Faça agora o seu. O único que oferece várias opções de valor de seguro e franquia para você, além de outras vantagens exclusivas. Ligue 0800 729 0400 ou acesse bb.com.br.

**Banco do Brasil. 200 anos
fazendo o futuro.**

BANCO DA REGINA